

REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



#20.1

ISSN 2316-770X

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação semestral da Universidade Federal de Minas Gerais e tem como objetivo principal abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas

Clélio Campolina Diniz
REITOR

Rocksane de Carvalho Norton
VICE-REITORA

Ana Lúcia Pimenta Starling
CHEFE DE GABINETE

Márcio Benedito Baptista
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Efigênia Ferreira e Ferreira
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Antônia Vitória Soares Aranha
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Renato de Lima Santos
PRÓ-REITOR DE PESQUISA

João Antonio de Paula
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Ricardo Santiago Gomez
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Roberto do Nascimento Rodrigues
PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS

Valéria de Fátima Raimundo
DIRETORA-GERAL DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO

Maurício Alves Loureiro
DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS
TRANSDISCIPLINARES

EDITOR:
João Antonio de Paula

EDITORA EXECUTIVA:
Heloisa Soares de Moura Costa

EDITOR ASSISTENTE:
Danilo Jorge Vieira

DIREÇÃO DE ARTE:
Marcelo Lustosa

PROJETO GRÁFICO:
Léo Ruas

DIAGRAMAÇÃO:
Léo Ruas e Romero Morais

PLANEJAMENTO:
Melissa Soares

APOIO TÉCNICO:
Lucília Maria Zarattini Niffenegger

REVISÃO:
Lourdes Nascimento, Patrícia Falcão

TRADUÇÃO:
Julieta Sueldo Boedo (espanhol) e Marie-Anne
Henriette Jeanne Kremer (inglês)

TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS:
Valdeci da Silva Cunha

FICHA CATALOGRÁFICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965-
v. : il.
Anual de 1965-1969
A partir do v.19, n.1/2, 2012 passa a ser semestral
Título anterior: Revista da Universidade de Minas
Gerais, 1929-1964.
Inclui bibliografia.
ISSN: 2316-770X
1. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade
Federal de Minas Gerais.

CDD: 378.405 CDU: 378

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, n° 6627, Campus Pampulha
Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3011
CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
Endereço eletrônico: <revistadaufmg@ufmg.br>
Telefone: 55 31 3409 7231

Conselho editorial

Carlos Antônio Leite Brandão • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Débora d'Ávila Reis • INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Eliana de Freitas Dutra • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Hugo E. A. da Gama Cerqueira • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ivan Domingues • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Jacyntho Lins Brandão • FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • C/ARTE PROJETOS CULTURAIS, BRASIL.

Maurício Alves Loureiro • ESCOLA DE MÚSICA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Maurício José Laguardia Campomori • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi • INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Comissão editorial desta edição

João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Maria do Carmo de Freitas Veneroso • ESCOLA DE BELAS ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • C/ARTE PROJETOS CULTURAIS, BRASIL.

Maurício José Laguardia Campomori • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Regina Helena Alves da Silva • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Roberto Luís de Melo Monte-Mór • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Valéria de Fátima Raimundo • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Pareceristas desta edição

Altamiro Sérgio Mol Bessa • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

André M. Mendes • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Célio Augusto da Cunha Horta • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Fernanda Borges de Moraes • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Junia Ferreira Furtado • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Klemens Laschefski • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Luiz Henrique Assis Garcia • ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Rita Velloso • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Silke Kapp • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Weber Soares • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Cultura, leituras e vivências na cidade

Culture, readings and experiences in the cities

22

FRANCISCO JARAUTA
Construir a Cidade Genérica
Building the Generic City

24

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO
Um homem livre, uma cidade feliz
A free man, a happy city

36

CÁSSIO E. VIANA HISSA,
MARIA LUÍSA M. NOGUEIRA
Cidade-corpo
City-body

54

PORO
Manifesto por uma cidade lúdica e coletiva,
por uma arte pública, crítica e poética
Manifest for a playfull and collective city, for a
public, critical and poetic art

78

MARIA SALETE MAGNONI
Dois Barretos e um Rio de Janeiro
Two Barretos and one Rio de Janeiro

90

NILO O. NASCIMENTO,
JEAN-LUC BERTRAND-KRAJEWSKI,
ANA LÚCIA BRITTO
Águas urbanas e urbanismo na passagem do
século XIX ao XX
Urban waters and urbanism at the turn of the
nineteenth to the twentieth century

102

A metrópole contemporânea:
produção e apropriação

The contemporary metropolis: production and appropriation

134

EDWARD W. SOJA
Para além de *Postmetropolis*
Beyond *Postmetropolis*

136

GERALDO MAGELA COSTA
Aproximação entre teoria e prática urbana
Approaching urban theory and practice

168



190

ANDRÉIA MOASSAB
Territórios fragmentados
Fragmented territories

212

EDÉSIO FERNANDES
Estatuto da Cidade, mais de dez anos depois
City Statute, more than ten years later

234

HENRI ACSELRAD
Cidade – espaço público?
City – a public space?

248

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES
Catadores de materiais recicláveis, consumo
e valoração social
Recyclable material collectors, consumerism
and social appraisal

268

NAYARA A. SALGADO
'A pedra não para'
'The stone doesn't stop'

294

ALÍCIA DUARTE PENNA
A um passante
To a passerby

296

A cidade e as artes
The city and the arts

298

ISABELA PRADO
(In)visível sob a cidade
(In)visible under the city

306

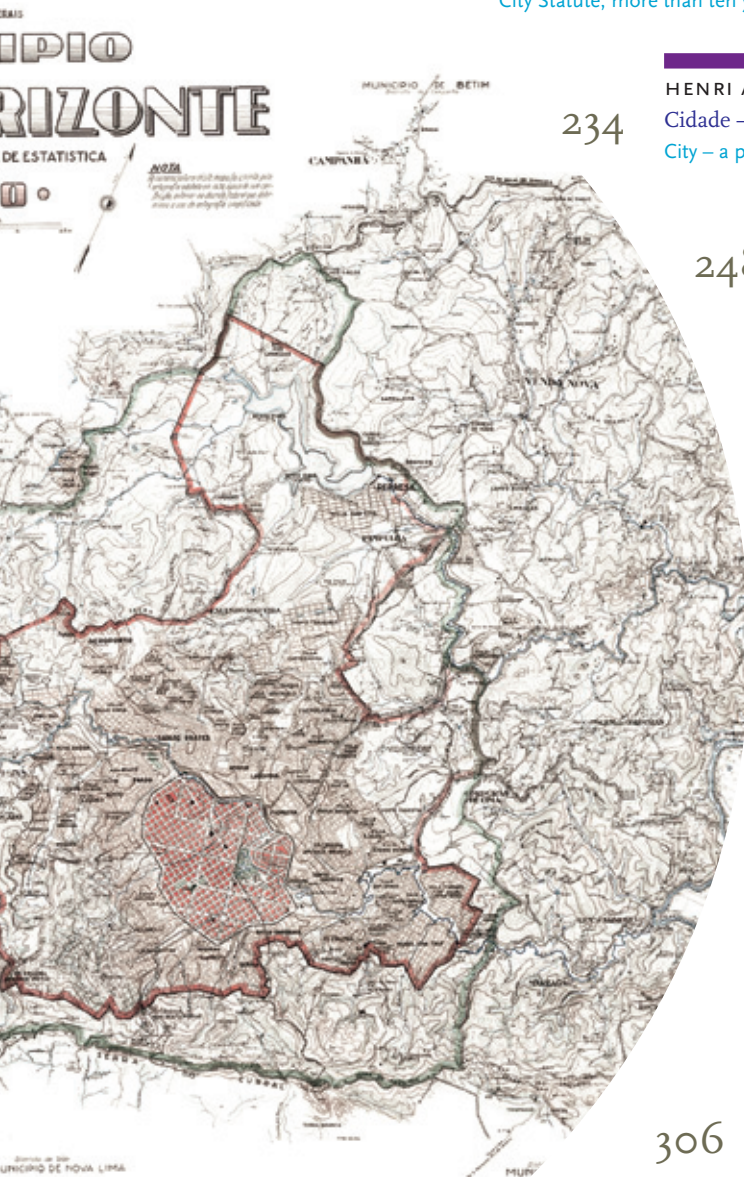
CÉLIA MARIA ANTONACCI RAMOS
Paris, a Cidade Luz no terceiro milênio
Paris, the City of Light in the third millennium

324

LETÍCIA LAMPERT
Conhecidos de Vista
People known by sight

336

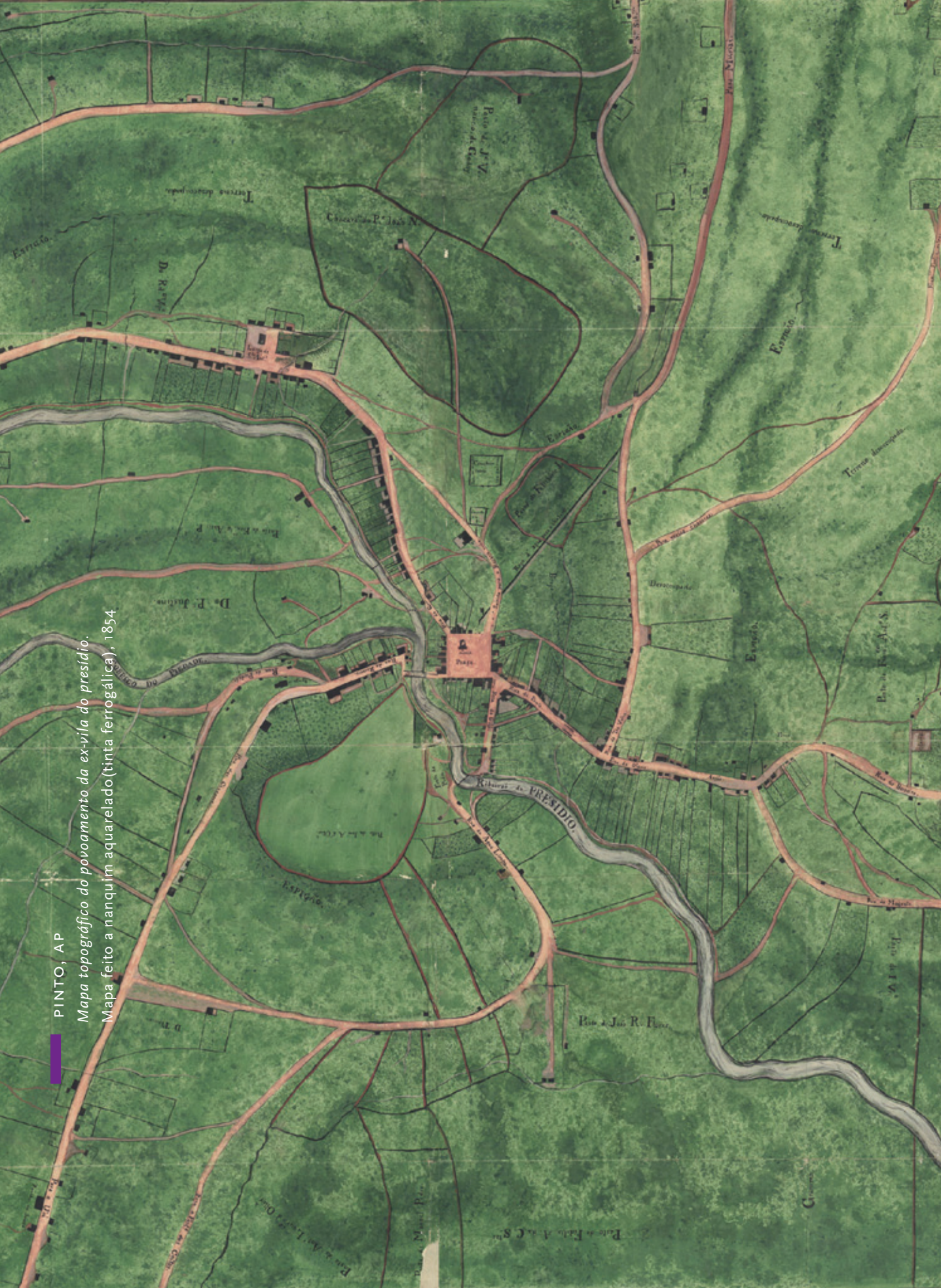
MARÍLIA ANDRÉS RIBEIRO
Entrevista com Frederico Morais
Interview with Frederico Morais



PINTO, AP

Mapa topográfico do povoamento da ex-vila do presidio.

Mapa feito a nanquim aquarelado (tinta ferrogálica), 1854



CIDADES:

viver, perceber, transformar

Os textos que compõem esta edição da Revista da Universidade Federal de Minas Gerais organizam-se em torno do tema *Cidades*. Uma das formas mais antigas de aglomeração espacial e de manifestação cultural, a cidade possivelmente constitui a síntese mais contundente da sociedade, expressando potencialidades e conflitos ao longo do tempo, muitos dos quais marcados claramente no espaço. Ao mesmo tempo e cada vez mais, a cidade é parte do cotidiano de um contingente expressivo da população mundial, sendo-o mais ainda da população brasileira. Mais do que uma evidência numérica, representada pelos elevados e crescentes graus de urbanização, são os modos de vida urbana – valores, aspirações e desejos, práticas socioespaciais, disputas em torno do uso e da apropriação do espaço, processos de produção e troca – que dão à cidade esta centralidade de significados na vida das pessoas.

A cidade é, por princípio, simultaneamente objeto e lugar da política e da ação coletiva, espaço do aprendizado e do reconhecimento da alteridade, valor de uso que dá sentido à noção de urbanidade. Entretanto, tal visão é permanentemente contestada pela hegemonia do valor de troca manifesta na luta pelo espaço, que contrapõe o direito à cidade às tendências privatizantes do chamado empreendedorismo urbano, ao consumo do espaço ou ao caráter excludente da dinâmica imobiliária e da produção do espaço de forma mais ampla. Por outro lado, as recentes manifestações políticas que tomaram as ruas das principais cidades do país nas últimas semanas, entre outros aspectos, contribuíram para resgatar o potencial político do espaço público, fundamental para a existência das cidades e da vida urbana.

Cultura, leituras e vivências nas cidades

O primeiro conjunto de textos parte de uma perspectiva humanista, correspondendo a olhares lastreados nas dimensões da cultura, da vivência e da experiência nas cidades, bem como em diferentes concepções e leituras possíveis de seus espaços. Alinhavando vários dos textos está a tentativa de compreensão das transformações pelas quais as cidades vêm passando ao longo do tempo, culminando na cidade contemporânea. O artigo do filósofo espanhol Francisco Jarauta, da Universidade de Murcia, traz uma instigante reflexão sobre a arquitetura nos contextos político, social e cultural das cidades contemporâneas. “Construir a cidade genérica” compara a configuração espacial herdada da cidade antiga com um novo espaço urbano, por ele considerado como um laboratório de relações que caracterizam a cidade na atualidade.

Carlos Antônio Leite Brandão destaca no artigo “Um homem livre, uma cidade feliz” a relação entre cidade e liberdade como potencializadora do processo de criação inerente à reunião das pessoas possibilitada pela cidade, contrapondo-se, portanto, à fragilidade e à diversidade próprias dos seres humanos, conforme defendido por Alberti ainda no século XV. A partir desse princípio, o artigo discute a liberdade e a felicidade que a cidade ajuda a construir e critica de forma enfática o modo contemporâneo de pensá-la e concebê-la, ressaltando as limitações dos espaços dele resultantes. Ao afirmar que “o maior ornamento da cidade é o cidadão”, o texto reforça uma perspectiva humanista que vai de encontro a muitas das tendências contemporâneas de produção do espaço.

As limitações e constrangimentos dos espaços da cidade, modelados mais para os automóveis do que para os corpos, são abordados no artigo “Cidade-corpo” de Cássio E. Viana Hissa e Maria Luísa Nogueira. Apoiando-se em uma criativa leitura de textos do geógrafo Milton Santos, os autores exploram as várias velocidades das cidades, de espaços lentos e rápidos, enfatizam as potencialidades do ato de caminhar pelas ruas, a capacidade do corpo de experimentar a cidade, de transgredir, provocando uma recíproca transformação nos sujeitos e na cidade.

Como contraponto da tendência dominante desenhada pelos artigos, segue-se o contundente “Manifesto por uma cidade lúdica e coletiva, por uma arte pública, crítica e poética” formulado pelo Poro.

As formas como as cidades são pensadas, construídas e percebidas podem potencializar ou dificultar o sentido público a elas atribuído. Tais formas e concepções se alteraram substancialmente no processo de modernização ocorrido no início do século XX, como apontam os dois textos que se seguem. O artigo intitulado “Dois Barretos e um Rio de Janeiro”, de Maria Salete Magnoni, contrapõe as visões e os registros da maciça reurbanização do centro do Rio de Janeiro no período, a partir de dois observadores da cidade que ocuparam lugares sociais bastante distintos: os escritores/jornalistas Lima Barreto e João do Rio.

As contradições da modernização, bem como as potencialidades e conflitos de concepções relativas à adoção de inovações tecnológicas, urbanísticas e sanitárias do período, estão presentes no artigo de Nilo de Oliveira Nascimento, Jean-Luc Bertrand-Krajewski e Ana Lúcia Britto. Como bem define seu título, “Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX: o trabalho de Saturnino de Brito”, o artigo explora as contribuições do engenheiro Francisco Saturnino de Brito sobre saneamento e urbanismo, no Brasil da passagem do século XIX ao XX. São discutidos os vínculos do engenheiro com a comunidade científica e técnica internacional, bem como os debates sobre higienismo, medicina, urbanismo, regulamentação urbana e gestão do saneamento em vários países. Cabe acrescentar que muitas das questões prementes à época continuam perturbadoramente atuais.

A metrópole contemporânea: produção e apropriação

O próximo conjunto de artigos se concentra nas tendências e contradições associadas à produção e apropriação da metrópole contemporânea, a partir de um referencial teórico oriundo da economia política e da produção social do espaço. O primeiro deles, “Para além de *Postmetropolis*”, de autoria do geógrafo americano Edward Soja, traz novas reflexões sobre ideias e temas abordados em seu livro *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*, publicado em 2000, relativas ao que considera três importantes desdobramentos: a redescoberta do poder gerativo das cidades, a difusão transdisciplinar das perspectivas espaciais críticas e o crescente interesse em regiões e regionalismo. Ao defender que o espaço substituiu o tempo

e a história como dimensão dominante, em função da sincronicidade do acesso à informação, Edward Soja tem apresentado grandes discursos sobre a metrópole contemporânea, marcada pela globalização, pela fragmentação e pela violência. O autor sugere que há uma virada espacial transdisciplinar nas ciências sociais e humanas e aposta em um renovado interesse no que chama de planejamento do bem-estar em nível regional manifesto em várias escalas espaciais, que busca se contrapor à submissão das cidades a um empreendedorismo competitivo, movido pelo *marketing* urbano e não pela preocupação com a redução da pobreza e da desigualdade. Numa espécie de premonição às recentes manifestações brasileiras, Soja aponta uma nova era de crises geradas pela reestruturação econômica em nível global, marcada por revoltas, motins e agitação, como uma resposta direta às novas condições pós-metropolitanas, ou o chamado urbanismo pós-moderno. Em termos espaciais aponta para uma clara mudança da urbanização metropolitana para uma urbanização regional.

Geraldo Magela Costa traz uma reflexão sobre a relação entre teoria, realidade e possibilidade das práticas nas cidades, entre elas a do planejamento urbano, no artigo intitulado “Aproximação entre teoria e prática urbana: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre”. O texto destaca algumas passagens da obra do filósofo francês para discutir processos socioespaciais urbanos. Como recurso analítico, procura entender dois momentos de aproximação entre teoria e prática: um primeiro, entre o pensamento filosófico e teórico e a realidade; e um segundo, entre o mundo real e a possibilidade da prática emancipatória. Para ilustrar esta última reflexão, o artigo se baseia em uma experiência recente de planejamento urbano/metropolitano realizada no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais: a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O interessante exemplo de Cabo Verde, um país africano arquipelágico, é abordado no artigo de Andréia Moassab, “Territórios fragmentados: Cabo Verde e os aspectos de uma urbanidade insular em tempos de globalização”. A autora discute conceitos como território, cidade e urbanidade, em tempos de globalização neoliberal, argumentando que, assim como a matriz funcional modernista foi pouco útil para estudar as cidades do final do século XX, tampouco a abordagem pós-modernista é esclarecedora para a compreensão de contextos urbanos atuais dos países

pobres. Argumenta que as teorias não conseguem explicar a inserção da cidade e do país na globalização. Ao apontar as particularidades do pós-colonialismo numa ilha que não experimentou necessariamente todos os estágios do processo de globalização, faz-nos rever as teorias e seu uso generalizado sem atentar para as histórias específicas dos lugares.

No campo das políticas públicas urbanas, Edésio Fernandes faz uma interessante discussão sobre algumas avaliações críticas de seu principal marco regulatório no artigo “Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo?” Considerado um esforço pioneiro na construção de um marco regulatório mais adequado para a promoção da reforma urbana, há já uma farta literatura discutindo sua eficácia social, bem como a natureza, as possibilidades e as restrições de uma legislação progressista diante de um processo sociopolítico variável. O artigo problematiza as avaliações usualmente feitas da aplicação do Estatuto da Cidade, procurando fornecer elementos para uma discussão mais geral sobre as expectativas, reais e falsas, existentes em torno das leis urbanísticas de diversos países para regulação de direitos e gestão fundiária, ordenamento territorial, planejamento urbano e habitação social. Neste sentido, o texto aposta na construção coletiva da regulação urbanística como uma condição necessária para a consolidação de um processo mais amplo e permanente.

O artigo de Henri Acselrad, “Cidade – espaço público? A economia política do consumismo nas e das cidades”, retoma o debate sobre a questão do público e do privado no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo, e do brasileiro em particular, identificando as cidades como o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. Argumenta que há conflitos em torno da distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos a eles associados e dos atores neles envolvidos. Analisa criticamente as noções prevalentes de progresso e desenvolvimento nas quais o consumismo se torna a principal meta dos indivíduos e famílias. Reforça a crítica em torno do que chama de cadeia produtiva do estilo de vida dominante nas cidades, na qual se articula o consumismo ao padrão macroestrutural de utilização do espaço, de seus recursos e das massas de capital em busca de rentabilização.

A questão do consumo nas cidades é abordada também por Beatriz Judice Magalhães, de outra perspectiva, no artigo “Catadores de materiais recicláveis, consumo e

valorização social”. O texto parte de entrevistas de bastante sensibilidade com catadores de materiais recicláveis, para refletir sobre as relações entre catadores, consumidores e a sociedade brasileira num contexto mais geral. Ao mesmo tempo discute os preconceitos sofridos pelos catadores, e as possibilidades de reconhecimento de seu trabalho, particularmente a partir da constituição do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O artigo problematiza alternativas de inclusão e o papel dos catadores na cidade contemporânea, constituindo desta forma uma ponte para a percepção das dimensões ambientais da urbanização. Traz à tona o debate sobre um importante desafio para a sociedade de consumo, qual seja, a reinserção dos resíduos no processo produtivo, bem como, e principalmente, a inserção social deste segmento social representado pelos catadores.

O artigo de Nayara Salgado, intitulado “‘A pedra não para’: um estudo sobre a *cracolândia* na cidade de Belo Horizonte/MG”, aborda algumas transformações no espaço urbano do bairro da Lagoinha que culminaram na apropriação de partes de seu espaço por usuários de drogas, associado ao processo de decadência deste espaço pericentral da cidade. O bairro representa um patrimônio cultural importante na memória da cidade, tendo já passado por algumas intervenções urbanísticas significativas. O artigo toma como referência pesquisa que buscou apreender a realidade do lugar a partir das representações midiáticas e de seus moradores.

Fechando este conjunto de textos, o belo poema “A um passante”, de Alícia Duarte Penna, ilustrado por Priscila Musa.

A cidade e as artes

O próximo conjunto de textos aborda de forma mais específica algumas relações entre arte e cidade, seja discutindo criticamente e realizando intervenções na cidade, seja problematizando o papel que as artes e a cultura de forma geral, principalmente aquelas decorrentes de políticas públicas da área, representam como possibilidades de compreensão das diferenças e desigualdades existentes na cidade. Assim, a temática das mudanças e permanências identificadas nas cidades, principalmente na relação entre artefato e natureza, inspira artistas como Isabela Prado com

seu texto “(In)visível sob a cidade: o projeto *Entre Rios e Ruas*”, que busca identificar as águas e a natureza, que desaparecem sob a imperiosidade da urbanização contemporânea. Composto por desenhos, fotografias, objetos, vídeos, instalações e *performances*, o projeto faz uma criativa reflexão sobre as relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo ao trazer à tona as marcas de rios e córregos presentes na paisagem urbana.

Já Célia Maria Antonacci Ramos explora a experiência de caminhar pelas ruas da cidade, Paris, neste caso, identificando a forte presença da migração internacional e a criação artística dela proveniente, pouco perceptível para o sistema de artes estabelecido. Em seu texto “Paris, a cidade luz no terceiro milênio”, a autora se pergunta como, e até que ponto, o sistema das artes e os artistas, críticos e curadores interferem nos debates sobre a integração das pessoas no espaço de convivência coletiva da cidade contemporânea.

“Conhecidos de Vista: a cidade e suas janelas indiscretas” é o projeto de artes visuais e fotografia a partir do qual Letícia Lampert discute as relações entre vizinhos que não se conhecem, mas têm suas janelas próximas demais umas das outras. Com base em depoimentos e imagens coletados e tendo como referência filmes como *Janela indiscreta*, de Alfred Hitchcock, e *Medianeras*, de Gustavo Taretto, o texto aborda questões como a influência da especulação imobiliária na vida das pessoas, bem como a importância de ver e ser visto na cidade.

Fechando este número encontra-se a ilustrativa entrevista com o crítico e curador Frederico Moraes, realizada pela historiadora da arte Marília Andrés Ribeiro. Residente há vários anos no Rio de Janeiro, o crítico faz uma instigante reflexão sobre momentos significativos de sua trajetória, tais como os percalços vividos no período da ditadura militar nos anos 1960/1970 como crítico militante e curador de exposições inovadoras e marcantes, ou experiências como professor nas quais o cotidiano da cidade se destaca como uma importante presença nas experiências dos alunos e dos artistas.

Esperamos que tenham uma boa leitura.

Comissão Editorial

CITIES:

live, perceive, transform

Cities is the theme of the texts included in this edition of the Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. One of the oldest forms of spatial agglomeration and cultural manifestation, the city is possibly the most striking synthesis of society, expressing potentialities and conflicts over time, many of which are clearly marked in space. Simultaneously and increasingly, the city is part of the daily life of a large contingent of the world's population, and it is even more so when it comes to the Brazilian population. More than the evidence expressed in numbers, represented by the high and increasing degrees of urbanization, it is the modes of urban life - values, aspirations and desires, socio-spatial practices, disputes over the use and appropriation of space, production and exchange processes - that confer the city this centrality of meanings in people's lives.

The city is, in principle, both an object and place of politics and collective action, a space of learning and recognition of otherness, use value that grants sense to the notion of urbanity. However, such a view is constantly challenged by the hegemony of the exchange value manifested in the struggle for space, which opposes the right to the city's privatizing tendencies of the so-called urban entrepreneurialism, its predisposition to consumption of space or to the exclusionary character of real estate dynamics, and to the space production in a broader sense. On the other hand, the recent political demonstrations that took over the streets of the main cities in the country in recent weeks, among other aspects, helped rescue the political potential of public space, fundamental to the existence of cities and urban life.

Culture, readings and experiences in the cities

The first set of texts brings a humanistic perspective translating not only views on city culture and experience, but also on different conceptions and possible readings of their spaces. Several texts seek the understanding of the transformations that many cities have undergone along the years, culminating in the contemporaneous city. Spanish philosopher Francisco Jarauta's article of the University of Murcia offers an intriguing reflection on the architecture in the political, social and cultural contexts of the contemporary cities. "Building the generic city" compares the spatial configuration inherited from the ancient city with a new urban space, which he considers a laboratory of relationships that feature the city of the present.

In his article "A free man, a happy city", Carlos Antônio Leite Brandão highlights the empowering mechanism of creation in the relationship between the city and freedom, inherent to the gathering of people enabled by the city, thus opposing the fragility and diversity proper to human beings, as advocated by Alberti already in the fifteenth century. From within this principle, the article discusses freedom and happiness that the city helps build, and strongly criticizes the contemporaneous way of thinking and conceiving it, stressing the limitations of the spaces arising from it. As the text asserts that "the citizen is the city's greatest ornament", it supports a humanistic perspective that opposes many contemporary trends of space production.

The limitations and constraints of the city spaces, designed more for automobiles than for bodies, are approached in the article "City-body" by Cássio E.V. Hissa and Maria Luísa Nogueira. Supported by a creative reading of texts by geographer Milton Santos, the authors explore the many speeds in the cities, both slow and rapid spaces, emphasizing the potentialities of the act of strolling through the streets, the body capacity of experiencing the city, of transgressing, producing a reciprocal transformation in the subjects and the city.

As a contrast to the mainstream trend traced by the articles, follows the decisive "Manifest for a ludic and collective city for a public, critic and poetic art" composed by Poro.

The ways by which the cities are thought, built and perceived may strengthen or weaken the public sense they have been assigned. Such forms and conceptions have been substantially modified in the modernization process that took place in the beginning of the twentieth century, as the two following texts indicate. The article "Two Barretos and one Rio de Janeiro" by Maria Salete Magnoni, contrasts the views and records of the massive reurbanization of the center of Rio de Janeiro in the period, from the standpoint of two observers of the city that had very different social standings: the writers/journalists Lima Barreto and João do Rio.

The modernization contradictions, as well as the potentialities and conflicts of the conceptions related to the adoption of technological, urbanistic and sanitary innovations at the time are found in the article by Nilo de Oliveira Nascimento, Jean-Luc Bertrand-Krajewski and Ana Lúcia Britto. As well defined by its title, “Urban waters and urbanism at the turn of the 19th to the 20th century: Saturnino de Brito’s work”, the article explores the contributions by engineer Francisco Saturnino de Brito to sanitation and urbanism at the turn of the 19th to the 20th century in Brazil. The relationship between the engineer and the international scientific and technical community, as well as the debates on hygienism, medicine, urbanism, urban regulation and sanitary management in many countries are discussed. Noteworthy is the fact that many of the pressing issues at the time are still disturbingly present.

The contemporary metropolis: production and appropriation

The next set of articles emphasizes the trends and contradictions linked to the production and appropriation of the contemporary metropolis from a theoretical reference originated by the political economy and the social production of space. The first text, “Beyond *Postmetropolis*”, by American geographer Edward Soja, sheds new reflections on the ideas and themes approached in his book *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*, published in 2000, related to what he considers the three important developments: the rediscovery of the generative power of the cities, the transdisciplinary diffusion of the critical spatial perspectives, and the growing interest in regions and regionalism. Advocating that space replaced time and history as a mainstream dimension due to the synchronicity of the access to information, Edward Soja has presented great discourses on the contemporary metropolis, marked by globalization, fragmentation and violence. The author suggests that there is a transdisciplinary spatial turn in social and human sciences, and believes in a renewed interest in what he calls welfare planning in regional terms manifested in several space scales, that seeks to oppose the submission of the cities to a competitive entrepreneurialism moved by the urban marketing instead of investing in poverty and inequality reduction. In a kind of premonition of the recent Brazilian manifestations, Soja points to a new age of crisis generated by the economic restructuring on a global basis, marked by riots, rebellions and unrest as a direct response to the new post-metropolitan conditions, or the so-called postmodern urbanism. In spatial terms, he sees a clear change from the metropolitan urbanization to a regional urbanization.

Geraldo Magela Costa contributes with a reflection on the relationship among theory, reality and the possibility of praxes in the cities, including the urban planning praxis, in the article named “Approaching urban theory and practice: reflections on Henri Lefebvre’s thought”. The text highlights some passages of the French philosopher’s work to discuss urban social-spatial processes. As an analytical resource, he tries to understand two moments of approach between theory and praxis: the first one is between the philosophical and theoretical thought and reality, and the second one between the real world and the possibility of the emancipatory praxis. To illustrate this last reflection, the article is based on a recent experience of urban/metropolitan planning that was carried out by the Federal University of Minas Gerais: the elaboration of the Guiding Plan of Integrated Development for the Metropolitan Region of Belo Horizonte.

The interesting example of Cape Verde island, an African country, is approached in Andréia Moassab’s article, namely “Fragmented territories: Cape Verde and the aspects of an island urbanity in times of globalization.” The author discusses concepts such as territory, city and urbanity in times of neoliberal globalization, arguing that, as the modernist functional matrix, it was scarcely useful to study the cities in the end of the twentieth century, nor has the postmodernist approach been a spotlight on the understanding of current urban contexts of poor countries. She argues that the theories cannot explain the inclusion of the city and the country in globalization. As she points out the particularities of postcolonialism on an island that has not necessarily undergone all the stages of the globalization process, she makes us review the theories and their generalized use without considering the specific history of the places.

In the field of urban public policies, Edésio Fernandes discusses some critical assessments of his regulating cornerstone in the article “City Statute, more than 10 years later: reason for disbelief, or for optimism?”. Considered a groundbreaking effort in the building of a regulating cornerstone more properly fit to the urban reform furthering, there is already vast literature not only discussing its social efficacy, but also the nature, the possibilities and the restrictions of a progressive legislation facing a variable sociopolitical process. The article discusses the assessments usually made by the enforcement of the City Statute, trying to offer elements for a more general debate on expectations, real and false, that exist around the urbanistic laws of several countries for the regulation of land rights and management, territorial ordering, urban planning and social habitation. In this sense, the text believes in the collective building of the urbanistic regulation as a necessary condition for the consolidation of a broader and permanent process.

Henri Acselrad's article "City – a public space? The political economy of consumerism in and of the cities" retrieves the debate on the public and private issue in the context of the contemporary capitalism transformations, the Brazilian one in particular, identifying the cities as the place of consumerism and of the consumerism of place. It stresses that there are conflicts over the distribution of private and public spaces, of the associated issues, and of the actors involved in it. It critically analyzes the prevalent notions of progress and development in which consumerism becomes the main goal of individuals and families. Moreover, it hardens the criticism on what he names the productive chain of the mainstream life style in the cities, on which consumerism is hinged to the macrostructural pattern of space use, of its resources and of capital mass seeking profit.

The consumption issue in the cities is also approached by Beatriz Judice Magalhães from another perspective in the article "Recyclable material collectors, consumption and social assessment". The text is based on interviews of great sensitivity with recyclable material collectors in order to ponder on the relationship among collectors, consumers and the Brazilian society in a more general context. The text also discusses the prejudice that collectors undergo, and the acknowledgement possibilities of their work, particularly since the constitution of the National Movement of Recyclable Materials Collectors and the approval of the National Policy on Solid Waste. The article approaches the inclusion alternatives and the role of the collectors in the contemporaneous city, building a bridge to the perception of the environmental dimensions of urbanization. It raises the debate on a central challenge to the consumer society, that is, the reinsertion of waste in the productive process, besides, and mainly, the social inclusion of this social segment represented by collectors.

Nayara Salgado's article named "The stone doesn't stop: a study on *Cracolândia* in the city of Belo Horizonte/Minas Gerais" approaches some of the transformations in the urban space of Lagoinha district that ended up with the appropriation of parts of their space by drug users, linked to the process of decay of this area. The neighborhood represents an important cultural heritage for the city's memory, having undergone some important urban interventions. The article is based on a research that tries to understand the reality of the place from media representations and from their dwellers.

Closing this set of texts, Alcía Duarte Penna's poem "To a passerby" is illustrated by Priscila Musa.

The city and the arts

The next set of texts approaches more specifically some relations between arts and the city, both critically discussing and making interventions in the city, and questioning that the role of arts and culture in general terms, especially those arising from public policies of the area, represent possibilities of understanding the differences and inequalities residing in the city. Thus, the themes around changes and permanence found in the cities, particularly in the relationship between artifact and nature, inspire artists as Isabela Prado in her text “(In)visible under the city: the *Among Rivers and Streets* Project”, that seeks to identify the waters and nature that disappear under the imperiousness of the contemporary urbanization. Gathering designs, photographs, objects, videos, installations and performances, the project weaves a creative reflection on the relations among the city, the environment and the individual coming up with the marks of rivers and creeks present in the urban landscape.

Célia Maria Antonacci Ramos explores the experience of walking the streets of the city, here Paris, identifying a strong presence of the international migration and the artistic creation arising from it, scarcely perceivable to the established art system. In her text “Paris, the city of light in the third millennium”, the author asks herself how, and to what extent, the system of arts and artists, critics and curators interfere with the debates on the integration of persons in the collective gathering space of the contemporary city.

“People known by sight: the city and its indiscreet windows” is the project of visual arts and photography from which Letícia Lampert extracts the discussion on the relationship among neighbors that do not know each other, but have windows too close. Based on reports and images collected and referring to movies like *Rear Window* by Alfred Hitchcock, and *Medianeras* by Gustavo Taretto, the text approaches issues such as the influence of the real estate speculation on people’s lives, besides the importance of seeing and being seen in the city.

Closing this number is the illustrative interview with critic and curator Frederico Moraes, made by art historian Marília Andrés Ribeiro. Residing in Rio de Janeiro for many years, the critic makes an intriguing reflection on meaningful moments of his trajectory, such as the mishap lived during dictatorship in the years 1960/1970 as militant critic and curator of innovative and striking exhibitions, or experiences as a professor in which the day-by-day of the city is highlighted as an important presence in the experience of students and artists.

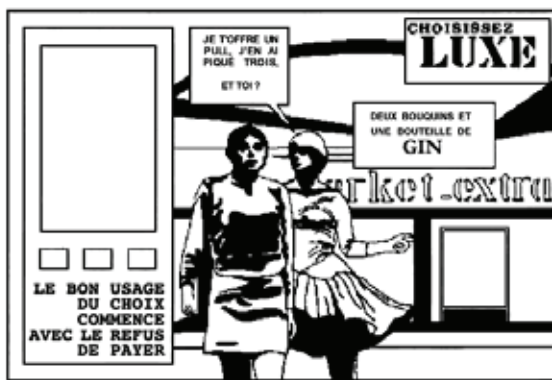
We hope you enjoy your reading.

Editorial Board

CULTURE, READINGS AND
EXPERIENCES IN THE CITIES



I
CULTURA,
LEITURAS E
VIVÊNCIAS
NAS CIDADES



Camarades, ceci n'est qu'un commencement. Pour en savoir plus long sur vous-mêmes, pour reconnaître rapidement vos possibilités, lisez la revue "INTERNATIONALE SITUATIONNISTE". LE NUMÉRO 11 VIENT DE PARAITRE, BOITE POSTALE 307 03 PARIS,

internationale situationniste

CONSTRUIR A CIDADE GENÉRICA*

FRANCISCO JARAUTA**

RESUMO O texto discute a importância da reflexão sobre a arquitetura nos contextos político, social e cultural das cidades contemporâneas, acompanhando as mudanças introduzidas pelas novas formas civilizatórias. Aponta a configuração da cidade genérica como um novo espaço urbano e um laboratório de relações que se confronta diretamente com o modelo herdado da antiga cidade. Dialoga com o pensamento de arquitetos e filósofos sobre questões que emergem da nova configuração da cidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE Arquitetura radical. Cidade contemporânea. Internacional Situacionista.

BUILDING THE GENERIC CITY

ABSTRACT Abstract: The importance of the reflection on architecture in the political, social and cultural contexts of the contemporaneous cities, side by side with the changes introduced by the new civilizing forms is discussed. The generic city configuration is seen as a new urban space and a laboratory of relationships that is directly confronted with the ancient city inherited model. The architects' and philosophers' thought on issues emerging from the new configuration of the contemporaneous city is approached.

KEYWORDS Radical architecture. Contemporaneous city. Situationist International.

* Versões deste artigo foram publicadas em *Salamanca: Revista de Estudios*, n. 49, 2002, e *DC Papers – Revista de Crítica y Teoría de la Arquitectura*, n. 23, jun. 2012.

**Catedrático de Filosofia da Universidad de Murcia (Espanha). Membro dos comitês científicos da Fundación Botín, do World Political Forum e do Instituto Europeo di Design/Madrid. *E-mail*: <fjarauta@gmail.com>.

Revisão técnica da tradução, referências, resumo e palavras-chave de Marília Andrés Ribeiro – Diretora da C/Arte Projetos Culturais, Vice-presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte e Presidente do Instituto Maria Helena Andrés.

O debate sobre a arquitetura contemporânea deixou de ser hoje um debate autorreferencial. Se nas últimas décadas a discussão tinha se limitado ao círculo da discussão pós-moderna – atenta principalmente a determinados experimentos formais e estéticos –, a partir dos anos 1990 os problemas são outros e a arquitetura se apropria de uma série de novos contextos políticos, sociais e culturais, próximos às grandes mudanças que definem e caracterizam a nossa época. Essas mudanças são pensadas a partir de uma dimensão globalizada que, por um lado, permitiu a superação de certos esquemas interpretativos e críticos, e, por outro, levou a arquitetura a se questionar sobre novos problemas, mais próximos às condições advindas das mudanças culturais do habitar humano.

O mapa que decorre dessa mudança de posição é surpreendente. A arquitetura passou a ser, neste momento, um dos laboratórios de análise e discussão mais ativos em relação ao debate contemporâneo sobre as grandes mudanças civilizatórias que a humanidade está realizando. Essa relação com a época atravessa, hoje, duas frentes complementares de questões que, na sua articulação, possibilitam um novo discurso e novas propostas.

A primeira tem a ver com a emergência de novos problemas, advindos principalmente do crescimento da população mundial e de sua distribuição urbana. Assistimos, ao longo do século XX, a uma mudança qualitativa de consequências incalculáveis. Dos 1,3 bilhões de habitantes do início do século, passamos a 7 bilhões no final do século XX. Dessa população, em 1900 apenas 10% viviam nas cidades; no ano 2000, a população urbana superava 65%, indicando um processo irreversível que não é necessário comentar aqui, mas que anuncia uma transformação radical no mapa urbano herdado do século XX. Sem aprofundar a análise, o fator demográfico foi um dos agentes mais importantes da transformação do mundo contemporâneo. Uma leitura cuidadosa da análise de Paul Kennedy ou do *Global Urban Observatory* nos permitirá situar este problema como a matriz mais dinâmica em relação a outros numerosos problemas que ocorrem da mesma forma, aspectos

que se relacionam aos fluxos migratórios, ao aparecimento de novas concentrações urbanas, ao empobrecimento dos sistemas de vida e à crise das identidades culturais. Bastaria lembrar que, das 33 megalópoles anunciadas para 2015, 27 estarão localizadas nos países menos desenvolvidos, entre as quais 19 estarão na Ásia.

Esse mapa humano, perante o qual fica difícil se manter neutro, levanta novos e prementes interrogantes de que a arquitetura contemporânea se apropriou. Em primeiro lugar, a cidade passou a ser um dos problemas centrais da discussão e se transformou no espaço que melhor articula todas as variantes culturais, sociais e antropológicas com as quais a arquitetura dialoga. Nela convergem processos complementares que apontam a urgência de uma reflexão.

Em contrapartida, é um processo de desterritorialização progressiva do que é político, uma vez que a cidade passa a ser o lugar mais real politicamente falando. A abstração crescente que atinge os sistemas de representação política – inscritos na tendência de uma globalização cada dia mais forte – e a defesa do que é local como espaço e marco de identificação básica adquirem uma dimensão nova que pode ser concretizada em todas aquelas dimensões que definem, social e culturalmente, o projeto de uma sociedade determinada. Esse espaço coincide com o território do que é considerado local, seja a cidade, seja a região etc. Mas de todas essas variantes é a cidade a que melhor define a particularidade específica das formas de habitar. Nasce assim uma complexidade nova, que na tensão entre global/local se coloca direcionada para a defesa daqueles sistemas de representação capazes de atuar como referentes funcionais do social, do cultural e do político. Na cidade é projetado e construído o espaço social, são trocados sistemas simbólicos, que a partir da apropriação individual fazem com que seja possível uma identidade cultural básica e transitória.

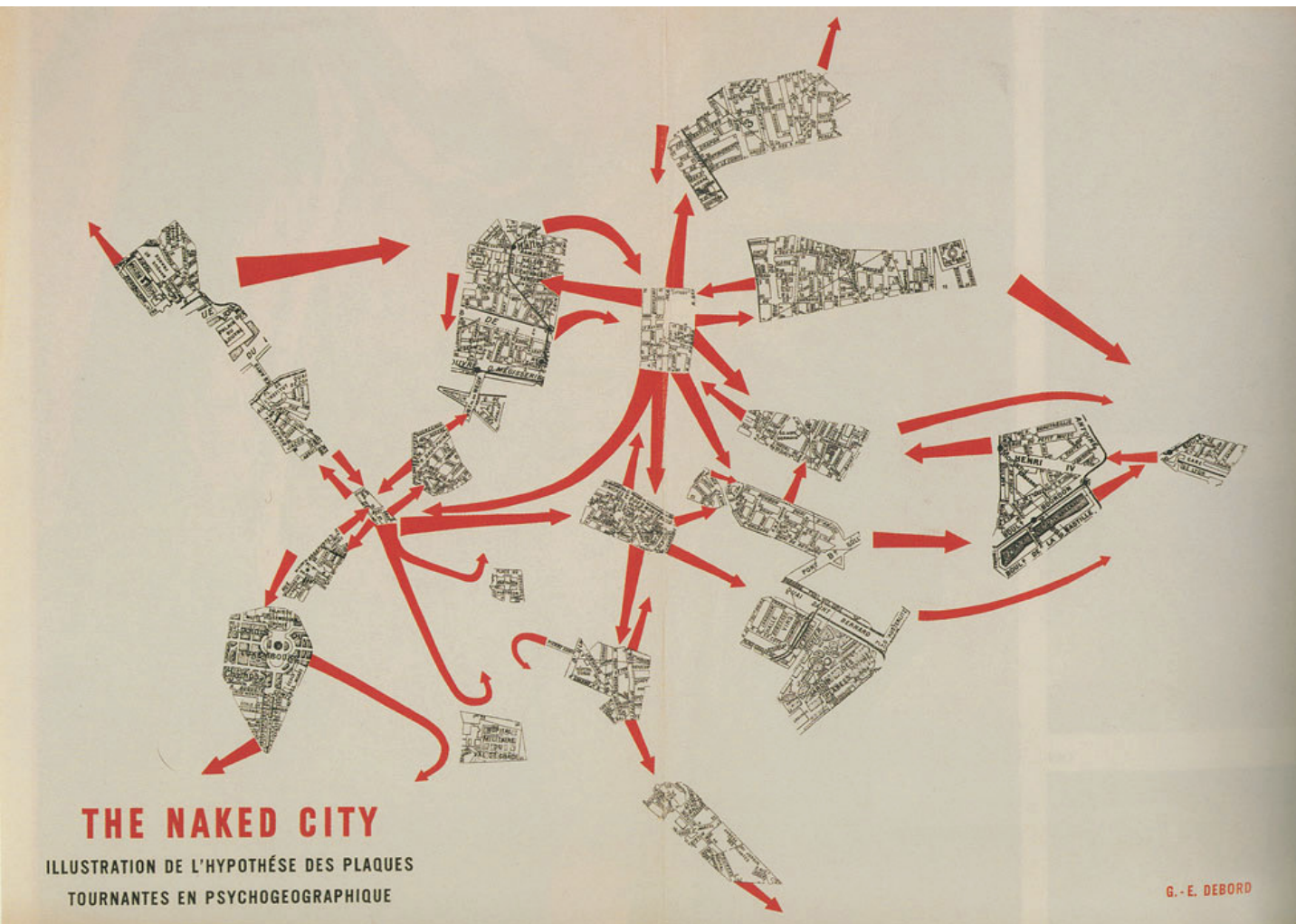
Porém, ao mesmo tempo, a cidade se transformou no espaço por excelência de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo

A cidade se transformou no espaço por excelência de representação e expressão das novas tensões sociais, culturais e políticas do mundo contemporâneo

contemporâneo. Paradoxalmente, a primeira variante que a transformava no espaço mais real, politicamente falando, é acompanhada pelo efeito proveniente de uma nova complexidade que problematiza o aparente efeito identitário que lhe tinha sido atribuído. A cidade é, cada vez mais, o cenário de derivas e fluxos, encontros e fugas produzidos no território que articula os sujeitos que a percorrem, suas formas de vida, suas necessidades e ansiedades. As marcas, os sinais de diferenciação e identidade ou reconhecimento constituem uma economia do simbólico que Richard Sennet ou Paulo Virilo identificaram em sua dimensão funcional. São elas as que articulam o difícil equilíbrio – cada vez mais frágil – das novas complexidades sociais.

É assim que surge um novo território urbano, que Rem Koolhaas definiu como a *cidade genérica*. Cenário da nova complexidade, é constituído na forma urbana que transforma os esquemas da cidade histórica, sua memória e força simbólica, para se deslocar em direção ao lugar neutro da coexistência de grupos sociais, culturais, de gêneros, línguas e religiões diferentes. A *cidade genérica* passa a ser o novo laboratório de relacionamentos, olhares, tolerâncias e reconhecimentos que confrontam diretamente o modelo herdado da antiga cidade, dominada pela memória de um tempo sobre o qual se construía a história de uma identidade. O novo *corpo social* – como escrevera Foucault – se apresenta a partir das marcas de múltiplas diferenças reunidas apenas no provisório e frágil modelo dos novos relacionamentos sociais. Não se trata de uma identidade construída a partir do segmento dominante dos tempos comuns, mas sim da interferência de tempos e vozes, de memórias e narrações diferentes.

Porém, ao mesmo tempo, a *cidade genérica*, que se constrói de acordo com a lógica da expansão e da acumulação, representa outro modelo de conceber e mostrar a cidade. O enfraquecimento de uma identidade dominante é seguido pela produção de uma estrutura urbana radial e periférica, que Pierre Bourdieu analisou cuidadosamente compreendendo-a como o lugar da representação negada do social. A *cidade genérica* produz um novo ser social, construído de matéria híbrida das diferenças, das ausências forçadas pela distância do lugar de origem, da voz suspensa, do olhar extraviado. Esse novo ser social irrompe na *cidade genérica* descentralizando seu sistema simbólico de poder, aquele que nomeia e legitima os nomes e rituais da história hegemônica.



Guy Debord, "Naked City" - Mapa Psicogeográfico de Paris, 1957

Habitar a *cidade genérica* implica se situar no espaço aberto das estruturas difusas geradas pelos fluxos humanos que percorrem a cidade. Esse novo território constitui hoje um desafio crescente para o trabalho de projeção e urbanização que a arquitetura precisa resolver. Os referentes, a partir dos quais é possível pensar nas respostas, agora estão condicionados, tanto pelas complexidades novas, quanto pelas possibilidades de respostas definidas a partir das novas tecnologias. É esse novo lugar, no qual de alguma maneira convergem os problemas e as disponibilidades técnicas, que faz com que o trabalho da arquitetura demande hoje novas respostas. Possivelmente, o que ficou para trás é uma tradição difícil de restaurar e que

encontrava nos princípios do humanismo as referências programáticas para pensar o projeto. Hoje, tudo mudou, e projetar está ligado à necessidade de interpretação e decisão política sobre o território emergente do mundo.

Porém, entre as ideias e os fatos se abre, novamente, a fenda dos usos e esquecimentos. Sempre que retornarmos a uma nova leitura dos ideais da arquitetura do século XX, até à crise do movimento moderno, chegaremos a pensar que sua dificuldade, para não dizer fracasso, foi não ter conseguido ser uma ferramenta eficaz para a construção de formas políticas democráticas ou teorias da igualdade social, tal como Georges Bataille assinalara, já em alguns dos seus escritos do *Collège de sociologie*. A cidade e o projeto foram sempre pensados a partir da necessidade, não da forma ou do cânone, mas sim da própria noção de liberdade. É acertadíssima a opinião de Jeffrey Kipnis, quando insiste na pertinência de considerar o valor social e cultural da liberdade como uma das metas da arquitetura, uma meta sempre comprometida com o conflito entre o individual e o coletivo; uma abstração que é discutida sem possibilidade de resolução por meio de teorias políticas e filosóficas, mas que se encontra na base de toda forma de civilização. Não por acaso, seria necessário voltar a pensar na democracia como uma forma política e na sua construção como o trabalho central de um sujeito que contribuisse para a complexa determinação das formas de vida entendidas em seu sentido mais amplo.

Partindo dessa perspectiva, a arquitetura incide de maneira direta no território culturalmente determinando, pensando e decidindo sobre o sistema possível de formas que definem o projeto. Porém, o projeto deve pensar inevitavelmente na tensão daquele território para fazer com que sejam possíveis liberdades provisórias em situações concretas, liberdades como as experiências, como as sensações ou como aqueles efeitos que acompanham a experiência. Essa fronteira que percorre os extremos da liberdade como princípio social foi o território preferido daqueles que

Essa fronteira que percorre os extremos da liberdade como princípio social foi o território preferido daqueles que participaram da *Internacional Situacionista*

participaram da *Internacional Situacionista*,¹ no final dos anos 1950. Sua luta foi idealizada pela conquista da liberdade no marco privilegiado da cidade, pensado como o lugar natural dos conflitos sociopolíticos e das novas mudanças sociais. Desde a *dérive* de Guy Debord – compreendida como uma técnica de trânsito fugaz através de situações que mudam – até o projeto *New Babylon* de Constant, foi elaborada uma série de ideias e de projetos, cuja intenção principal não era outra senão a de construir espaços abertos para sujeitos nômades, cuja forma de vida sempre transitória se definia de acordo com a lógica dos acontecimentos, tal como foi sugerido mais tarde pela *Walking City*, projeto realizado por Archigram em 1963.

Da mesma forma, os componentes do movimento *Arquitetura radical* (1965-1975) questionaram o modelo de sociedade industrial e seus projetos urbanos como estavam se desenvolvendo nos anos 1960 na Europa. Andrea Branzi dava uma primeira interpretação dela: “A arquitetura radical se situa no interior de um movimento mais amplo de liberação do homem das tendências da cultura contemporânea, uma liberação individual entendida como rejeição a todos os parâmetros formais e morais que, agindo como estruturas inibidoras, atrapalham a realização plena do indivíduo”. É, nesse sentido, um *lugar cultural*. De fato, esse *lugar cultural* remetia ao amplo debate de ideais que percorre de forma plural as diferentes disciplinas que orientavam a construção de uma civilização industrial, base da atual. Perante ela se afirmavam dois dispositivos complementares: um, dominado pela crítica das formas e legitimações que acompanhava a instrumentalização do movimento moderno, prisioneiro de aplicações e utilidades; outro, a busca de novos procedimentos para construir novos territórios sobre os quais reinventar a ordem do cotidiano. Tanto em um aspecto quanto no outro, coincidem uns e outros ao se apropriar da crítica de uma ideologia da forma, de um positivismo da função e da mecanização, causas principais de um processo crescente de abstração e homologação que deixa a porta aberta para o abandono das condições humanas do projeto. Esse conflito entre o público e o privado, entre o indivíduo e a sociedade, que já tinha sido apontado pelos situacionistas, voltava agora com novos argumentos e projetos, enquadrado em um contexto cultural e político novo.

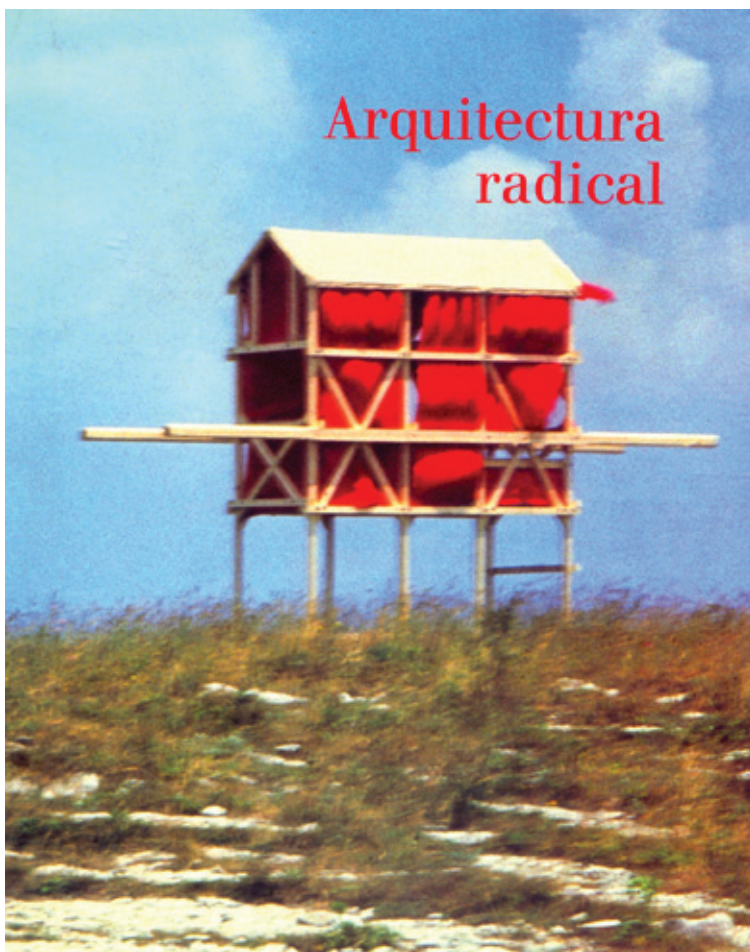
Tratava-se de uma crítica que, já a partir dos anos 1950, percorria da mesma forma as abordagens da arte e da arquitetura, situadas então em uma distância crítica

1. Situacionismo é um movimento de artistas que ocorreu na Europa, nos anos 1950/1960, que propunha fazer o mapeamento afetivo das cidades, por meio da ação “à deriva” dos artistas nas ruas. O principal articulador do movimento foi Guy Debord, que fundou na Itália, em 1957, a *Internacional Situacionista*, cuja revista, editada por mais de dez anos, inaugurou o discurso libertário que ganharia o mundo a partir dos acontecimentos de maio de 1968. Guy Debord foi também o autor do livro *A sociedade do espetáculo*.

2. *Archigram Architects* é um grupo de arquitetos que atuou na Inglaterra, entre 1962 e 1976. Usavam o método de arquitetura pautado pelo desenho. Suas ideias questionavam as convenções formais em favor da livre associação, de proposições futuristas e utópicas e da construção de uma arquitetura efêmera e radical em sintonia com as propostas experimentais da arte contemporânea. Participavam do grupo os artistas Warren Chalk, Dennis Crompton, David Greene, Ron Herron e Michael Webb.

que interroga os princípios do movimento moderno e das vanguardas históricas, os novos humanismos, ou as ilusões do socialismo utópico. Era necessário ir além das confrontações estereis e abrir a cultura do projeto para outros territórios, assim como os situacionistas tinham interpretado. O que estava em jogo era a defesa de um novo uso social da cultura perante o projeto global de uma nova interpretação do que era moderno. Em 1968, Archigram² definia assim as ideias centrais do seu trabalho: “Para os arquitetos, a questão é saber se a arquitetura participa na emancipação do homem ou se opõe a ela quando simula um tipo de vida estabelecido de acordo com as tendências atuais”. Na realidade, tratava-se de plantas e projetos novos, de gestos liberadores diante de uma situação definida a partir dos princípios do movimento moderno.

Catálogo da exposição
Arquitectura Radical,
MUVIM, Valencia, Espanha,
7 nov. - 2 dez. 2001 –
Fotografia de “La Palantina”,
Michele de Lucchi/Grupo
Cavart, 1976



Perante uma realidade construída a partir de pressupostos que o movimento moderno terminava por legitimar, abria-se um novo espaço utópico no qual se podia pensar em outra história, outra cidade, outra forma de habitar. A tensão utópica que tinha atravessado as vanguardas voltava agora ao marco crítico e radical daqueles que pensavam que a arquitetura é feita com ideias e que é o pensamento que define as formas do espaço e da experiência. Provavelmente, o que eles projetavam eram apenas sonhos, que em última instância são a narração de um desejo que insiste e luta contra a fatalidade; mas foram os sonhos que animaram a ideia de uma sociedade utópica para além das condições de que a época tinha se apropriado.

Um olhar para os experimentos dos anos 1960, aos quais nos referimos aqui, cobra uma atualidade maior se pensarmos, como já dissemos, que a arquitetura contemporânea é um dos espaços nos quais, de forma mais direta, incidem os interrogantes acerca da nova civilização. Trata-se, novamente, de definir novos espaços, novas cidades, novas formas de habitar, sabendo que nessa decisão se arrisca uma parte do destino humano, essa pequena e grande história que os radicais dos anos 1960 escolheram como experimento e projeto próprio.

Talvez, seja devido à ansiedade e insatisfação ou ao efeito de uma consciência crítica – amparada no desejo de repensar a tensão e as competências que certo pensamento moderno atribuiu à arquitetura – que uma e outra vez volta a ser citada a breve e taxativa constatação de Mies van der Rohe, escrita para o programa da *Exposição de Construção*, ocorrida em Berlim em 1930, e publicada um ano depois no número 7 da *Die Form*: “A moradia de nosso tempo ainda não existe. No entanto, a transformação da forma de vida exige sua realização”. No final de uma das décadas mais tensas e dramáticas do século, o jovem Mies estabelece uma relação de observação

Perante uma realidade
construída a partir de
pressupostos que o
movimento moderno
terminava por legitimar,
abria-se um novo espaço
utópico no qual se podia
pensar em outra história,
outra cidade, outra forma
de habitar

sobre os fatos – “a moradia do nosso tempo não existe” –, para, contradizendo os fatos, afirmar eticamente a exigência de sua realização. Será a “transformação do modo de vida” o que, em última instância, precipitará e afirmará a sua existência. Uma transformação inexorável que está sendo decidida a partir das condições de uma história submetida aos “estranhos ventos do novo”, como comenta Walter Benjamin.

Apenas alguns anos mais tarde Le Corbusier voltava a questionar as condições do homem moderno e sua forma de habitar: “Os homens estão mal alojados. E está em andamento um erro irreparável. A casa do homem, que não é casa nem miragem, a casa edificada e a casa espiritual, onde ela se encontra? Onde pode ser vista? Em lugar nenhum ou quase em nenhum lugar. É necessário, portanto, quebrar o jogo com imperiosa urgência e se colocar a *construir para o homem*”. A arquitetura não tem outra razão de ser senão aquela de construir para o homem o que constitui uma dialética complexa que percorre em zigue-zague a história das ideias e os mapas do mundo. Uma história que se reescreve continuamente para emergir de acordo com as lógicas não estabelecidas e que nenhuma resposta consegue inicialmente reconduzir. O importante é a disposição que reúne o pensar, o construir, o habitar. *Construir, habitar, pensar (Bauen Wohnen Denken)* era o título da palestra pronunciada por Martin Heidegger, em 5 de agosto de 1951, no marco das Darmstädter Gespräche. A intenção heideggeriana não era outra senão a de abrir uma reflexão sobre o projeto de uma reconstrução que, depois da catástrofe da guerra, fizesse possível “habitar o mundo”. Ele, que foi sempre próximo de Platão, tinha se apropriado da Carta VII, que definia como tarefa de toda filosofia aquela de “salvar a *polis*”. Deixando para os diferentes momentos da história definir e concretizar o que se entende por “salvar”, e o que é entendido por “*polis*”, o importante aqui é voltar a pensar na relação interna que rege a ideia de habitar e sua construção. Toda cultura do projeto percorre a tensão de um outro lugar que a história transforma e de um pensamento que imagina e constrói a *polis*. Fica aberta a possibilidade de um tipo de construção e perguntamos se ela terminará sendo decidida em uma *Blurring Architecture* que percorre os limites dominados pelas sombras, assim como sugere Toyo Ito. Um lugar, como aquele de nossa época, que faz necessária e urgente uma reflexão e a correspondente decisão sobre as novas condições civilizatórias.

Referências

- BRANZI, A. La arquitectura soy yo. In: *Arquitectura radical*. Valencia, MUVIM, 7 nov. - 2 dic. 2001, p. 16-25. (Catálogo de Exposição).
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- JARAUTA, F. Arquitetura radical. In: *Arquitectura radical*. Valencia, 7 nov. - 2 dic. 2001, p. 10-15. (Catálogo de Exposição).
- KOOLHAAS, R. *La ciudad genérica*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2011.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1973.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LORENA GALERY

Série: *Pequenas paisagens domésticas*

Fotografia digital, 2011



UM HOMEM LIVRE, UMA CIDADE FELIZ

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO *

RESUMO A cidade surge devido à fragilidade e à diversidade dos seres humanos, como apontado pelo humanista Leon Battista Alberti (1404-1472). A partir desse princípio, este artigo discute a liberdade e a felicidade que ela ajuda a construir e critica o modo contemporâneo de pensá-la e concebê-la.

PALAVRAS-CHAVE O ser humano e a cidade. Cidade e felicidade. Cidade e liberdade.

A FREE MAN, A HAPPY CITY

ABSTRACT The fragility and the diversity of the human being is the origin of the city, like the humanist Leon Battista Alberti (1404-1472) supposes. From this point, this paper discuss the freedom and the felicity that the city provides in order to construct and criticizes the way that the contemporary world thinks and conceives it.

KEYWORDS The human being and the city. City and happiness. City and freedom.

* Professor Associado de História e Teoria da Arquitetura, da Cidade e da Arte na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. *E-mail*: <brandao@arq.ufmg.br>.

Alguns consideraram a água e o fogo estarem na origem do desenvolvimento das sociedades humanas. Eu me persuadi que os tetos e as paredes, por sua conveniência e necessidade, são, indubitavelmente, as causas mais importantes e eficazes para reunir os homens e os manter juntos. (ALBERTI, 1966) ¹

1. “Nobis vero tecte parietisque utilitatem atque necessitatem spectantibus, ad homines conciliandos atque una continendos majorem in modum valuisse”.

Essas são palavras que abrem um dos mais importantes tratados de arquitetura e urbanismo da história: o *De re aedificatoria*, de Leon Battista Alberti (1404-1472). Pouquíssimos autores investigaram o sentido da arte de construir edifícios e cidades como o fez Alberti, e esta é a maior grandeza deste tratado. O mesmo autor expõe em outras obras sua concepção acerca do ser humano que empreende tais construções. Em uma carta ao seu amigo Paolo Codagnello, de 1437, ele escreve que a condição dos mortais é de “exílio, pobreza, perigos, enfermidades, ignomínias e cárcere”, subordinada a uma *fortuna* quase sempre adversa (ALBERTI, 1843-1849, t. V, p. 253-265). No *Theogenius*, Alberti escreve sermos um “animal inquieto, muito impaciente e que nunca se satisfaz” (ALBERTI, 1966b, v. II, p. 92-93). Essa arrogância e falta de medida intrínseca ao ser humano faz com que a natureza seja frequentemente obrigada a se rebelar contra ele e a castigá-lo e deprimi-lo.

Essas considerações foram pronunciadas há quase seis séculos atrás, quando as cidades ainda estavam em processo de reinvenção, após o feudalismo e a Idade Média. Voltarei a isto mais à frente. Por ora, o que me interessa sublinhar aqui é a “razão antropológica” da cidade, aquilo que nos leva a fundá-la e reunir-nos nela. A palavra “cidade” incorpora duas dimensões, a *polis* e a *urbs*. Por *polis* (grego) ou *civitas* (latim) a cidade é entendida como a reunião das pessoas num agrupamento coletivo, em torno de um Bem comum e de uma origem, um presente e um destino que se quer compartilhados. *Urbs* é o termo que usamos para designar o espaço e os edifícios que construímos para dar lugar a essa reunião. Construímos a cidade e sua infraestrutura como um local para encontrarmos-nos com os outros e para construirmos a nós mesmos, a nossa liberdade e a nossa felicidade.

Temos dois entendimentos de liberdade: um, de origem anglo-saxônica e conhecido como “liberdade negativa”, entende a liberdade como não constrangimento de nossas ações e nossos desejos. Outro, de matriz renascentista, a “liberdade positiva”, permeia a tradição italiana e a francesa e entende liberdade como o conhecimento e a realização de potencialidades individuais e coletivas só possíveis mediante a convivência, o encontro e o diálogo com o Outro. Esse é o sentido que se encontra em um provérbio alemão do século XII, quando as cidades estavam se refundando, após o período dos feudos, conventos e fortalezas aos quais os homens estavam ligados por necessidade de proteção e segurança e por uma economia quase que totalmente agrária: “o ar das cidades liberta!”

É este último sentido de liberdade o que está no cerne da reinvenção da cidade e que justifica a epígrafe de Alberti. Enquanto indivíduos isolados, como nos feudos medievais ou nos condomínios fechados do homem solipsista contemporâneo, somos, no fundo, frágeis e condenados a reproduzir sempre as mesmas coisas e a nós mesmos. Só reunindo-nos nas cidades podemos compensar a fragilidade de nossa condição original, trocar experiências, habilidades, saberes, serviços e ideias, suprir nossas carências e cultivar nossas possibilidades e potencialidades, como a de falar numa conferência na qual outros podem nos ouvir, escrever um livro ou produzir um quadro que os outros apreciam, explorar nossas competências de engenheiro e nossas habilidades técnicas, gerenciais ou, até mesmo, psicológicas e afetivas. A Galeria do Ouvidor e o Mercado Central em Belo Horizonte, por exemplo, com sua miríade de profissões que vão desde relojoeiro, entalhador, restaurador de cadeiras de palhinha, açougueiro, vendedor de cereais, manicure, cabeleireiro, consertador de brinquedos e costureiras, oferecem-nos um leque de possibilidades para construir nossos caminhos, nossa vida e nossas profissões. Nelas, encontramos a diversidade da vida, de saberes e de sabores. Por isso, o mercado, a praça, a *loggia* e a universidade são locais simbólicos da cidade: neles nos encontramos com o Outro, com o diverso que nos completa, nos educa e nos dá dimensões da vida, ideias, relatos e experiências que compartilhamos em conjunto, que nos abrem novas possibilidades e que são capazes de compensar aquele isolamento e aquela fragilidade de nossa condição originária. Num shopping, num

clube, num condomínio ou numa “tribo”, costumamos nos encontrar apenas com os iguais, com os que são os semelhantes a nós. É o encontro, o diálogo com os outros e a troca de saberes, ideias, experiências, mercadorias e serviços que nos enriquecem e que nos ajudam a construir nós mesmos.



Construir nós mesmos significa que não estamos prontos, que precisamos construir-nos, construir a nossa vida e a nossa própria humanidade, construir o “humano do homem”. Humanismo é isso: construir o humano do homem, o *vir virtutis*, como diz Cícero. Esse é o trabalho da cultura, uma cultura que nos liberta da natureza a que nascemos aferrados e nos projeta no horizonte do que somos, do que fomos e, sobretudo, do que podemos ser, individual e coletivamente. O trabalho da cultura é cultivar isso, o que exige projeto e exercício, tal como um ofício requer o seu aprendizado lento, o seu laboratório e o seu ateliê. A cidade é o local da cultura e o ateliê da universalidade e do aprendizado do humano.

Portanto, a cidade surge da nossa fragilidade original, a qual é convertida em força mediante o encontro com o Outro, com o que é diverso de nós. Uma cidade é mais rica quanto mais possibilidades e diversidade ela nos oferece, sobretudo se somos jovens e queremos encontrar um caminho na vida que nos torne livres, como

fez o servo feudal que escapou da corveia e atravessou o muro para alcançar a “liberdade positiva” e o encontro que a cidade lhe permitia. Por isso, diz Alberti, as paredes e os tetos são os instrumentos fundamentais para reunir os homens e mantê-los juntos. Sem eles, não há como encontrar, conversar, trocar experiências e construir. Construir e manter tetos, paredes, tubulações, esgotos, linhas de transmissão, praças e ruas é, simultaneamente, construir e preservar nós mesmos. Todo projeto, seja um projeto de arquitetura, de distribuição de águas pela cidade ou de educação, é uma oportunidade por meio da qual construímos uma pequena comunidade em torno dele e elaboramos uma vida em comum. O projeto não se legitima apenas para providenciar um resultado final, mas também para oferecer a oportunidade de interagirmos e trocar experiências, saberes e pontos de vista sobre o bem comum que a cidade deve realizar. Esses outros com os quais nos encontramos não são apenas os vivos e os presentes na festa da cidade, mas também aqueles que nos precederam e aqueles que nos sucederão. A cidade dialoga e se pensa também diante da tradição que ela recebe e da tradição que ela funda. Ela, como diz Lewis Mumford em *A cidade na história*, é o lugar do acúmulo da vida, da experiência e de toda uma sucessão de gerações que deixaram nela o seu trabalho e que permitiram que nos encontrássemos aqui e agora, sob os tetos e as paredes que elas aprenderam lentamente a construir e a fazer atravessar o tempo. Essa acumulação deságua naquilo que deixamos para aqueles que nos sucederão e dos quais devemos, desde já, cuidar em nossos projetos e intervenções. Nossos filhos e netos, mesmo depois que já tivermos ido, conversarão conosco por meio dos tetos, paredes, praças e águas que lhes deixaremos para conviver e beber. Uma cidade não se faz em curto prazo e não se volta para satisfazer apenas os desejos imediatos. Ela é uma *res publica*, ou seja, um bem comum que deve resistir no tempo. Nenhuma cidade se faz como um acampamento ou rancho, por mais rico ou pobre que seja, o qual se ergue apenas

As paredes e os tetos
 são os instrumentos
 fundamentais para reunir
 os homens e mantê-los
 juntos. Sem eles, não há
 como encontrar, conversar,
 trocar experiências e
 construir

para atender a um propósito de curto prazo, como o de dar repouso ao gado ou investigar os arredores para tentar encontrar riquezas minerais. Vila Rica, atual Ouro Preto, só se tornou cidade quando as pessoas viram que poderiam permanecer nela por muito tempo e legá-la como o melhor *habitat* possível para os seus filhos e netos.



Tais considerações conflitam em vários aspectos com uma ideologia que vige na edificação do homem e das cidades contemporâneas, as quais se concebem, muitas vezes, como o lugar de espetáculos e eventos marcados no calendário mundial da mídia e da indústria do turismo, pensadas apenas como lugar de diversões e de prazeres, como Las Vegas, como as *dreamlands* contemporâneas que transportam a Disneylândia para as cidades atuais do Oriente Médio ou da Ásia, como as intervenções urbanas pensadas exclusivamente para olimpíadas e copas do mundo e que retalham as cidades em vários monumentos e edificações feitas de forma rápida e sem coesão entre si ou ainda como as cidades concebidas como paraísos de consumo e direcionadas apenas para satisfazerem um gozo e um consumo imediatos. Nada disso faz justiça à liberdade e à educação do “humano do homem” para as quais as cidades foram inventadas. As cidades foram a maior invenção do homem ocidental e nasceram no século XII, juntamente com as universidades, como o local do diálogo, do encontro e da troca. Elas não existiram sempre e, enquanto *polis* e *urbs*, elas podem estar em processo de desinvenção. Os



vários condomínios fechados, a multiplicação das festas restritas e patrocinadas pela esfera particular em detrimento da festa cívica e dos locais de encontro promovidos pelo mundo público, a divisão da sociedade em tribos e gangues de toda espécie e o predomínio da ideologia da segurança sobre a liberdade podem ser sin-

Creio estarmos numa época de refeudalização *soft*, com predomínio das ideias de afastamento da cidade em vez de inclusão nela

tomas disso. Quando as cidades foram inventadas, elas erguiam muros para proteger aqueles que nelas vinham construir sua vida e sua liberdade.

Num mundo onde todas as fronteiras, até as da intimidade, parecem abolidas, tais muros externos à cidade foram derrubados, mas deram origem a vários muros sociais, econômicos e físicos que se multiplicaram no interior de cada uma delas.

Não se trata mais de construir uma identidade a partir do encontro com o que é diverso de nós, mas com aqueles que são iguais a nós e que selecionamos em nossas comunidades condominiais ou nas comunidades virtuais em que se sucedem na internet.

Cobra-se da cidade que ela satisfaça nossos desejos privados e nossas necessidades de consumo mais do que nos eduque a ser aquilo que deveríamos ser, que desenvolva nossas potencialidades e que amplie nossas experiências e possibilidades de vida, seja enquanto indivíduos, seja enquanto *res publica*. Cercados por fronteiras de todas as espécies, os edifícios não conversam mais uns com os outros, como vemos no bairro Belvedere, a contrapelo das belas lições de diálogos físicos que temos em Belo Horizonte, como é o caso do SULACAP/SULAMERICA, situado na esquina da Avenida Afonso Pena com a Rua da Bahia. A exigência de atendimento ao gozo imediato e à satisfação particular de indivíduos e comunidades restritas impede-nos de pensar a longo prazo e de construir um bem comum que permaneça e dure. Não se trata de um problema dos administradores da cidade, mas de todo um pensamento da cidade que a vê como local do gozo apenas, e não da construção e da educação do bem comum. Creio estarmos numa época de refeudalização *soft*, com predomínio das ideias de afastamento da cidade em vez de inclusão nela, e é preciso que saibamos se é isto mesmo o que queremos ou não, se é esta a nossa decisão ou não.

Essa refeudalização, que nos conduz a uma espécie de barbárie cultural e tecnológica, assenta-se numa concepção antropológica bem diversa daquela albertiana: a de que o indivíduo é autossuficiente, tem uma identidade que não passa por sua interação com os outros (ao contrário, o diverso parece dever ser anulado) e é capaz de ser feliz sozinho a partir do gozo e da mercadoria que ele adquire. Essa ideologia permeia até mesmo suas relações com os amigos e com aqueles ou aquelas que diz amar, mas que na verdade são considerados apenas como objetos a serem consumidos ou como instrumentos para realização do próprio gozo. Esse gozo é efêmero e insatisfatório. Por isso, ao começarmos este texto apontando a fragilidade de nossa condição original, contrariamos justamente esta ideologia do “super-homem”, termo que peço licença a Nietzsche para utilizar aqui. Esse “super-homem” não precisa da cidade e dos outros, até que lhe falte a água, caia-lhe a rede de energia ou surja uma epidemia em escala mundial e da qual ele não é incólume em seu nicho cercado de proteções de toda espécie.

O maior ornamento da cidade é o cidadão, e não os eventos, espetáculos e monumentos que ela promove. Esse cidadão não é o espectador ou o consumidor da cidade, mas o seu autor e para quem ela deve se dirigir. Seu poder de participação, contudo, diminui cada dia, entre outras coisas devido ao crescimento exagerado de cidades que incham sem limites e sem projeto. Um topos comum na urbanística era o tamanho da cidade e o número de habitantes. Esse número, como em Platão, Rousseau ou Lewis Mumford era limitado porque ele deveria ater-se a uma dimensão na qual cada cidadão pudesse ter voz ativa na construção da cidade e nela ver a si e à sua obra. Numa cidade fragmentada em grupos e habitada por milhões de pessoas cada vez menos interessadas no destino dela, mas apenas em consumi-la, essa participação e reconhecimento ativos tornam-se cada vez mais remotos. Daí a necessidade de pensarmos nossos grandes aglomerados urbanos a partir da construção de diversas centralidades e da elaboração de uma nova geopolítica que os pense como reuniões de várias cidades menores. Daí também a importância de se providenciarem mecanismos de transporte e bens comuns que permitam uma melhor distribuição populacional e uma geopolítica regional e nacional mais equilibrada.

Cidade e felicidade

Precisamos da cidade porque somos frágeis, incompletos, precários e mortais. Seres do desejo, fundamos cidades – e mercados, praças e universidades que nelas colocamos – para trocarmos experiências, saberes, memórias, competências, produtos e afetos capazes de compensarem a fragilidade da nossa natureza antropológica e da nossa condição moderna. Estudamos e praticamos filosofia, artes, ciências e técnicas também por essa razão. Por meio disso elaboramos, entre outras coisas, uma sabedoria mediante a qual tentamos desvelar o núcleo e as potencialidades de nossa vida e reconhecer a nossa “verdade”. Em grego, verdade é *aletheia*, desvelamento do que se encontra oculto e espera ser “re-presentado” ou “presentificado”. A verdade é “produção da verdade”, o ato de, mediante nossos saberes, nossas ações e nossas produções colocar essa verdade à nossa frente, construir aquilo de que somos capazes e construirmos a nós mesmos. Produzir a verdade é produzir-se a si próprio e fazer dela o ponto de partida com o qual construímos nosso mundo, nossos objetos, nossas casas, nossas praças, nossas ruas e nós mesmos.

Não somos prontos e acabados, somos um “pro-jeto”, um “vir-a-ser”, um *da-sein*, como diz o filósofo alemão M. Heidegger. O que tentamos alcançar nesse “projeto”, com todos os desdobramentos e atividades que ele implica, é a felicidade. Tudo o que fazemos tem como objetivo sermos felizes, ao final das contas. De que adianta trabalharmos, estudarmos, construir nossas casas e cidades, fazer arte ou filosofia se não para buscar a felicidade que nos falta? Mas essa “felicidade existencial” não é a mesma que obteríamos ingerindo uma pílula da felicidade ou uma droga, divertindo-nos na Disneylândia e imaginando-nos na Cocanha, uma região paradisíaca do imaginário medieval, ou em qualquer outro tipo de país e de paisagem onírica ou virtual. Esses territórios carecem da verdade, da *polis* e da urbanidade dentro das quais construímos e reconhecemos a nós mesmos mediante o estabelecimento de relações e trocas com os outros com base na verdade e na integridade. A felicidade de que falamos e que a cidade articula, portanto, diferencia-se por emoldurar-se pela verdade. Habitar o mundo, relacionar-nos conosco mesmos e com os outros e desenvolver nossos costumes e nosso *ethos* (familiar,

profissional, urbano e mundial) sob a norma da verdade é o que alicerça as construções, as produções e as ações capazes de nos educar e nos conferir identidade e integridade. O trabalho do engenheiro, do sanitarista, do intelectual, do arquiteto, do topógrafo ou do administrador dedica-se a fazer-nos habitar de um modo melhor e produzir uma vida melhor e um bem-estar que sejam verdadeiros. Essa verdade está presente na tradição, no contexto, na conveniência a um determinado modo de viver e de habitar próprio a uma determinada cultura e que não é global, midiático ou turístico. Em vez das *dreamlands* e das cidades dos espetáculos, dos museus, dos monumentos e das falsas alegrias dos eventos e dos calendários turísticos, devemos optar, antes, pela verdade e pela *honestas*, pois é essa experiência da verdade o que nos transforma, nos congrega e nos torna melhores. Não mentir e não se mentir é a regra da engenharia, da arquitetura e do urbanismo, o critério no qual pautar nossos projetos, nossas intervenções, nossa escolha de materiais e nossa interpretação dos contextos. Essa qualidade tem um nome: “decoro”, *prépon* em grego, ou seja, ser próprio a alguém, a alguma coisa, a algum lugar.² Ter decoro é não criar uma mentira, como a de uma felicidade destinada ao malogro e apenas a ser consumida. A alegria verdadeira não é a que nos oferecem para consumir ou para comprar, mas a que construímos. Não é a da felicidade do simulacro, mas a da felicidade em ato e que exige nosso corpo, nossa ação e nossa história para ser alcançada, tal como a amizade também exige para ser construída.

Nossa felicidade maior é conquistar-nos a nós mesmos, desenvolver as potencialidades em nós veladas, fazer-nos “livres” e construir um cosmos em conjunto e mediante trocas com os outros e com a diversidade da vida, nas várias dimensões para as quais ela nos convoca. Essa troca é impedida quando somos orientados para apenas consumir ou por eventos e espetáculos que promovem o desapego de nós a nós mesmos, como fazem muitas das modas, das cidades e das comunidades contemporâneas, virtuais ou não. Isso se acentua na sociedade de consumo de massa, na qual somos inclinados a desejar sempre o brinquedo, a casa, a cidade, os costumes e os produtos que não temos, e até o corpo e o(a) namorado(a) de outros(as). Assim, a cidade de acontecimentos e espetáculos internacionais ou a casa, o cabelo e a roupa propagandeados nas revistas especializadas ou nos ambientes sofisticados tornam-se nosso objeto de desejo. Esse desejo, contudo, ofusca

2. “Aqui se contém o que os gregos chamam de πρέπον, e que em latim podemos denominar *decorum*. Este decoro é de tal natureza que não pode ser separado da honestidade; pois tudo que é decente é também honesto, e tudo o que é honesto é igualmente decoroso. Mas qual seja a diferença entre o honesto e o decente, é mais fácil compreender do que explicar, uma vez que *para conhecer que algo seja decente é preciso primeiro que seja precedido pela honestidade*. [...] E, assim, este decoro de que falo integra a honestidade, de uma maneira tão clara e perceptível, que para o reconhecermos não é necessária muita argúcia” (Cf. CÍCERO, 1893, Livro I, capítulo XXVII, os itálicos são nossos). Para realizarmos as traduções dos trechos de Cícero, recorremos também às edições das *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*, tradução de D. Manuel de Valbuena, e à edição brasileira CÍCERO. *Os deveres*, tradução de Luiz Feracine.



a felicidade “em ato” que pode estar a reluzir nas coisas, nos fatos e nas pessoas que conformam o cosmos familiar e historicamente construído pelos que nos antecederam e que legaremos aos que nos sucederão. Sofremos por não termos aquilo que desejamos e temos tédio e depressão quando reconhecemos não sermos mais felizes ao tê-lo. Quanto mais esperamos ser felizes com a posse dele, mais infelizes somos: a esperança da felicidade nos afasta dela e acaba por nos trazer frustração e tédio, como nos diz Comte-Sponville (2011).

Precisamos, portanto, elaborar uma felicidade mais substancial e duradoura, não calcada na ideia de falta, de esperança ou de sonho, a qual sempre vem acompanhada do sofrimento dessa espera, da frustração de não ter realizado este sonho ou do tédio de, ao ter alcançado aquilo que era objeto de nosso desejo, verificar que ele não nos tornou realmente mais felizes e melhores. Nossa vida deve, então, comportar os registros da alegria e do prazer de desejar aquilo que já temos, de desejar aquilo que já fazemos e de desejar aquilo que já conhecemos. Assim, por exemplo, há um prazer e uma alegria de estarmos onde desejamos estar, de passear onde desejamos passear, de dar os passos que desejamos dar, de habitar onde construímos nosso habitar e de trabalhar onde trabalhamos para os outros e para nós mesmos, onde nos reconhecemos e exploramos as nossas potencialidades da forma melhor possível. Isso é bem diferente de considerarmos nossa felicidade estar sempre em outro lugar. A “felicidade sob a norma da verdade” encontra-se justamente no possível que incorporamos como uma vontade e como um projeto factível para nós: uma “vontade”, e não uma esperança ou um desejo difuso que acaba abrindo o espaço futuro do tédio e da depressão. A felicidade de um engenheiro, de um técnico, de um arquiteto ou de um designer, sugere-nos Valéry, está em só desejar e conceber aquilo que ele faz e só fazer aquilo que ele concebe e deseja:

Sou avaro de divagações, concebo como se executasse. Jamais contemplo, no espaço informe de minh'alma, esses edifícios imaginários que estão para os edifícios reais como as quimeras e as górgonas estão para os animais verdadeiros. Ao contrário, o que penso é factível e o que faço refere-se ao inteligível. (VALÉRY, 1996, p. 51, itálicos nossos).

A felicidade da engenharia e da técnica ou a de construirmos a nós mesmos depende do que podemos engenhar, produzir, apropriar e usar, e não daquilo que poderíamos adquirir a partir da admiração do que vemos nas revistas, *sites* e eventos

internacionais que importamos para nossos ambientes, nossas cidades, nossas praças, nossas ruas, nossos dormitórios e nossos lavatórios. Não somos mais felizes porque produzimos copas do mundo, olimpíadas, grandes eventos e grandes exposições artísticas e festivais do que quer que seja. Não somos mais felizes por obtermos uma nova engenhoca eletrônica, um novo aparelho de TV ou um novo tapete para a sala. O que nos faz felizes é desejar o que fazemos, desejar o que trabalhamos, desejar o com quem convivemos, desejar o que sabemos e fruir o presente que nos é dado. Este presente tem várias dimensões e não se esgota na “estaca do instante”, como diz Nietzsche, à qual o animal está sempre preso. Somos humanos e temos uma história, uma memória, projetos e fantasias de futuro que dão sabor e densidade ao nosso presente.

A cidade feliz nada espera dos deuses, da natureza, da sorte ou da *fortuna*. A essa *fortuna* ela opõe a sua própria *virtù*, como diziam os humanistas do século

O cidadão feliz nada espera.
Ele contenta-se com o real
sobre o qual pode agir,
decidir, conhecer e fruir

XV e Maquiavel. A cidade da *virtù* – do *vir virtutis*, ou seja, do “humano do homem” –

constrói e é responsável pelo seu presente, projeta o seu futuro, aprende a construir a *polis* mais

própria à sua memória, aos seus costumes, aos seus cidadãos e aos que lhes sucederão. Ela não deseja importar a história e o futuro de outros centros, como Paris, Londres, Nova Iorque ou Bilbao. E nem de outros tempos. O cidadão feliz nada espera. Ele contenta-se com o real sobre o qual pode agir, decidir, conhecer e fruir, o que geralmente nos é interditado mediante proibições de a sociedade civil apropriar-se da *polis* ou por meio da importação de modelos e modismos que nos fecham os olhos para a nossa própria realidade, para a nossa história e para os nossos “desejos verdadeiros”. Amamos verdadeiramente quando gozamos com aquele com quem somos, com quem nos sentimos contentes e que nos faz descobrir nossas potencialidades. Pensar uma cidade feliz é “regozijar-se com”, é estar bem com os outros, e não com medo dos outros e seguros em nossos condomínios e tribos. Amar a cidade é agradecer por ela existir e providenciar este “regozijar-se com”, como Rousseau observava nas festas cívicas que ele preferiria aos eventos

de massa e pré-formatados pela mídia e pela indústria do turismo e do consumo. Quando pensamos a cidade como algo que possuímos e consumimos, acabamos por desgastá-la, tal como o objeto amoroso se pensado também dessa forma, até que nos falte uma outra cidade, que projetemos ilusões ou que ela e sua liberdade valham menos do que a segurança, o isolamento e o idílico refúgio junto ao campo e à natureza. Sair da sucessão dos instantes e perceber o tempo e o presente como uma eternidade na qual se encontra, por exemplo, um amor ou uma verdade inesperada dentro de um real que eu habito e com o qual mantenho e aprofundo o contato, como ao ser verdadeiramente amado, é fruto da experiência e da vivência “ordinária”, e não “extraordinária”. De tanto buscarmos o extraordinário, o excepcional e o fabuloso, acabamos tornando-nos insensíveis para o que é ordinário, banal e comum, e que, no entanto, fundamenta e possibilita nossa existência. Expressão disso é considerarmos o artista, o cientista e o intelectual como os expoentes da cultura e da sabedoria, em detrimento de trabalhos que talvez sejam até mesmo mais fundamentais, como o do técnico que leva água e energia até nossas casas; como o do lixeiro que, como um mágico, faz desaparecer de nossos olhos os detritos que produzimos em quantidades cada vez maiores; como o pai de família que conduz sua vida sob a ótica do dever a cumprir e da continuidade do tempo, da cidade e da comunidade à qual ele pertence, mais do que do gozo e do prazer individual e efêmero que somos quase sempre “obrigados” a desfrutar, muitas vezes mediante ingressos e convites caríssimos.³

Regozijar-se com os que nos precederam é o trabalho da memória, inclusive da memória histórica, da restauração e da revitalização de obras, bairros, praças e ruas. Regozijar-se com os que nos sucederão é projetar com eles, como se eles já estivessem presentes, e trabalhar com a fantasia e com responsabilidade. Não se sonha com a cidade feliz: constrói-se ela na medida em que agimos mais nela, em que a conhecemos mais e em que aprendemos a amá-la mais. A cidade feliz não está nem no passado e nem no futuro. Já estamos nela. A cidade que se constrói, que se conhece, que se ama e que não nos vem importada ou comprada pela mídia é o fruto de um projeto e de um programa que existem no presente e no passado e que cumpre ser desvelado, como se fosse uma verdade oculta. Esse é o trabalho a ser realizado: fazer do nosso sonho uma vontade e pô-la em marcha; viver uma

3. Sobre o contraste entre a vida ética do “pai de família” e a vida “estética” de D. Juan e do hedonismo contemporâneo, cf. KIERKEGAARD, 1984, e sobretudo, 1959.

relação com o futuro no presente real; dar-nos um projeto e ativar a imaginação e a utopia não as confundindo com quimeras; tornar este futuro conhecido desde já e dependente de nós, no presente, preparado e construído como projeto; estabelecer uma relação com o passado dentro de um presente “expandido” e assim dar-nos uma memória, dar-nos a alegria de um encontro transgeracional e a alegria da gratidão, da fidelidade e da confiança geradas por essa história. O mesmo deveríamos fazer em relação àqueles que amamos em corpo e alma.

Estamos na história, antes de estarmos no espaço. Não somos felizes todo o tempo. A felicidade ou o lugar feliz que habitamos, seja a cidade ou nossa casa, são os lugares que dão lugar e que possibilitam que a verdade e os momentos felizes, como o dos encontros com os outros e conosco mesmo, aconteçam. Não há uma felicidade contínua, perpétua e fixada de uma vez por todas. Não se vive sempre alegremente, a não ser que sejamos idiotas ou que nos abastecemos sempre de pílulas da felicidade que nos afastem do encontro com a verdade. A verdade é a norma. A história e os espaços felizes são aqueles em que a alegria é possível acontecer. A engenharia, a técnica, a arquitetura, o urbanismo, as artes, as ciências, a literatura, a cultura, a economia, a filosofia e a política não nos fazem felizes por si mesmas, mas podem favorecer o acontecimento dessa felicidade e desse sentimento de transcender a história e regozijar-se com o outro, com a cidade, com o pôr do sol e com a água que se derrama de um chafariz. A cidade e o espaço felizes não são amáveis por eles mesmos, mas porque os amamos. Assim também, é o amor que sentimos pelo outro o que lhe dá valor e faz dele objeto do regozijo de viver a história, de criar o futuro e de recriar o passado com ele. Criar e recriar significam transformar o que é e deixar-se transformar por ele, em profundidade. Essa transformação e essa construção incessante do mundo, se feitas na verdade, operam a transformação e a construção de nós mesmos. É isso o que nos faz felizes, pois permite conquistar não objetos externos, mas a nós mesmos “na verdade”. Haver-se, se haver, *se habendi*, habitar a si mesmo. O trabalho do técnico, como aquele que lida com distribuição e encanamento de águas, esgotos, lixos e energias as mais diversas, tem tanto valor como o do poeta: ambos produzem a verdade que emoldura a felicidade e o bem comum que são decorosos, apropriados e possíveis de engenho e construir.

Referências

- ALBERTI, L. B. *De re aedificatoria*. L'architettura (a cura di Renato Bonelli e Paolo Portoghesi). Texto latino e tradução para o italiano de Giovanni Orlandi. Milano: Il Polifilo, 1966a.
- ALBERTI, L. B. Theogenius. In: _____. *Opere volgari* (a cura di Cecil Grayson). Bari: Gius. Laterza & Figli, 1966b. v. II, p. 92-93.
- ALBERTI, L. B. Epistola consolatoria a Codagnello. In: _____. *Opere volgari di Leon Battista Alberti per la più parte inedite e tratte degli autografi* (a cura di Anicio Bonucci). Firenze: Galileiana, 1843-1849. t. V, p. 253-265.
- CÍCERO, M. T. *De officiis*. Livro I, capítulo XXVII. In: *Obras completas de Marco Tulio Cicerón*. Tradução de D. Manuel de Valbuena. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando y C., 1893.
- CÍCERO, M. T. *Os deveres*. Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala, 2008.
- COMTE-SPONVILLE, A. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- KIERKEGAARD, S. *Diário de um sedutor*. Tradução de Carlos Grifo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- KIERKEGAARD, S. *Estética y ética en la formación de la personalidad*. Tradução de Armand Morot. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959.
- MUMFORD, L. *A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VALÉRY, P. *Eupalinos ou O arquiteto*. Tradução de Olga Reggiani. São Paulo: Ed. 34, 1996.



FRANCIS ALÿS

Paradox of Praxis I (Sometimes Doing Something Leads to Nothing).
1997, Video (color, sound), 5 min.

Courtesy the artist and David Zwirner, New York

© 2011 Francis Alÿs

CIDADE-CORPO

CÁSSIO E. VIANA HISSA* MARIA LUÍSA MAGALHÃES NOGUEIRA**

RESUMO A cidade, onde a vida acontece, é a expressão mais representativa dos lugares, diz Milton Santos. Mas não se trata da cidade dos mapas, ou aquela percebida do alto, ou mesmo das cidades fotografadas ou imaginárias – ainda que todas elas se refiram à *cidade-terreno*. É a *cidade-corpo*, *cidade-terreno*, que diz o significado dos territórios da vida. Na *cidade-corpo*, território de existência, lugar da construção de subjetividades, a mobilidade veloz é, contraditoriamente, na modernidade, produtora de imobilismos. É a velocidade que, ao desequilibrar, no terreno próprio da cidade, obstrui o corpo em sua condição de ser e em sua capacidade de experimentar. O caminhar pela rua – que faz com que o corpo do sujeito se deixe atravessar pelo corpo da cidade; e se transforme nela – já se torna transgressão, diante do movimento prevalente que nos retira do chão. É este corpo do sujeito que concede existência à *cidade-terreno*; e, com o seu vagar, passo a passo, desafia a velocidade que rouba lugares.

PALAVRAS-CHAVE Cidades. Cidade-terreno. Subjetividades.

CITY-BODY

ABSTRACT The city, where life happens, is the most representative expression of places, according to Milton Santos. But the city referred to is neither the city portrayed in maps nor the one perceived from above, nor even the city photographed or imagined – although all these refer to the *city-territory*. The one approached here is the *city-body*, *city-terrain*, which tells the meaning of life's territories. The *city-body*, the territory of existence, a place for the building of subjectivities, is where fast mobility contradictorily produces immobility in modern times. It is velocity that, when unbalanced on the city's very own terrain, obstructs the body's living condition and its ability to try. Walking in the streets – which prompts the subject's body to be crossed by the city's body and is transformed in it – already becomes transgression upon the prevalent movement that takes us off the ground. It is this subject's body that grants existence to the *city-terrain* and that, with its wanderings, step by step, challenges the velocity that steals places away.

KEYWORDS Cities. City-terrain. Subjectivities.

*Professor Associado do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil). *E-mail*: <cassioevhissa@terra.com.br>.

**Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil). *E-mail*: <marilumn@yahoo.com.br>.

Vista do alto, a cidade se expressa por meio de blocos de inteireza que se separam por superfícies não reconhecidas como cidade. À noite, do alto, ainda, as luzes nos servem de lanternas – fora de nossas mãos – para nos dizer o território da cidade, que distâncias ela percorre, onde se inicia e termina. Do alto, percorremos com olhos os espaços vazios, entre luzes, marcados pela escuridão. Intervalos de cidade: aparentemente, apenas, a *vol d’oiseau, entre-cidades*. Contudo, do alto, não se experimenta a cidade; e o olhar é interrogado pela vivência, no terreno. Até se poderia dizer que a *cidade-terreno* questiona os olhos postos do alto que dizem ver a cidade. Ver a cidade é viver a cidade, experimentá-la em seu terreno, território, mundo.

“Viver é passar de um espaço a outro fazendo o possível para não se machucar” (PEREC, 2001, p. 25). O entorno nos invade. Entretanto, somos parte do espaço – assim como parte do mundo, da natureza – feito de parcelas que, inventadas também por nós, não integram um todo maciço, mas produzem composições diversas, como vamos descobrindo nos jogos de palavras construídos pela escrita de Georges Perec. Seus escritos fluem na fusão tempo-espaço. Para ele, “não há um espaço, um belo espaço, um belo espaço ao redor, um belo espaço bem à nossa volta, há milhões de pequenos pedaços de espaços [...]. Em suma, os espaços se multiplicam, se fragmentam e se diversificam” (PEREC, 2001, p. 24). O espaço é aberto, inconcluso, diversificado, feito também de texturas impalpáveis, do imaterial. Espaço é pele, corpo, chão, cidade.

Terreno, piso, chão: convite – aparentemente inevitável – ao deslocamento do corpo; depositário de passos e vestígios; superfície de inscrições feitas de cultura. O corpo: anúncio de movimento; detonador de ações e memórias; dentro-fora; interno-externo; inexaurível. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação. A *cidade-terreno* é a cidade no nível da rua, produzida por corpos e movimentos, do que está sendo feito da vida urbana. O corpo experimenta a cidade. A cidade vive por meio do corpo dos sujeitos. A cidade é cidade-corpo.

Densidade própria da rua: o corpo. Densidade necessária à cidade: a rua. A relação entre as referidas densidades manteria o caráter público de rua e cidade? “Ao contrário dos imóveis que pertencem desde quase sempre a alguém, as ruas não pertencem a ninguém em princípio” (PEREC, 2001, p. 62). Ainda que seja necessário reafirmar a presença do público e do coletivo, tal ideia parece estranha à cultura moderna e às suas práticas políticas. Afinal, no mundo em que tudo é de alguém – e ter é o verbo que faz a existência no *corpo ocidental do mundo* (HISSA, 2009) –, cabe pensar a rua como o território do coletivo e do compartilhamento, sem ressalvas? E o corpo, pertence-nos? Pertencemos ao corpo? Somos o corpo; e por meio desse corpo que somos é que experimentamos o mundo e abrimos lugar para o pensamento.

Pele; cama: “espaço individual por excelência” (PEREC, 2001, p. 38). Quarto. Cortinas abertas. Janela ampla. Passos. Passagem. Sala. Porta de casa. Degraus, vãos, *hall*, vasos de plantas, cachos idênticos com números indicativos das portas, como nos apartamentos. Escada, janelas. Mural com recados para os moradores. *Para nossa segurança, mantenha a porta sempre trancada*, alarme. Portão, corredor, plantas, céu. Outro portão. Cerca elétrica. Calçada. Rua. Carros.

Fronteiras não são limites: são *espaço entre dois* (CERTEAU, 2008). Elas operam como territórios potenciais de encontro, interfaces: elas “se entrecortam, evidenciando vários mundos e poderes” (HISSA, 2002, p. 43) que se atravessam. A pele, e tudo mais que se segue – junto ao corpo e à cidade –, esconde uma condição pulsante de fronteira.¹ Em cada pedaço do percurso há alguma iminência de convocação da vivência da alteridade, de abertura ao outro. As fronteiras são permeadas por esse risco: o outro.

No exercício de Doris Salcedo, intitulado *Shibboleth*, nós somos conduzidos ao atravessamento, ao movimento da travessia, ao limiar.² A artista colombiana operou por subtração, trabalhando diretamente o chão, em vez de tratá-lo como receptáculo da escultura. O *chão é corpo*; e é no corpo mesmo da galeria que a atuação artística se dá.³ Na teoria linguística, *Shibboleth*, termo de origem hebraica, refere-se às idiossincrasias que cada língua produz, somente dominadas pelos integrantes de cada grupo linguístico; ou seja, é aquilo que certifica a autenticidade da origem daquele capaz de pronunciar certo som, peculiar a determinada língua, o que atesta

1. Aproveitemos os conceitos de fronteira e limite para pensarmos a relação corpo-espaço. Se as fronteiras são voltadas para fora e os limites, vistos do território, são voltados para dentro (HISSA, 2002), o corpo é também território político e, simultaneamente, fronteira – ele comporta a abertura, a porosidade.

2. *Tate Modern*, 2007.

3. Em 2004, a artista já tinha usado um recurso semelhante na obra *Neither*, ao inserir placas nas paredes, conformação que também pode sugerir leituras que dizem respeito aos limiares, às contaminações dentro-fora, promovendo a visibilidade da articulação necessária eu-outro.

que não se trata de um estrangeiro a dizer não importa o que profira. Assim, o título da obra refere-se ao momento da percepção da diferença, provocada pela dominação de um código que acaba por excluir o outro: espécie de senha que produz distinção.

Na cidade, misturamo-nos sempre, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória

A possibilidade de transposição persiste no corpo. É o *corporar*, as processualidades abertas, a busca do intensivo, como sugerem as reflexões de Sander (2012, p. 21), a partir da dança: “o corpo nos convida a ultrapassá-lo enquanto morada do humano.” Entretanto, atualmente, algo funciona como limite a tais experiências: trata-se de algo substantivo da modernidade que se interpõe – abrindo intervalos entre experiência e terreno –, inscrevendo-se no corpo e no espaço, restringindo o movimento.

Limiares expandidos

Os corpos são vários. Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. Na cidade, misturamo-nos sempre – mesmo quando não há desejo de mistura –, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória. Antagonismos diversos se inscrevem no corpo da cidade, justamente onde o conflito se pronuncia de maneira mais ou menos ruidosa.

Há corpos – muitos deles – que transitam pela cidade que são ordinários, comuns; porém, necessariamente, inventivos. Os corpos ordinários dos *praticantes da cidade* (CERTEAU, 2008) circulam no *embaixo da cidade*, entre fissuras do visível, do planejado, do disciplinado. Ao sofrerem efeitos totalitários da produção do espaço, submetidos às contradições do capitalismo, reescrevem o texto urbano.

Milton Santos afirma que, aos pobres, que não experimentam a *cidade da pressa*, resta a invenção. Os *homens lentos* desconhecem – ou desconsideram – as regras inscritas no cotidiano urbano e, justamente por isso, para eles, sua memória é inútil. Em seus ritmos lentos, produzem novos sentidos na cidade; encaminham novos significados à *cidade-corpo*. Os *homens lentos* exploram diferentes e imprevisíveis experiências. Novos modos de vida são inventados nas zonas *opacas*: “[...] espaços do aproximativo e da criatividade, opostas às zonas luminosas, espaços de exatidão” (SANTOS, 2008, p. 326).

Os pobres, os *homens lentos*, evidenciam que não se pode usar a memória como matéria congelada, pois, de fato, a memória é *geradora do futuro* (BOSI, 2007) e não mercadoria. Assim, eles “escapam do totalitarismo da racionalidade” (SANTOS, 2008, p. 325), como, também, “escapam aos rigores das normas rígidas” (SANTOS, 2008, p. 232), criando novos territórios urbanos. Ao se desvencilharem das normas de controle, eles grafam, no terreno, caminhos de resistência à reprodução da cidade *luminosa*, criando usos não previstos, gerando movimento e novos sentidos; eles recolocam o encontro, a seiva do urbano, em cena.⁴

Ao lermos os processos subjetivos em sua relação intrínseca com os processos espaciais, deparamo-nos com a homogeneização e com um paradoxal modo de subjetivar hegemônico do qual os *homens lentos* parecem escapar. Desse modo, a resistência emerge por sobrevivência, mesmo que o custo da conservação seja o próprio corpo, conforme sugere Pelbart (2003), o que não deixa de ser paradoxal.

É possível pensar que o corpo funciona como resistência, tal como trabalha Pelbart ao refletir sobre como aos pobres só resta o corpo. De acordo com os seus argumentos, a resistência ao poder, à submissão da subjetividade, pode estar ancorada no corpo. Novos dispositivos de valorização são criados, num *conjunto vivo de estratégias* que emerge no cotidiano dos desfiliaados,⁵ diante da subjetividade vampirizada, da expropriação consensual dos sentidos, da fluidez do capitalismo em rede. Na contramão da mediação do capital, são produzidos territórios existenciais e subjetivos alternativos, na potência da vida, mesmo no mínimo do corpo.

Pelbart busca discutir a existência da capitalização da vida, mesmo no caso daqueles em que o único capital que lhes resta é a própria vida. Interessa-nos a ideia de que a invenção está em qualquer lugar. Ela é “a potência do homem comum”

4. O verbo resistir é potente. A resistência se apresenta mesmo sob as condições mais adversas, talvez, sobretudo, nestas condições, em que lugares são marginalizados e desqualificados, tornados opacos para favorecer a produção do luminoso na cidade. Ela não se dá, necessariamente, como oposição à privatização da cidade. Contudo, nos lugares ordinários, comuns, diante da aceleração do capital, algo contrário à homogeneização persiste.

5. Terminologia que Peter Pál Pelbart importa de Robert Castel.

(PELBART, 2003, p. 23). Assim, há uma positividade imanente na potência da vida. Portanto, mesmo no interior da máquina capitalística de produção de subjetividade, novos dispositivos de criação de sentido são inventados (PELBART, 2003). Para Pelbart, amparado em autores como Antonio Negri, Michel Hardt e Maurizio Lazzarato, a própria vida é a fonte de riqueza do capitalismo. Além disso, ela, a vida, é aquilo que se quer capturar. Ela não é apenas o alvo supremo do capital, mas é justamente a sobreposição de linhas paradoxais de liberação e dominação. Tal prioridade de investimento do poder mostra-se também o lastro da resistência, sugere Pelbart, tal como Foucault insinuou. Se há o poder e a dominação, há insubordinação. A existência da velocidade – que se faz hegemônica – faz a existência fulgurante da lentidão.

O cerne do sequestro operado pelo capital está no corpo em sua relação com o espaço. É precisamente nesta relação que se opera a resistência. Portanto, nos cotidianos *opacos* – na *cidade embaixo* –, modos de vida e de subjetivar não totalmente colonizados pelo luminoso são produzidos como potência da vida, como insubordinação.

Não se trata, contudo, de fazer a apologia da pobreza. O reconhecimento do processo de invisibilização desses sujeitos tampouco é novidade. Portanto, interessa-nos tecer um elogio à lentidão e ampliar o campo da percepção, de modo a perceber, nos *invisíveis*,⁶ outros saberes – fugitivos do hegemônico que nos aprisiona. A fuga é de ordem temporal, na fabricação de outras temporalidades inscritas no próprio corpo, mesmo porque o tempo se emaranha ao espaço, foco privilegiado das resoluções do capitalismo diante das suas mais atuais contradições, conforme identificou Lefebvre (2008). O que se recusa, por escolha ou contingência, é a imersão na aceleração. Interessa-nos a lentidão da cidade-corpo. Ela nos faz sentir-pensar. Interessa-nos *olhar, ver, reparar*⁷ – na ampliação do campo perceptivo.

Segundo Certeau, existe uma estranheza do cotidiano que não chega à superfície ou, no máximo, que se apresenta como um limite avançado que se destaca sobre o visível. “Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível” (CERTEAU, 2008, p. 172). Ela diz respeito a outras espacialidades, inventadas num movimento permeado de poética que produz colunas de aprofundamento com *outros modos de fazer* na cidade planejada e visível. As práticas se sustentam em narrativas, como as de caráter especializado, mas também nos modos de fazer ordinários, cotidianos. Os praticantes ordinários (CERTEAU, 2008)

6. A sociologia das ausências e das emergências de B. S. Santos (2006) permite, com muita clareza e profundidade, perceber o que Milton Santos reafirma sobre a inventividade dos homens lentos.

7. A epígrafe do livro *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara.”

agem nas especificidades do *lugar*, tendo o tempo como tecido que a tudo envolve. Para Milton Santos, *o lugar é onde a vida acontece*. Desse modo, é preciso estar atento ao microcosmo urbano, à teia que as cidades produzem, gerando o *espaço-território*. Um elemento inalienável do *lugar-território* é justamente o corpo.

A história do corpo – seus regimes de sensorialidade, sua conexão aos modos de subjetivação, o estatuto dos sentidos em cada conjugação tempo-espaço – favorece uma melhor compreensão do espaço; afinal, “cada corpo é historicamente construído conforme os sonhos e receios de sua época e cultura” (SANT’ANNA, 2005, p. 127). Os *horizontes do corpo* indicam que ele funciona como um *elo de relação entre indivíduo e coletivo* (SANT’ANNA, 2005).

Uma *espécie de espaço que sente e pensa*: o corpo. Que especificidades o corpo carrega nessa sua inevitável condição de espaço? Podemos pensar o corpo como *espaço praticado*, o que nos remete à leitura proposta por Certeau (2008) sobre o conceito

Se há o poder e a dominação, há insubordinação. A existência da velocidade – que se faz hegemônica – faz a existência fulgurante da lentidão

de lugar. O corpo é o lugar de onde vemos o mundo, que faz o mundo vibrar e nos faz ver o universo de determinada forma: o modo como vivemos o corpo. O corpo é o território de onde dizemos o mundo. No mínimo, o corpo é um instrumento de ação.

O corpo olha, é, sente; o corpo pensa.

É o corpo que sente, pensa e diz a cidade e, ao dizê-la, transforma-se nela. O inverso: a cidade marca a sua existência por meio do corpo dos sujeitos do mundo

que, nos lugares-territórios, experimentam a vida.

O corpo é “uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de compreender” (SANTOS, M. 2008, p. 314). A afirmação é sólida. Entretanto, e não apenas na psicose, o corpo é também imaterial; é também subjetividade. O espaço também é produtor de subjetividade, e, por isso, está sempre carregado de memórias. Desse modo, o corpo revela-se muito mais que seu mínimo – instrumento para agir e limite à ação. M. Santos (2008, p. 80): “A corporeidade do homem é um instrumento de ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado”.

8. A ideia discutida por Sander (2006) é importada de Michel Foucault.

Com o espaço, o corpo – espaço do corpo, espaço dentro-fora do corpo – compõe híbridos, instáveis. A cidade: *cidade-corpo*: espaço híbrido, instável. Cidade-corpo; cidade e corpo: híbridos, instáveis: não se restringem a *superfícies de inscrição de acontecimentos*,⁸ ainda que também o sejam. Porém, mais que isso: o corpo acontece. Além: produz acontecimentos. O espaço é condição à ação, aos acontecimentos (SANTOS, M., 2008). A partir da ideia de espaço, podemos compreender o corpo como possibilidade da transgressão necessária de determinações normativas e territoriais – transgressão ativada unicamente por meio do uso, da apropriação, da conexão entre objetos e ações. Lembremo-nos de que a apropriação do espaço não é unilateral. Se nos apoderamos do espaço, o espaço também age sobre nós e nos domina de formas diversas. Assim, nenhum dos polos desta relação é absoluto.

A relação envolvendo espaço e corpo – já se diz que o corpo é *espaço-corpo* e a relação, ela própria, é corpo – mostra-se um feixe de experiências. Entretanto, a dimensão plural que a imagem de feixe comporta vem sendo dissolvida pela emergência da centralidade de uma determinada experiência corporal. Mas o que se faz acontecer nas corporeidades contemporâneas? A história do corpo é capaz de dizer a história da cidade? A história da cidade é a história da *cidade-corpo*.

Há uma convergência dos processos que atingem o tecido urbano e o que se imprime diretamente na carne. Esta é a tese de Sennett (2008) no livro *Carne e pedra*. Ele indica a expressão das questões corporais no plano arquitetônico, passando por Atenas, Roma, até as cidades modernas, tomando Nova York como exemplo emblemático da impressão das forças do capitalismo no tecido urbano.

Sennett trabalhou extensamente a crise da esfera pública. Haveria uma correspondência de tal crise atingindo a esfera privada? Se sim, que posição ocupa o corpo? Vejamos: a imagem do corpo virtuoso: disciplinado (forte, magro, liso), saudável; a cidade virtuosa: lisa, disciplinada (segura, limpa, ordenada) competitiva, saudável (sustentável). Há uma seleção de imagens e promoção de sonhos “de consumo” que sintoniza a cidade gentrificada, higienizada, controlada e o corpo saudável, virtuoso, disciplinado. Sonha-se, no corpo e na cidade, a ausência do risco. Para isso, respectivamente, a prevenção e o planejamento emergem como panaceia a todos os possíveis males que podem acometer corpo e cidade.

Parece emergir progressivamente com maior força um determinado *modo acertado* de ter/ser um corpo: virtuoso, contemplável.⁹ Nossa sociedade vive um emblemático paradoxo no que diz respeito à vivência do corpo e da saúde, na forma de uma imposição. Nas propagandas, na moda, nas narrativas e imagens diversas, são muitas as evidências desse modelo de vida: a saúde “a todo custo”. Assim é que a experiência corporal é contaminada pela esfera imagética, por exemplo, reduzindo suas potências experimentais. Esse modo de vida pode, contraditoriamente, não ser bom, virtuoso, saudável. No limite extremo, esse modo de vida expressa patologias experimentadas pela *sociedade de próteses*.

A invenção deste corpo se dá, ela mesma, por duas vias aparentemente incongruentes, mas na produção de uma mesma vivência corporal cindida. Na subsunção da subjetividade no corpo, insere-se a reflexão de Sant’Anna (2005, p. 131): “[...] hoje é para o corpo e não apenas para a alma que fazemos sacrifícios: regimes rigorosos de emagrecimento, controle de peso, ginástica, cirurgias.” Trata-se da manifestação do desejo de visibilização do corpo maximizada às últimas consequências. Na inversão dessa polarização, corpo-subjetividade, tem-se o sobrepeso de uma vida subjetiva que desconhece a experimentação corporal, já que esse corpo supostamente perfeito parece inatingível. Assim, parece possível a extração-anulação do corpo, como, por exemplo, pela sedentarização anestésica, o mergulho na alienação e o esquecimento do corpo como condição da vida. Sander (2012, p. 20): “Poderíamos mesmo dizer que *o corpo nos ocupa*. Isto é, frente ao risco do ‘sujeito’ se esvaziar, ele foi preenchido.” O corpo nos ocupa e nos consome. Passamos a nos ocupar do corpo, oferecendo a ele infundáveis investimentos de tempo e preocupação, garantindo ao corpo posições de autoridade social.

Vemos que um corpo virtuoso, belo, “produtivo” é alcançado justamente pelo impedimento de experimentações (SANDER, 2006). Se há processualidades abertas que fazem do corpo o que ele é – *transformação* –, passa-se a uma redução

9. Tais observações estão, também, sugeridas em estudos recentes. Cf. Sander (2006), Diógenes (2003), Sant’Anna (2005).

Há uma seleção de
imagens e promoção de
sonhos ‘de consumo’
que sintoniza a
cidade gentrificada,
higienizada, controlada
e o corpo saudável,
virtuoso, disciplinado

constante deste *corporar* (SANDER, 2006). Constrange-se o corpo a um corpo-imagem, *nos domínios do visível*, o que nos leva ao conceito de paisagem. Porém, do mesmo modo como não basta ao corpo se expor como paisagem, a paisagem, tampouco, é apenas visão. Ela é permeada de sentidos diversos, marcada pela acumulação de muitas e variadas atividades ao longo do tempo, ainda seguindo leituras de Milton Santos.¹⁰

10. A paisagem é um sistema de formas, materialidade da história. É um sistema material aparentemente imutável, congelado, importante por se oferecer à visão e exprimir “as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, M., 2008, p. 103).

Há vínculos potenciais que o corpo transporta, mesmo quando ele sofre o domínio da imagem na experiência urbana – marcada pelo capital financeiro. Toda essa valorização do corpo é subserviente à reprodução das relações sociais de produção, servindo à manutenção do mesmo processo divisório e imagético, mas ela não é capaz de impedir as potências disruptivas do corpo. Ambos, corpo e paisagem, ou mesmo um *corpo-paisagem*, são tocados pelos olhos do outro e pelo poder de transformação que esse contato carrega.

Por sua vez, o lugar, *onde a vida acontece*, é o acontecer da história, onde se dá a existência do mundo. Os acontecimentos históricos e existenciais do mundo decorrem da presença ativa do corpo nos lugares. O lugar é, portanto, *lugar-corpo*. Por isso, quando se busca retirar de um *lugar* essa condição, isto é, quando os sentidos que assim o qualificavam ficam esvaziados, há um prejuízo na qualidade do espaço. Esse deslocamento pode, sobretudo, se dar pela via simbólica, por meio de recursos estéticos, atingindo e subvertendo usos. Tal reordenação pode se realizar, por exemplo, nos processos vorazes, já tão criticados, de revitalização urbana. Entretanto, também, ela pode se dar por meio de narrativas organizadoras, como a *fala do crime*, como estudou Caldeira (2003).

Para Certeau (2008), as narrativas sustentam as práticas sociais. As narrativas que se debruçam sobre o corpo, na contemporaneidade, merecem destaque. Se podemos, de fato, pensar que o discurso da saúde pode ativar ideologias que agem na produção do sujeito “saúdável” – produtivo, útil, disciplinado para o trabalho, forte e controlado para a reprodução de modos de vida capitalísticos –, cabe interrogar: que saúde seria essa? Um estado permanente, uma impossibilidade que se busca – inutilmente – atingir. Entretanto, as consequências são independentes da referida impossibilidade. É a busca – estado permanente – que põe em ação os mais variados consumos e, conseqüentemente, marca o corpo; e, ao grafar o corpo, marca o lugar, a cidade, a *cidade-corpo*.

A percepção do corpo foi alterada. Assim, são produzidas modalidades mais ou menos normatizadas de experimentação do corpo. Não mais um corpo-corpo, corpo-devir, corpo-contato, corpo-invenção; mas, sim, um corpo-vazio, corpo-previsível, corpo-repetição, corpo-alisado. *Corpo-produto*; *corpo-fábrica*. “Todos começam a ficar parecidos com todos” (ENRIQUEZ, 2004, p. 58). Esse tipo de processo, que é de fato um sintoma social, também pode ser reconhecido nas casas, hoje, muitas vezes, desprovidas de pessoalidade. Sua decoração, produzida em série, mesmo no contexto do luxo, é constituída por objetos que se encontram em todas as outras casas.¹¹ Persegue-se insistentemente no corpo, na casa, na cidade, uma mesma estética; uma mesma experiência; uma mesma produção subjetiva que, contraditoriamente, é impessoal.

A dominação exercida pelo capital financeiro se efetiva em todos os ângulos do cotidiano por meio de um encantamento ativado pela força da imagem – produzida no próprio corpo – além do uso das técnicas de comunicação e informação. Interessa ajustar o corpo às rotinas exigidas por essa produção, tornando-o um *corpo-produto*, marcado pelas especializações profissionais que atuam de modo a torná-lo, ao mesmo tempo, passivo e produtivo.

Nega-se a passagem do tempo, da alteridade, do risco: são corpos-subjetividade, cartões postais de fragmentos de modernidade presentes na contemporaneidade. Subjetividades-corpo que se recusam ao perigo, à diferença, à abertura. Herméticas. Assim é que emergem modelos de vida como garantias de certas experiências: o gozo e o espetáculo. O corpo é invadido e definido na contemporaneidade ocidental, introjetando armaduras, como bem descreve Diógenes (2003). Ao tornar-se armadura, o corpo não dança mais (dançamos *com* o corpo), não se dobra, não se arrisca. O corpo passa a ser colocado como *outro*, fora do mundo, passível de ser observado, admirado, desejado. Um corpo que nada vê a partir de nenhum lugar, que não se afeta, mas quer ser visto, disponível à contemplação. Nada consegue se inscrever neste corpo, mas ele quer deixar suas marcas no cotidiano a qualquer custo, fazer-se prioridade. Responder a esta imagem inatingível demanda esforços intensos, e há quem opte pelo aniquilamento da vivência corporal e se movimente – como se fosse possível – apenas no plano virtual. O corpo é, então, instrumentalizado, especialmente no que se refere à saúde e à cosmética e, ainda, à arquitetura e ao urbanismo.

11. O documentário *Um lugar ao sol* (2009), de Gabriel Mascaro, mostra uma cena emblemática neste sentido: *outdoor* que apresenta um determinado apartamento à venda na orla de Recife revela, com poucas diferenças de cores e texturas, o mesmo ambiente encontrado na sala de visitas de um casal entrevistado pelo diretor. Do mesmo modo, a rede sueca de artigos de decoração e móveis de *design* moderno *Ikea* semeia casas idênticas pelas cidades europeias afora.

Sant’Anna (2005) insere a valorização do conforto como mote que oprime o corpo e o torna, ele mesmo, um molde para ilustração do disciplinamento e da produção.

Há certa discricção na dominação que exerce o capital financeiro ou, como prefere Foucault (1993), na produção do disciplinamento. São novas tecnologias que agem na produção de necessidades e medos, como a valorização do conforto como desejo obrigatório, que não pode ser deslocado da posição de prioridade. O conforto emerge hoje como necessidade indiscutível e para a qual todo preço é pouco a se pagar. Assim, para Sant’Anna (2005, p. 125),

os produtos “confortáveis” prometem livrar o corpo das asperezas do frio e do calor excessivos, e, sobretudo, libertá-lo do dever da força física. [...] Pois, quanto mais a valorização do conforto deixa de ser apenas um luxo e é vista como uma necessidade natural dos homens e mulheres comuns, mais intensas se tornam as cobranças para que cada um se esforce (inclusive fisicamente, por meio de exercícios do corpo) para ter direito ao conforto e, ainda, para conquistar uma aparência que exprima tal conquista.

As tecnologias mais diversas, promovidas em nome do conforto, geram novas exigências de produtividade e disciplina. Não é em nome do conforto, da vida saudável e da segurança – logo, do medo – que se vive cercado e vigiado nos condomínios fechados? Para Foucault (1993, p. 126), as disciplinas são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo.” O disciplinamento é a racionalização do mundo: racionalização do espaço pelo uso da arquitetura, tecnologia privilegiada da *sociedade disciplinar*, centrada na produção de corpos disciplinados.

O disciplinamento se espacializa na forma da fixação, favorecendo o controle minucioso da atividade; opera pela vigilância, constante e anônima, por meio de sanções normalizadoras e pelo confinamento. Tudo isso de modo a se extrair mais conhecimento, mais trabalho, mais saber. Nesse regime, esboça-se a biopolítica que se sustenta na regulação, o poder de *fazer viver e deixar morrer*. Esse mesmo regime, gerado no âmbito da *sociedade disciplinar*, pode estar regendo espaços e corpos-subjetividades?

Para Foucault, nossa sociedade usa a visibilidade do contraste para produzir a normalidade. As pessoas são categorizadas, favorecendo a regulação de seu comportamento e o estabelecimento de relações de poder. É nesse cenário que surgem as ideias de normalidade e delinquência. O louco – a desrazão – emerge como figura que reforça a normalidade, garante o lugar do cidadão – normal – que vive dentro da

norma. Ele identifica o disciplinamento nos séculos XVIII – tendo início no século XVII – e XIX, alcançando seu auge no início do século XX. É a partir do estabelecimento da *sociedade disciplinar* que um novo processo emerge, na segunda metade do século XX: a *sociedade de controle* – assim denominada por Gilles Deleuze, a partir dos estudos de Michel Foucault.

As estratégias de controle, praticadas no seio da biopolítica, visam garantir a obediência, a organização da sociedade, tanto quanto a disciplina desejou. Porém, na *sociedade de controle*, as tecnologias estão lançadas no espaço aberto, onde o disciplinamento se alastra; isto é, os recursos da *sociedade disciplinar* não deixam de funcionar, mas passam a conviver com outro regime de controle e suas novas tecnologias: controle contíguo e comunicação instantânea, ao ar livre.

O controle começa a operar por procedimentos sutis. Ele passa a ser introjetado no sujeito, dispensando, muitas vezes, uma agência reguladora. Isso significa que o controle se interioriza, se inscreve diretamente no corpo. Do mesmo modo, ele se inscreve diretamente nos modos de subjetivação, bem como, simultaneamente, na produção do espaço. Trata-se de uma docilização generalizada, operada pela domesticação do desejo, dos afetos, das singularidades. Essa docilização aceita a imposição da reprodução social, inclusive tendo a violência como integrante do processo. Nesse sentido, ser dócil não impede a emergência da agressividade na forma das mais variadas violências, das guerras de todos os tipos, das patologias sociais e das marcadamente individuais.

Se na *sociedade da técnica*¹² é possível identificar a sujeição dos corpos às necessidades sociais propostas – produção, estética, consumo –, na *sociedade de controle* a ação é aplicada diretamente no corpo. Vamos do espartilho à modelação física e, finalmente, às próteses. Negamos a passagem do tempo, recusamos a vivência da alteridade e temos receio do risco. O controle sobre o corpo permanece como índice de poder. Porém, “no lugar do corpete de couro, ferro ou pano, doravante, o próprio corpo será convocado a se tornar ele mesmo um molde” (SANT’ANNA, 2005, p. 125).

É alto o desgaste de carregar o corpo como um valor e de não poder fugir ao perfil que esse corpo deve ter – alisado, controlado, “saudável” e produtivo. O custo é o de termos comprimido, um ao outro, corpo e subjetividade. O próprio corpo vai sendo aniquilado por meio de sua blindagem. Corpo que não se move na cidade, não se abre, vê seu sensível reduzido.

12. Opta-se, aqui, por reafirmar a presença da técnica em nossas sociedades moderno-ocidentais: expressão das disciplinas – do disciplinamento, da domesticação – e do controle.

Eliminar as coerções da geografia?

Carregamos um corpo – carregamos o que somos? – e nos aquietamos distanciados da cidade, isolados em nossos automóveis. A ação disciplinadora é impressa também sobre o tempo, produzindo sua racionalização e docilizando a produção dos corpos, tornados obedientes e úteis. A ação disciplinadora permite a aceleração da produção que, por sua vez, não se desvincula da aceleração da cidade. Sennett (1998, p. 28): “Não se usa o carro para ver a cidade [...]. A tecnologia da movimentação moderna substitui o fato de estar na rua por um desejo de eliminar as coerções da geografia.”

É menor o fato de estar na rua, lembra Sennett, diante da impossibilidade de ver – reparar – ou da indisponibilidade de experimentar o mundo que lá se faz. Nesses termos, não interessa, na cidade, *olhar, ver, reparar*, caso se esteja dentro do automóvel em trânsito; interessa atravessar a cidade. Mais do que isso – ou, talvez, menos –, interessa fazer do carro uma prótese, extensão do corpo que já sente a sua própria ausência. Parece ser possível falar de uma erosão da vida pública, em que se configura um espaço morto no nível da rua, em alguns casos. Este processo tem relação com o automóvel e com o que se faz do espaço público, transformado, também, em função da movimentação, perdendo seu sentido próprio.

Os sentidos múltiplos do espaço, evocados por Georges Perec, são reduzidos pela experiência da produção do movimento para o carro particular, individual, privado, grande ou compacto, pesado, aparente potência sempre impedida, desejo de eliminação das coerções da geografia. Se nada permanece parado na cidade, se os movimentos se constituem em sobreposições fluentes, o carro impede a fluidez e convoca, sob a promessa da velocidade, a suspensão do movimento. Não à toa, conforme sugere a leitura de Milton Santos, os *homens lentos* ficam nos exteriores da aceleração.

Sabemos que é complexo andar numa cidade feita para o trânsito rápido. A cidade foi profundamente marcada pelos modos de fluir, circular, consumir e experimentar o tempo, trazidos por tal modelo de movimento. Além disso, cabe reconhecer que o automóvel revela-se um excelente detonador de narcisismos. Pensemos o corpo, pois, em sua relação com a conformação do espaço urbano, marcada pelo automóvel, tal como discute M. Santos (2008, p. 66) a partir de Jean Baudrillard: “o automóvel

é um elemento do guarda-roupa, uma quase-vestimenta. Usado na rua, parece prolongar o corpo do homem como uma prótese a mais [...].” Transferimos, não sem prejuízo, nossa corporeidade à extensão do carro, sua impotência, seu impedimento. Para M. Santos (2008, p. 63), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes.” O espaço é marcado por esse conteúdo técnico que vem lhe sendo agregado. O corpo também vem suportando tal intensidade empregada pelo turbilhão técnico.

O automóvel é impotência confirmada pela impossibilidade da plenitude de sua velocidade, deslocamento, conforto: como movê-lo, veloz, nas grandes vias de trânsito imobilizado? Do interior do automóvel, não tomamos contato com a micropolítica urbana, com seus desvios e acasos, seus personagens, sua *desrazão poética* e, tampouco, entramos em contato com trechos de paisagens sonoras, pequenos fios de conversa, diálogos urbanos inscritos em cantos diversos. De dentro, o contato pode ser tão tímido que se esvazia das pequenas subversões dos usos previstos da cidade, restritas, assim, pelas contravenções da própria lógica do tráfego.

O automóvel promove, sobretudo, experiências marcadas pelo privado. O privado se insinua não apenas no que diz respeito ao capital, tão evidente na cidade, mas, também, no que parece se colocar como elemento compositor de um modo hegemônico da experiência subjetiva: privar-se do outro, do risco da alteridade; da política, como possibilidade do dissenso; viver o *temor da heterogeneidade*, a busca pelo gozo constante e pela segurança, na sociedade de consumo imperativo; privar o outro de movimentar-se nessa sociedade; deixar enrijecida a dinâmica social. Deste modo é que se acoplam determinados sentidos à subjetivação, sentidos previstos, e produção da identidade descolada da vida.



Two color photographs

Each: 4 1/8 x 6" (10.5 x 15.2 cm)

The Museum of Modern Art, New York. Gift of The Speyer Family Foundation, Kathy and Richard S. Fuld, Jr., Marie-Josée and Henry R. Kravis, Patricia Phelps de Cisneros, Anna Marie and Robert F. Shapiro, The Julia Stoschek Foundation, Düsseldorf, and Committee on Media Funds, 2007

© 2011 Francis Alÿs

As *identidades descoladas* levam ao medo e à tensão constantes. Elas aparecem em função da globalização, em que os fluxos, inclusive subjetivos, são multiplicados e acelerados. As identidades disponíveis, tal como as mercadorias, perdem em tempo de vida, pois funcionam segundo a lógica da obsolescência programada. Elas garantem um aparente conforto, um suposto pertencimento. Mais do mesmo. E este *mesmo* é carregado de medo do qual, em princípio, se originaria a necessidade de proteção e vigilância constantes, a busca por segurança. Nesse sentido, abraçar uma identidade formatada é sedutor, pois ela garante – aparentemente – um lugar de aceitação e certa previsão dos acontecimentos.

A cidade modelada para os carros é campo de passagem, não de uso. Paradoxalmente, o automóvel parece ser um eterno fabricante de distâncias. Entretanto, a distância sofre uma inversão: o que antes era próximo está longe porque intransitável; enquanto isso, o que era distante, está próximo, já que o automóvel os torna po-

**Carregamos um
corpo – carregamos
o que somos? – e
nos aquietamos
distanciados da cidade,
isolados em nossos
automóveis**

tencialmente acessíveis por meio de vias de grande velocidade. O urbano moderno, na contemporaneidade é, também, a expressão da velocidade.

A velocidade impressa no tecido das cidades, em suas avenidas e no cotidiano de suas relações, indica que o urbano é expressão de um tempo social, cuja face mortífera produz e experimenta uma só velocidade: a aceleração. Essas vias e seus fluxos impedem o encontro, funcionando como outros muros para o pedestre e para o carro, que, fechado e protegido, paradoxalmente, é impedido à velocidade nos congestionamentos quilométricos. Tudo isso coloca em evidência a supremacia do carro – extensão do corpo e mostra do poder da privatização – e suas evidentes contradições. Fragilizam-se as possibilidades de trocas nas derrapagens cotidianas do movimento acelerado. A aceleração não permite que se sinta ou sequer se perceba o outro, e, tampouco, o fluxo dos tempos.

É a era da aceleração, da pressa, da circulação, do atropelamento e da morte. Mesmo porque se somos jogados numa relação temporal de futuro, resta-nos pensar a morte. “Se o espaço é infinito estamos em qualquer ponto do espaço.

Se o tempo é infinito estamos em qualquer ponto do tempo” (BORGES, 2009, p. 103). A partir de suas leituras de Jorge Luis Borges, sustenta Sarlo (2009, p. 144): “[...] os homens não suportam nem a perfeição nem a imortalidade.” Ela afirma, ainda: “[...] o tempo infinito é insustentável; sem morte não há moral nem sociedade, não há eleição, não há liberdade, a morte funda a república e a polis” (SARLO, 2009, p. 144). Caso estejamos mergulhados num paradoxo: anulamos as experimentações corporais e vivemos um corpo-imagem, para evitarmos a morte e, assim, matamos a invenção, o devir, o intensivo do corpo-subjetividade. O que nos sobra de vida?

Como ensinou a psicanálise de Kehl (2009), por mais contraditório que pareça, existe um vínculo entre aceleração e depressão na contemporaneidade. Reduzimos nossos tempos a uma única velocidade: aceleração. Nela, princípios importantes da dimensão organizativa da vida são subvertidos. Assim, a passagem do tempo vira uma constante. A vida passa a ser só *passagem*; pouco fica de cada dia, de cada experiência, de cada desejo. Há sempre uma possibilidade de experiência mais atraente a seguir. É assim, também, que a gravidade do tempo define-se e substantiva-se em banalidades mensuráveis. Obtém-se, deste modo, a vivência de um tempo maciço, nada leve, sem respiração. Podemos ser esmagados pelo peso da matéria, na aceleração? Se sim, quanto mais acelerados estamos – impulsionados pela mola infinita do capitalismo –, mais a depressão irrompe como sintoma de nossa sociedade.¹³

Podemos ser afetados pela velocidade da aceleração, mas ela projeta afetos *desperdiçados*. Na experiência de aceleração ininterrupta, em vez de a geografia se desmanchar ao sabor de novas formas e imagens, ao contrário, ela se enrijece. Assim é que a cidade se petrifica e uma noção mais radical de alteridade é obtida: aquela em que a subjetividade ressoa, indisposta a seu princípio constitutivo – o outro – e verte-se hermética. Na era da aceleração, o olhar se distancia e ficamos sempre na presença de um mesmo tipo de experiência. Olhos que não percebem nada além do mesmo. A aceleração habita a *casa dos tempos*, da qual parece desejar-se única proprietária. A cidade contemporânea contém maior efemeridade, movendo-se em alta velocidade, registrando e apagando rapidamente o que passou. Mas sempre nos inscrevemos no espaço – *espaço sobre espaço, história sobre história, escrita sobre escrita* – que nos conduz à ideia de palimpsesto (HISSA; MELO, 2008).

13. É essa a tese contida no livro *O tempo e o cão* (KEHL, 2009).

O *palimpsesto* carrega a imagem de uma superfície rasurada e novamente preenchida de significados, produzindo uma sobreposição de camadas em que os rastros da história se acumulam, preenchendo os visíveis de conteúdo. Como na literatura de Jorge Luis Borges, o *palimpsesto* já foi aproveitado por vários autores em circunstâncias e tempos diversos, justamente pela riqueza de possibilidades que abre. Há uma diversidade no uso do termo a trabalhar, para diversos autores, como um horizonte que fornece uma perspectiva potente, favorecendo a compreensão dos processos urbanos e sua inesgotável plenitude de significados.¹⁴

14. “A história é grafada nesse espaço, terreno fértil de permanentes escritas. A imagem do palimpsesto sugere a existência de um texto primitivo, de origem, que teria sido *raspado* para dar lugar a outro. A história é história sobre história, escrita sobre escrita, espaço sobre espaço. O espaço pode ser interpretado, portanto, como uma superposição de grafias, de natureza social, feita de superfícies complexas, já que não se consegue apagar as grafias anteriores. Tal como um *palimpsesto*, as *novas grafias* se mesclam às anteriores, ou a traços de grafias anteriores que resistem ao processo histórico de *raspagem*, dando origem a uma superfície de complexa legibilidade, acumulada que se encontra de grafemas e grafias do passado e do presente” (HISSA; MELO, 2008, p. 297).

Estamos diante dos paradoxos da aceleração da contemporaneidade. Deixamos de viver o presente, lançamo-nos no futuro, na pressa, quando a morte nos espera, para, contraditoriamente, evitarmos a morte. Da raspagem à derrapagem. Uma constante perda de referência. Perdemos-nos nas camadas recobertas por *um mesmo tempo, um mesmo poder* que procura fraturar as outras possibilidades de inscrição. Assim, perdemos a moradia dos afetos, desconhecemos a pluralidade das camadas sócio-históricas – que se sedimentam no palimpsesto urbano – e seus rastros, atropelamos as sensibilidades que brotam das ruas: “[...] o que nós acadêmicos muitas vezes esquecemos é o papel desempenhado pela sensibilidade que nasce das ruas ao nosso redor” (HARVEY, 2012, p. xi).

A sensibilidade que brota das ruas é a resistência que pode emergir a partir do manejo das fronteiras da cidade, bem como das fronteiras do corpo: deste corpo como fronteira. Experimentamos o universo – pluriverso – a partir desse *lugar corporal*, de onde podem emergir *repetições do mesmo* ou *repetições que repetem o que difere*, tal como Sant’Anna (2005) lembra a partir de Gilles Deleuze:

Para isso, há que se manter uma espécie de articulação simétrica entre o plano individual e o plano coletivo. No lugar de valorizar um em desprezo do outro, valoriza-se a composição de ambos – tal qual um pôr do sol valoriza de modo inusitado, a cada vez, o mesmo horizonte e o mesmo sol de todos os dias. [...] No entanto, fomos ensinados a dominar mais do que a compor. [...] Ora, é justamente neste plano de composição, isento da dominação entre termos, que o corpo pode se tornar, ele mesmo, um horizonte de passagens, um elo entre os demais corpos, algo que não ambiciona estar sempre no começo ou no fim dos processos, mas que funcione, ele mesmo, como um feixe de caminhos. (SANT’ANNA, 2005, p. 133-134)

A passagem – corpo como *horizonte de passagens* – torna-se elo, possibilidade de conexão, proveniência da alteridade. A experiência corporal precisa ser necessariamente uma vivência de abertura, campo aberto à experimentação e potência de invenção. Para tanto, é preciso composição, sem a dominação de termos. Viver o corpo pode ser expandir os limiares, interior-exterior, fabricar composições, resistir no sentido de inventar.

Algo da subjetividade em sua condição inescapável de criação permanece no corpo. Algo de irreduzível transpira, escapando ao consenso imposto, ao totalitarismo, às identidades e repetições. É este algo que faz escapar e impede a prevalência mortífera do medo. Assim, em vez de produzir cisões no tecido urbano, é possível dobrá-lo de modo que não se rasgue, mas cresça em volume e se multiplique. Essas dobras da cidade são feitas no tear de redes de lugares, de apropriações múltiplas, com os corpos plurais que agem e tecem desenhos no mundo. Uma subjetividade rebelde pode emergir de forma intermitente na relação corpo-cidade; e o caminhar pode nos oferecer essa outra topografia urbana – produzindo uma transformação no *estatuto do visível* –, distinta da produzida pela velocidade e daquela fabricada pelo seu oposto: o imobilismo reincidente do automóvel.

A cidade modelada para os carros é campo de passagem, não de uso. Paradoxalmente, o automóvel parece ser um eterno fabricante de distâncias

Geografias abertas: sentidos urbanos

O caminhar é um modo de devolver, à cidade, a explicitação da sua condição de *cidade-corpo*. Os passos que percorrem terrenos não apenas marcam a trajetória que se faz. Eles são a expressão do movimento do corpo que atravessa a cidade: e a transpõe, infiltra, perpassa, experimenta.

Ao caminhar, os corpos percorrem e perfazem diversos feixes de caminhos na cidade. De forma mais ou menos invisível, elaboram novos textos, outras regências, reescrevem o discurso urbano. Andar é escrever, ler, significar, reescrever a partir de nossos olhos para o mundo. Deste modo é que o andar – como uma modalidade

15. Nas palavras do artista: “Creio que a deriva situacionista cumpre uma função mais concreta, por absurda que esta seja. Não sou especialista nesses temas, mas creio que para eles havia outro tipo de apreensão do território urbano. Minhas caminhadas são mais uma forma imediata e econômica de intervir frente ao que vejo. Me interessa (*sic*) mais a atitude que alguém pode ter enquanto caminha que o próprio ato de caminhar” (BALMISA, 2011, p. 9).

16. Francis Alÿs, *Cuando la fe mueve montañas*, Lima, 2002.

17. Francis Alÿs, *Re-enactments*, Cidade do México, 2000.

18. Francis Alÿs, *The Leak*, São Paulo, 1995; Paris, 2002.

19. Francis Alÿs, *The Green Line*, Jerusalém, 2004.

20. Francis Alÿs, *Painting/Retoque*, Panamá, 2008.

21. Francis Alÿs, *Paradox of Praxis 1* (Sometimes making something leads nothing), Cidade do México, 1997.

22. Francis Alÿs, *Railings*, Londres, 2004.

23. BALMISA, 2011, p. 11.

de ocupação do espaço urbano –, em contraste com o uso do automóvel, pode ser uma experiência que confere possibilidade de ruptura ao disciplinamento e controle, justamente por abrir os sentidos ao mundo. Se as cidades parecem perder cada vez mais coesão, o andar parece ser capaz de conferir sentido aos seus pedaços. Mas, há que se sublinhar: há várias formas de caminhar.

Francis Alÿs movimenta-se. O ato de caminhar é o protagonista de suas obras. Andar tornou-se um meio de produzir para este artista belga radicado no México. Ele desenvolveu “um corpo de obra em que a cidade torna-se o cenário e o caminhar a ferramenta para revelar as contradições de todo habitat urbano” (BALMISA, 2011, p. 6). Para ele, o caminhar não se reduz a uma técnica. Na verdade, nem é o andar que importa, mas a experiência, a atitude que pode ser propiciada enquanto se caminha, uma atividade que se distingue, ainda, de uma deriva situacionista.¹⁵

O caminhar é apenas um meio. Um meio de apreender significados, talvez. Mesmo que o artista não se proponha a desenvolver uma *epistemologia do caminhar*, ou mesmo do espaço, ele acaba provocando o desejo de capturar *sentidos urbanos*, fazendo-nos atentar para a dimensão afetiva das espacialidades cotidianas. Suas ações tratam de transformações, ajustes e transgressões: a montanha que se move;¹⁶ a caminhada à mão armada;¹⁷ o traçado de uma linha no meio da cidade de São Paulo, Paris¹⁸ ou Jerusalém;¹⁹ o retoque das faixas desgastadas pelo tempo entre as pistas de uma estrada,²⁰ a enorme pedra de gelo que se derrete,²¹ as grades²² – caminhando, o artista destaca temas que são carregados de tensões diversas. Ele nos convida a refletir sobre a ocupação comum das ruas pelos moradores das cidades latino-americanas, a indústria do medo e sua banalização, a militarização urbana, as fronteiras reais e imaginárias que se movem pelo mundo. Política, ética, estética, poética.²³

À primeira vista, especialmente em seus primeiros trabalhos, pode parecer que se trata de uma atividade solitária, de um artista que tornou a cidade seu ateliê, onde produz silenciosamente. Ao contrário, tomando o panorama da obra de Francis Alÿs, vemos uma busca pela interação; ações que alcançam o coletivo, em modalidades diversas de composição. Neste sentido, o andar, fonte de muitas de suas produções, parece ser uma experiência marcadamente individual, mas é justamente seu caráter psicossocial, sua conexão necessária ao *lugar*, ao *corpo do mundo* (HISSA, 2009) que a faz tão potente como experiência estética.



Untitled from *When Faith Moves Mountains*. 2002
Graphite, paint, and Post-It® on vellum
12 x 19 1/4" (30.5 x 48.9 cm)



Untitled from *When Faith Moves Mountains*. 2002
Graphite, paint, and tape on vellum
Image (Drawing): 12 x 18 5/8" (30.5 x 47.3 cm)

The Museum of Modern Art, New York. Gift of The Speyer Family Foundation, Kathy and Richard S. Fuld, Jr., Marie-Josée and Henry R. Kravis, Patricia Phelps de Cisneros, Anna Marie and Robert F. Shapiro, The Julia Stoschek Foundation, Düsseldorf, and Committee on Media Funds, 2007

© 2011 Francis Alÿs

O artista – arquiteto e urbanista – partiu de sua condição de estrangeiro e do impacto que a metrópole mexicana provocou para buscar chaves na arte e, assim, tentar decodificar os enigmas que o urbano oferece. Suas primeiras obras resultam do estranhamento da cidade. Não à toa, há um conteúdo de surpresa em suas obras, algo do inesperado: “[...] há um abrir-se ao inesperado da cidade” (BALMISA, 2011, p. 10). De fato, a cidade é capaz de produzir e atualizar incompreensões cotidianas nos praticantes de cidade.

A *cidade-corpo* não possui horizonte preciso e se oferece como *paisagem vista de dentro*, impondo dificuldades à cartografia, à interpretação. Suas fronteiras são moventes e nós nos movemos através delas, por elas. A *cidade-corpo* é lida e reescrita a cada dia, pelos sujeitos do mundo, em territórios – moventes *através de nós* – que podem, portanto, se encontrar ou, na mesma medida, não coincidir. Os diferentes territórios que percorrem a cidade se entrecortam, sobrepõem fronteiras, ainda no campo dos exercícios de poder e dos afetos. Os modos de subjetivação que inventamos e reinventamos a todo momento são produzidos nos fluxos territoriais. Por isso, cabe aqui pensar que as leituras desenvolvidas em movimento por Francis Alÿs produzem uma *geografia aberta*, carregada de corpo, capaz de pôr em relevo afetos e produzir visibilidades em vastos domínios. Ele reconhece a cidade como cenário privilegiado: “São atos fora de lugar, mas que estão inspirados no que pude ver no dia a dia da cidade” (BALMISA, 2011, p. 9).

O que vemos no dia a dia das cidades? Sabemos ver? Sabemos reconhecer os códigos da metrópole? Estamos abertos a jogar com suas múltiplas possibilidades de leitura? As imagens urbanas são tecidas de elementos diversos – história, poética, memória, uso sucessivo e contínuo que transformam espaços. Toda imagem é construída no jogo do olhar: o que se emoldura em suas urgências; o ângulo e o lugar de onde se vê; o instante fixado na memória, no papel, no corpo.

É imprescindível enxergar a rua. Ao se permitir a construção do trajeto pelo caminhar, o desenho da *cidade-corpo* emerge. Cada caminhar tem o seu traçado, e cada traçado desenha uma cidade diferente. E o traçado é duplo: desenha-se com os pés no chão; desenha-se, ao mesmo tempo, com a imaginação ativa do viajante vagaroso e diletante. As escalas e as divisões internas e externas à *cidade-corpo* se dissolvem ao sabor dos passos. Toda cidade é desenho. É por isso que andar pelas cidades é imaginá-las, desejá-las. Retraçá-las; ao redesenhá-las, delas se apropriar e, com isso, fazer com que se inscrevam em nossos corpos. É por isso que “[o ato de andar] na atualidade, constitui uma leitura e uma escrita do território” (CARERI, 2003, p. 51).

Referências

- BALMISA, A. S. Entrevista com Francis Alÿs. *Exit Express*, Madrid, n. 57, fev./mar. 2011.
- BORGES, J. L. *Livro de areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2003.
- CARERI, F. *Walkscapes: el andar como práctica estética*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DIÓGENES, G. *Itinerários de corpos juvenis: o tatame, o jogo e o baile*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ENRIQUEZ, E. O outro, semelhante ou inimigo? In: NOVAES, Adauto. *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 45-60.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- HARVEY, D. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. New York: Verso, 2012.
- HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

- HISSA, C. E. V.; MELO, A. F. O lugar e a cidade; conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, C. E. V. (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 293-308.
- HISSA, C. E. V. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 36-84.
- KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- PELBART, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- PEREC, G. *Especies de espacios*. Barcelona: Montesinos, 2001.
- SANDER, J. *Camelos também dançam – movimento corporal e processos de subjetivação contemporâneos: um olhar através da dança*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- SANDER, J. Movimentos do corpo em dança: do corpo-sem-órgãos ao corporar. *O Teatro Transcende*, Blumenau, v. 17, n. 1, p. 19-38, 2012.
- SARLO, B. *La ciudad vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.
- SANT'ANNA, D. B. Horizontes do corpo. In: BUENO, M. L.; CASTRO, A. L. (Org.). *Corpo território da cultura*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 119-134.
- SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo; razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 2008.
- SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PORO

Por outras práticas e espacialidades

Série de 13 cartazes lambe-lambe impressos em serigrafia e afixados em locais públicos, Belo Horizonte, MG, 2010.



OUTRA CASA FOI DEMOLIDADA:

- Não tem problema, era uma casa velha
- Vai ser um lindo prédio novo
- Preservar a memória é coisa do passado
- Ponto para a especulação imobiliária
- BH, cidade em demolição

MANIFESTO

por uma cidade lúdica e coletiva, por uma arte pública, crítica e poética

PORO*

PALAVRAS-CHAVE Arte contemporânea. Cidade. Intervenção urbana.

MANIFESTO

for a playfull and collective city, for a public, critic and poetic art

KEYWORDS City. Contemporary art. Urban intervention.

Sim! Estamos correndo o risco de parecer ingênuos ou incoerentes. Como artistas, fazemos arte e não necessariamente sentido.

Trabalhamos juntos desde 2002 e a cidade tem sido sempre o grande tema dos nossos trabalhos. É na cidade que encontramos e de onde extraímos matéria poética para a construção de obras que visam, entre outras coisas, ressignificar os espaços urbanos com proposições poéticas e/ou de cunho político.

Neste texto, em forma de manifesto, desejamos apresentar um pouco de nossas inquietações em relação aos processos urbanos contemporâneos e propor um modo de fazer arte que seja mais aberto e relacional.

* Dupla formada pelos artistas Brígida Campbell e Marcelo Terça-Nada! (Brasil); atua desde 2002 com a realização de intervenções urbanas e ações efêmeras que tentam levantar questões sobre os problemas das cidades por meio de uma ocupação poética e crítica dos espaços. *Site:* <www.poro.redezero.org>. *E-mail:* <brigidacampbell@yahoo.com.br>; <marcelonada@gmail.com>.



Porro: *Outros Setores para Brasília*. Intervenção com placas na cidade, 2013.

Uma cidade para todos

A cidade não é o lugar do consenso. É o lugar do encontro com a diferença, onde as várias opiniões, jeitos de ser e opções convivem e criam um ambiente fértil e criativo. Um ambiente de encontro com situações e modos de viver inusitados que divergem do nosso próprio modo de viver. É neste contato com a diferença que podemos crescer, respeitar e experienciar processos que nos deslocam e que nos tornam também sujeitos dos acontecimentos.

O simbólico na cidade

Os espaços educam. Espaços criativos geram pessoas criativas. Nossa paisagem faz parte do que nós somos. A cidade construída a partir de uma lógica funcionalista mecaniza a vida sem deixar espaço para a construção criativa de um imaginário livre. Por monumentos e espaços que sejam instigantes e não que representem uma cultura da militarização e do poder. Por espaços que não oprimam, mas que libertem e estimulem a experiência e a experimentação.

Em defesa do ócio. Por uma cidade lenta

O mundo de hoje parece se sustentar na ideia de que a velocidade é uma necessidade e a pressa uma qualidade. Vivemos em uma sociedade que exalta a instantaneidade em todos os processos, desde a transmissão de informações, mas também na obtenção de resultados em vários meios e sentidos.

As cidades reproduzem muitas vezes esse ideário dominante da velocidade e isso aparece no espaço público de forma a limitar a experiência do tempo. As cidades em geral não possuem espaço para o ócio, a contemplação, a perda de tempo. Os espaços urbanos são quase sempre lugares de pressa, onde o tempo “precisa” estar otimizado.

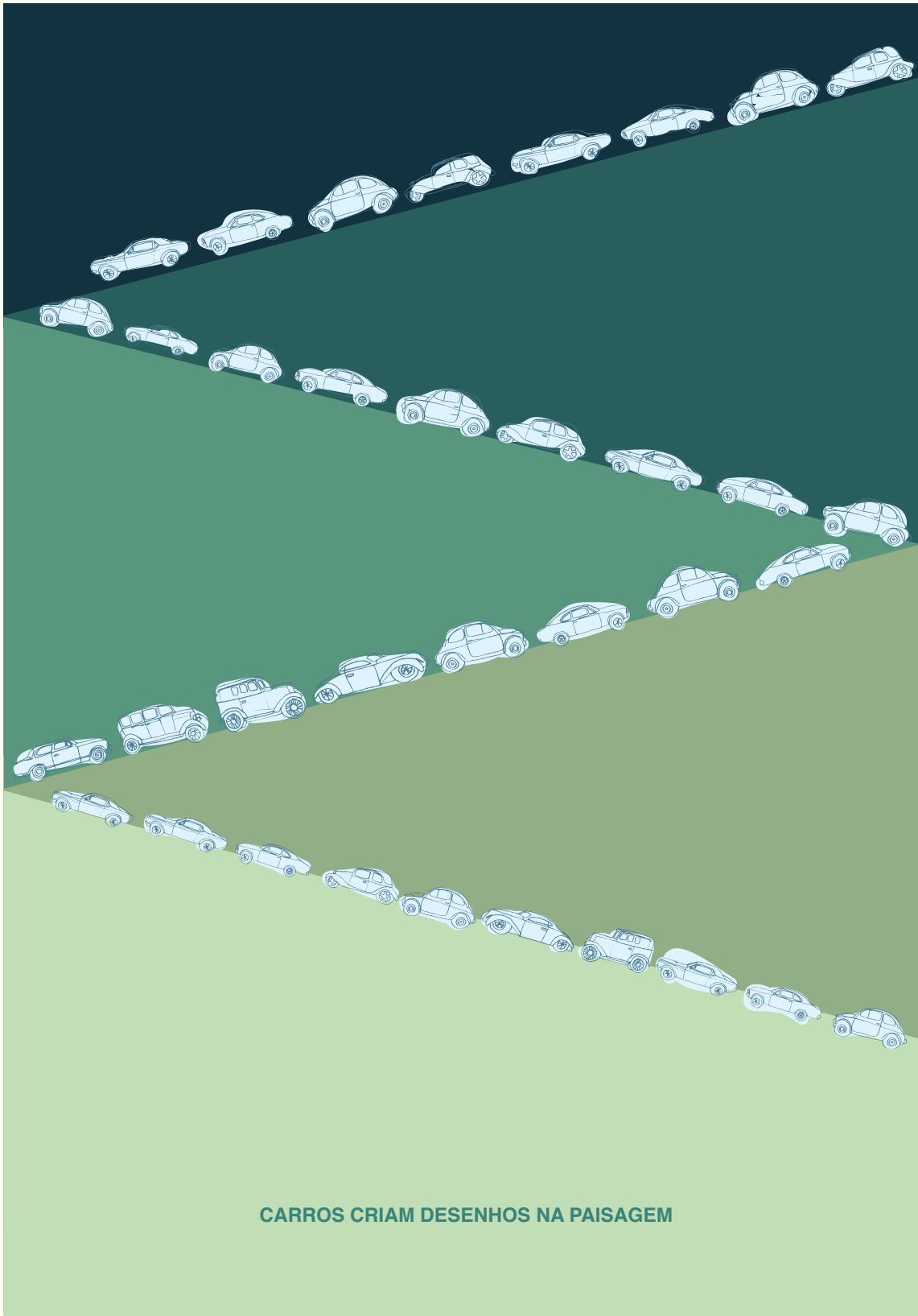
O tempo é o nosso bem mais precioso, não seremos livres enquanto não controlarmos o nosso próprio tempo. Parece que vivemos em um futuro constante, sem passado e sem presente. A pressa gera uma verdadeira epidemia de ansiedade.

Viva a borda! Desloque o centro

Uma cidade inclusiva deve proporcionar a todos modos de locomoção fáceis e ágeis, para que assim as distâncias não sejam um impedimento para a circulação das pessoas. As cidades devem incluir as periferias. Todos têm direito à experiência da cidade. Deslocar espaços e acontecimentos. Garantir o direito à circulação de todas as pessoas que vivem na cidade.

Cidadão ou consumidores

Vivemos em um momento no qual podemos perceber a tentativa de mercantilizar todas as instâncias da vida. A mídia e a cultura capitalista formam consumidores no lugar de cidadãos. Incentiva-se o consumo de coisas supérfluas de tal forma que essas coisas passam a parecer imprescindíveis. Construiu-se a ideia de que só é possível ser feliz na medida em que você consome certos produtos. Esses desejos produzidos pela publicidade são valores que não correspondem aos reais desejos das pessoas.



Poro: *Situações Brasília*. Série de cartazes, 2013.

Contra os shoppings

O *shopping* hoje é como um templo do consumo, com atmosfera controlada, onde aparentemente não existe pobreza ou tristeza. As vitrines das lojas se tornam lugares de adoração. Pais que levam seus filhos aos *shoppings* no lugar de levá-los aos parques estão produzindo futuros consumistas, pois desde cedo as crianças já desenvolvem a ideia de que comprar é uma diversão.

Contra a cultura do consumo e as praças de alimentação. Os *shoppings* fortalecem a cultura do medo, afastam as pessoas da esfera pública. Esvaziam as ruas e reduzem os momentos de sociabilidade a momentos de consumismo. Ar-condicionado, ambientes condicionados, pessoas condicionadas? A experiência do tempo desconectada do ambiente natural. Agora é de dia ou de noite? Você está em Belo Horizonte, São Paulo, Miami ou Bombaim?

Contra a publicidade

O imaginário coletivo está colonizado pela publicidade. Os espaços públicos e os meios de comunicação são cada vez mais ocupados pela publicidade. A propaganda não pode ter hegemonia de discurso sobre tudo. Só quem tem dinheiro para comprar espaços publicitários e editoriais é que pode ter voz? Não acreditamos nisso. A arte pode criar um contraponto às imagens estereotipadas da publicidade – que geram valores e uma estética baseada no consumo. Múltiplas vozes, múltiplas formas de dizer. Para pensamentos múltiplos. Para uma cidade múltipla e voltada para o coletivo.

Por uma arte não corporativa

A domesticação da arte é também uma domesticação da vida. Hoje os setores de *marketing* das empresas são os responsáveis por decidir sobre o financiamento de grande parte dos projetos artísticos e culturais. Não podemos deixar que a mentalidade corporativa defina os rumos e a identidade estética de um país.

Contra a cooptação da criatividade

A noção de “cidade criativa” tem sido usada para maquiar grandes empreendimentos imobiliários e justificar transformações que visam atender apenas a interesses econômicos de investidores e empreiteiras em detrimento das populações que vivem nas cidades. De outro lado, manifestações espontâneas e criativas sofrem repressão policial ou perseguição política. Cidades realmente criativas devem ser povoadas de invenção e comportamento crítico para perceber essa realidade e transformá-la com engajamento e alegria. Cada um e todos juntos somos responsáveis pelos rumos da cidade. Não queremos uma cidade para grandes eventos. Queremos uma cidade para todo mundo viver bem.

Porro: *Outros Setores para Brasília*
Intervenção com placas na cidade, 2013.



Poró: *Contra as palavras de ordem.*
Série de cartazes lambe-lambe impressos
em serigrafia e afixados em locais públicos,
Belo Horizonte, MG e Vitória, ES, 2006.



Por uma arte de conexão

A arte completa a necessidade criativa que existe em todas as pessoas. Acreditamos que a arte é uma forma de comunicação potente que pode servir para reconectar as pessoas aos seus processos cognitivos mais profundos e sensíveis. Além de criar conexões entre as pessoas e entre as pessoas e seu espaço. A arte pode ser um meio de gerar pensamento crítico e criativo. A arte é potente e pode ser simples. Existe muita beleza na simplicidade. O excesso de teorização impede a aproximação das pessoas em relação à arte. A arte não precisa de textos incompreensíveis. Não deve ser restrita a poucos iniciados. A arte é construção criativa e poética e deve fazer parte da vida de todos.

Por uma profundidade cotidiana

A cidade pode nos ensinar por meio da experiência coletiva. Por uma construção social dos espaços. Nosso cotidiano precisa ser vivenciado de forma livre e poética. Para nos conectarmos ao presente e experienciarmos o aqui e o agora. Por meio do que sentimos, nos transformamos. Por uma arte que se instala nos momentos ordinários.

Por uma educação do olhar

Educar o olhar e os sentidos, para aprender a ler imagens e vivenciar os espaços criticamente. Ver e pensar sobre o que acontece ao nosso redor. Atravessar as aparências. Precisamos aprender a ver, imaginar. Ocupar de modo poético e inventivo o imaginário urbano. Construir outras possibilidades por meio da imaginação. Criar novas maneiras de pensar as cidades e agir em seus espaços. Trazer o campo simbólico e imaginário para o real. Precisamos criar lugares para o sonho.

Verde que não te quero cinza

Anatureza faz parte de nossa constituição. Se percebemos que as cidades atuais estão nos adoecendo, temos o direito de mudá-las. Antes que árvores centenárias sejam cortadas. Antes que áreas de preservação e nascentes virem condomínios ou mineração. Antes que este lugar fique ainda mais seco e quente.

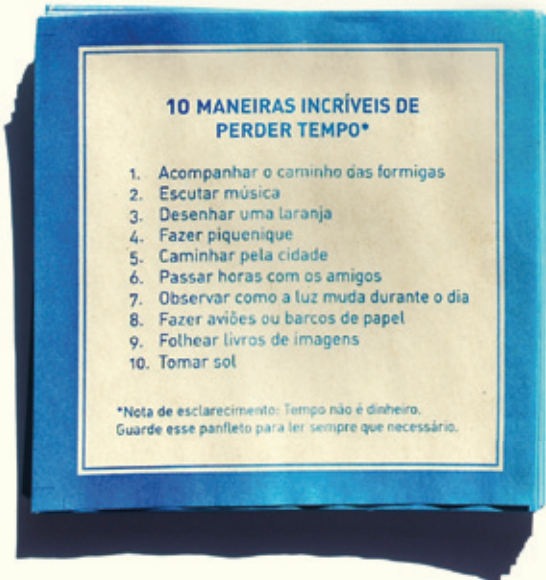
Precisamos de ar puro para respirar. Precisamos de silêncio e lugares sem velocidade, onde podemos aproveitar o simples fato de existir. Queremos parques e jardins por toda parte. Menos carros, mais árvores. “Mais amor, menos motor!” A cidade deve proporcionar prazer.

Por uma cidade-festa

Feiras de rua, jardins comunitários, hortas urbanas, ruas arborizadas, piqueniques, conversas na calçada, intervenções poéticas, ruas para dançar. Sem atropelos, pessoas e bicicletas circulando pelos bairros. Por uma relação próxima entre as pessoas e a cidade. Pela redescoberta das praças, parques e praias. Pelo uso do espaço público como lugar de troca, festa, manifestação e encontro.

Todos devem participar da construção da cidade. Por uma cidade lúdica e coletiva!

Poro: *Perca Tempo*. Ação/intervenção urbana, 2010.





MARC FERREZ
Biblioteca Nacional (RJ) - Acervo Biblioteca Nacional

DOIS BARRETOS E UM RIO DE JANEIRO

MARIA SALETE MAGNONI*

RESUMO O texto discute como os escritores/jornalistas Lima Barreto e João do Rio registraram o processo de reurbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro, ocorridos na primeira década do século XX. Antípodas do ponto de vista do lugar social e literário, foram agudos observadores da cidade e suas contradições nesse momento histórico. Essas observações trabalhadas literariamente são convergentes? Ou são tão díspares quanto suas trajetórias? Quanto ao trabalho no jornal e à importância dele nessa sociedade, qual é a posição de cada um? Ambos foram favoráveis às inovações tecnológicas que estavam sendo introduzidas no Rio de Janeiro da *Belle Époque*? São algumas das questões abordadas.

PALAVRAS-CHAVE Lima Barreto. João do Rio. Rio de Janeiro.

TWO BARRETOS AND ONE RIO DE JANEIRO

ABSTRACT This work discusses how the writers/journalists Lima Barreto and João do Rio recorded the process of reurbanization and modernization of the city of Rio de Janeiro, which occurred in the first decade of the XX century. Antipodes in their social and literary status, they were acute observers of the city and its contradictions in this historic moment. Are these observations convergent when literarily approached? Or are they as disparate as their trajectories? As for the work in the newspaper and its importance in this society, how does each place himself? Were both favorable to the technological innovations that were being introduced to the Rio de Janeiro of the *Belle Époque*? These are some of the questions addressed in this work.

KEYWORDS Lima Barreto. João do Rio. Rio de Janeiro.

*Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo – USP. Pós-doutoranda em Teoria e História Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Brasil).

E-mail: <salmagnoni@gmail.com>.

“Saturei-me daquela melancolia tangível, que é o sentimento primordial da minha cidade. Vivo nela e ela vive em mim!” (BARRETO, 1956, p. 40). A fala de Augusto Machado, narrador/personagem do romance *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*, traduz a simbiose existente entre o cidadão e escritor Afonso Henriques de Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro. Nos quarenta e um anos vividos, Lima Barreto saiu do Rio de Janeiro apenas três vezes, a cidade fez-se então o seu mundo e será a personagem principal de sua obra.

Não menos visceral foi a relação de João Paulo Alberto Coelho Barreto, que aos 22 anos se tornou o João do Rio, ao assinar com essa alcunha a reportagem “O Brasil lê”, publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em novembro de 1903. Quando de sua morte, em 21 de junho de 1921, o jornalista e também escritor Ribeiro Couto assim escreveu no jornal *Correio Paulistano*:

O Rio de Janeiro vive na obra de Paulo Barreto. A cidade foi variando de alma e de fisionomia, mas o escritor acompanhou-a, todos os instantes. Sua obra é reflexo da vida carioca de vinte anos de civilização em marcha. Nos seus livros está essa vida vertiginosa, com suas vaidades, as suas virtudes, os seus vícios, a sua loucura, o seu lirismo, os seus ridículos, os seus tédios, os seus entusiasmos, a sua dor, a sua beleza. (MAGALHÃES, 1978, p. 384)

Antípodas do ponto de vista do lugar social e literário, Lima Barreto e João do Rio de alguma forma se completam para além do sobrenome, cor de pele e curta existência. O primeiro, premido pela necessidade de buscar o seu sustento e o de sua família, deixou a Escola Politécnica e o curso de engenharia para tornar-se funcionário público. Mas, além de dedicar-se totalmente à literatura – “Eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras” (BARRETO, 1961a, p. 294) –, também exerceu o jornalismo. Lima Barreto trabalhou, ora como colaborador fixo, ora como *free-lancer*, em jornais e revistas de notável importância política e literária, tais como *Careta*, *Rio Jornal*, *O País*, *A Notícia* e *Gazeta de Notícias*. Decorre disso o fato de Lima Barreto ter feito (entre abril e junho de 1905) para o *Correio da Manhã*

uma série de reportagens sobre as escavações do Morro do Castelo, e certamente foi essa experiência, entre outras questões, que o levou a representar literariamente o *Correio da Manhã* em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, seu romance de estreia, no qual, entre outros, João do Rio, segundo aqueles que defenderam a tese de que o *Isaías Caminha* seria um *roman à clef*, é impiedosamente retratado na figura do personagem/jornalista Raul Gusmão.

João do Rio começou sua atividade jornalística antes mesmo de completar 18 anos publicando em 1º de junho de 1899, no jornal *A Tribuna*, o texto “Lucília Simões”, crítica sobre a peça *Casa de bonecas*, do dramaturgo norueguês Ibsen. Tentou entrar para a diplomacia, em uma época em que o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores do Governo Rodrigues Alves, recrutava para o Itamaraty rapazes inteligentes, cultos e bem apessoados e que ainda tinham de possuir mais dois requisitos indispensáveis: terem namoradas ou serem conquistadores. João do Rio, porém, foi rejeitado “diplomaticamente”,¹ pelo Barão, pois, se era inteligente e sabia francês, condição essencial, não preenchia os demais requisitos: era mulato, gordo e homossexual. A partir daí, abraça definitivamente a carreira jornalística, tornando-se, graças a muito empenho, o primeiro grande repórter brasileiro do início do século XX.

1. Rio Branco alegou que todas as vagas estavam preenchidas.

Embora Lima Barreto e João do Rio tenham exercido o jornalismo e sido cronistas por excelência, divergem na compreensão e opinião sobre este, mas comungam o ponto de vista da importância da escrita jornalística e mesmo da pesquisa documental para a elaboração ficcional, ou seja, produziram textos literários nos quais é patente o consórcio entre a matéria narrada e a realidade circundante. No tocante a João do Rio, é ilustrativa a notação do crítico Brito Broca em *A Vida literária no Brasil-1900*:

A produção de Paulo Barreto na imprensa nas duas primeiras décadas do século foi simplesmente assombrosa. Basta dizer que os quinze ou vinte volumes que deixou não absorveram senão uma pequena parte de centenas de crônicas, reportagens, contos, artigos do mais diferentes gêneros, muitos firmados com outros pseudônimos. É difícil distinguir nessas páginas escritas quase ao correr da pena, ao trepidar dos linotipos e às fumaçadas de um cigarro, onde termina o jornalismo e começa a literatura. João do Rio conseguia realizar, frequentemente, um acordo entre as duas formas de atividade intelectual. (BROCA, 1960, p. 249)

Resulta dessa aguda consciência do contexto histórico no qual estava inserido, de saber-se artista e jornalista que produz para o mercado, a série de entrevistas publicadas por João do Rio em 1905 sob o título de *O momento literário*. Aos 40 intelectuais e escritores entrevistados, entre eles Silvio Romero, Olavo Bilac, Coelho Neto e Medeiros de Albuquerque, foi feita a pergunta: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”.

Quanto a Lima Barreto, é de sua própria lavra a explicação de que não aceita limites rígidos que enquadrem sua produção nesse ou naquele gênero. No artigo de 1916 intitulado “*Amplius*” publicado no jornal *A Época* e posteriormente transformado em prefácio da coletânea de contos *Histórias e sonhos*, por ele organizada em 1920, o escritor faz uma explanação da sua concepção de literatura. Em um dos pontos altos do texto, responde a uma carta anônima recebida de um possível leitor tecendo críticas ao romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado em livro em 1915. Entre os defeitos elencados estaria o de que Lima Barreto empregava processos do jornalismo nos seus romances, principalmente em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Ao que o escritor respondeu:

Poderia responder-lhe que, em geral, os chamados processos do jornalismo vieram do romance; mas mesmo que, nos meus, se dê o contrário, não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam. Se conseguirem isso, por pouco que seja, dou-me por satisfeito, pois todos os meios são bons quando o fim é alto... (BARRETO, 1961b, p. 34)

Importante observar que Lima Barreto deixa claro que a sua literatura está sim “contaminada” por sua produção jornalística, composta de crônicas e artigos. Para ele não interessa como se chama o que escreve, pois sua prioridade é comunicar o que observa. Em termos contemporâneos, a sua produção textual é, antes de tudo, uma mídia para expor sua visão de mundo e, especialmente, a sua criticidade para tentar diminuir a “desinteligência” que o cerca. Essa postura de Lima Barreto é decisiva para o seu projeto literário, pois introduz recursos que apontam para o

Lima Barreto
deixa claro que a
sua literatura está
sim ‘contaminada’
por sua produção
jornalística,
composta de
crônicas e artigos

momento posterior, o Modernismo, em uma conjuntura na qual a crítica ainda não estava preparada para compreendê-los. Mais do que o cronista, será o romancista que pagará o preço por essa contaminação, pois será sobre ele que recairão as críticas.

E foi, sobretudo, por meio de crônicas publicadas na imprensa que Lima Barreto e João do Rio registraram o processo de reurbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro ocorrido na primeira década do século XX. O gênero é apropriado àquele momento de coexistência do moderno com o antigo, pois, além de oferecer uma possibilidade de profissionalização aos homens de letras, permite, dado o seu caráter imediato, a associação entre técnica e literatura que se dá “via representação explícita” com os elementos da modernidade tecnológica fazendo parte do repertório temático ou linguístico, como notou Flora Süssekind em *Cinematógrafo de letras*.

João do Rio percebe e traduz como nenhum outro escritor do período a metamorfose e a adaptação da *Belle Époque* brasileira, em nenhum outro é tão forte a conjugação entre as novidades trazidas pela modernização tecnológica, as transformações dos hábitos e costumes da cidade e o texto literário. *Cinematógrafo* é o nome que dá à coluna que passa a escrever na *Gazeta de Notícias* a partir de 1907. *A alma encantadora das ruas* será o título dado à reunião em livro de crônicas e reportagens publicadas na revista *Kosmos* e na *Gazeta de Notícias* que retratavam o Rio de Janeiro da época de Rodrigues Alves, mas que tratavam de aspectos que não interessavam ao projeto oficial de reformulação da cidade.

Uma diferença fundamental, do meu ponto de vista, entre esses dois cronistas da cidade do Rio de Janeiro consiste na compreensão da utilização do gênero crônica e da maneira mesma de fazê-la. Enquanto João do Rio, com suas crônicas, moderniza o jornalismo da época ao introduzir a figura do repórter que irá percorrer “os diferentes espaços da cidade em busca de novidades e ‘furos’ para seduzir o olhar burguês de seu leitor” (CURY, 1996, p. 50), Lima Barreto utiliza-se da crônica como um lugar peculiar de emissão de sua palavra, faz dela um espaço autoral. A motivação de suas crônicas geralmente é dada por fatos noticiados na própria imprensa ou por cenas observadas nas ruas. A partir destas referências, o autor desenvolve argumentações sobre a vida pública, sobre os governantes, o comportamento popular, ou o que mais possa ser motivo de reflexão. Nada é tratado em tom neutro, é o exercício da crônica crítica.

2. Na expressão de Maria Zilda Ferreira Cury.

Em que pese à diferença assinalada, os dois escritores, mesmo que por motivos diversos, aproximam-se ao perceberem a cidade outra que existia atrás do mote “O Rio civiliza-se”. Ambos descascam a seu modo a mão de tinta² dada pela modernização feita pelo alto e que autoritariamente marginalizava parcela significativa da população. É comum também a crítica à cópia, à imitação trazida pela modernização identificada com o cosmopolitismo que necessitava destruir o característico, o local, o típico, o que forma a identidade. Utilizando o pseudônimo de Joe, João do Rio escreve em sua coluna *Cinematógrafo* da *Gazeta de Notícias*:

O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu-se que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é esforço despedaçante de ser Paris. Desse escombros surgiu a urbs conforme a civilização, como ao carioca bem carioca, surgia da cabeça aos pés o reflexo cinematográfico do homem das outras cidades. Foi como nas mágicas, quando há mutação para a apoteose. (RIO, 2009b, p. 154)

Os dois escritores, mesmo que por motivos diversos, aproximam-se ao perceberem a cidade outra que existia atrás do mote ‘O Rio civiliza-se’

O mesmo assunto e com o mesmo tom pode ser visto na crônica “A volta”, publicada por Lima Barreto no *Correio da Noite*, em 16 de janeiro de 1915:

A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (...) O Rio civiliza-se. (BARRETO, 1961d, p. 83)

João do Rio dirá que havia muito de teatro, e Lima Barreto, de cenografia, nessa transformação do Rio de Janeiro, capital da República, em cartão postal do país. A alusão ao teatro remete ao falseamento da realidade, à ilusão, à miragem, uma vez que no novo cenário grandiloquente não há lugar para a população pobre

considerada um empecilho à modernização, esta será alijada tanto das decisões políticas como dos benefícios advindos das mudanças sociais. O reverso do cartão postal será descortinado pelo olhar e pela palavra crítica dos dois Barretos, como podemos ver no fragmento da crônica “Leitura de jornais”, escrita por Lima em 1921, na qual ironicamente comenta o descaso da administração pública com os moradores dos morros:

Encontram-se extensos aldeamentos de casas construídas com folhas de latas de gasolina, ripas de caixas de batatas e caixões de automóveis. Por essas barracas, que seria impossível de qualificar de casebres, porque nelas nenhum homem rico abrigaria seu cão de estima, cobram-se de 30\$ a 50\$000 por mês e até mais. Convém notar que essas maravilhas nada custaram à prefeitura, e, nem ao menos, exigem-lhe o trabalho de cobrar-lhes impostos ou dízimos quaisquer. São puras criações de iniciativa particular que se mostra assim solícita para abrigar os pobres e dotar a cidade com essas curiosas construções, dignas de Hué ou São Paulo de Luanda. (BARRETO, 1961a, p. 105)

Por sua vez, João do Rio capta a miríade de pessoas que realizam toda sorte de atividades para conseguir algum dinheiro que garanta sua sobrevivência na urbe. São desamparados sociais de toda natureza, merdunchos, viradores, como classificaria o escritor João Antônio muitas décadas depois. Na crônica “Pequenas profissões”, diz:

O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Manchúria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas as profissões que constituem o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel que se transforma. E entretanto, meu caro, quanto solução, quanta ambição, quanto horror e também quanta compensação na vida humilde que estamos a ver. (RIO, 1997, p. 97)

A cidade depositária do frenesi modernizador, na qual se abriam largas e iluminadas avenidas para fazer jus “A vida vertiginosa da era do automóvel”, carregava consigo numeroso contingente de invisíveis, de cujo trabalho dependia para ostentar o brilho exposto nas vitrines da Rua do Ouvidor e adjacências. João do Rio desnuda essa dependência ao comentar em crônica a greve dos operários da Companhia do Gás:

Esta greve do gás, que pôs em treva a cidade tantos dias, deixa-me apenas mais radicado um sentimento doloroso. E esse sentimento doloroso, nascido de longa observação, é tão banal que talvez toda a gente o tivesse, se observasse.

Quando pensou a cidade que havia, com efeito, por trás daquela sinistra fachada do Gás, homens a suar, a sofrer, a morrer para lhe dar a luz que é civilização e conforto? Quando esses homens, desesperados, largaram as pás, enxugaram o suor da fronte e não quiseram mais continuar a morrer, que ideia fazia a cidade – aquela elegante menina, este rapazola de passo inglês, o negociante grave, o conselheiro, o empregado público, os apaniguados da Sorte, daquele bando de homens, negros de lama do carvão e do suor, torcionados pelo Peso e pelo Fogo?

Nenhuma. Esses pobres diabos, homens como nós, com família, com filhos, com ideais talvez, não existiam propriamente; eram como o coque, como os aparelhos de destilação, como os fornos de uma quantidade componente do fato estabelecido neste princípio breve: ex fumo dare lucem. Mais nada. Só ao acender o bico de gás em vão é que surgiu a ideia do operário, do homem preso nas malhas de ferro de um sindicato poderoso, com a frase:

Os operários fizeram greve...

É a noção de uma classe de oprimidos, classe diminuta, classe anônima, com a sua vida inteira amarrada à polé do trabalho horrído, e que, de repente, só ao cruzar os braços, punha em sombra uma cidade inteira. Estes conhecimentos foram rápidos e rapidamente desaparecerão.

Amanhã, arrançadas definitivamente as coisas, o bando volta ao horror, ninguém ao passar pelo edificio lembrará tanta gente no trabalho desesperado, e o próprio bando estará resignado. Por quê? Porque é a vida, porque é preciso trabalhar, porque não há remédio...

João do Rio e Lima Barreto fizeram incidir, e no mesmo período, um olhar agudamente crítico sobre o nosso processo de modernização, com nuances e perspectivas diferentes, é certo, mas que se complementam

Nada mais simples. Nada mais insignificante. Prestemos atenção aos condutores de homens, e deixemos a morrer os fracos e humildes – mesmo porque eles seriam incapazes de sair da engrenagem, da máquina fabulosa de carne e de aço de que são utensílios!

E, entretanto, a nossa vida, o nosso conforto, tudo quanto é agradável, assenta na resignação, inconsciente quase, dos humildes e nessa tremenda fúria com que a sociedade os esmigalha, sem olhar ao menos a sua agonia final. (RIO, 2009c, p. 139-140)

Embora João do Rio, contrariamente a Lima Barreto, tenha se posicionado ao lado das elites de sua época, não há como lhe negar os momentos de forte percepção das injustiças sociais presentes em sua obra, especialmente no que tange à cidade do Rio de Janeiro então “representação babélica e monumental da ideologia republicana no auge de seu poder” (ANTELO, 1997, p. 9). Nesse sentido, afina-se com seu contemporâneo que também registrou em suas crônicas a cidade com seus infinitos e múltiplos problemas cotidianos, principalmente os oriundos das más gestões do Poder Público:

Li nos jornais que um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade e gentis senhoritas inauguraram, com um chá dançante, a dez mil-réis a cabeça, o hotel do Senhor Carlos Sampaio, nas encostas do morro da Viúva.

Os resultados pecuniários de semelhante festança, segundo diziam os jornais, reverteriam em favor das crianças pobres, das quais as referidas senhoras e senhoritas, agremiadas sob o título de “Pequena cruzada”, se fizeram espontâneas protetoras. (...)

Quero dizer que semelhante festa, a dez mil-réis a cabeça, para proteger crianças pobres, é uma injúria e uma ofensa, feita a essas mesmas crianças, num edifício em que o governo da cidade gastou, segundo ele próprio confessa, oito mil contos de réis.

Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão vultosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?

O primeiro dever da municipalidade não era construir hotéis de luxo, nem hospedarias, nem zungas, nem quilombos, como pensa o Senhor Carlos Sampaio. O seu primeiro dever era dar assistência aos necessitados, toda a espécie de assistência. (BARRETO, 1961c, p. 33)

Lima Barreto e João do Rio foram *flâneurs*, para falar com Baudelaire, ou *passeadores*, na forma aportuguesada do termo, que, em percursos culturais e históricos pela cidade do Rio de Janeiro, puderam, dado o deslocamento constante, perceber a simultaneidade de

espaços e tempos, observar a experiência psíquica diante da modernidade, a arquitetura com as novas construções e os vestígios da memória, a moda, as inovações óticas e os sujeitos tendo a rua como palco. A cidade apresenta-se com histórias dotadas de peso, mas num campo permeável às novidades, o que torna fluidas as paisagens e os sujeitos.³

3. Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (UERJ). Texto não publicado que integra um projeto em desenvolvimento e do qual faço parte, sobre o escritor Lima Barreto e sua relação com a cidade do Rio de Janeiro.

4. Na definição do próprio Lima Barreto.

Díspares na vida social e no comportamento, um, adandinado que usava a literatura para ter prestígios nas rodas elegantes, “radical de ocasião” como definiu Antonio Candido; o outro, boêmio, com “alma de bandido tímido”,⁴ e que até o final da vida não arredou pé de um projeto estético e literário que promovesse a fraternidade entre os homens, João do Rio e Lima Barreto fizeram incidir, e no mesmo período, um olhar agudamente crítico sobre o nosso processo de modernização, com nuances e perspectivas diferentes, é certo, mas que se complementam quando se trata de falar da cidade do Rio de Janeiro, eterna vitrine do Brasil, ainda mais em tempos de Copa do Mundo e Olimpíadas.

Referências

- ANTELO, R. Introdução. In: RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (Coleção Retratos do Brasil).
- BARRETO, L. *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- BARRETO, L. *Feiras e mafuás*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.
- BARRETO, L. *Histórias e sonhos*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.
- BARRETO, L. *Marginália*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c.
- BARRETO, L. *Vida urbana*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d.
- BROCA, B. *A vida literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CURY, M. Z. F. O avesso do cartão-postal: João do Rio perambula pela capital da República. *Literatura e Sociedade: Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH/USP*, São Paulo, n. 1, p. 45-53, 1996.

MAGALHÃES JR., R. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (Coleção Retratos do Brasil).

RIO, J. *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL, 2009a. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 87).

RIO, J. O velho mercado. In: *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL, 2009b. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 87).

RIO, J. Os humildes. In: *Cinematógrafo: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ABL, 2009c. (Coleção Afrânio Peixoto; v. 87).

SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

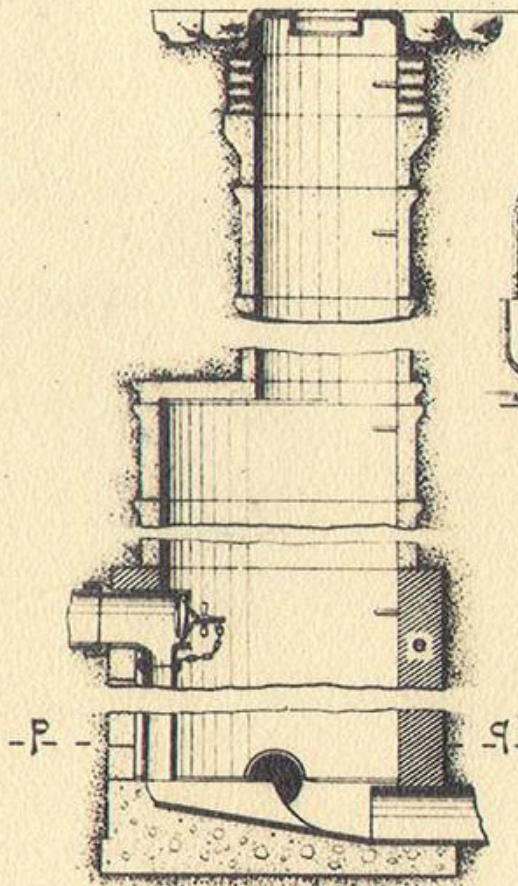


FIG. 4

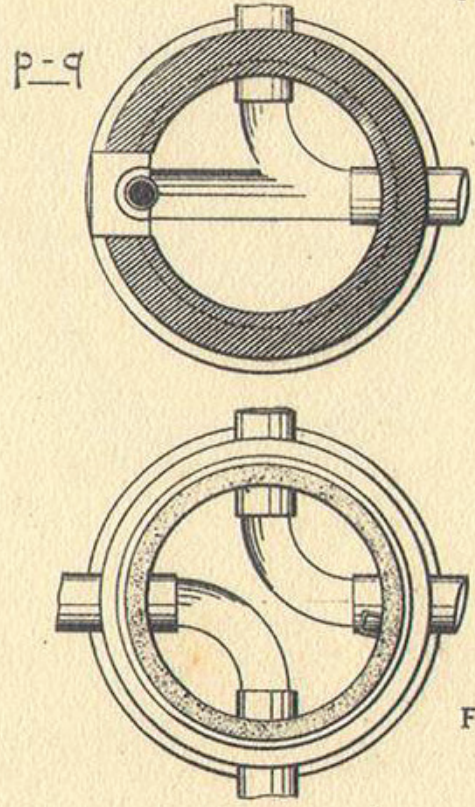


FIG. 5

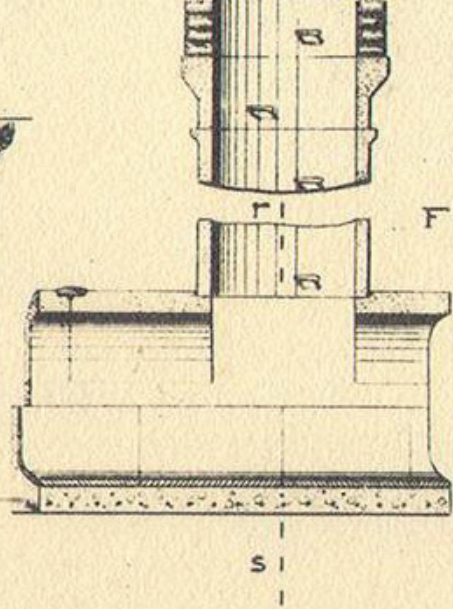


FIG. 6

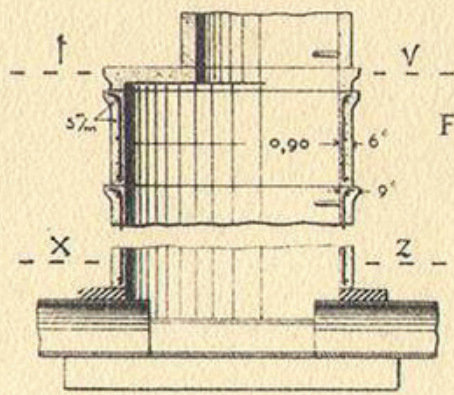
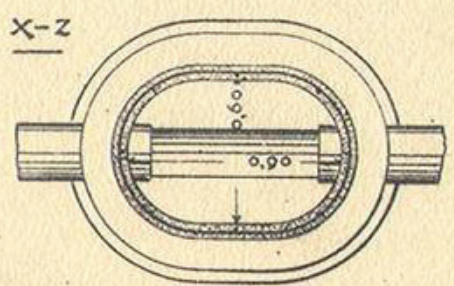
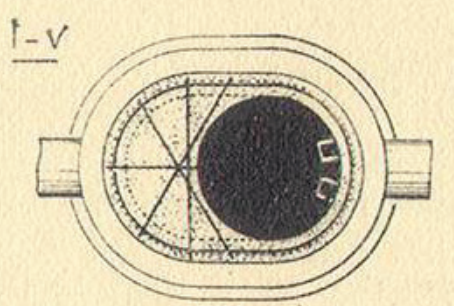


FIG. 8



ENG. CHEF

F. S. Rodrigues de Br...

ÁGUAS URBANAS E URBANISMO NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO XX:

*o trabalho de Saturnino de Brito**

NILO DE OLIVEIRA NASCIMENTO** JEAN-LUC BERTRAND-KRAJEWSKI*** ANA LÚCIA BRITTO****

RESUMO Este artigo interessa-se pelas contribuições do engenheiro Francisco Saturnino de Brito sobre o saneamento e o urbanismo, no Brasil, na passagem do século XIX ao XX. São também considerados os vínculos por ele estabelecidos com a comunidade científica e técnica internacional, à época. Saturnino de Brito participou de inúmeros congressos de higienismo, de medicina e de urbanismo e acompanhava os debates e proposições sobre modelos urbanísticos, regulamentação urbana e gestão do saneamento em diferentes países. Saturnino de Brito distingue-se por sua capacidade de associar ricas reflexões em urbanismo com notável e inovadora competência técnica em saneamento. Muitas das questões com as quais ele se deparou e inúmeras de suas proposições permanecem atuais, e a discussão desses temas é um dos focos do presente artigo.

PALAVRAS-CHAVE Saneamento. Urbanismo. Saturnino de Brito. Engenharia sanitária.

URBAN WATERS AND URBANISM AT THE TURN OF THE NINETEENTH TO THE TWENTIETH CENTURY:

Saturnino de Brito's work.

ABSTRACT This article discusses the contributions of Francisco Saturnino de Brito, a Brazilian engineer, to sanitation and urbanism in Brazil from late nineteenth century to the twentieth century. Brito was a sanitary engineer with a deep interest in its links with urbanism. He established comprehensive connections with the international technical and scientific community at the time. Brito attended numerous international conferences on hygienism, medicine and urbanism, and followed the debates and proposals on urban models, urban regulation and on urban water management in different countries. One of Brito's distinctive features is his ability to associate rich reflections on urbanism with innovative technical expertise in water and sanitation. Several of the issues addressed by Brito and many of his ideas are still relevant in present times. The discussion of these themes is one of the focuses of the present article.

KEYWORDS Urban planning. Sanitation. Saturnino de Brito. Sanitary. Environmental engineering.

* Este artigo é uma versão traduzida e condensada de Nascimento, Bertrand-Krajewski e Britto (2013).

**Professor Associado da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil).
E-mail: <niloon@ehr.ufmg.br>.

***Professor do Institut National des Sciences Appliquées de Lyon/ Université de Lyon (França).
E-mail: <bertrand-krajewski@insa-lyon.fr>.

****Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Brasil).
E-mail: <anabrittoster@gmail.com>.

Este artigo interessa-se pelas contribuições do engenheiro Francisco Saturnino de Brito (FIG. 1) sobre o saneamento tanto quanto sobre o urbanismo, no Brasil, na passagem do século XIX ao XX. São também considerados os vínculos por ele estabelecidos com a comunidade científica e técnica internacional, à época, em particular com a França, mas também com a Inglaterra, os EUA, a Itália, entre outros.

Em um ambiente político e ideológico em forte mutação, no Brasil da época, o engenheiro Francisco Saturnino de Brito distingue-se por diferentes razões. Nascido em 1864, em Campos dos Goitacazes, estado do Rio de Janeiro, ele obteve seu diploma de engenheiro na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1887. Trabalhou inicialmente como engenheiro ferroviário, até 1892, nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Ceará. Em seguida, passou a dedicar-se ao saneamento e ao urbanismo, tendo atuado em 53 cidades entre 1893 e 1929, em praticamente todos os estados brasileiros (FIG. 2).

Engenheiro de formação erudita, permanentemente atualizado sobre trabalhos desenvolvidos na Europa e na América do Norte em saneamento e urbanismo, ele publicou um grande número de artigos científicos e técnicos sobre esses domínios, bem como sobre economia, sociologia, gestão pública, entre outros. Morreu em 1929, quando dirigia os trabalhos

de saneamento da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Suas *Obras completas*, em 23 volumes (FIG. 3), foram publicadas pela Imprensa Nacional, entre 1942 e 1943, por decisão da Câmara dos Deputados (Lei Federal nº 100, de 8 de outubro de 1935). Sua notoriedade é demonstrada pelo grande número de monumentos, ruas e construções públicas em sua homenagem distribuídos pelo Brasil.



FIGURA 1 Francisco Saturnino Rodrigues de Brito



FIGURA 2 Principais cidades em que Saturnino de Brito desenvolveu projetos ou conduziu trabalhos no Brasil

Fonte: Elaborado pelos autores.



FIGURA 3 Volume IV das Obras completas de Saturnino de Brito (1943)

Polemista aguerrido, tão somente seus artigos e outros documentos redigidos em defesa de seu projeto de desenvolvimento urbano e de saneamento para a cidade de Santos, em grande parte publicados no jornal *O Estado de S. Paulo* e reunidos no volume XXI de suas *Obras completas*, sob o título *Urbanismo: a planta de Santos*, perfazem 250 páginas.¹ Esses textos foram escritos, em sua maioria, em Recife, onde Saturnino de Brito dirigia trabalhos de saneamento, entre 1908 e 1918, em resposta a questionamentos sobre suas concepções urbanísticas para Santos e igualmente publicados na imprensa paulista por vereadores e técnicos daquela cidade. Os jornais paulistas eram enviados a Recife, situada a quase 3.000 km de distância, por barco, e os artigos de Saturnino de Brito, em resposta, seguiam a mesma via, em sentido inverso.

Saturnino de Brito estabeleceu intenso diálogo com a comunidade científica e técnica de sua época. Mantinha-se atualizado com a literatura internacional

1. O volume XXI contém, igualmente, documentos produzidos pelo governo do estado de São Paulo, pela Câmara Municipal e pelo Departamento de Obras de Santos, totalizando 349 páginas, além de plantas, fotos, croquis e desenhos de jardins, vias, canais, lotes etc.

sobre seus vários temas de interesse, em diferentes línguas, notadamente o inglês, o francês e o italiano. Participou de inúmeros congressos de higienismo, de medicina e de urbanismo e acompanhava os debates e as proposições sobre modelos urbanísticos, regulamentação urbana e para a gestão do saneamento em diferentes países. Esse vasto conhecimento repercute-se em seus escritos, onde se encontram citados praticamente todos os autores renomados, à época, da França, Itália, Inglaterra, Bélgica, Alemanha e EUA.

Era também um engenheiro de grande senso prático, consolidado a partir de uma rica experiência de campo. Contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de técnicas de saneamento por meio de inovações reconhecidas em esfera internacional, como a proposta de uma fórmula para o cálculo de vazões máximas para o dimensionamento de redes pluviais e o desenvolvimento de reservatórios de descarga destinados à limpeza de redes de esgotamento sanitário.

Mesmo considerando-se que as técnicas de saneamento evidentemente avançaram desde então, tanto quanto os métodos para a planificação urbana e as concepções urbanísticas, as contribuições originais de Saturnino de Brito muito marcaram esses temas no Brasil. Muitas das questões com as quais ele se deparou e inúmeras de suas proposições à época permanecem atuais, como discutido nos próximos parágrafos. Um dos traços distintivos de Saturnino de Brito é precisamente sua capacidade de associar ricas reflexões em urbanismo com notável e inovadora competência técnica em saneamento.

O contexto

A passagem do século XIX ao século XX no Brasil é marcada por importantes mudanças políticas, econômicas e sociais. De um lado, o processo que conduziu ao final da escravatura, em 1888, modificou os modos de produção da época colonial e intensificou a imigração de contingentes populacionais sobretudo de origem europeia, mas também asiática, arregimentados para substituir a mão de obra escrava. Progressivamente, uma parte desses recém-chegados trocou a fazenda pela cidade, participou do processo de industrialização do país, de formação de sindicatos

operários, da organização de movimentos políticos, como o anarquismo, e da luta por direitos sociais e, por esses meios, contribuiu para a formação democrática do Brasil contemporâneo.

O fim da escravatura é um dos fatores que contribuíram para a redução da base política da monarquia brasileira, conduzindo à sua queda em 1889 por meio de um golpe de Estado de origem militar. O movimento republicano possuía base civil igualmente importante, constituída por uma parte da elite progressista que atribuía à monarquia o atraso do desenvolvimento do país. Como assinalado por Reis, o projeto político republicano visava a ultrapassar o que era percebido como atraso econômico e social, ao estabelecer condições para o desenvolvimento capitalista de modelo europeu. Esse projeto de modernização tem forte base positivista, apoiado por militares e por uma burguesia urbana ainda frágil, composta em grande parte por profissionais liberais e por aqueles ligados à produção agrícola menos dependente do trabalho escravo (REIS, 1995).

Uma mudança política importante do início da república é a transformação das antigas províncias do Império em estados-membros de uma federação, os Estados Unidos do Brasil, mais independentes do governo central. Esses estados passam a desenvolver esforços para assegurar meios de controle político e de gestão de seus respectivos territórios tanto quanto para ampliar sua capacidade de influenciar as políticas e a gestão pública no âmbito do governo central. Esses esforços são múltiplos e concernem, entre outras, às iniciativas para reorganizar a administração pública e para ampliar a formação das elites locais. A preocupação com a formação de engenheiros é evidenciada pela criação de escolas, sendo exemplos a Escola Politécnica de São Paulo (1893), a Escola de Engenharia do Pernambuco (1895), a Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul (1896), entre outras, que dão sequência às escolas criadas ainda à época imperial, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1810) e a Escola de Minas de Ouro Preto (1876), no estado de Minas Gerais, esta última fundada pelo engenheiro francês Claude Henri Gorceix, por iniciativa do Imperador Pedro II.

Ao analisar as referências teóricas que influenciam as opções políticas e as atividades dos profissionais egressos dessas escolas, Pereira sublinha as influências de intelectuais positivistas franceses, discípulos de Saint-Simon, como Augusto Comte

e Michel Chevalier. Em consonância com tais influências, os intelectuais positivistas defendem uma maior intervenção do Estado na ordem socioeconômica como parte de um projeto maior visando ao progresso do país, tendo por referência a Europa (PEREIRA, 2010). A república, nessa perspectiva positivista, deveria inaugurar uma nova era de progresso, de industrialização, de urbanização e de aumento da racionalidade nas decisões políticas e administrativas. Tratava-se de transformar em país moderno e urbano um Brasil que, no início do século XX, era ainda um país essencialmente agrícola.

As cidades deveriam ser o palco dessa modernização. Vários projetos visando a corrigir problemas e adequar formas urbanas a essa nova fase de desenvolvimento econômico do país foram, então, propostos e implantados. Uma das referências urbanísticas mais importantes à época foi o modelo haussmaniano e seu foco na

Os modelos então adotados no Brasil centravam-se mais sobre questões estéticas e de eficiência do traçado urbano, preocupados com a circulação de veículos, da água, do ar e com o conforto urbano melhoria da circulação viária e de saneamento das cidades, assim como em seu embelezamento tendo por fundamentos os princípios estéticos estabelecidos pela École de Beaux-Arts francesa. O urbanismo visto como o meio para redefinir a estrutura da cidade, em seu conjunto, conceito básico que orientou os trabalhos do Barão Haussman em Paris, aparece em iniciativas de planejamento urbano para algumas cidades brasileiras entre o fim da monarquia (1889) e as primeiras décadas do período republicano. Essas concepções encontram-se no plano urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1897); nos projetos de expansão urbana das cidades de Santos (1896-1910), de Vitória (1896), de Parayba do Norte, atual João Pessoa (1913), de Recife (1910-1914) e de Porto Alegre (1913), entre outros. No caso do Rio de Janeiro, como mostra Andrade, a reforma urbana conhecida como “Pereira Passos” (1903-1906), a despeito de contar com claros princípios urbanísticos haussmanianos, como o alargamento e a retificação de ruas, o saneamento de bairros insalubres e iniciativas de embelezamento inspiradas na

tradição neoclássica, não previa um plano de conjunto para orientar o desenvolvimento da cidade (ANDRADE, 1991).

Uma das cidades que bem representa o processo de modernização republicano da época é Belo Horizonte, cidade planejada e construída entre 1894 e 1897 para ser a nova capital de Minas Gerais, sucedendo Ouro Preto, antiga capital, cidade barroca, de traçado irregular, construída em meio a montanhas e vales encaixados, com ruas estreitas, becos, largos, oferecendo poucas possibilidades de reforma ou expansão. Em Belo Horizonte, por oposição, adota-se um traçado regular definido por ruas amplas e grandes avenidas em diagonal, um parque urbano de significativa extensão e conceitos de zoneamento urbano, ainda que simplificados. À semelhança da reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro, o plano de Belo Horizonte mostrou-se vago e insuficiente para orientar o desenvolvimento da cidade, notadamente nas zonas adjacentes ao ambiente planejado, vagamente definidas como áreas de chácaras.

O propósito de reformar as cidades em um país ainda essencialmente rural e, em particular, a adoção de princípios urbanísticos de inspiração haussmaniana explicam-se por diferentes motivações. Por um lado, há razões ideológicas, apoiadas por uma parte da elite brasileira, de equipar o país com cidades modernas, saneadas, funcionais, capazes de facilitar e promover as atividades comerciais e as industriais nascentes. As cidades da costa brasileira, onde habitava o maior contingente da população urbana, sofriam com frequentes epidemias (febre amarela, varíola, cólera, malária, entre outras), à origem de inquietações e de revoltas de seus habitantes e de prejuízos às atividades comerciais, em particular as de exportação (ANDRADE, 1991). Ao mesmo tempo, o processo de urbanização mostrava-se intenso. Entre 1890 e 1900, a população da cidade de São Paulo cresceu em 168% e em 141% nos 20 anos subsequentes (BLAY, 1985). No mesmo período, em Santos, a população passou de 13.000 habitantes (1890) a 50.400 habitantes (1900), em grande parte em razão do comércio de exportação do café (ANDRADE, 1991). No Rio de Janeiro, que passou pela reforma Pereira Passos entre 1903 e 1906, a população cresceu em 67% entre 1890 e 1910 (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1916-1927).

Para fazer face às necessidades de intervenção no espaço urbano, os modelos então adotados no Brasil centravam-se mais sobre questões estéticas e de eficiência do traçado urbano, preocupados com a circulação de veículos, da água, do ar e com

o conforto urbano. A planificação urbana brasileira não incorporava à época propósitos de reforma social presentes em várias concepções urbanísticas de origem europeia, como a cidade jardim de Ebenezer Howard (HALL, 2002; HOWARD, 2002) ou a cidade industrial de Tony Garnier (CHOAY, 1965). As intervenções feitas visavam, assim, à drenagem profunda e superficial dos terrenos, à canalização de cursos d'água, às melhorias em abastecimento de água e esgotamento sanitário, à regulamentação de novas construções segundo regras sanitárias, à regularização e à limpeza de lotes vagos, à arborização de praças e outros espaços públicos, à pavimentação de ruas, à limpeza pública. No contexto dessas ações, as técnicas de urbanização e de gestão urbana adquiriram progressiva importância, tanto quanto o conhecimento especializado de base sanitária dos engenheiros e médicos interessados pela saúde pública e a salubridade das cidades.

Saturnino de Brito, certamente o nome mais importante desse período, era um engenheiro politécnico, um intelectual de ciências, categoria que incorpora os engenheiros formados pela antiga École Centrale (França) e pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Esses profissionais orientavam-se segundo uma ideologia comum, fundada no positivismo, com propósitos de modernização do país e de promoção do progresso científico e tecnológico. Eram vistos como possuidores de um conhecimento objetivo, prático, por oposição à retórica de inspiração livresca dos juristas. Inspirados pelo positivismo, eles se atribuíam responsabilidades de dirigir as reformas necessárias ao progresso e ao processo civilizatório do país (LOPES, 2012).

A maioria dos projetos de urbanização ou de reforma urbana da época originou-se e foi gerida pelos governos dos estados federados, recentemente estabelecidos. De fato, a passagem ao regime republicano reforçou o poder dos estados no que se refere à gestão do território, em detrimento daquele dos municípios sobre o mesmo domínio (FICHER, 2005).

O traçado sanitário das cidades

A dotar a água como um elemento central de urbanização é um tema de atualidade. Esta questão está presente em conceitos como o de técnicas compensatórias, no Brasil, as *techniques alternatives*, na França, o *low impact development*

(LID), nos EUA, ou *water sensitive urban design* (WSUD), na Austrália. Técnicas para compensar os impactos da urbanização sobre o ciclo da água em meio urbano, alternativas ao modelo tradicional de drenagem pluvial que privilegia os escoamentos rápidos das águas para fora do contexto da cidade. Desenvolvimento de baixo impacto que, à semelhança das técnicas compensatórias e por meio de seu intenso emprego, busca urbanizar sem modificar significativamente os ciclos biogeoquímicos. E, mais recentemente, a concepção de cidades a partir do ciclo da água (WSUD) para torná-las resilientes a mudanças globais e ambientalmente sustentáveis por meio de uma infraestrutura urbana adaptativa, multifuncional e integrada ao projeto urbano.

Seria incorreto e certamente deslocado atribuir a Saturnino de Brito concepções próximas a essas a partir, por exemplo, de sua obra *Le tracé sanitaire des villes*, publicada em francês em 1916 (BRITO, 1916), sem tradução para o português, bem como de suas demais publicações sobre o tema água e urbanismo. De fato, em sua obra, Saturnino de Brito refere-se sobretudo aos princípios higienistas de assegurar os escoamentos rápidos dos esgotos sanitários e das águas pluviais, sempre que possível utilizando a gravidade como força motriz, de forma a reduzir o consumo de energia, os custos de materiais construtivos, bem como a complexidade de operação e manutenção dos sistemas. É um dos objetivos centrais de sua concepção de traçado sanitário das cidades. Trata-se de um elemento de reflexão urbanística importante em um país onde a ocupação urbana não seguia regras claras e onde, muito tempo depois e mesmo na atualidade, a despeito dos discursos ambientalistas, os planos de desenvolvimento urbano e a regulamentação urbanística são ainda pouco respeitados.

Mas Saturnino de Brito diferencia-se notavelmente de seus contemporâneos higienistas em razão de seu pensamento urbanístico profundo e inovador, por comparação com os modelos de urbanismo inspirados pelo higienismo. Há em Saturnino de Brito uma preocupação em orientar o desenvolvimento urbano tendo por referência o respeito ao patrimônio cultural e ambiental preexistente.

A título de exemplo, é notável sua ênfase sobre a proteção de bosques e florestas nas bordas das cidades, pelo papel que desempenham para a redução de escoamentos de origem pluvial, como fator de estabilização de terrenos íngremes (controle de erosão e de deslizamento de encostas), assim como por contribuírem para o conforto

urbano e para a composição urbanística. Em seu plano para o controle de inundações de São Paulo, de 1925, ele estabelece diretrizes claras para a proteção de zonas naturalmente inundáveis a montante da então zona urbana da cidade (FIG. 4), bem como propostas para a proteção de florestas e a implantação de um reservatório de usos múltiplos, com ênfase em abastecimento de água e em controle de inundações (BRITO, 1925). A FIG. 5 mostra uma imagem do Google atual, da mesma área, para ilustrar o avanço da ocupação urbana na Região Metropolitana de São Paulo ao longo desses 87 anos, indicando o trecho do vale do rio Tietê recentemente reservado à implantação das propostas de Brito, no pouco espaço onde isso ainda é possível.

As propostas de Saturnino de Brito compreendiam igualmente intervenções no rio Tietê, no trecho em que percorria a área urbana à época, incorporando a calibragem da calha principal para aumentar a capacidade de trânsito de vazões de 100 m³/s a 400 m³/s e permitir a navegação (FIG. 6). Ao longo do novo canal, a implantação de parques urbanos foi prevista por Brito, segundo conceitos próximos aos dos parques lineares da atualidade.

Em Brito (1925) encontram-se, igualmente, um manual para a elaboração de estudos hidrológicos e a conceituação e discussão sobre diferentes meios de controle de inundações, classificados em naturais (cobertura vegetal, processos de infiltração, reservatórios naturais como lagos, várzeas, áreas úmidas e o leito maior de cursos d'água) e artificiais (poços de infiltração, barragens de amortecimento de cheias, retificação e conformação de leito de cursos d'água, canais paralelos, diques e aterros), sublinhando as vantagens e inconvenientes de cada um.

A ideia de que os traçados geométricos das cidades, apreciados à época por seu valor estético, deveriam adaptar-se às características naturais, históricas e culturais de cada sítio aparece em vários de seus textos. No *Le tracé sanitaire des villes*, bem como em seus textos sobre o projeto para a cidade de Santos (BRITO, 1914), Saturnino de Brito reconhece e enfatiza o interesse estético, a diversidade e a capacidade de surpreender das cidades antigas, com suas ruas de largura variável e charmosas curvas, suas pequenas praças e largos recônditos, seus grandes monumentos e a intimidade proporcionada por linhas de horizonte curtas, características por ele ilustradas com o auxílio de diferentes esquemas (FIG. 7). Ele aproxima-se assim das concepções urbanísticas de Camilo Sitte, urbanista austríaco seu contemporâneo, por ele citado em diferentes momentos.

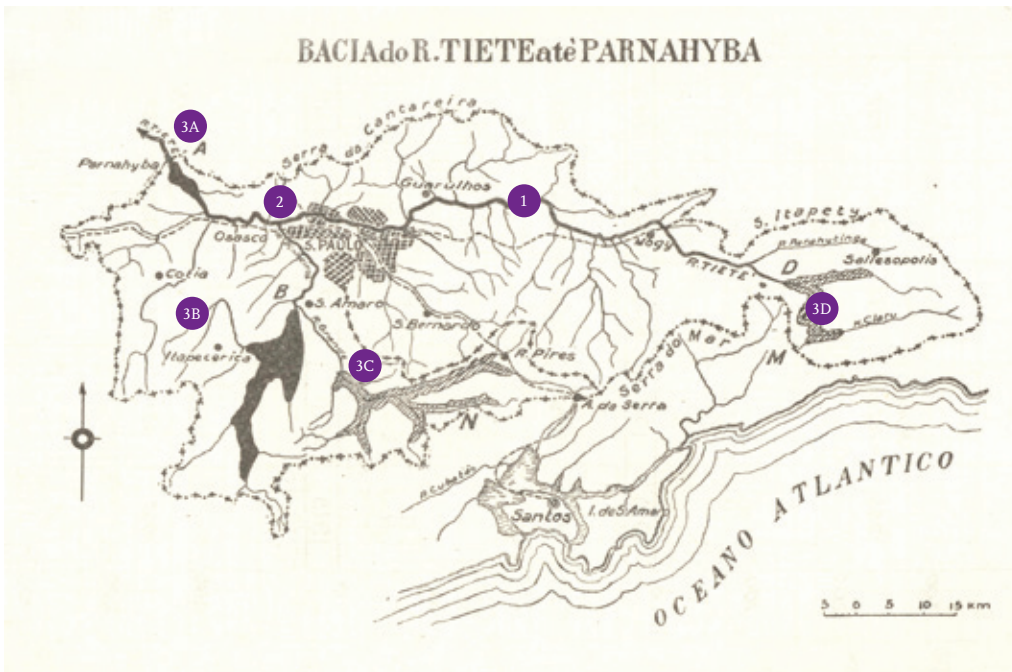


FIGURA 4 Mapa da bacia do rio Tietê com exutório em Parnaíba (BRITTO, 1925)

Legenda numérica (incluída pelos autores):

1. Área ribeirinha inundável, a ser protegida segundo as propostas de Brito, entre a seção D, a montante e a área urbana, a jusante.
2. Área urbana de São Paulo em 1925.
3. Reservatórios: seção A, Paranaíba, construído em 1901; Guarapiranga, construído entre 1906 e 1909; Billings, construído em 1927, e Ponte Nova, proposto por Brito e construído em 1972.

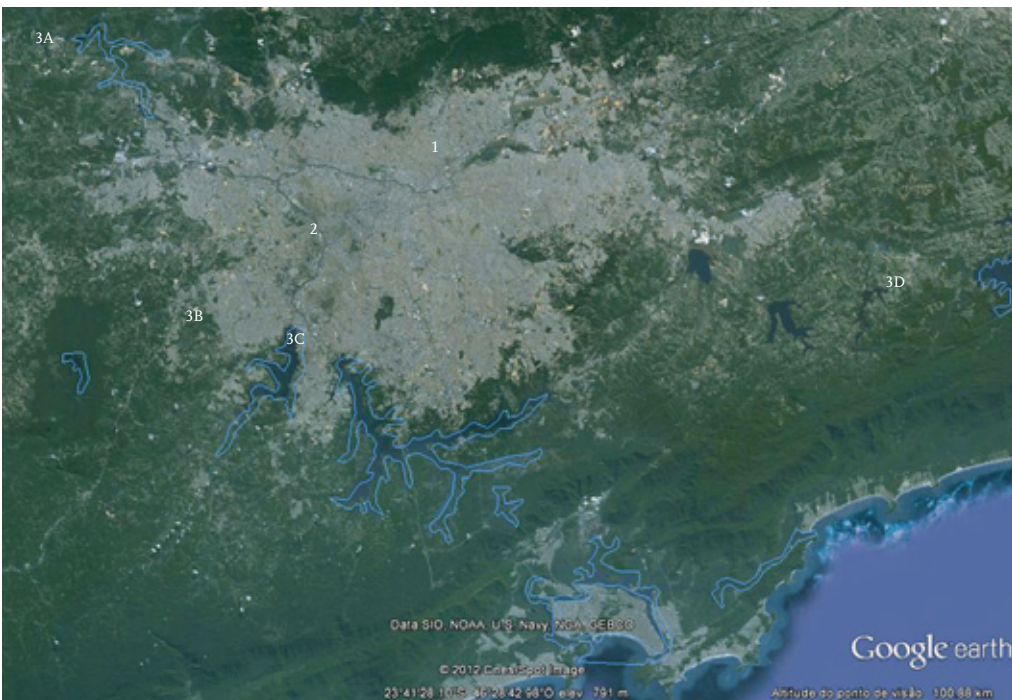


FIGURA 5 Imagem Google da bacia do rio Tietê com exutório em Parnaíba (GOOGLE EARTH, 2012)

Legenda:

1. Parque do rio Tietê inspirado em proposição de Saturnino de Brito.
2. Área urbana de São Paulo em 2012.
3. Reservatórios: seção A, Paranaíba, construído em 1901; Guarapiranga, construído entre 1906 e 1909; Billings, construído em 1927, e Ponte Nova, proposto por Brito e construído em 1972.

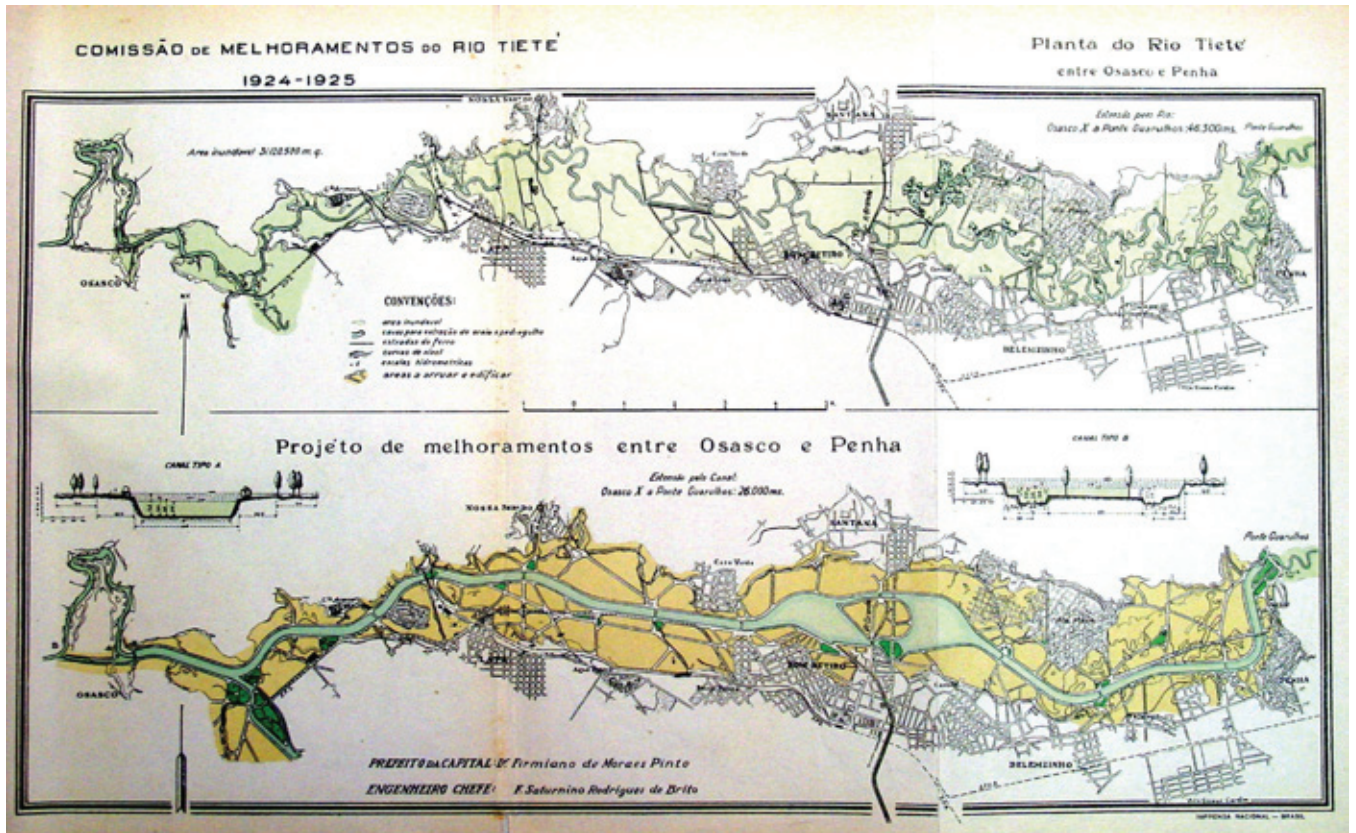


FIGURA 6 Plano para o vale do rio Tietê na área urbana de São Paulo, em 1925, e propostas de intervenções (BRITO, 1943)



FIGURA 7 Alguns exemplos de traçados urbanos de cidades antigas (BRITO, 1916)

Há em Sitte uma resistência ao geometrismo dos traçados modernos e uma busca por recuperar e reintroduzir os valores urbanísticos das cidades clássicas. “É pelo estudo das obras de nossos predecessores que poderemos reformar o ordenamento banal de nossas grandes cidades” (SITTE, 1889, *apud* CHOAY, 1965); uma recusa ao geometrismo que aparece também em John Ruskin: “os tabuleiros de xadrez não são apenas prisão para o corpo mas também sepulturas para a alma” (RUSKIN, 1910, *apud* CHOAY, 1965).

Saturnino de Brito encontra em Sitte os argumentos urbanísticos em apoio ao conceito de que o traçado das cidades deve respeitar a topografia dos sítios, ideia que ele defendia já para o projeto de expansão da cidade de Vitória, chamado de Novo Arrebalde, de 1896 (MENDONÇA *et al.*, 2009). O espírito prático de Saturnino de Brito é, em contrapartida, mais aberto que o de Sitte para aceitar os requisitos impostos pela industrialização e pela aceleração das trocas comerciais sobre a concepção das cidades modernas. Essas devem integrar-se ao processo produtivo, demonstrando eficiência em termos de comunicação, de transporte e de circulação de águas e do ar, com riscos reduzidos tanto para a saúde pública quanto em face de catástrofes naturais. Ele defendia que, para desenvolver novos projetos urbanísticos, o engenheiro deveria associar-se ao artista com o propósito de buscar tanto objetivos de boa circulação dos veículos, do ar e das águas quanto valores estéticos, respeito ao patrimônio cultural das áreas urbanas mais antigas, às singularidades da topografia, da hidrografia e da cobertura vegetal (BRITO, 1916). Ele ilustra esses conceitos por meio de esquemas hipotéticos (FIG. 8) bem como via discussões sobre projetos urbanísticos da época (FIG. 9).



FIGURA 8 Exemplo de traçado geométrico conformando-se à existência de cursos d'água, de bosques ou de parques (BRITO, 1916)

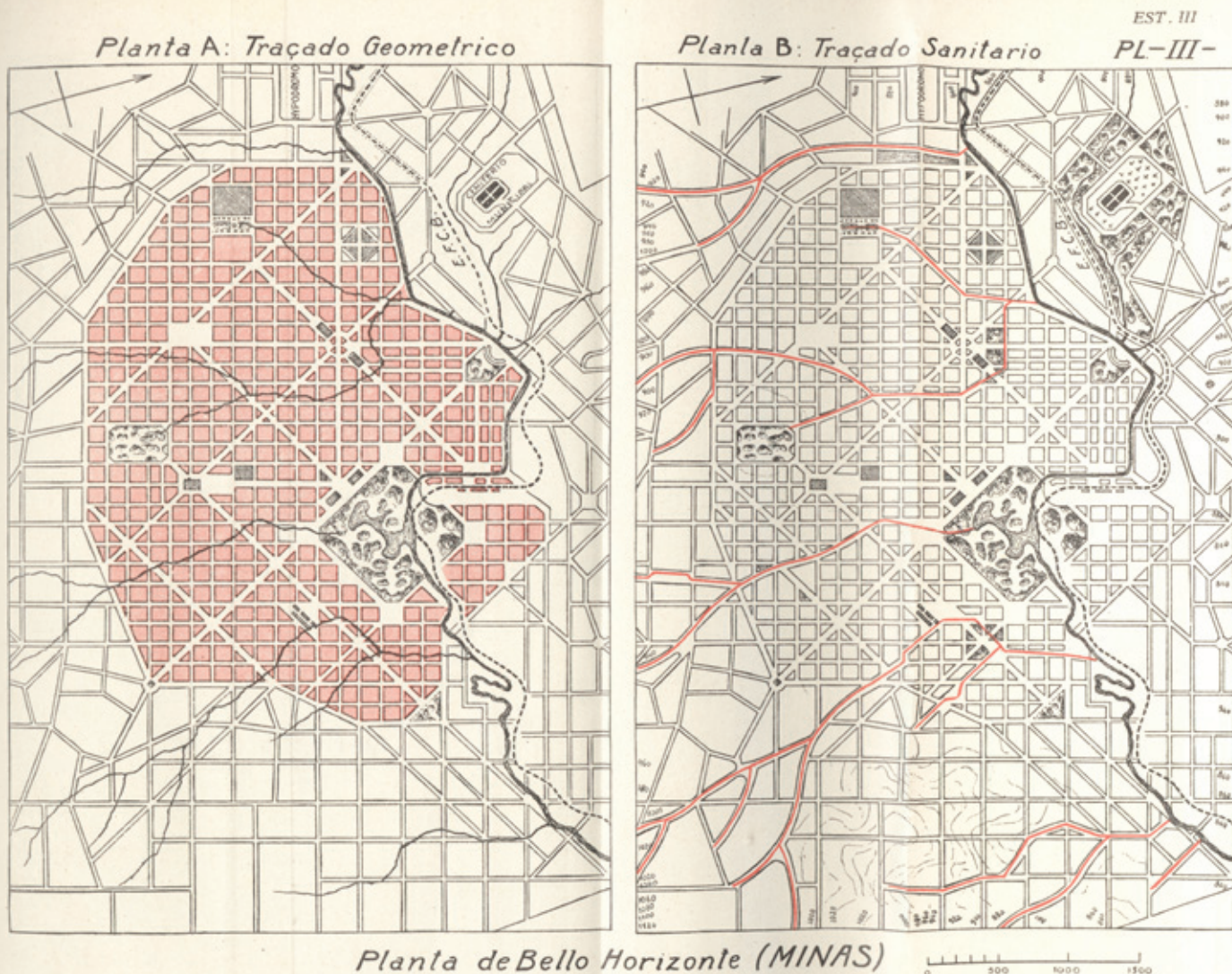


FIGURA 9 Discussão sobre o traçado de Belo Horizonte (BRITO, 1914): “Planta A”, traçado geométrico original; “Planta B”, proposição do traçado sanitário de Brito

A FIG. 9, em particular, ilustra o projeto da cidade de Belo Horizonte, cuja comissão construtiva foi presidida pelo engenheiro Aarão Reis e na qual Brito dirigiu os projetos de abastecimento de água potável entre 1894 e 1895.² Em *Urbanismo: a planta de Santos* (BRITO, 1914), ele ressalta a adequação do projeto de Belo Horizonte e avalia positivamente o traçado moderno proposto para a nova capital, as dimensões das ruas e das áreas destinadas aos parques e jardins. Entretanto, considera que o traçado geométrico proposto (e finalmente implantado) para a cidade é muito rígido por referência à rede hidrográfica natural do sítio, pequenos cursos d'água que drenam vales estreitos em meio a uma topografia variada caracterizada por colinas e terrenos íngremes. Ele ilustra suas críticas por meio de um traçado viário alternativo que valoriza a adaptação da geometria das ruas de forma a incorporar os cursos d'água ao plano urbano segundo a orientação dos estreitos fundos de vale.

2. Brito deixou a comissão em 1895, antes da conclusão dos projetos, por desacordo com engenheiros da equipe.

O projeto de Saturnino de Brito que mais se aproxima dos conceitos de Camilo Sitte é certamente o da cidade de Parayba do Norte, atual João Pessoa, proposto por ele em 1913, no qual a interposição de espaços verdes ou de ruas secundárias permitem interromper a extensão de grandes eixos viários. O lago, concebido para o centro do projeto urbano, cria um espaço recôndito bem valorizado por Sitte. Saturnino de Brito considera esse modelo de urbanismo como bem adaptado a terrenos de topografia variada, ondulada (FIG. 10).

Le tracé sanitaire des villes contém, igualmente, inúmeros exemplos, apresentados de maneira detalhada e amplamente discutidos, para o traçado de vias e a localização de redes de esgotamento sanitário, além de um capítulo que trata das competências técnicas e administrativas necessárias para organizar e executar os planos urbanos. São também discutidas questões regulamentares visando assegurar, no longo prazo, a conformidade da expansão urbana com o planejado, ou seja, o respeito ao plano. Com esse propósito, a obra traz ainda um conjunto de sugestões para a ocupação provisória dos terrenos, nos anos que precedem a expansão urbana, de forma tal que com o avanço da urbanização os empreendimentos estruturantes não se deparem com custos elevados decorrentes da necessidade de remover eventuais ocupações anteriores, não conformes, porém de caráter permanente. Nessa linha, ele privilegia os modos de ocupação agrícola e as construções provisórias, em madeira, facilmente deslocáveis segundo a necessidade do processo de urbanização, no decorrer do tempo.

FIGURA 10 Plano da cidade de Parayba do Norte, de 1913 (BRITO, 1914)



As discussões de Saturnino de Brito sobre questões de regulamentação urbana enfatizam a responsabilidade dos estados em liderar os processos de urbanização e em enquadrar os municípios que eventualmente se recusem ou negligenciem a implantação dos planos urbanos, em particular sobre seus aspectos sanitários. Brito considera que o poder local é muito vulnerável aos interesses de seus habitantes, em particular os grandes proprietários de terras, o que o torna politicamente fraco para assegurar a conformidade do desenvolvimento urbano com o planejado. Para ele, cabe aos estados da União assegurar o emprego das boas práticas sanitárias e de urbanismo, colocando os municípios no caminho do desenvolvimento, conceitos em consonância com o pensamento positivista da época, propenso a proposições centralistas e autoritárias (HALL, 2002; CHOAY, 1965).

O caso do projeto de expansão urbana da cidade de Santos, dirigido por Saturnino de Brito, apresentado ao município de Santos em 1910, ilustra tanto seus conceitos de urbanismo e de saneamento quanto as tensões e os conflitos locais resultantes das primeiras experiências de planificação urbana em grande escala no Brasil, onde os papéis e responsabilidades dos estados e dos municípios estavam ainda por ser estabelecidos.

Desde 1896, o governo do estado de São Paulo deixa clara sua disposição de gerir os processos de urbanização em seu território. A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado é, de início, encarregada dessa tarefa, com responsabilidades de regulamentação, de projeto e de execução de obras viárias, de pontes, de obras de arquitetura, de serviços de transporte urbano (bondes) e de gestão dos espaços verdes urbanos (FICHER, 2005). Ainda em 1896, foi criada a Comissão de Saneamento do estado de São Paulo, tendo Saturnino de Brito como seu primeiro diretor. A Comissão ocupa-se dos projetos de saneamento de várias cidades do estado, como Campinas, Ribeirão Preto, Limeira, Sorocaba e Amparo (FICHER, 2005).

Santos apresentava à época um quadro particular decorrente, por um lado, de problemas recorrentes de epidemias e de saúde pública, em geral associados à precariedade dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e pluvial e, por outro, das pressões exercidas pelo intenso processo de crescimento urbano como principal porto brasileiro de exportação de café e de importação de mão de obra estrangeira, os imigrantes que chegavam em grande número à época.



FIGURA 11 Plano para a cidade de Santos proposto pela Câmara Municipal, em 1896 (BRITO, 1914)

Em 1896, a Câmara Municipal de Santos propôs um plano de desenvolvimento urbano sintetizado por um traçado geométrico extremamente denso, regular e monótono, ilustrado na FIG. 11. A área urbana original, histórica, da cidade encontra-se localizada ao norte da Ilha de São Vicente, como mostrado na figura por seu traçado irregular. A grande área que se situa entre os limites da cidade histórica em direção ao sul, até a Baía de Santos (no mapa designada *Bahia de Santos*), encontrava-se praticamente desocupada à época. Eram terrenos planos, áreas úmidas (brejos) frequentemente inundáveis e inundadas. As praias da Baía de Santos, ao contrário da atualidade, eram pouco frequentadas. O Porto de Santos situa-se a leste da planta, ao longo do canal de mesmo nome.

O plano proposto pela Câmara era grotesco; tendo por meta rentabilizar ao máximo a ocupação urbana do espaço, desconhecia as características físicas naturais do sítio, bem como princípios básicos de estética, de conforto e de redução de riscos naturais em contexto urbano.

Saturnino de Brito iniciou seu plano para Santos pelas questões de inundação e de drenagem das áreas pantanosas entre a cidade histórica e a baía. Ele concebeu um sistema de canais ligando o Canal à Baía de Santos como estruturas lineares de drenagem e de armazenamento de águas pluviais, autolimpantes pela ação da maré e capazes de drenar as áreas pantanosas e receber os escoamentos pluviais provenientes da futura área urbana, tornando possível sua ocupação. O sistema de esgotamento sanitário e pluvial proposto é do tipo separador absoluto, ou seja, os esgotos sanitários e as águas pluviais são transportados em redes próprias, não conectadas entre si. Essa escolha permitiu conceber canais de drenagem abertos, em oposição às grandes galerias unitárias adotadas nas capitais europeias, como Paris e Londres, e a eles associar parques lineares com funções estéticas e ambientais. Esses canais, delineados por áreas verdes e entrecortados por pontes em arco, à semelhança dos bulevares parisienses de Haussmann, criavam espaços públicos apropriados ao lazer e à convivência (ANDRADE, 1991).

Em seguida, dedicou-se ao projeto urbanístico cujo plano, proposto em 1910, é mostrado na FIG. 12. Nota-se, de imediato, nessa planta, o respeito às características topográficas locais, como no que se refere aos terrenos de elevada declividade, de orientação norte-sul, situados a oeste da cidade e mantidos desocupados na proposta de Brito, em oposição ao plano da Câmara Municipal. À base desses morros, ele prevê a implantação de parques e de uma via de contorno.

Como a maior parte da área de expansão situava-se em terrenos planos, Brito propôs uma trama urbana regular, sem entretanto cair na rigidez de uma malha uniforme e contínua. Ele justifica seu traçado pela facilidade que oferece à implantação das redes de água e esgotamento sanitário e pluvial. Entretanto, o traçado regular domina apenas as áreas não ocupadas, respeitando, em diferentes partes do plano, os traçados preexistentes. Como observa Andrade, seguindo os conceitos de Camilo Sitte, Brito demonstra uma preocupação em evitar ruas muito longas e muito retas, interpondo praças e jardins em ângulos e nas extremidades das avenidas (ANDRADE, 1991).

Uma grande via em forma de arco foi prevista, ligando o leste ao oeste da nova área urbana pelo centro do plano, dotada de jardins em toda a sua extensão. Nas interseções com os canais, esses jardins são ampliados, associando à ocorrência de águas superficiais as áreas verdes. Esta avenida, chamada por Brito *Avenida Saneamento*,³ liga-se a outro parque linear importante, com mais de 5 km de extensão, planejado para as bordas da Baía de Santos. Tal arranjo remete a conceitos de conectividade e de continuidade de áreas verdes frequentemente defendidos na atualidade por seu papel de promotores da biodiversidade em meio urbano, ainda que o ponto de vista de Saturnino de Brito concernisse mais às questões de circulação de ar e seus benefícios para o clima local, como enfatizado pelo diretor de obras públicas de Santos, à época, o arquiteto Francisco Teixeira da Silva Telles (SILVA TELLES, 1914).

Em defesa de seu projeto, Saturnino de Brito organiza uma tabela comparativa deste com o proposto pela Câmara Municipal da cidade, datado de 1896, enfatizando as proporções mais equilibradas de áreas verdes e das áreas destinadas ao sistema viário em relação à área urbana total planejada. Um resumo deste estudo é mostrado no QUADRO I.

3. Deve-se reconhecer a excessiva importância dada ao saneamento ao denominar-se assim a avenida mais central do plano. Provavelmente, tratava-se de um nome provisório, mas que atesta o lugar privilegiado do saneamento na planificação urbana defendida por Brito.

LEGENDA

RUAS LONGITUDINAIS	RUAS TRANSVERSAIS E PRAÇAS	EDIFÍCIOS
1 R. João Chelente 2 R. Alexandre de Gusmão 3 R. M. de Herold 4 R. Coelho 5 R. S. Bento 6 R. Alexandre Rodrigues 7 R. Carlos Nogueira 8 R. Leopoldo 9 R. José Romão 10 R. S. Antonio 11 R. 24 de Maio 12 R. Santa Cruz 13 R. Vasco Taramea 14 R. S. Francisco 15 R. Frei Vinagre 16 R. 11 de Junho 17 R. 2 de Dezembro 18 R. Renato 19 R. Augusto Severo 20 R. Honoré 21 R. Carlos A. Faria 22 R. Antônio Moraes 23 R. Sebastião Figueira 24 R. Manoel Caldas 25 R. Rio Branco 26 R. De Siqueira de Azevedo 27 R. Constantino 28 R. Casa Nobre 29 R. E. Faria 30 R. D. Bittencourt 31 R. Dr. Góes 32 R. A. de Andrade 33 R. João Otávio 34 R. J. Gonçalves 35 R. Conde Martins 36 R. Campos Mello 37 R. Campos Mello 38 R. Sag. Pereira 39 R. 24 de Setembro 40 R. D. Anna Maria 41 R. Antônio Martins 42 R. João Moraes 43 R. Bastos Diniz 44 R. Angélica Borges 45 R. Anna Carvalho 46 R. Dr. Pedro Sales 47 R. Góes 48 R. Góes 49 R. Góes 50 R. Góes 51 R. Góes 52 R. Góes 53 R. Góes 54 R. Góes 55 R. Góes 56 R. Góes 57 R. Góes 58 R. Góes 59 R. Góes 60 R. Góes 61 R. Góes 62 R. Góes 63 R. Góes 64 R. Góes 65 R. Góes 66 R. Góes 67 R. Góes 68 R. Góes 69 R. Góes 70 R. Góes 71 R. Góes 72 R. Góes 73 R. Góes 74 R. Góes 75 R. Góes 76 R. Góes 77 R. Góes 78 R. Góes 79 R. Góes 80 R. Góes 81 R. Góes 82 R. Góes 83 R. Góes 84 R. Góes 85 R. Góes 86 R. Góes 87 R. Góes 88 R. Góes 89 R. Góes 90 R. Góes 91 R. Góes 92 R. Góes 93 R. Góes 94 R. Góes 95 R. Góes 96 R. Góes 97 R. Góes 98 R. Góes 99 R. Góes 100 R. Góes	1 R. Xavier de Brito 2 R. Antônio Prado 3 R. 24 de Maio 4 R. V. de Euzébio 5 R. V. de São Brás 6 R. 24 de Setembro 7 R. Mass 8 R. Adriano 9 R. M. de Herold 10 R. V. de Vespúcio 11 R. Leopoldo 12 R. D. Adélia 13 R. General Ometari 14 R. de Honório 15 R. Amador Bueno 16 R. S. Francisco 17 R. V. de Euzébio 18 R. Bittencourt 19 R. T. de S. Bento 20 R. Henrique Pinheiro 21 R. Manoel Paga Junior 22 R. 27 de Fevereiro 23 F. TELLES 24 R. REPUBLICA 25 R. S. DO RIO BRANCO 26 R. MATA 27 R. BONFARI 28 R. ANIBALAS 29 R. MONTE ALBANE 30 R. JORGE ROCHA LIZO 31 R. MARTINS 32 R. do Mirim 33 R. 13 de Maio 34 R. Raquel Postora 35 P. SÁNCHEZ DE AZEVEDO 36 R. J. Marçalla 37 R. L. Fortunato 38 Av. Góes/Alameda 39 R. D. Luiza Marinho 40 R. Associação Sábios 41 R. General Almeida Moraes 42 R. X. Pabst 43 R. Soares 44 R. Dr. Manoel Carvalho 45 R. Carvalho de Mendonça 46 R. Cunha Moreira 47 R. Bogus 48 R. Luiz Gama 49 R. R. de Pernambuco 50 PRAÇA 51 PRAÇA 52 PRAÇA 53 PRAÇA 54 PRAÇA 55 R. Alexandre Barbalho 56 R. Escamoteiro 57 Av. Eng. Z. Ratoque 58 Parque J. Gonçalves 59 PRAÇA 60 PRAÇA 61 PRAÇA 62 PRAÇA 63 PRAÇA 64 PRAÇA 65 PRAÇA 66 PRAÇA 67 PRAÇA 68 PRAÇA 69 PRAÇA 70 PRAÇA 71 PRAÇA 72 PRAÇA 73 PRAÇA 74 PRAÇA 75 PRAÇA 76 PRAÇA 77 PRAÇA 78 PRAÇA 79 PRAÇA 80 PRAÇA 81 PRAÇA 82 PRAÇA 83 PRAÇA 84 PRAÇA 85 PRAÇA 86 PRAÇA 87 PRAÇA 88 PRAÇA 89 PRAÇA 90 PRAÇA 91 PRAÇA 92 PRAÇA 93 PRAÇA 94 PRAÇA 95 PRAÇA 96 PRAÇA 97 PRAÇA 98 PRAÇA 99 PRAÇA 100 PRAÇA	<p>ZONA - I</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Casarão (C. S. L. G.) 2 - Condomínio Suntuoso 3 - Reservado para o Paço Municipal 4 - Alameda 5 - Rua de Honório 6 - Balcão Suntuoso 7 - Tenda Comercial 8 - Caixa 9 - Casa de Moçambique 10 - Inspeção de Água e Esgoto 11 - Casas Sociais 12 - Correr do Sombroso 13 - Mercado 14 - Hosp. Beneficente Portuguesa <p>ZONA - II</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Casas Esportivas e estalagem (C. S. L. G.) <p>ZONA - III</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Avião de Guerra 2 - Casas de Banho (péfilas e esportivas) 3 - Fábrica de Tecidos <p>ZONA - IV</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Hosp. de Isolamento 2 - Hotel Suntuoso 3 - Estação dos bondes (péfilas e esportivas) 4 - Estação Terminal dos vagões 5 - Est. Brasileira Railway <p>ZONA - V</p> <ul style="list-style-type: none"> 1 - Estação de Aprendizagem Marítima 2 - Instituto D. Constantino Rosa <p>ABREVIACOES</p> <ul style="list-style-type: none"> Av. - Avenida Bou - Boulevard Br - Rua Pr - Praça R. - Rua S. - Sítio V. - Viaduto Vi - Viagem Com. - Comércio Com. - Comendador Eng. - Engenheiro M. - Mercado <p>Convenções:</p> <ul style="list-style-type: none"> Quadrilátero projetado Retângulo Polígono e hachura Edifício projetado Cemitério R. de F. em projeto R. de F. em traço 0,00 - Nível-mar 2,50 - Pra-mar 1,25 - Nível-média As curvas de nível indicam o relevo geral, sem detalhes



MUNICIPIO DE SÃO VICENTE

ITARARÉ

Ilha Urubuecaba

FIGURA 12 Planta de Santos, proposta por Saturnino de Brito em 1910 (BRITO, 1914)

SANTOS

(ESTADO DE S. PAULO, BRASIL)

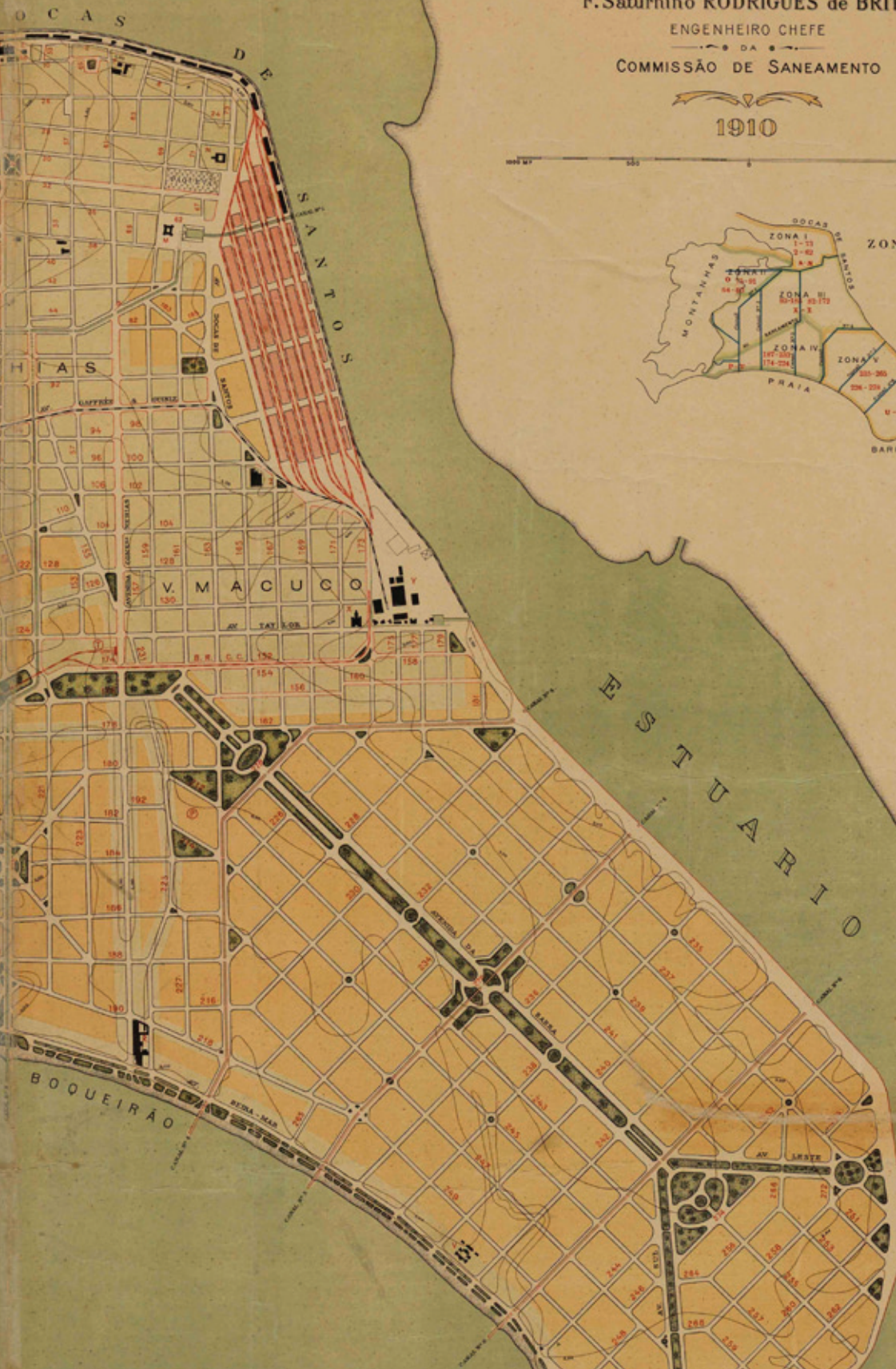
PLANTA E PROJECTOS

POR F. Saturnino RODRIGUES de BRITO

ENGENHEIRO CHEFE

COMISSÃO DE SANEAMENTO

1910



SCHEMA DAS ZONAS DE NUMERAÇÃO das Ruas : Edifícios



QUADRO 1 Comparação entre os planos de Santos de 1896 e de 1910

i	VARIÁVEL	ÁREAS (HA)	
		PLANO DE 1896	PLANO DE 1910
1	ÁREA TOTAL DA NOVA CIDADE	1.609	1.609
2	ÁREA OCUPADA PELO SISTEMA VIÁRIO	284	209
3	ÁREA OCUPADA POR JARDINS E PRAÇAS	41	143
4	ÁREA OCUPADA POR PARQUES LINEARES	-	96
5	RELAÇÃO ÁREA DE VIAS/ÁREA TOTAL	17,6%	13,0%
6	RELAÇÃO ÁREA DE JARDINS E PRAÇAS/ ÁREA TOTAL	2,4%	8,9%

Saturnino de Brito cita ainda e de forma comparativa com Santos a parcela ocupada por áreas verdes em diversas cidades do mundo. Segundo Brito, em Bruxelas, Edimburgo, e Viena, esta uma das cidades mais populosas do mundo por volta de 1910,⁴ as áreas verdes representavam 17,6%, 23,1% e 28,6% de suas respectivas áreas urbanizadas. Ele observa também, com base em dados citados por seu colega engenheiro Victor Freire, que a razão entre a população urbana e as áreas verdes variava, em sua amostra, de 1.031 hab/ha, em Londres, a 14.000 hab/ha, em São Paulo, com 1.200 hab/ha, em Buenos Aires e 1.355 hab/ha, em Paris.

Toda essa discussão sobre a parcela de áreas verdes em grandes cidades da época explica-se pelo esforço de Saturnino de Brito em justificar as áreas destinadas a parques e jardins em seu projeto para Santos. De fato, a Câmara Municipal da cidade enxergava nessas propostas uma perda considerável de áreas a comercializar, o que conflitava diretamente com os interesses de proprietários de terrenos, muitos deles vereadores ou por esses representados. Outro fator de oposição ao plano de 1910 encontrava-se associado às restrições regulamentares propostas por Saturnino de Brito, que defendia a imutabilidade do plano por um período de 15 anos ou mais. Brito apoiava-se na regulamentação urbana italiana (BRITO, 1914) e na francesa

4. Viena atinge sua população máxima em 1910, com 2,031 milhões de habitantes. Nesse mesmo ano, Londres possuía 7,25 milhões de habitantes e Paris 2,85 milhões (www.wien.gv.at).



FIGURA 13 Imagem Google da cidade de Santos (GOOGLE EARTH, 2012).

(BRITO, 1916), para justificar a periodicidade proposta para a revisão de planos urbanos, assim como defendia a tutela dos estados sobre as municipalidades em todo e qualquer processo de atualização de planos e da regulamentação urbana.

Em Santos, esses eram naturalmente pontos de resistência às propostas de Brito por parte do poder político local. Silva Telles, o jovem diretor de obras públicas da Prefeitura de Santos, diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo em 1909, um ano antes da submissão do plano de Brito à Câmara Municipal, foi, entre seus opositores, o que empregava os argumentos mais técnicos. Ele reconhecia as qualidades do plano em aspectos como a localização e a área destinada aos espaços verdes, mas se opunha ao traçado geométrico predominante e argumentava por mais flexibilidade para a atualização do plano, ao longo do tempo, e por mais autonomia do município sobre decisões de seu interesse. Eram exatamente os interesses locais que se encontravam na origem da maior desconfiança de Saturnino de Brito sobre a capacidade de o município fazer valer as diretrizes do plano, tendo em conta a

proximidade e o poder de influência dos grandes proprietários de terras, por ele chamados de grandes eleitores, em relação à administração local.

Ao examinar-se a imagem de satélite da cidade de Santos da atualidade (FIG. 13), pode-se inferir que o plano de Saturnino de Brito foi, em grande parte, respeitado, mesmo que uma de suas principais qualidades, as avenidas-parque, tenham desaparecido, exceção feita daquela prevista para a borda da Baía, finalmente implantada em 1935, com 5,3 km de extensão e 22 ha de área.

A dificuldade ou mesmo a falta de motivação política das autoridades locais em fazer respeitar as leis de urbanismo e em assegurar a conformidade com os planos de desenvolvimento urbano, assim como a vulnerabilidade do planejado em face da especulação imobiliária, permanecem questões de atualidade, no Brasil. Entretanto, é pouco provável que a simples transferência da decisão política ao nível governamental superior, os estados, como sugerida por Saturnino de Brito no início do século XX, possa trazer uma solução ao problema, entre outras razões porque é pouco provável que os governos de estados sejam menos susceptíveis aos interesses privados em detrimento dos interesses coletivos, em comparação com os governos municipais.

No Brasil atual, uma tal transferência de responsabilidades seria, ademais, inaceitável do ponto de vista político, tendo em conta as experiências políticas de democratização, de descentralização e princípios de subsidiariedade em decisões políticas que se seguiram à ditadura militar das décadas de 1960 a 1980. Um conjunto significativo e inovador de experiências de planejamento e gestão participativos, tais como o orçamento participativo, o planejamento participativo, propriamente dito, e os conselhos municipais orientados para políticas setoriais, como, por exemplo, habitação, saúde, meio ambiente, saneamento e cultura, abrem perspectivas para o controle social das ações de governo e para a maior transparência sobre as decisões de interesse público, mesmo que essas experiências ainda sejam recentes e ainda careçam de análises mais aprofundadas sobre as efetivas oportunidades que proporcionam à participação e à transparência (COSTA *et al.*, 2008; NASCIMENTO *et al.*, 2007; MILANI, 2006). Há certamente ainda muito progresso a realizar nesse terreno, mas a tendência a privilegiar e a reforçar o poder político local em questões de interesse coletivo igualmente locais é reconhecida como indispensável ao processo de democratização do país.

Inovações em hidrologia urbana e saneamento

Nas áreas de hidrologia urbana e de saneamento, Saturnino de Brito é inegavelmente considerado o fundador da disciplina no Brasil, não apenas por sua intensa atividade como engenheiro de concepção e de obras, como também por seus amplos e profundos conhecimentos, por seus escritos, por suas relações internacionais e por suas inovações amplamente reconhecidas além das fronteiras do Brasil. Ele é, na perfeita acepção do termo, um representante modelo dos grandes engenheiros dos séculos XIX e XX, segundo Sampaio, o mestre dos engenheiros sanitaristas brasileiros (SAMPAIO, 1947).

Seus escritos e, notadamente, suas *Obras completas*, em 23 volumes, serviram de referência fundamental para vários autores brasileiros na preparação de manuais de saneamento, como é o caso de Dos Santos (1928) ou de Sampaio (1947). Em *Saneamento de uma cidade*, prefaciado pelo filho de Saturnino de Brito, também engenheiro, Sampaio, engenheiro adjunto de Brito de 1918 até sua morte, em 1929, fundamenta-se em suas *Obras completas* para estabelecer recomendações de projeto segundo os ensinamentos, a técnica e o método de Saturnino de Brito (SAMPAIO, 1947).

As inovações propostas por Brito foram aplicadas de maneira sistemática nas cidades onde trabalhou e encontram-se descritas e detalhadamente comentadas em suas *Obras completas*. A evolução de seu pensamento e de suas concepções pode ser apreciada pela comparação, por exemplo, de dois de seus textos principais, de um lado, *Saneamento de Santos*, de 1898 (BRITO, 1898), e, de outro, *O saneamento de uma cidade em 1922*, por ele apresentado como uma síntese do que se sabe, do que se faz ou do que se deveria fazer em matéria de saneamento urbano, dedicado às administrações municipais (BRITO, 1922).

Grande conhecedor das experiências europeias e americanas em hidrologia urbana e saneamento – ver, por exemplo, Brito (1901), texto de síntese com várias citações de autores estrangeiros, muitas nas respectivas línguas originais –, Brito soube adaptá-las ao contexto brasileiro em um processo que lhe permitiu propor soluções originais e inovadoras. Inspirar-se sem copiar pode ser a síntese de seu enfoque.

Sobre a eterna polêmica da escolha entre sistemas unitários ou separadores para o esgotamento sanitário e pluvial, os Congressos de Higiene europeus do início do século XX pronunciavam-se claramente em favor dos primeiros, segundo a tendência adotada nas grandes capitais europeias, notadamente Paris, tornando-se uma doutrina estabelecida para inúmeros engenheiros da época. Brito reconhecia que “o tipo normal é o unitário” Brito (1898, p. 254), porém circunscrevia essa solução a grandes cidades, bem providas em água potável, e localizadas em sítios com condições topográficas favoráveis à autolimpeza do sistema. Ele optou, muito cedo, pelos sistemas separadores para as pequenas e médias cidades brasileiras (BRITO, 1898; 1901), à semelhança do sistema difundido por Waring nos EUA, composto por uma rede pluvial, de um lado, e uma rede de esgotamento sanitário, de outro, esta dotada, segundo a necessidade, de estações elevatórias e de reservatórios de descarga para fazer face à falta de escoamentos pluviais como meio de limpeza da rede, própria aos sistemas unitários. Brito considerava que contar com as águas pluviais para limpar as redes não era boa estratégia por duas razões: em primeiro lugar, não se deve contar com escoamentos ocasionais e não controlados de águas pluviais para desassorear os condutos que devem ser limpos por descargas controladas e sistemáticas; em segundo, não é conveniente misturar águas provenientes dos telhados, as menos poluídas das águas pluviais, com os esgotos sanitários e, finalmente, as águas pluviais no Brasil carregam volumes consideráveis de sedimentos e não são suficientes mesmo para transportá-los por toda a extensão das redes, evitando seu assoreamento (BRITO, 1903). Trata-se de uma diferença flagrante por comparação, por exemplo, com as escolhas do engenheiro Belgrand de construir em Paris grandes galerias unitárias visitáveis e de instalar dispositivos mecanizados sofisticados para fazer a face aos problemas criados, em parte, pela própria concepção do sistema, por diferença, por exemplo, com o sistema adotado em Londres à mesma época (ver, por exemplo, BERTRAND-KRAJEWSKI, 2003). Como Brito afirmava, não se deve adotar sistematicamente e em todo lugar o que o Dr. Imbeaux, médico sanitário e engenheiro de *Ponts et chaussées* francês, seu contemporâneo, chamava “*l'exemple trop hypnotisant des capitales*” (BRITO, 1903).

Edouard Imbeaux, fundador, em 1905, da AGHTM (Association Générale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux) é citado por Brito em vários de seus traba-

lhos. Imbeaux, entre outros engenheiros franceses, também o cita, como por exemplo em Imbeaux (1911) e prefacia seu livro *Le tracé sanitaire des villes* (BRITO, 1916). Brito publica na revista *La Technique Sanitaire*, da AGHTM, parte de sua obra (BRITO, 1909a; 1909b; 1916; 1931), textos reproduzidos no original, em francês, em suas *Obras completas*. Foi membro de honra da AGHTM desde sua fundação, em 1905, e participou de suas comissões, entre elas e como um de seus quatro membros correspondentes, da *Commission Internationale sur les pentes d'égouts*, com o objetivo de conceber redes de esgotamento sanitário autolimpantes (BRITO, 1931). Em 1926, seguindo proposição da AGHTM, o governo francês atribuiu a Brito a Legião de Honra na qualidade de “*savant et ami de la France*”.

A consulta às *Obras completas* de Brito permite aprofundar-se sobre seus estudos técnicos, seus projetos e suas inovações tecnológicas, temas que se situam além dos propósitos do presente texto.

Conclusões

Na transição do século XIX ao XX, o Brasil passa por significativas mudanças institucionais, políticas, econômicas e sociais. Princípios positivistas de racionalidade em política e gestão públicas exercem uma influência importante sobre as elites brasileiras. Os estados-membros da federação nascente, criada com a república, assim como os municípios devem desempenhar novos papéis na construção e na reconstrução de cidades por meio de planos para orientar o desenvolvimento e para guiar a expansão das redes de infraestrutura urbana.

Esse é também o período de emergência da moderna engenharia sanitária brasileira. Na construção desse domínio científico e tecnológico, o engenheiro Saturnino de Brito desempenhou um papel central, destacando-se pela profundidade de suas reflexões sobre urbanismo, sua capacidade de inovação em áreas como a hidrologia, a hidráulica e o saneamento, e pelos vínculos que estabeleceu com a comunidade científica e técnica internacional de sua época. Destaca-se, igualmente, por sua grande capacidade de difusão de conhecimentos por meio de artigos científicos publicados em periódicos internacionais, relatórios técnicos e artigos de imprensa

que utilizava amiúde para justificar a um público amplo suas escolhas, concepções e projetos, envolvendo-se, com frequência, em polêmicas das quais participava com aguerrida motivação e reconhecida clareza de argumentação.

Conceber as cidades a partir da água, pensar seu crescimento, integrando a evolução das redes de infraestrutura aos projetos de desenvolvimento urbano, respeitar o patrimônio natural e o construído, são questões discutidas e tratadas por Brito em seus estudos, relatórios, artigos, manuais, que permanecem atuais no Brasil. Deve-se aqui destacar que seu ponto de vista, embora incorpore questões de atualidade, centra-se sobre as interações entre o homem e o meio físico para garantir condições de salubridade, assegurar o bom uso dos recursos públicos e a eficiência produtiva das cidades, mais do que sobre preocupações mais contemporâneas de proteção ambiental. Isso, entretanto, não diminui a profundidade e a diversidade de suas reflexões e contribuições.

Em um momento em que os requisitos de sustentabilidade ambiental e de resiliência das cidades concernem não apenas às áreas de expansão urbana como também ao grande desafio de adaptação a ambientes já construídos, em um país de elevada urbanização, o pensamento criativo de Saturnino de Brito pode ser tomado como uma referência, por sua erudição como também por seu conteúdo prático, adaptado aos contextos de aplicação.

Referências

- ANDRADE, C. R. M. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a cidade moderna no Brasil. *Espaço e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, ano XI, n. 34, p. 55-63, 1991.
- ANDRADE, C. R. M. Saturnino de Brito: um projetista de cidades. *Revista Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 72, p. 12-14, jun./jul. 1997. Disponível em: <www.revistaau.com.br>. Acesso em: fev. 2012.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1916-1927. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2012.
- BLAY, E. A. *Eu não tenho onde morar*. São Paulo: Nobel, 1985.

BECHMANN, G. *Salubrité urbaine* – Distribution d'eau – Assainissement. Paris: Baudry et Cie, 1888.

BECHMANN, G. *Notice sur le service des eaux et de l'assainissement de Paris*. Paris: Ch. Béranger éditeur, 1900.

BERTRAND-KRAJEWSKI, J.-L. Sewer sediment management: some historical aspects of egg-shaped sewers and flushing tanks. *Water Science and Technology*, v. 47, n. 4, p. 109-122, 2003.

BRITO, F. S. R. Saneamento de Santos, Estado de S. Paulo. 1898. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. I, p. 231-263.

BRITO, F. S. R. Lavagem automática dos esgotos – Tanques fluxíveis. 1900. In: *Obras Completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. IV, p. 13-174 e planches.

BRITO, F. S. R. Esgotos das cidades. 1901. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. II, p. 9-177.

BRITO, F. S. R. Nouveaux systèmes d'égouts. 1903. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. I, p. 271-288.

BRITO, F. S. R. Águas pluviais. 1905. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. I, p. 289-315.

BRITO, F. S. R. Les égouts de Rio de Janeiro (Brésil). *La Technique Sanitaire*, v. 4, n. 2, p. 25-29, 1909a. Reproduzido em: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. II, p. 259-267.

BRITO, F. S. R. Réservoirs de chasse automatique. *La Technique Sanitaire*, v. 4, n. 11, p. 241-251, 1909b. Redação datada de 1906, reproduzida em: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. II, p. 269-289.

BRITO, F. S. R. Urbanismo: a planta de Santos. 1914. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. XXI. (Coleção de artigos publicados na imprensa em 1914).

BRITO, F. S. R. *Le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine)*. Prefácio de Dr. E. Imbeaux. Paris: Chaix, 1916. 128 p. Reproduzido em: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. XX.

BRITO, F. S. R. O saneamento de uma cidade em 1922. 1922. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. IV, p. 377-461.

BRITO, F. S. R. Inundação. 1925. In: *Obras completas de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. XIX.

BRITO, F. S. R. Les pentes des égouts. *La Technique Sanitaire*, v. 26, n. 12, p. 447-451, 1931. (Redação datada de 1924).

BÜRKI-ZIEGLER, A. *Grösste Abflussmengen bei städtischen Abzugs-kanälen*. Zürich: Orell Füssli & Co., Technische Mitteilungen des Schweizerischen Ingenieur und Architekten Vereins, 1880. 14. Heft.

- COSTA, G. M. *et al.* The role of municipal councils in the construction of an integrated urban water policy in Belo Horizonte, Brazil. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON URBAN DRAINAGE, 11., 2008. IWA; IAHR: Edinburgh, 2008.
- CHOAY, F. *l'urbanisme, utopies et réalités: une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.
- DEBAUVE, A. A.; IMBEAUX, E. *Assainissement des villes – Distributions d'eau*. Paris: Vve Ch. Dunod, 1905.
- DOS SANTOS, L. J. *Hydrotechnica – Quarta parte: Esgotos*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1928.
- FICHER, S. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: EdUSP, 2005.
- GOOGLE EARTH. Imagem Google da bacia do rio Tietê com exutório em Parnaíba. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-BR/earth/index.html>>. Acesso em: fev. 2012.
- HALL, P. *Cities of Tomorrow*. 3rd ed. Carlton: Blackwell Publishing, 2002.
- HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002 (Edição brasileira de: HOWARD, E. *Garden cities of London*. 2002).
- IMBEAUX, E. *L'alimentation en eau et l'assainissement des villes*. Paris: E. Bernard et Cie, 1902.
- IMBEAUX, E. *Evacuation des immondices liquides: égouts et vidanges*. Paris: Librairie J.-B. Baillièrre et Fils, 1911. *Traité d'Hygiène*, v. XV, p. 175-408.
- IMBEAUX, E. Notice nécrologique de F. Saturnino Rodriguez de Brito. *La Technique Sanitaire*, v. 24, n. 5, p. 97-99, 1929.
- KUICHLING, E. The relation between the rainfall and the discharge of sewers in populous districts. *Transactions of the ASCE*, 20, p. 1-60, 1889.
- LOPES, A. L. B. O engenheiro Saturnino de Brito e o urbanismo sanitaria. História e-História. Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica UNICAMP. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=435>>. Acesso em: 4 abr. 2012.
- MENDONÇA, E. *et al.* *Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória*. São Paulo; Vitória: Annablume, 2009.
- MILANI, C. R. S. Le paradoxe du principe participatif dans la gestion publique local. In: EEUWEN, D. V. (Org.). *Le nouveau Brésil de Lula*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2006. p. 213-238.
- MONDON, E. *Assainissement général des villes et des petites collectivités*. Paris: Dunod, 1934. t. III: *Déchets liquides*.
- MULVANY, T. J. On the use of self-registering rain and flood gages, in making observations on the relation of rain fall and flood discharges in a given catchment. *Proceedings of the Institution of Civil Engineers of Ireland*, 4, p. 18-33, 1851.

NASCIMENTO, N. O. *et al.* *Towards a paradigm SWITCH: Integrating urban water management in Belo Horizonte, Brazil*. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INNOVATIVE TECHNOLOGIES IN URBAN DRAINAGE, 6. Lyon: Novatech, 2007. v. 1, p. 373-380.

NASCIMENTO, N. O.; BERTRAND-KRAJEWSKI, J. L.; BRITTO, A. L. Saturnino de Brito, un urbaniste et hydrologue urbain brésilien, précurseur de la francophonie. In: BARRAQUE, B.; DEUTSCH, J. C. *Eaux pour la ville, eaux de villes: Eugène Belgrand, XIXème, XXIème siècle*. Paris: Presses des Ponts et Chaussées, 2013. p.266-296.

PEREIRA, M. S. Rio de Janeiro no século XIX: cenários, formas e virtudes de uma cidade capital. In: PINHEIRO, A. I. F. *Rio de Janeiro: cinco séculos de história e transformações urbanas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PUTZEYS, F. *et al.* *Traité de technique sanitaire*. Paris: Librairie Polytechnique Ch. Béranger, 1925. t. VI: *Assainissement des villes et cimetières*

REIS, N. G. Notas sobre urbanismo no Brasil. Segunda parte, séculos XIX e XX. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, set./out. 1995.

SAMPAIO, G. F. *Saneamento de uma cidade*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas do S.G.E., 1947.

SILVA TELLES, F. T. Parecer do Dr. F. T. da Silva Telles, Diretor de obras municipais, apresentado à Prefeitura, sobre os artigos e a planta. 1914. In: BRITO, F. S. R. *Urbanismo: a planta de Santos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 (Opinião do expert datada de 23 maio 1914).

WERY, P. *Assainissement des villes et égouts de Paris*. Paris: Vve Ch. Dunod, 1898.

YEN, B. C. (Ed.). *Catchment runoff and rational formula*. Littleton, CO: Water Resources Publications, 1992.

THE CONTEMPORARY METROPOLIS:
PRODUCTION AND APPROPRIATION



II
A METRÓPOLE
CONTEMPORÂNEA:
PRODUÇÃO E
APROPRIÇÃO

LUCAS MARTINS FERNANDES
Encruzilhada Horizonte. Técnica mista, 2010



PARA ALÉM DE POSTMETROPOLIS*

EDWARD W. SOJA**

RESUMO Três recentes desdobramentos criaram novos desafios e oportunidades para a geografia urbana e os geógrafos, que incluem a redescoberta do poder gerativo das cidades, a difusão transdisciplinar das perspectivas espaciais críticas e o crescente interesse em regiões e no regionalismo. Tendo esses novos desdobramentos como pano de fundo, reflito sobre algumas ideias e temas introduzidos em *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, publicado em 2000. Como o livro, esta prospeção além de *Postmetropolis* divide-se em três partes: Remapeando a geohistória do espaço-cidade, Seis discursos sobre a pós-metrópole, e Espaço vivido: lembrando 1992 em Los Angeles.

PALAVRAS-CHAVE Estímulo da aglomeração urbana. A virada espacial. Urbanização regional.

BEYOND POSTMETROPOLIS

ABSTRACT Three recent developments have created new challenges and opportunities for urban geography and geographers. They include the re-discovery of the generative power of cities, the cross-disciplinary diffusion of critical spatial perspectives, and the rising interest in regions and regionalism. With these new developments as background, I reflect upon some of the ideas and themes introduced in *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*, published in 2000. Like the book, this effort to move beyond *Postmetropolis* is divided in three parts: Remapping the Geohistory of Cityspace, Six Discourses on the Postmetropolis, and Lived Space: Remembering 1992 in Los Angeles.

KEYWORDS Stimulus of urban agglomeration. The spatial turn. Regional urbanization.

* Versão deste artigo foi publicada em *Urban Geography*, v. 32, n. 4, maio/jun. 2011.

**Professor do Departamento de Planejamento Urbano da Luskin School of Public Affairs/University of California, Los Angeles – UCLA (Estados Unidos da América). E-mail: <esoja@ucla.edu>.

Revisão técnica da tradução de Roberto Luís de Melo Monte-Mór – Professor Associado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas e do Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil).

Esta pode ser a melhor época para ser um geógrafo urbano. Não me refiro necessariamente à identidade disciplinar tradicional encontrada nos grupos especializados como a AAG (Associação de Geógrafos Americanos), mas a qualquer pessoa que se proponha a estudar como o espaço urbano é socialmente produzido e como essa espacialidade urbana ressoa afetando vidas individuais e coletivas. Uma perspectiva espacial crítica nunca esteve tão disseminada, tão direcionada para as cidades e a vida urbana e tão profícua em ideias inovadoras no que se refere à economia, política, cultura e mudança social de modo mais generalizado. Nos dias de hoje, nenhum estudioso, seja qual for seu interesse, pode se dar ao luxo de não ser, de alguma forma, um geógrafo urbano.

Esta abrangência intelectual sem precedentes de perspectivas geográficas urbanas coincide com um surto de crescimento urbano que levou as Nações Unidas a declararem que a maior parte da população mundial vive hoje em cidades. Entretanto, mais importante do que meros números que concentram a atenção popular e a dos estudiosos em cidades e geografias urbanas, eis que surgem, com força total no século XXI, três desdobramentos inter-relacionados e extraordinários, provenientes de fontes mais antigas.

1. *A (re)descoberta da causalidade espacial urbana, a poderosa força gerativa das cidades e o processo de urbanização.* A filosofia e a teoria social ocidental, seja qual for sua tendência política, raramente conferiram significativo poder explicativo à condição urbana. As coisas acontecem *nas* cidades, mas muito raramente *por causa de* influências especificamente urbanas. Neste sentido, a geografia urbana era pouco mais do que um reflexo de processos sociais, com pouco efeito autônomo em si.¹ Por volta da década passada, principalmente como resultado do rigor de uma subdisciplina híbrida da economia geográfica, uma formidável percepção de que as cidades, em particular as geografias urbanas, produzem uma força gerativa que seria a causa primordial do desenvolvimento econômico, da inovação tecnológica e da criatividade cultural. Em

1. Obviamente, a grande exceção foi a Escola de Ecologia Urbana de Chicago, com sua ênfase no comportamento humano modelado pelo ambiente urbano. Aqui, no entanto, a força causal foi externa ao comportamento social e generalizada como sendo ambiental ou ecológica. O conceito mais recente de causalidade espacial urbana provém não de forças “naturais”, mas de geografias urbanas socialmente construídas (e, portanto, mutáveis).

uma reviravolta revolucionária, o que *grosso modo* denomina causalidade espacial urbana deixou de ser praticamente ignorado como um fator explicativo no desenvolvimento individual e societário para tornar-se, para alguns, a força motriz mais importante dando forma à história humana. Livros didáticos recentes começaram a chamar a esta força gerativa de Externalidades Jacobianas, em homenagem ao trabalho da urbanista Jane Jacobs, cuja obra *The Economy of Cities* (1969) é amplamente reconhecida por economistas vencedores do Prêmio Nobel e outros por promover a noção original do estímulo da aglomeração urbana,² ou aquilo que chamo de *synekism* em *Postmetropolis*.³

Outros termos usados para descrever este poder gerativo das cidades são *economias de urbanização* (com referência retroativa às antigas teorias de economias de aglomeração e de formação de distritos industriais de Alfred Marshall) e *buzz*, termo cunhado por Storper e Venables (2004) para designar o papel estimulador do contato face a face.⁴ Suponho que brevemente essas noções de causalidade espacial urbana evoluirão para um conceito novo e mais abrangente de *capital espacial*, acompanhando o recente desdobramento da noção relacionada de capital social.

2. *A virada espacial transdisciplinar nas ciências sociais e humanas*. A notável e inédita difusão do pensamento espacial – em especial o que se refere à causalidade espacial urbana – tem ajudado a atrair um público maior para as novas ideias sobre a geografia urbana, permeando quase todas as ciências sociais e humanas, bem como adentrando o pensamento marxista e socialista radical. Tal virada espacial foi inicialmente desencadeada em Paris, principalmente a partir das perspectivas espaciais transformativas de Henri Lefebvre e Michel Foucault, mas posteriormente

2. O economista Robert Lucas Jr. (1988), vencedor do Prêmio Nobel, prestigia Jacobs e emprega suas percepções para reconstruir o campo da economia desenvolvimentista, ao passo que Richard Florida, o empreendedor mais engajado em promover a causalidade espacial urbana por meio de seu trabalho junto à “classe criativa” (FLORIDA, 2002), também reconhece a inspiração de Jacobs e advoga que as suas ideias revolucionárias sobre o poder gerativo das cidades seriam merecedoras de um Prêmio Nobel. As Externalidades Jacobianas foram primeiramente identificadas e discutidas como tal em Glaeser *et al.* (1992), e o termo foi empregado mais recentemente em alguns poucos livros didáticos de economia geográfica, tais como Brakman *et al.* (2009), embora seja difícil encontrar muitas referências a elas em livros didáticos da economia dominante ou de geografia econômica.

3. *Synekism* (N.T.: sem correspondência em português) deriva da palavra grega *synoikismos*, significando coabitar com eficiência (*oikos* = lar, a raiz da economia, ecologia e equística, o estudo dos assentamentos humanos). *Synoikismos* foi empregado por Aristóteles, Tucídides e outros com referência à formação da cidade-Estado ou pólis, uma unificação de diversas comunidades. Em grego moderno, pode também significar “casamento”. Para uma discussão mais elaborada de *synekism* e o estímulo da aglomeração urbana, *vide Postmetropolis* e *Soja* (2000a e 2003a).

4. O subtítulo original do artigo sobre *buzz* era a “força econômica das cidades”, uma frase que foi retirada, segundo relato, por solicitação de um editor da revista que julgava que os leitores não entenderiam uma noção tão presunçosa e pouco familiar tal como “cidades gerando forças desenvolvimentistas”.

5. Muito desta história foi discutido em *Postmetropolis*, mas a profundidade e amplitude da virada espacial ainda não era discernível. Desde 2000, o crescente interesse transdisciplinar pelo espaço reformulou meus compromissos na escrita e na docência. Fui convidado mais frequentemente a ministrar aulas e palestras fora da geografia, da arquitetura e do planejamento do que propriamente nessas disciplinas tradicionalmente espaciais, e cada vez mais públicos surpreendentes apareciam, ansiosos por aprender mais acerca do espaço e do pensamento espacial. Essas áreas cada vez mais diversificadas incluem antropologia urbana, história e prática da arte, crítica literária e literatura comparada, estudos de educação e alfabetização, arqueologia teórica, estudos jurídicos críticos, teoria do cinema, estudos pós-coloniais, estudos da escatologia e da *Bíblia*, teologia política, poesia, contabilidade, estudos de organização, e estudos da mídia e comunicação. Para mais detalhes sobre isso, *vide* Soja (2008, 2010b, para teologia; 2002b, para arqueologia).

6. ESDP é discutida em Faludi e Waterhout (2002) e novas reflexões são feitas em Faludi (2009). Veja também Soja (2009d). Há 15 anos, teria sido quase inconcebível alguém até mesmo pronunciar a frase “perspectiva de desenvolvimento espacial”, muito menos vê-la sendo adotada como uma política pública formal da União Europeia.

perdeu força, após os eventos de 1968, e foi eventualmente descartada por ser supostamente incompreensível, ou pior, como uma heresia fetichista, mormente por pensadores espaciais marxistas, cuja nova economia política urbana deixava pouco espaço para a causalidade espacial. Essas novas vertentes no pensamento espacial foram retomadas no mundo anglofônico no início dos anos 1990, após a publicação em inglês da obra de Lefebvre, *The Production of Space*, em 1991, ano de sua morte, sendo que mais tarde elas rapidamente tomariam rumo entre as diversas disciplinas como primeiro caminho para a adoção e aplicação de uma perspectiva espacial contemporânea e crítica. Embora ainda não esteja claro o porquê desse ressurgimento no período em que ele aconteceu, pode-se afirmar hoje que nunca antes, pelo menos nos últimos 200 anos, uma sensibilidade espacial crítica teve tanta projeção e influência nos debates contemporâneos, tanto acadêmicos quanto populares.⁵

3. *O ressurgimento do interesse por regiões e regionalismo.* A crescente relevância do pensamento espacial não somente esteve atrelada a uma renovada atenção às questões urbanas, mas ainda estimulava e era estimulada pelo ressurgimento do interesse por regiões e regionalismo. Em uma das mais ambiciosas expressões de seu “novo regionalismo”, Michael Storper em *The Regional World* (1997) concebe regiões como comparáveis a mercados, estados e ao parentesco, como estruturas organizacionais fundamentais da sociedade humana, enquanto a rede de aglomerações gerativas que formam a *cidade-região* (*city region*), já em si um novo conceito, seria a primeira força motriz por trás da globalização e da nova economia. Após anos de submissão a um empreendedorismo nocivamente competitivo, movido mais por um desenfreado marketing urbano do que preocupado em reduzir a pobreza e a desigualdade, o planejamento regional do bem-estar está sendo reanimado no âmbito de um processo de planejamento espacial redefinido em múltiplas escalas, talvez melhor exemplificado pela Perspectiva de Desenvolvimento Espacial da União Europeia (ESDP), hoje uma política oficial em todos os países da UE.⁶ Estas novas abordagens regionais não são uma alternativa para um foco nas cidades mas constroem, em nossa compreensão do processo de urbanização e da metrópole moderna mutante, uma dimensão regional poderosa e mais explícita, a

ponto de agora podemos falar de um processo de *urbanização regional* que vem reformulando radicalmente a estrutura metropolitana existente.⁷

Apesar das extraordinárias oportunidades que oferecem para liderança intelectual nas ciências sociais espacializadas e nas humanas, os geógrafos, em sua maioria, não aceitaram de imediato esses extraordinários desdobramentos. Por exemplo, a nova ênfase na causalidade espacial urbana gera entre os geógrafos, não raro, uma nevrálgica recordação de feridas intelectuais associadas a antigas incursões por formas de um determinismo geográfico-ambiental, e uma precaução, senão um tabu, quanto a formas aparentemente exageradas de explanação geográfica. Explanação em geografia é uma coisa aceitável; explanação pela geografia já seria outra coisa. Quanto à virada espacial, em vez de encorajar e estender seu desdobramento, muitos geógrafos reagem perguntando cinicamente: que virada? Mas não fomos sempre espaciais? “Em todo caso”, dizem eles, “os novatos não fazem geografia tão bem quanto nós”, acomodados em suas ideias geográficas antiquadas e desatualizadas, ou então em metáforas superficiais, ainda que eruditas, como “mapeamento” disto ou daquilo, não percebendo as “reais” geografias subjacentes.⁸ Para esses geógrafos, o novo regionalismo também é visto como algo que não é tão novo, e suas ligações com o planejamento regional do bem-estar, alegam alguns mais radicais, nada mais são do que manipulações corporativas e dos poderes estatais neoliberais. Mesmo o renascimento da ciência regional, que se seguiu ao interesse renovado em regiões, é considerado por alguns geógrafos como apenas mais uma tentativa grandiosa de absorver a geografia em seu estrato nominal e pseudocientífico.⁹

A crescente relevância do pensamento espacial não somente esteve atrelada a uma renovada atenção às questões urbanas, mas ainda estimulava e era estimulada pelo ressurgimento do interesse por regiões e regionalismo

7. Voltarei a este conceito de urbanização regional posteriormente neste ensaio.

8. Um debate bastante fútil, que desviou a atenção do progresso do nosso entendimento de economias de urbanização e das Externalidades Jacobianas, envolveu geógrafos que criticavam os economistas geográficos, especialmente o ganhador do Prêmio Nobel Paul Krugman, por usarem ideias geográficas desatualizadas e por se atrelarem a uma forma de imperialismo acadêmico. Para uma introdução a estes debates e para a resposta mais recente de Krugman, *vide* Martin (1999), Mäki e Marchionni (2010) e Krugman (2010). Exemplificando o olhar crítico dos geógrafos econômicos sobre o conceito de *clusters*, e praticamente ignorando os debates pioneiros intimamente relacionados aos estímulos da aglomeração urbana pelos economistas geográficos, *vide* Asheim, Cooke e Martin (2006).

9. Esta desconfiança dos geógrafos sobre a nova ciência regional se refere às preocupações sobre o imperialismo acadêmico discutido em Mäki e Marchionni (2010), mencionados na nota anterior.

Um dos meus objetivos neste trabalho, conforme reexploro algumas das ideias e temas que apresentei há mais de dez anos em *Postmetropolis*, é encorajar mais geógrafos a deixarem de lado seus velhos tabus e reservas e se engajarem entusiasticamente nesses novos e excitantes desdobramentos, não apenas como seguidores, mas como lideranças intelectuais.

Uma breve retrospectiva de Postmetropolis 2000

A obra *Postmetropolis* foi, grosso modo, dividida em três partes, intencionalmente refletindo a tríade de Lefebvre de práticas espaciais percebidas (coisas no espaço), representações do espaço concebidas (pensamentos sobre o espaço) e o nunca inteiramente apreensível e muitas vezes encoberto mundo dos espaços vividos, o equivalente espacial dos tempos vividos, como aqueles das biografias ou histórias sociais. Enfatizando o aprendizado a partir das geografias concretas, a Parte I envolveu uma retrospectiva dos debates sobre a origem das cidades, baseada nos argumentos de Jacobs (1969) e em meu próprio conceito de *synekism*, discutindo os estímulos provenientes da aglomeração urbana. Esse caminho levou a uma geohistória da urbanização radicalmente revista, marcada por três revoluções geradas a partir do urbano, sendo a primeira associada ao desenvolvimento da agricultura; a segunda, ao surgimento dos estados centralizados; e a terceira, à emergência do capitalismo industrial (urbano). A ideia básica era ver quais novas descobertas empíricas poderiam surgir ao privilegiar uma perspectiva espacial crítica, ou parafraçando Jacobs, ao colocar em primeiro lugar a causalidade espacial urbana. A inspiração de toda a Parte I foi a assertiva de Jacobs de que, sem as cidades, seríamos

Quanto à virada espacial, em vez de encorajar e estender seu desdobramento, muitos geógrafos reagem perguntando cinicamente: que virada? Mas não fomos sempre espaciais?

todos pobres, teríamos permanecido na condição de caçadores e coletores nômades como fomos durante quase toda a história do *homo sapiens*.

A Parte II deu um salto para o presente para examinar os processos de reestruturação urbana que vêm reformulando as metrópoles modernas nos últimos quarenta anos. Elaborei, a partir de uma discussão anterior daquilo que denominei “Seis discursos sobre a pós-metrópole”, seis diferentes maneiras de se olhar para as profundas transformações urbanas que aconteceram desde os anos 1960. A ênfase aqui está nos pensamentos sobre o espaço (representações e interpretações) em vez das coisas materiais no espaço (práticas espaciais). O termo pós-metrópole foi empregado como um conceito composto, propositalmente vago, que se refere aos diversos aspectos da mudança urbana que foram identificados e às literaturas específicas e espacialmente ricas (discursos) que emergiram do esforço de dar um sentido prático e teórico a essas mudanças.

Parabólica no quintal.

Nanquim sobre papel, 2010

Os dois primeiros desses discursos representacionais foram explanatórios e causais, amalgamando ideias sobre a formação de uma nova e flexível economia pós-fordista altamente informativa; a globalização do capital, do trabalho, e da cultura, e a revolução complementar nas tecnologias da informação e das comunicações. Os dois discursos seguintes contemplaram os efeitos sociais e espaciais desses novos processos de urbanização, enfatizando a crescente diversidade cultural, as desigualdades econômicas e a polarização social crescentes, além das formas e funções urbanas mutantes. Os dois últimos, par final dos discursos, abordam as adaptações duras e fáceis à nova e cada vez mais volátil condição urbana, um deles envolvendo o urbanismo obsessivo com a segurança e o encastelamento da vida urbana, e o outro focalizando o uso de hiper-realidades simuladas para distrair a atenção dos problemas urbanos contemporâneos.

Em 2000, eu não sabia ao certo como descrever o que estava surgindo desses discursos sobre a “transição pós-metropolitana”. Por isso, identifiquei seis representações discursivas entrelaçadas da cidade contemporânea, e argumentei que todas as seis precisariam ser compreendidas conjuntamente, sem que esta ou aquela fosse considerada “a mais” importante. Hoje, estou muito mais confiante ao descrever essa transição mais especificamente como uma mudança profunda de um modo metropolitano de urbanização para algo que seria mais bem definido como urbanização regional. Como muito do que discuto neste ensaio, a identificação desta mudança profunda na natureza do processo de urbanização se origina e se sustenta nos três desdobramentos do século XXI mencionados anteriormente.

A Parte III de *Postmetropolis* colocou-me um desafio praticamente impossível: como ilustrar o significado completo de “espaço vivido”, ou aquilo a que denominei “terceiro-espaço” (*thirdspace*) (SOJA, 1996), voltando-me para Foucault e Lefebvre. Exatamente como o “tempo vivido” biográfico de alguém nunca seria completamente conhecível, assim também o mesmo se aplicaria ao espaço vivido (igualmente biográfico). Para falarmos minimamente de espaço vivido, é preciso selecionar e fazer escolhas entre as infinitas variedades de características, eventos e possibilidades, na esperança de produzir novos incrementos de conhecimento. Selecionei os eventos da Primavera de 1992 em Los Angeles, hoje conhecidos como *Justice Riots* [motins por justiça], para abrir uma janela sobre o que foi discutido nos capítulos anteriores.

A discussão se baseou em trechos sequenciais e cuidadosamente selecionados de muitas e diversas fontes, inclusive um poema em prosa de minha autoria.

O último capítulo tornou-se uma reflexão crítica sobre a pós-metrópole em crise ou, como a descrevi, a mudança de décadas de reestruturação gerada por crises, para uma nova era de crises geradas pela reestruturação, ou seja, revoltas, motins e agitação que são uma resposta direta às novas condições pós-metropolitanas, ou àquilo que alguns chamam de urbanismo pós-moderno. Voltando o olhar para o quadro lúgubre que eu estava pintando da pós-metrópole, e tentando evitar explicações simplistas que culpariam o capitalismo neoliberal por todos os problemas do mundo, procurei encontrar algum fio de esperança, algum sinal de que as opressões, injustiças e desigualdades que se multiplicaram desde os anos 1960 poderiam melhorar, se não pudessem ser apagadas. Na época, não percebi que isso desencadearia mais dez anos de pesquisa e escrita, levando à publicação de *Seeking Spatial Justice* em 2010.

Mas chega de olhar para trás. O que veremos agora são algumas atualizações e revisões.

Parte I: Antes – e após – Çatalhöyük

Ao refletir sobre as recentes descobertas arqueológicas, bem como novas avaliações sobre os efeitos gerativos da urbanização, pode-se argumentar com mais firmeza que aquilo que denominei *synekism* – os efeitos estimulantes da aglomeração urbana – tem sido o fator primordial no desenvolvimento de todas as sociedades humanas por cerca de 12.000 anos, agora cada vez mais reconhecido como o tempo em que os primeiros assentamentos urbanos – as primeiras geografias urbanas intencionalmente criadas – começaram a se formar. Desde a era dos bandos de caçadores e coletores, cada sociedade humana foi influenciada pela existência de assentamentos urbanos permanentes, tornando a ausência de uma significativa causalidade espacial urbana na teoria social, na filosofia e na ciência ocidentais ainda mais surpreendente. A investigação dos debates sobre as origens das cidades não é somente uma espécie de concurso para se achar qual cidade veio primeiro, mas oferece uma oportunidade de acrescentar uma dimensão espacial significativa a esses debates e aprimorar a compreensão, com fins históricos e contemporâneos,

10. É tentador chamar a este salto de grande escala primeiro *big bang* do desenvolvimento societário humano, um afastamento da acomodação de uma crua condição natural para o “cozimento” de uma natureza transformada, o espaço socialmente construído de assentamentos humanos permanentes.

11. A literatura mais contemporânea sobre caçadores e coletores pode ser retrospectivamente projetada até esse momento das origens urbanas. Hoje é amplamente aceito que caçadores-coletores muitas vezes encontravam sustento com certa facilidade, especialmente em áreas como as terras altas da Anatólia neolítica, onde plantas e animais selvagens eram especialmente abundantes. Quase certamente, a agricultura e a domesticação de animais eram conhecidos dos mais antigos caçadores-coletores que moravam em cidades, mas a agricultura plenamente desenvolvida se tornou necessária somente ao longo do tempo, quando a reprodução de assentamentos urbanos permanentes fez com que se buscassem novas fontes de alimentos e outras necessidades básicas mais urgentemente. Pensando espacialmente, também faz pouco sentido para fazendeiros (ou, neste caso, caçadores e coletores) se aglomerarem em um local. A vantagem básica da aglomeração era concernente ao comércio, especialmente de produtos pesados como pedras.

dos efeitos gerativos da aglomeração urbana sobre o desenvolvimento econômico, a inovação tecnológica e a criatividade cultural.

Rígidas crenças canônicas sobre as origens sumérias posteriores das cidades persistem e estão associadas aos contínuos pressupostos que consideram a urbanização mais como um efeito do que uma causa, estabelecendo um elo entre o surgimento das cidades e certas justificativas como mudança climática, a emergência da língua escrita (e, portanto, a história, e não a “pré-história” escrita), a expansão da agricultura irrigada, o necessário acúmulo de um excedente de alimentos e o surgimento da civilização (eurocentricamente definida). O que vem se revelando cada vez mais, no entanto, é que a urbanização e o desenvolvimento agrícola (não simplesmente a domesticação das plantas) evoluíram em conjunto numa relação mutuamente estimulante pelo menos 6.000 anos antes da construção de cidades sumérias; que os assentamentos urbanos mais antigos foram formados por caçadores e coletores relativamente igualitários, com enorme habilidade para construções em pedra e artes visuais; que houve um salto em escala dos assentamentos de curto prazo em locais propícios de no máximo 300 pessoas para redes de centros urbanos ligados ao comércio de até 10.000 habitantes;¹⁰ e que o modelo de evolução das aldeias, pelo qual as aldeias agrícolas cresciam em tamanho até que se tornassem cidades, é pura mitologia com pouca ou nenhuma comprovação. Em vez da agricultura levando à urbanização, o inverso – ou pelo menos sua evolução paralela – está se tornando mais provável.¹¹

Eram cidades esses antigos assentamentos urbanos? Se ficarmos confinados a uma rígida crença de que cidades e civilizações surgiram somente com a escrita, irrigação em larga escala e divisões de trabalho mais elaboradas, então observaremos que grandes locais antigos como Jericó e Çatalhöyük seriam anomalias, experimentos inexplicáveis, mas não exatamente bem-sucedidos na criação de cidades. Todavia, se definirmos as cidades como aglomerações mensuráveis e relativamente permanentes que podem gerar novas ideias em tecnologia, em atividade econômica e nas artes, então pelo menos os antigos assentamentos de maiores proporções merecem ser chamados de cidades. Mesmo deixando de lado o modo como cidade é definida, sempre uma questão controversa e confusa, resta hoje pouca dúvida de que a extraordinária inventividade e inovação – na produção agrícola e

na criação de animais, no desenvolvimento de crenças religiosas e nas distintas culturas humanas, na metalurgia, no adorno pessoal, na produção de cerâmica, de tapetes, nas artes plásticas e representativas – surgiu do estímulo da aglomeração urbana, e esses efeitos gerativos continuaram

Para falarmos minimamente de espaço vivido, é preciso selecionar e fazer escolhas entre as infinitas variedades de características, eventos e possibilidades, na esperança de produzir novos incrementos de conhecimento

operando, até o presente, como uma fonte primária de desenvolvimento e de mudança da sociedade. Esta explicação espacial não nega a importância dos fatores ambientais, tais como a mudança climática, mas ainda assim coloca em primeiro lugar a urbanização, insistindo que os efeitos dos fatores ambientais e eventos “naturais” sejam vistos no contexto social da produção do espaço urbano.

Uma nova geografia do antigo processo de urbanização vem surgindo a partir de evidência arqueológica recente. Os primeiros assentamentos começaram bem a leste de Çatalhöyük, o foco da discussão em *Postmetropolis*, em uma área central sul da Anatólia, onde parece que o assentamento urbano e o total desenvolvimento agrícola andavam lado a lado, dando início a uma evolução paralela de desenvolvimento econômico e de urbanização que prosseguiria por 12.000 anos. O ponto de partida agora ficou claro, tanto que já há alegações de que o Jardim do Éden foi finalmente descoberto, e que este mito das origens tão sustentado se relaciona simbolicamente à mudança revolucionária da caçada para a agricultura baseada na urbanidade. Hoje, Göbekli Tepe é considerada a construção humana permanentemente mais antiga de que se tem notícia, uma resplandecente coleção de pelo menos 35 colunas de calcário que encimam mais de doze círculos de pedra.¹² É difícil imaginar, mas este local de uma cantaria em larga escala e extraordinariamente avançada foi construído por caçadores e coletores cada vez mais sedentários, e antecedeu as pirâmides egípcias e Stonehenge em mais de 8.000 anos, assim como as primeiras cidades-Estado da Suméria em pelo menos 6.000 anos.

12. Klaus Schmidt, o arqueólogo alemão que liderou as escavações e interpretações de Göbekli Tepe, não identifica qualquer assentamento permanente no local, mas nas cercanias há evidência de uma ocupação humana relativamente densa, e a 15 quilômetros encontra-se a antiga Urfa, hoje Şanlıurfa, estabelecida aparentemente há 11.000 anos, que ainda existe hoje como uma cidade de aproximadamente meio milhão de habitantes. Se significantes interrupções em sua existência não tivessem ocorrido, Urfa seria a cidade continuamente habitada mais antiga do mundo. Para uma visão geral de Göbekli Tepe e os debates especulativos que gerou, ver Curry (2008).

Os notáveis e ainda controversos achados em Göbekli Tepe sugerem que locais de cerimônias de adoração, realizadas de forma monumental, precederam ou ocorreram simultaneamente a assentamentos humanos permanentes. O que este local também confirma é que a transformação social de ambientes naturais, associada à criação de aglomerações urbanas, foi iniciada por caçadores e coletores, e foi o que propiciou, e não seguiu, uma revolução agrícola. É interessante notar que, não longe de Göbekli Tepe, foram encontradas as “plantações fundantes” originais das espécies mais remotamente cultivadas de vários grãos e legumes, inclusive trigo selvagem (*einkorn wheat*), a espécie que precedeu o trigo moderno. Como já mencionei em *Postmetropolis*, esta área do centro-sul da Anatólia foi também o primeiro local em que ocorreu a domesticação de ovelhas, porcos, cabras e gado, além de plantações de uvas, olivas, cevada, feno, trigo comum, ervilhas, favas, lentilhas e linhaça (*Postmetropolis*, p. 22).

A despeito das várias evidências que fundamentam a evolução simultânea da urbanização e da agricultura, persiste uma grande resistência a diversas ideias fundamentais: 1) que o desenvolvimento da agricultura em larga escala e a produção de um excedente social de alimentos precisavam do estímulo da aglomeração urbana, e não o contrário; 2) que os caçadores-coletores igualitários e comerciantes, e não fazendeiros, produziram as primeiras cidades, não por meio de um crescimento progressivo das ideias, mas por um salto em escala a partir de pequenos assentamentos semipermanentes; e 3) que assentamentos como Jericó e Çatalhöyük merecem ser chamados de cidades, e não meras aldeias (agrícolas) que cresceram demais.

Entretanto, descobertas recentes quanto aos efeitos gerativos das cidades aliados à virada espacial sem precedentes e a alguns aspectos do novo regionalismo estão finalmente enfraquecendo esta resistência canônica. De certa forma comparável ao que aconteceu nas ciências da terra quando teorias de placas tectônicas revolucionaram um pensamento anterior a respeito do deslocamento continental, a crescente pesquisa em forças econômicas, políticas e culturais provenientes de geografias urbanas provavelmente levará a mudanças radicais tanto na economia do desenvolvimento contemporâneo quanto na geografia humana crítica, bem como na arqueologia, paleoantropologia e geo-história das sociedades humanas.

O ocorrido na Suméria há 6.000 anos (e cerca de 6.000 anos após Göbekli Tepe) não foi o início da primeira e única Revolução Urbana, como os livros didáticos ainda relatam, mas o desenvolvimento gerado pelo fator urbano do Estado centralizado e seu acompanhamento: a sociedade hierarquicamente organizada (SOJA, 2009b). A formação do Estado – a emergência da cidade-Estado ou pólis – foi associada a um outro importante salto na escala urbana, do máximo provável de 15.000 nas cidades neolíticas a novas e concorridas cidades muradas e expansivas que, em sua forma imperial, poderiam alcançar centenas de milhares de habitantes, como em Roma, no norte da China e na região central mexicana.¹³

O que também está ficando claro é que os Estados baseados em cidades (ou cidades baseadas em Estados) da Mesopotâmia foram resultado de uma longa evolução de antigas zonas de urbanização que se estenderam de oeste a leste da Anatólia até o Vale do Indo e, ao sul, atravessando o Levante até o Vale do Nilo. Embora não exista ainda uma literatura específica acerca disso, em breve será possível traçar na longa transição entre a primeira e a segunda revoluções urbanas, conforme minha definição, não somente o surgimento do Estado centralizado, mas ainda de diferenças de classe, do patriarcalismo, do uso da língua escrita, de fortificações defensivas incluindo muros de cidades, da reorganização de geografias urbanas e das mais antigas expressões de princípios democráticos. Os pontos de partida para este processo evolutivo incluem Jericó no Levante e Çayönü, e talvez Urfa, na região sudeste da Anatólia, cada uma com pelo menos 11.000 anos, fundadas por caçadores e coletores relativamente igualitários; mas o maior e quase certamente o mais gerativo de todos os locais urbanos neolíticos conhecidos continua sendo a “sinecista” aglomeração de Çatalhöyük.¹⁴

Ainda há muito por dizer sobre a atualização das discussões de origens urbanas do Estado, o desenvolvimento posterior

13. Em muitas partes do mundo, desde a antiga América Central maia à costa do Peru e do Equador e até a China e Sudeste Asiático, e mesmo na América do Norte e no leste da Europa, arqueólogos vêm encontrando provas muito mais antigas de urbanização do que tradicionalmente se pensou ser possível. Entretanto, a ideia de que a agricultura veio antes e que ela foi essencial para a formação das primeiras cidades permanece tão forte que deparar com a urbanização e a agricultura evoluindo lado a lado ainda surpreende muitos arqueólogos e estudiosos da pré-história.

14. Soja (2000a, 2002d). Preciso acrescentar um comentário final sobre Çatalhöyük, que visitei pela primeira vez em 2004. Eu havia tomado conhecimento de dois argumentos que contradiziam o que eu havia abordado em *Postmetropolis*, ambos envolvendo a extraordinária pintura parietal que eu alegava ser a primeira ilustração consciente do espaço-cidade ou geografia urbana, a segunda natureza criada que se origina de assentamentos urbanos permanentes. Alguns observadores diziam que o mural não poderia ter ilustrado o grande vulcão Hassan Dag, que estava muito longe para ser avistado. Dizem que talvez ele tenha sido pintado de memória por migrantes de outros assentamentos mais próximos da fonte vulcânica da valiosa obsidiana. Outros, às vezes inclusive o principal arqueólogo, Ian Hodder, já diziam que o mural não era uma ilustração do assentamento, mas um desenho abstrato, talvez de um leopardo. Depois de algumas dúvidas, eu fiquei ainda mais convencido de que os meus primeiros argumentos estavam corretos quando subi até o topo do sítio de escavações de Çatalhöyük e olhei para o sul. A colina se estendia até o seu máximo à direita e esquerda de onde eu me encontrava, enquanto, bem à minha frente, estariam os telhados de dezenas de casas espalhadas pela planície abaixo. A distância, mas aparentemente perto, havia outro vulcão com dois picos parecendo muito com o mural. Era o Kara Dag e não o Hassan Dag, sendo que eu descobriria mais tarde que ele também era uma fonte de obsidiana, ou vidro vulcânico. O que eu vi à minha frente era a cena que parecia a cópia exata do que havia sido pintado no mural. Eu nunca me senti tão convencido daquilo que eu havia escrito em *Postmetropolis*.

da Revolução Industrial e o surgimento daquilo que deveria sempre ser descrito como capitalismo industrial urbano. O ponto básico, no entanto, é a reativação destas discussões provenientes dos três desdobramentos inovadores e gerativos mencionados anteriormente. Após dois séculos de relativa negligência, as interpretações espaciais do desenvolvimento humano e societário estão pelo menos recebendo igual atenção em interpretações sócio-históricas, o que está levando a novas descobertas radicalmente inovadoras sobre a importância das geografias urbanas.

Parte II: Urbanização regional e o fim da Era da MetrÓpole¹⁵

15. Meus escritos sobre este tÓpico desde 2000 incluem Soja (2011a, 2011b, 2010a, 2009a, 2009d, 2005).

16. As Nações Unidas agora coletam dados sobre tamanhos de cidades baseados em cidades-região (*city regions*) e não em áreas metropolitanas ou definições a partir de termos como "Grande". O Bureau do Censo Americano vem também dando maior ênfase a medições em "áreas urbanizadas", uma vez que categorizações anteriores de áreas estatísticas metropolitanas ficam complicadas com o crescimento de redes regionais de cidades. Se todas as velhas regras fossem seguidas, muitas regiões urbanas consideradas áreas estatísticas definidas pelo Censo necessitariam ter sete ou oito cidades oficialmente indicadas. É também interessante e sintomático que informações sobre cidades menores norte-americanas sejam censoadas tendo como base suas "aglomerações" (*clusters*).

Da mesma forma que os debates sobre a geo-história do espaço-cidade (*cityspace*) estão promovendo revisões radicais de nossas noções das formas mais remotas de urbanização, assim também o nosso entendimento dos processos de reestruturação urbana dos últimos 30-40 anos vem propiciando novos e extraordinários desdobramentos em nosso pensamento a respeito de cidades contemporâneas e do processo de urbanização. À frente desses desdobramentos, na minha perspectiva, esteve a identificação de um processo de urbanização *regional* policêntrica, acompanhado por um relativo declínio do que pode ser descrito como um modelo distintamente *metropolitano* de crescimento e de mudança urbanos. A literatura urbana dominante ainda não reconheceu este modelo regional de urbanização de forma explícita, mas há sinais de que a transformação da urbanização metropolitana para a regional e o uso de termos associados tais como cidades-região e cidades regionais crescerão em importância para a análise geográfica urbana ao longo da próxima década.¹⁶

Um novo regionalismo foi reconhecido em *Postmetropolis* como uma característica fundamental do que denominei transição pós-metropolitana, mas a importância e a direção desta regionalização do urbano foram deixadas em aberto e sem especificação. Hoje estou convencido de que o que tem acontecido com as cidades

ao longo dos últimos trinta anos pode ser mais bem descrito como uma mudança paradigmática na verdadeira natureza do processo de urbanização. Embora ainda em seus estágios primários, o processo de urbanização regional avançou o suficiente em algumas áreas metropolitanas para que as suas características definidoras fossem reconhecidas e analisadas, e para que os estudiosos urbanos começassem a entender que a era da metrópole moderna pode estar terminando, criando uma crescente necessidade de novas estruturas para a compreensão e estudo das cidades e geografias urbanas. Antes de adentrarmos o processo de urbanização regional com mais detalhamento, seria interessante começar com a emergência do modelo metropolitano a partir da cidade capitalista industrial dos primórdios, mais centralizada.

Há alegações de que o Jardim do Éden foi finalmente descoberto, e que este mito das origens tão sustentado se relaciona simbolicamente à mudança revolucionária da caçada para a agricultura baseada na urbanidade

Da urbanização centralizada para a metropolitana

A forma metropolitana de urbanização foi dominante por tanto tempo que muitos partem do pressuposto de que ela é a única forma moderna de crescimento e transformação das cidades. Este pensamento estancou em nossa imaginação urbana o dualismo urbano-suburbano característico que somente começou a tomar forma no final do século XIX. Estou me referindo à divisão convencional da metrópole em dois mundos: um denso núcleo urbano, recheado de culturas heterogêneas, grossas camadas de interação social, concentrações de entretenimento e oportunidades de compras, além de crime, drogas, intrigas e pobreza; e, em contraste, um mundo suburbano, periférico e extensivo, onde um estilo de vida muito diferente é encontrado, muito mais homogêneo em matéria de classe e raça, preenchido de casas isoladas, jardins e famílias com filhos, todos



Pássaros no Fim da Tarde.
Nanquim sobre papel, 2010

dependendo de um grande número de automóveis e eletrodomésticos para quase todo aspecto da vida cotidiana.

A literatura sobre estudos urbanos reflete diretamente esta divisão dicotômica dos mundos urbanos. Este dualismo urbano-suburbano foi tão tenaz em sua influência sobre o nosso modo de pensar a cidade que, mesmo quando suas características essenciais começaram a desaparecer, como foi o caso nestes últimos trinta anos, as mudanças continuam despercebidas ou são então reabsorvidas dentro das mesmas velhas categorias dualistas. É interessante notar que algo muito semelhante ocorreu há um século, quando o modelo metropolitano emergiu de uma cidade muito mais centralizada, como era a cidade industrial capitalista do século XIX.

Mesmo quando o desenvolvimento metropolitano avançava à sua volta, os estudiosos da Escola de Chicago desenvolveram modelos inovadores que se aplicavam não à Chicago de então, mas à forma urbana capitalista industrial do século XIX que ainda sobrevivia: compacta, densamente centralizada, com forças centrípetas e centrífugas emanando quase que totalmente da aglomeração residencial e industrial no centro pululante da cidade. Esta era literal e figurativamente “a cidade”, e foi esta cidade que dominou os estudos urbanos e, em especial, a teoria espacial urbana e a geografia urbana, largamente adentrando a era da metrópole moderna.¹⁷ Como o modelo metropolitano dos nossos dias, os modelos da Escola de Chicago eram altamente idealizados e fizeram parecer que este era o único modo pelo qual as cidades cresciam.

O que discuto primeiramente é que a urbanização metropolitana precisa ser reconhecida como uma fase distinta no desenvolvimento da cidade capitalista industrial; em segundo lugar, que se originou de uma fase anterior de um urbanismo industrial mais centralizado, que nunca se apagou por completo; e, finalmente, que este modo metropolitano de crescimento urbano está agora sendo suplantado e reconstituído, trazendo à tona uma nova fase de urbanização regional multiescalar.

17. Certamente os geógrafos urbanos logo tentaram desenvolver variações dos clássicos modelos da Escola de Chicago, reconhecendo, por exemplo, os múltiplos núcleos que surgiam, especialmente com a suburbanização em massa. No entanto, o modelo clássico, com suas zonas concêntricas e ligações radiais, persistiu com poucas alterações na maioria das disciplinas dos estudos urbanos.

Urbanização regional em ascensão

A frente deste processo de urbanização regional vem se observando uma crescente convergência de densidades entre as áreas urbana e suburbana. Os acentuados gradientes de densidade metropolitana que se estendem para além dos velhos centros urbanos estão se achatando enquanto densidades mais altas alcançam os subúrbios espraiados onde a baixa densidade existia em outras épocas. Tal incremento nos gradientes de densidade normalmente significava um relativo declínio da densidade (bem como da população) nas áreas centrais, enquanto os antigos subúrbios passavam por adensamentos significativos, mais frequentemente por meio de um padrão de urbanização por ocupação de espaços vazios do que mediante o espraiamento em direção às áreas limítrofes. À medida que se adensa, o que era um subúrbio relativamente homogêneo vem sendo cada vez mais diferenciado, tornando-se mais parecido com o velho núcleo urbano.

Numa reviravolta quase oximorônica, o subúrbio está sendo crescentemente urbanizado enquanto a metrópole monocêntrica moderna se metamorfoseia em uma cidade regional policêntrica, abrangendo uma rede amplamente distribuída de aglomerações de variados tamanhos – uma nova geografia urbana.



Sem título.
Técnica mista, 2012

Um vocabulário distinto surgiu para descrever esta transição pós-metropolitana, conforme minha denominação em 2000. Os assentamentos avançados do pós-subúrbio que surgiram foram descritos como cidades limítrofes, cidades externas e metrourbes, ao passo que para além da velha fronteira da *hinterland* há uma confusa variedade de exurbes, áreas urbanas e assentamentos periurbanos. Conforme o gradiente de densidade aumenta, a urbanização periférica traz consigo uma heterogeneidade econômica e cultural crescente, um aumento de populações imigrantes e praticamente tudo o que for tradicionalmente associado às áreas centrais, apagando do mapa o que já fora uma fronteira de identificação relativamente fácil entre o mundo urbano e o suburbano.¹⁸ Em *Postmetropolis*, empreguei o termo “exópole” para descrever esta morfologia urbana mutante, com a jocosa percepção de seu duplo sentido tanto como “externo” (urbanização periférica) e “ex” como “não mais”, a ex-cidade, uma nova forma urbana bem diferente da antiga. A exópole é agora integrada à ideia de urbanização regional.

Enquanto cidades periféricas se adensam praticamente por toda parte, as áreas centrais passam por muitas tendências diferentes, embora quase todas as maiores cidades-região do mundo tenham passado por algum tipo de “esvaziamento” ou densidade decrescente nas primeiras fases de reestruturação e desindustrialização. Dois casos extremos e contrastantes de emigração da cidade central são Detroit e Osaka, cada uma tendo perdido mais de meio milhão de residentes do núcleo urbano. Enquanto Detroit se tornou um símbolo de decadência urbana, o núcleo urbano de Osaka prospera, apesar de contar com muito poucos residentes. Em muitas outras cidades-região globalizadas, após um esvaziamento de populações domésticas, o centro se preencheu novamente com um grande número de imigrantes, sendo alguns dos exemplos mais destacados as cidades de Los Angeles, Nova York, Londres, Paris e Amsterdam.¹⁹

As experiências altamente variadas de áreas centrais vieram acompanhadas de uma crescente e, não raro, obsessiva preocupação com os centros em fase de declínio e um desejo, aparentemente endêmico, de renascimento e retomada de desenvolvimento. A urbanização regional policêntrica tornou os núcleos urbanos centrais muito mais instáveis e imprevisíveis, levando a um *marketing* urbano

18. Uma pesquisa comparativa rigorosa é hoje muito necessária, sobre as múltiplas formas que os subúrbios, antes homogêneos, estão agora tomando, desde redutos resistentes que protegem seus tradicionais valores suburbanos e seus ambientes construídos por meio de associações de moradores, até áreas onde as “comunidades” são completamente cercadas e vigiadas, como também cidades confinadas nas periferias que crescem rapidamente e nas quais as pessoas precisam viajar por mais de duas horas a cada ida e volta para trabalhar, e mesmo aquelas que são essencialmente cidades suburbanas oximorônicas, sendo algumas, como Orange County (adjacente a Los Angeles) e o Vale do Silício (sendo San Jose hoje a maior cidade da Bay Area amplamente definida) podem abrigar vários milhões de habitantes.

19. Com o intenso crescimento populacional de suas áreas centrais e periféricas, Los Angeles tornou-se um protótipo do processo de urbanização regional. Em 1990, Los Angeles ultrapassou Nova York no quesito área mais densamente urbanizada dos Estados Unidos, uma mudança notável considerando que Los Angeles foi provavelmente a menos densa metrópole americana em 1960. Desde então, a população da região urbana de L.A. cresceu em 8 milhões de pessoas, aproximadamente. Para mais informações sobre densidades urbanas, *vide Demographia*, 1990 US Urbanized Area Density Profile, disponível em: <<http://www.demographia.com/db-porta.htm>>.

agressivo e a esforços para dar uma marca às cidades, deslocando o investimento, a política e o planejamento públicos de uma ênfase nas necessidades sociais básicas para um empreendedorismo altamente competitivo, utilizando recursos públicos de forma quase desesperada para atrair novos investimentos privados e a atenção de turistas. Em uma das tragédias mais irônicas da urbanização regional, enormes recursos públicos estão sendo desviados de esforços dedicados ao problema da pobreza, dos sem-teto e da desigualdade justamente numa época em que estes problemas passaram a ser mais significativos do que nunca. Um sombrio “planeta de favelas” (DAVIS, 2007) e um planejamento obcecado pelo desenvolvimento de “cidades criativas” (SCOTT, 2006) e os “efeitos Bilbao” estão entre os vários subprodutos da urbanização regional.

Possivelmente há concentricidades residuais e irradiações nas cidades-região reconstituídas pelo mundo e certamente persistem grandes faixas de subúrbios tradicionais. A metrópole moderna, no entanto, ficou cada vez mais “sem limites”, e muitas de suas antigas estruturas espaciais e delimitações sociais e culturais tiveram sua força reduzida. Velhas geografias raciais e de classe estão ficando mais miscigenadas e heterogêneas, enquanto novos enclaves de culturas imigrantes brotam de uma geografia urbana reformulada que muitos percebem ser muito mais caótica e ameaçadora do que antes.²⁰ Uma sensação endêmica de medo, cultivada em grande parte pela nova geografia urbana perturbadora e desconhecida, levou ao que Davis (1990) chamou de urbanismo obsessivo com a segurança, cheio de fortalezas, muros, cercas elétricas, comunidades enclausuradas e guardadas a poder de fogo, câmeras de vigilância, e uma sensação de perigo iminente.

Para piorar estas condições amedrontadoras, houve ainda a continuidade ou mesmo o aumento da polarização cultural, política, econômica e social. A concentração de riqueza naquele um por cento mais rico da população e o crescimento simultâneo de populações vivendo no limiar ou abaixo do nível de pobreza alcançaram níveis incomparáveis e certamente aumentaram desde o ano 2000 nos Estados Unidos e em vários outros países. Assim também, o antagonismo entre as populações imigrantes e domésticas, que aumentou em quase todas as 500 regiões urbanas de mais de um milhão de habitantes que concentram a população, a riqueza e a capacidade inovadora do mundo. Encabeçam a lista os Estados Unidos, que hoje

20. Tudo isso confunde a mensuração estatística agregada da segregação. Da mesma forma que pequenos aumentos na renda média ao longo do tempo podem mascarar a polarização da renda pronunciada, com grandes aumentos das populações pobres, e em menor grau das populações muito ricas, assim também os índices dos níveis de mudança na segregação são muitas vezes enganosos, dado que a segregação racial aumenta e diminui simultaneamente por várias razões diferentes.

apresentam o maior abismo entre ricos e pobres de sua história, sendo que estas e outras forças polarizadoras até pioraram desde o colapso econômico em 2008.

Desde 2000 está ficando cada vez mais claro que as maiores cidades-região do mundo não são apenas a força motriz primária que impulsiona a economia global, mas são também altamente voláteis e geradoras de problemas fundamentais de desigualdade e injustiça. Independentemente

de como os novos processos de urbanização são definidos, pode-se argumentar que, após trinta anos ou mais de reestruturação gerada pela crise, entramos numa era de crises geradas pela reestruturação, com várias formas de agitações e rebeliões sociais, bem como uma recessão global cada vez mais profunda e derrocadas financeiras que são estimuladas diretamente pelo que venho descrevendo como processo de urbanização regional.

Mesmo quando o desenvolvimento metropolitano avançava à sua volta, os estudiosos da Escola de Chicago desenvolveram modelos inovadores que se aplicavam não à Chicago de então, mas à forma urbana capitalista industrial do século XIX

As múltiplas escalas da urbanização regional

A extensão dos efeitos da urbanização regional se traduziu numa expansão em escala bem além dos antigos limites do entorno da metrópole moderna. A urbanização metropolitana ocupou uma escala singular, entre o urbano ou municipal e a escala regional subnacional. A urbanização regional não somente pode ser definida em múltiplas escalas do local ao global; pode-se também argumentar de forma persuasiva que uma peculiar convergência escalar vem ocorrendo no crescimento de cidades-região ou cidades regionais. As escalas urbana, metropolitana e regional subnacional parecem estar se amalgamando em muitas partes do mundo, resultando no surgimento do que alguns agora chamam de regiões de

megacidades, megarregiões, regiões megalopolitanas, galáxias regionais ou mesmo regiões-Estado, imensas redes regionais de aglomerações. Em alguns casos, como em Barcelona-Catalunha, na recentemente definida região de Gauteng no entorno de Johannesburgo, e nas “Grandes” Paris, Londres, Nova York, Los Angeles, as megarregiões redefinidas variam entre 6 e 20 milhões de habitantes; mas no Rio Pearl e nos Deltas Yangtze da China, em Tóquio-Yokohama e Osaka-Kobe-Kioto no Japão, e naquilo que Richard Florida chamou de Terras Baixas Europeias (da holandesa Randstad à recentemente formada Grande Região em torno do Luxemburgo), a população megarregional agora ultrapassa 50 milhões.²¹

21. Definir os limites externos da megarregião será provavelmente difícil e controverso por anos a fio. Um dos problemas é que o interior da megarregião é consideravelmente global.

Entre os muitos efeitos dessa forma estendida de urbanização regional e sua reestruturação escalar associada está uma crise agravada da governança regional e urbana (BRENNER, 2005). As velhas geografias administrativas e políticas de governos nacionais em todo o mundo têm figurado entre as geografias de mudança mais lenta nas últimas quatro décadas, especialmente quando comparadas às reorganizações econômicas e culturais do espaço. Esta crise na governança é também evidente nas escalas nacional e global em que houve uma explosão do dito regionalismo supranacional, enquanto os Estados-nação formam coalizões amplas para tratar do impacto da globalização, da nova economia e da revolução na tecnologia da informação. O modelo básico tem sido a União Europeia; outros exemplos incluem os vários e distintos blocos mercantis, tais como NAFTA, MERCOSUL e ASEAN.²²

22. Se lançarmos o termo “novo regionalismo” num mecanismo de busca, a maioria dos milhares de resultados refere-se a essas regiões supranacionais. É interessante notar que um processo semelhante de construção de coalizão está começando a acontecer em nível local quando organizações trabalhistas e comunitárias desenvolvem alianças flexíveis e estratégias especificamente regionais, revelando o que alguns chamam de regionalismo comunitário (SOJA, 2010).

Portanto, o processo de urbanização regional se desdobra em várias escalas diferentes, do local ao global. De fato, o próprio processo de globalização tem sido portador da urbanização regional, estendendo a influência do capitalismo urbano industrial a praticamente todos os lugares, das cerca de 500 regiões megarurbanas com mais de um milhão de habitantes, que em breve conterão a maioria da população mundial, aos países recentemente industrializados, tais como os Tigres Asiáticos, bem como regiões recentemente industrializadas, como o Vale do Silício e o Condado de Orange, e até mesmo mais longe, adentrando a floresta amazônica, a tundra siberiana, o deserto do Saara e a calota polar da Antártica. Não houve somente uma globalização do urbano, trazendo populações de todos os cantos do planeta para as cidades-região globalizadas, mas também uma urbanização acelerada do mundo (SOJA; KANAI, 2008).

Parte III: Buscando justiça espacial

Na terceira e última parte de *Postmetropolis*, ensaiei novas maneiras de pensar e escrever sobre espaço e geografia, e procurei novas áreas para espacializar. Eu estava movido pelo entendimento de que havia pintado um quadro negro e deprimente demais da metrópole moderna reestruturada, com desigualdades sem precedentes, polarização social, obsessão pela segurança e vigilância, abandono dos objetivos de bem-estar social, liberdades civis agonizantes, ecologia do medo e a incidência crescente de falta de moradia e pobreza. Se estivesse ensinando geografia ou sociologia, eu poderia acrescentar mais e mais condenações ao capitalismo, racismo, patriarcalismo e ascendência neoliberal. Mas eu estava dando aulas em um departamento de planejamento urbano por várias décadas e precisava encontrar um meio de sensibilizar salas de aulas repletas de ativistas sérios comprometidos com a mudança do mundo para melhor. Algum espaço precisava se abrir para uma efetiva ação social.

Eu me perguntava: haveria alguma réstia de esperança na história da reestruturação urbana? Alguma coisa que pudesse oferecer uma abertura para o ativismo social progressista? Compondo tudo aquilo que eu vinha escrevendo a respeito por muitas décadas, cheguei à ideia de que pensar espacialmente e ver o mundo por lentes particularmente espaciais poderia por si só fornecer estratégias úteis para a mobilização de novas ações sociais, mais poderosas no tratamento das desigualdades, injustiças e opressões acumuladas do mundo contemporâneo. Respaldo pelos três novos desdobramentos no pensamento espacial e amparado pela

Dois casos extremos e contrastantes de emigração da cidade central são Detroit e Osaka, cada uma tendo perdido mais de meio milhão de residentes do núcleo urbano. Enquanto Detroit se tornou um símbolo de decadência urbana, o núcleo urbano de Osaka prospera

A urbanização regional policêntrica tornou os núcleos urbanos centrais muito mais instáveis e imprevisíveis, levando a um *marketing* urbano agressivo e a esforços para dar uma marca às cidades

obra do crítico pós-colonial Edward Said, lancei o foco sobre as endêmicas “lutas pela geografia” que foram criadas pela reestruturação urbana e pela urbanização regional e sobre aquilo que descrevi como a busca pela justiça espacial, repensando justiça social e conceitos relativos de democracia, cidadania e igualitarismo a partir de uma perspectiva assertivamente espacial

(isto é, causal). Mas onde eu poderia encontrar bons exemplos dessas lutas pela geografia e dessa busca estratégica por justiça espacial?

Talvez não surpreenda o fato de que eu tenha me voltado para Los Angeles como fonte de ilustração e inspiração. Isto apesar do fato de que, durante os últimos dez anos, a pesquisa baseada em Los Angeles tenha se tornado alvo de críticas devido às suas alegações aparentemente exageradas. Muitos estudiosos, dentro e fora de Los Angeles, haviam reagido duramente às assertivas do geógrafo planejador Dear (2001, 2008) de que havia uma distinta Escola de Los Angeles que tinha substituído a velha Escola de Chicago de Ecologia Urbana no núcleo representativo dos estudos urbanos contemporâneos. A maioria dos outros geógrafos e planejadores ligados ao expansivo grupo de pesquisa que surgira em Los Angeles, focalizando a análise espacial de forma assertiva, especialmente a partir de uma perspectiva regional, pouco interesse tinha em promover essa ideia de uma nova escola e alguns dos conceitos que Dear havia ligado a ela, embora houvesse algum entendimento geral de que Los Angeles havia gerado um grande corpo de pesquisa geográfica inovadora que favoravelmente se comparava a qualquer outro grupo de pesquisa baseado na questão urbana nos últimos quarenta anos. Posso ainda acrescentar que esta pesquisa local desempenhou um importante papel na redescoberta da causalidade espacial urbana, na virada espacial transdisciplinar e no novo regionalismo.

Por causa da confusão e da controvérsia em torno deste debate sobre a assim chamada Escola de Los Angeles e devido à larga reação negativa ao empreendedorismo

de Los Angeles, hesitei em concentrar muita atenção em Los Angeles. Ainda assim, Los Angeles proporcionava exemplos especialmente claros para aquilo que eu buscava. Com o rico suporte da literatura acadêmica acumulada e com o novo pensamento sobre a causalidade espacial urbana, promovido pelo ressurgimento e disseminado interesse no espaço e nas abordagens regionais, comecei a explorar a ideia de que Los Angeles não era apenas um laboratório produtivo para o desenvolvimento da teoria espacial e para a pesquisa empírica informada pela teoria, mas era também o cenário para uma mais ampla extensão da virada espacial em direção àquilo que poderia ser chamado de práxis espacial, reais ações políticas e movimentos sociais erigidos, pelo menos em parte, sobre uma consciência espacial inovadora. Por volta do ano 2000, houve frequentes alegações de que Los Angeles havia se tornado um centro inovador tanto para o movimento trabalhista americano quanto para organizações baseadas nas comunidades. Novas coalizões vinham emergindo, tais como a Bus Riders Union (Sindicato dos Usuários de Ônibus) e a Los Angeles Alliance for a New Economy (Aliança de Los Angeles pela Nova Economia), e estavam conseguindo sucessos significativos e inovadores.

Optei por escrever um livro de fácil leitura, percorrendo sobre o desenvolvimento das coalizões trabalho-comunidade em Los Angeles desde a United Farm Workers (União dos Trabalhadores Agrícolas) até o presente, com especial atenção às relações dessas coalizões com professores e estudantes universitários ao papel que o pensamento crítico sobre o espaço e, particularmente, as estratégias espaciais teve nesses desdobramentos. Para assegurar a compreensão, elaborei capítulos introduzindo a questão da virada espacial e alguns conceitos como a dialética socioespacial, mas procurei escrevê-los de forma a tornar a teoria acessível a leitores ativistas e estudantes, meu público primeiro.

A nova consciência espacial que argumentei estar orientando a busca pela justiça espacial pode ser apresentada por uma série de proposições geográficas básicas: 1) geografias humanas são produzidas socialmente (refletindo a noção de Lefebvre da produção social do espaço social); 2) instiladas de poder social, essas geografias criadas podem ser tanto opressivas quanto capacitadoras (seguindo a conceituação de Foucault sobre as relações entre espaço, conhecimento e poder); 3) geografias opressivas ou injustas podem ser mudadas, tornadas menos opressivas e mais justas, por meio da ação socioespacial orquestrada; e 4) a nova consciência espacial e as

lutas coletivas pela geografia podem fornecer um efeito unificador para a coalizão entre diversas organizações e movimentos sociais, aumentando a importância estratégica da busca por justiça espacial.

Devido ao contínuo sucesso de grupos como o Bus Riders Union e sua organização afiliada Labor/Community Strategy Center (Centro Estratégico Trabalhista/Comunitário), o Los Angeles Alliance for New Economy (LAANE, ou a Aliança de Los Angeles pela Nova Economia), o Strategic Actions for a Just Economy (SAJE, ou Ações Estratégicas por uma Economia Justa) e o recentemente formado Right to the City Alliance (Aliança do Direito à Cidade), Los Angeles veio a ser um dos centros mais importantes para o movimento trabalhista americano e um centro especialmente ativo de organizações baseadas em comunidades (em inglês, CBOs). Em parte, essa liderança nacional tem sido estimulada pelas geografias particularmente injustas e opressivas originadas pela globalização e pela reestruturação econômica. As desigualdades de renda e a polarização social são maiores em Los Angeles do que em quase qualquer outra cidade-região do mundo desenvolvido, e estão se igualando àquelas encontradas em Calcutá ou na Cidade do México.

O que pode ser descrito como a primeira maior explosão urbana contra a globalização, os tumultos e revoltas de 1992, agora significativamente denominado *Justice Riots*, segundo o lema mobilizante “No Justice – No Peace” (Sem justiça não há paz), foi o marco de outro momento decisivo. Ficava cada vez mais claro que as investidas dos governos municipal, estadual e federal nunca seriam suficientes para lidar com os problemas que Los Angeles enfrentava; assim, organizações ativistas e a grande aglomeração dos trabalhadores menos favorecidos que havia se formado à volta do centro de Los Angeles entenderam que novos métodos e estratégias inovadoras eram necessários nas lutas por maior justiça econômica e social. Várias características distinguiram os movimentos que surgiram em Los Angeles das suas contrapartes em outras regiões metropolitanas. Uma delas foi o *synekism* criativo que surgiu dos quase 5 milhões de imigrantes trabalhadores de baixa renda concentrados no núcleo da região metropolitana, alcançando densidades urbanas comparáveis somente a Manhattan. Novas e urgentes necessidades foram geradas pela pobreza, falta de moradia e crise imobiliária induzidas por esta situação. De certa



Encruzilhada Horizonte. Técnica mista, 2010



Tempestade. Nanquim sobre papel, 2010

forma, as inovadoras coalizões trabalho-comunidade que vieram à tona podem ser consideradas como efeitos do transbordamento ou como Externalidades Jacobianas que surgiram desta imensa aglomeração dos trabalhadores imigrantes pobres.

Outra característica singular das novas coalizões trabalho-comunidade era sua alta conscientização das políticas de espaço e a potencial importância estratégica de buscar justiça espacial e o direito à cidade. Como discuto em *Seeking Spatial Justice*, a conscientização espacial relativamente maior dos movimentos locais e a emergência de estratégias especificamente espaciais do ativismo político derivam, em grande parte, das relações bem fundamentadas e contínuos vínculos entre os grupos ativistas e os estudantes universitários e faculdades envolvidas em planejamento urbano e, em menor grau, em geografia. À guisa de ilustração, pelo menos quarenta alunos do Departamento de Planejamento Urbano foram empregados nos últimos dez anos, aproximadamente, por LAANE na condição de estagiários, pesquisadores e organizadores. Também de importância no estabelecimento de um canal singularmente significativo entre a universidade e as maiores comunidades ativistas tem sido o Programa de Estudiosos da Comunidade (Community Scholars Program), por meio do qual ativistas experientes em assuntos trabalhistas e comunitários se conectaram ao departamento ao longo de um ano, participando de cursos, engajando-se em projetos com alunos de planejamento urbano e ainda intensificando o fluxo de mão dupla de ideias e incentivos.

Finalmente, e chegando a uma conclusão apropriada para um ensaio neste periódico que tece reflexões sobre o aniversário de dez anos da publicação de *Post-metropolis*, nenhuma outra cidade dos EUA testemunhou tamanho fluxo de novas ideias a respeito da teoria espacial, economia regional e geografia urbana entre o mundo universitário e o acadêmico e a comunidade geral da região urbana. Los Angeles, tanto quanto ou mais do que qualquer outro lugar, tem sido um foco ativo para a tradução da teoria espacial para a prática espacial.

Referências de “Para além de Postmetropolis”²³

- SOJA, E. W. *Seeking Spatial Justice*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.
- SOJA, E. W. Regional Urbanization and the End of the Metropolis Era. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. (Ed.). *Companion to the City*. New York; London: Routledge, 2011a.
- SOJA, E. W. From Metropolitan to Regional Urbanization. Chapter 42. In: LOUKAITOU-SIDERIS, A.; BANERJEE, T. (Ed.). *Companion to Urban Design*. New York; London: Routledge, 2011b.
- SOJA, E. W. Regional Urbanization and the Future of Megacities. In: BUIJS, S.; TAN, W.; TUNAS, D. (Ed.). *Megacities: Exploring a Sustainable Future*. Rotterdam: Oio Publishers, 2010a. p. 57-76.
- SOJA, E. W. Seeing Nature Spatially. In: ALBERTSON, D.; KING, C. (Ed.). *Without Nature: A New Condition for Theology*. New York: Fordham University Press, 2010b. p. 181-202.
- SOJA, E. W. From Metropolitan to Regional Urbanization. In: *De toekomst van de metropool*. Pamphlet. Erneus Heerma Lecture-de Alliantie, 2009a. p. 3-15.
- SOJA, E. W. Cities and States in Geohistory. *Theory and Society*, 39, p. 361-376, 2009b.
- SOJA, E. W. Resistance After the Spatial Turn. In: PUGH, J. (Ed.). *What is Radical Politics Today?*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009c. p. 69-74.
- SOJA, E. W. Regional Planning and Development Theories. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Ed.). *International Encyclopedia of Human Geography*. New York: Elsevier, 2009d. p. 259-270.
- SOJA, E. W. Taking Space Personally. In: WARF, B.; ARIAS, S. (Ed.). *The Spatial Turn: Interdisciplinary Perspectives*. New York; London: Routledge, 2008a. p. 11-35.
- SOJA, E. W.; KANAI, M. The Urbanization of the World. In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. *The Endless City*. New York; London: Phaidon, 2008b. p. 54-69.
- SOJA, E. W. Postmetropolitan Psychasthenia: A Spatioanalysis. In: BAVO (Ed.). *Urban Politics Now: Re-Imagining Democracy in the Neoliberal City*. Rotterdam: NAI Publishers, 2007a. p. 78-93.
- SOJA, E. W. Designing the Postmetropolis. *Harvard Design Magazine*, 25, p. 43-49, Fall 2006/ Winter 2007.
- SOJA, E. W. Writing Geography Differently. Response to critical commentaries by Elspeth Graham and Barney Warf on *Postmodern Geographies*. *Classics in Human Geography Revisited*. *Progress in Human Geography*, 306, p. 812-820, 2006a.
- SOJA, E. W. Reflections on the Concept of Global City Regions. Spanish translation in *Ekonomiaz* (Basque Journal of Economics); edited English version in “Glocalogue”, on-line magazine *Artefact*: Strategies of Resistance. Belgrade, 2006b. Disponível em: <http://artefact.miz.hr/_/_a04/lang_en/theory_soja_en.htm>.

23. Algumas poucas referências incluídas aqui não foram citadas no texto, mas são relativas, de uma maneira ou de outra, ao meu pensamento e escritos após *Postmetropolis*.

- SOJA, E. W. Borders Unbound: Globalization, Regionalism, and the Postmetropolitan Transition. In: KRAMSCH, O.; VAN HOUTUM, H.; ZIERHOFER, W. (Ed.). *Bordering Space*. Aldershot: Ashgate, 2005. p. 33-46.
- SOJA, E. W. Writing the City Spatially. *City*, v. 7, n. 3, p. 269-280, nov. 2003a.
- SOJA, E. W. Tales of a Geographer-Planner. In: ECKSTEIN, B.; THROGMORTON, J. A. (Ed.). *Story and Sustainability: Planning, Practice, and Possibility in American Cities*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2003b. p. 207-224.
- SOJA, E. W. Urban Tensions: Globalization, Economic Restructuring, and the Postmetropolitan Transition. In: BENERIA, L.; BISNATH, S. (Ed.). *Global Tensions: Challenges and Opportunities in the World Economy*. New York; London: Routledge, 2003c. p. 275-290.
- SOJA, E. W.; EHRENFURT, R. The New Regionalism: A Conversation with Edward Soja. *Critical Planning*, v. 9, p. 5-12, Summer 2002a.
- SOJA, E. W.; BORCH, C. Interview with Edward W. Soja: Thirdspace, Postmetropolis, and Social Theory. *Distinktion*, v. 4, p. 113-120, 2002b. (Danish journal of critical social theory).
- SOJA, E. W.; MULDER, A. Restructuring the Industrial Capitalist City: Interview with Edward Soja. In: BROUWER, J.; MULDER, A.; MARTZ, L. (Ed.). *Transurbanism*. Rotterdam: V2_Publishing/NAi Publishers, 2002c. p. 88-101.
- SOJA, E. W.; BLAKE, E. Spatiality past and present: An interview with Edward Soja. *Journal of Social Archeology*, v. 22, p. 139-158, jun. 2002d.
- SOJA, E. W. "Exploring the Postmetropolis" and "Afterword". In: MINCA, C. (Ed.). *Postmodern Geography: Theory and Praxis*. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell Publishers, 2001. p. 37-56, 282-294.
- SOJA, E. W. Fractal Los Angeles: The Restructured Geographies of the Postmetropolis. In: MAYR, A.; Meurer, M.; VOGT, J. (Ed.). *Stadt und Region: Dynamik von Lebenwelten*. Leipzig, 2001a. p. 255-260.
- SOJA, E. W. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Malden (Massachusetts): Blackwell Publishers, 2000.
- SOJA, E. W.; SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; STORPER, M. Global City-Regions. In: SCOTT, A. J. (Ed.). *Global City-Regions: Trends, Theory, Policy*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001b. p. 11-30.
- SOJA, E. W. Putting Cities First: Remapping the Origins of Urbanism. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. (Ed.). *A Companion to the City*. Oxford, UK; Malden, MA: Blackwell, 2000a. p. 26-34.

Outras referências

- ASHEIM, B.; COOKE, P.; MARTIN, R. (Ed.). *Clusters and Regional Development: Critical Reflections and Explorations*. Abingdon, UK; New York: Routledge, 2006.
- BRAKMAN, S.; GARRETSEN, H.; VAN MARREWIJK, C. *The New Introduction to Geographical Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- BRENNER, N. *New State Spaces: Urban Government and the Rescaling of Statehood*. New York: Oxford University Press, 2005.
- CURRY, A. Göbekli Tepe: The World's First Temple. *Smithsonian Magazine*, 2008. Disponível em: <<http://www.smithsonianmag.com/history-archeology/gobekli-tepe>>.
- DAVIS, M. *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles*. London: Verso, 1990.
- DAVIS, M. *Planet of Slums*. London: Verso, 2007.
- DEAR, M. Urban Politics and the Los Angeles School of Urbanism. *Urban Affairs*, v. 22, p. 266-279, 2008.
- DEAR, M.; DISHMAN, J. D. (Ed.). *From Chicago to L.A.: Making Sense of Urban Theory*. Thousand Oaks CA: Sage Publications, 2001.
- FALUDI, A. The Megalopolis, the Blue Banana, and Global Economic Integration Zones in European Planning Thought. In: ROSS, C. L. (Ed.). *Megaregions: Planning for Global Competitiveness*. Washington, DC: Island Press, 2009. p. 18-34.
- FALUDI, A.; WATERHOUT, B. *The Making of the European Spatial Development Perspective: No Masterplan*. London: Routledge, 2002.
- FLORIDA, R. *The Rise of Creative Class: How It's Transforming Work, Leisure, Community and Every Day Life*. New York: Perseus Group Books, 2002.
- GLAESER, E. L. *et al.* Growth in Cities. *The Journal of Political Economy*, v. 100, n. 6, p. 1126-1152, 1992.
- JACOBS, J. *The Economy of Cities*. New York: Random House, 1969.
- KRUGMAN, P. The New Economic Geography, Now Middle-aged. Paper prepared for presentation to the Association of American Geographers, Apr. 16, 2010. (Online).
- MÁKI, U.; MARCHIONNI, C. Is geographical economics imperializing economic geography?. *Journal of Economic Geography*, Oxford University Press, 2010. (Online).
- MARTIN, R. The new 'geographical turn' in economics: some critical reflections. *Cambridge Journal of Economics*, v. 23, p. 65-91, 1999.
- OHMAE, K. The Rise of the Region-State. *Foreign Affairs*, v. 71, p. 78-87, 1993.
- ROBERT JR., L. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, 1988, p. 3-42.
- ROSS, C. (Ed.). *Megaregions: Planning for Global Competitiveness*. Washington, DC: Island Press, 2009. (Foreword by Richard Florida).
- SCOTT, A. Creative Cities: Conceptual Issues and Policy Questions. *Journal of Urban Affairs*, v. 28, p. 1-17, 2006.
- STORPER, M. *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: The Guilford Press, 1997.
- STORPER, M.; VENABLES, A. J. Buzz: Face-to-Face Contact and the Urban Economy. *Journal of Economic Geography*, v. 4, p. 351-370, 2004.

ESTHER AZEVEDO

Mo.vi.men.to

Fotografia digital, 2012



APROXIMAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA URBANA:

reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre

GERALDO MAGELA COSTA*

RESUMO Procura-se neste ensaio discutir a análise dos processos socioespaciais urbanos por meio de uma reflexão sobre a relação entre teoria, realidade e possibilidade das práticas, entre elas a do planejamento urbano. Para isso, procura-se destacar passagens do pensamento de alguns autores sobre a questão, em especial Henri Lefebvre. As reflexões são desenvolvidas utilizando-se um recurso analítico que procura entender dois momentos de aproximação: um primeiro entre o pensamento filosófico e teórico e a realidade e, um segundo, entre este mundo real e a possibilidade da prática emancipatória. Para refletir sobre esta segunda aproximação, introduz-se, além da contribuição teórica de alguns autores, o relato de uma experiência recente de planejamento urbano/metropolitano realizada no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, por meio da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE Teoria urbana. Prática urbana. Henri Lefebvre.

APPROACHING URBAN THEORY AND PRACTICE:

reflections upon Henri Lefebvre's thinking

ABSTRACT This essay discusses the analysis of the urban socio-spatial processes approaching the relationship between theory, reality and possibility of practices, including urban planning, supported by some authors' thoughts on the subject, particularly Henri Lefebvre. The reflections are developed by means of an analytical framework that seeks to understand two approaches: between the philosophical and theoretical thought and reality, and between the real world and the possibility of the emancipatory practice. To reflect on this second approach, besides the theoretical contribution of some authors, a recent experience of urban/metropolitan planning is introduced, carried out by the Federal University of Minas Gerais through the elaboration of the Integrated Development Master Plan for the Metropolitan Region of Belo Horizonte.

KEYWORDS Urban theory. Urban practice. Henri Lefebvre.

* Professor Associado do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (Brasil). E-mail: <gemcosta.bhz@terra.com.br>.

O pensamento de Henri Lefebvre tem sido motivo de debates e controvérsias, especialmente em torno dos conceitos de urbano, cidade e espaço. Se por um lado isso tem levado, talvez em razão de leituras superficiais ou equivocadas, a questionamentos sobre o pensamento livre desse filósofo, por outro em resultado em efeitos positivos, uma vez que colocam em evidência, de forma cada vez mais intensa, a sua contribuição para o pensamento crítico sobre a sociedade e suas transformações. Uma “cobrança”, relacionada ao entendimento de seu pensamento refere-se à relação entre teoria e prática. Harvey (2009) assim escreve sobre essa questão:

Ele [Lefebvre] elabora uma devastadora crítica de concepções cartesianas, do absolutismo político que advém de concepções absolutas do espaço, das opressões que se abatem sobre o mundo devido a uma espacialidade racionalizada, burocratizada, definida tecnocrática e capitalisticamente. Para ele, a produção do espaço tem de permanecer uma possibilidade interminavelmente aberta. O efeito, infelizmente, é deixar frustrantemente indefinidos os espaços reais de alguma alternativa. Lefebvre se recusa a fazer recomendações específicas. [...] Recusa-se a enfrentar o problema de base: o fato de que materializar o espaço é comprometer-se com o fechamento (ainda que de modo temporário), o que constitui um ato autoritário. [...] Se, por conseguinte, se deseja pôr alternativas em prática, não se pode fugir eternamente do problema do fechamento (e do autoritarismo que ele pressupõe). (HARVEY, 2009, p. 304)

Haveria de fato uma recusa de Lefebvre em enfrentar o problema que, segundo Harvey, implicaria um fechamento, um autoritarismo? Haveria na vasta produção de Lefebvre e de lefebvrianos uma teoria sobre a cidade ou o urbano (teoria urbana)? O que é a cidade quando Lefebvre nos fala do direito a ela? É real, concreta? Ou é uma virtualidade, sinônimo de urbano? Havendo ou não uma teoria da cidade (teoria urbana), o pensamento de Lefebvre traz contribuições importantes para uma aproximação com a prática urbana? O uso das suas reflexões teóricas para a análise e o planejamento urbanos significa redução de seu pensamento? Reflexões sobre

O direito à cidade é em essência uma ideia que nos move na construção teórica do urbano hoje ainda virtual, da sociedade urbana

práticas concretas – heterônomas e autônomas – poderiam contribuir para avaliar a contribuição de Lefebvre e de pensadores lefebvrianos para a aproximação entre teoria e prática? Por fim, uma pergunta provocativa: Precisamos de mais (novas?) reflexões teóricas para a realização de uma aproximação com a prática? Qual teoria? Qual prática? Propõe-se como objetivo neste ensaio reunir e discutir reflexões críticas sobre algumas das questões aqui colocadas, que têm sido recorrentes no processo de pensar o urbano e a cidade no Brasil

e, acredito, em outros países da América Latina. Metodologicamente, pretende-se desenvolver as reflexões propostas neste ensaio a partir da contribuição de Lefebvre, de outros autores críticos e/ou identificados com seu pensamento, e de observações sobre a prática do planejamento e da gestão urbana em Belo Horizonte e sua região metropolitana.

*

O direito à cidade tem inspirado muitos de nós em nossas tentativas de contribuirmos para pensar formas de mudança social. Desta perspectiva, o direito à cidade é em essência uma ideia que nos move na construção teórica do urbano hoje ainda virtual, da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999, 2008). Para isso toda essa construção está carregada de uma necessária abstração. Com isso, concordamos que a principal contribuição de Lefebvre é teórica. Isso está presente em suas reflexões sobre o urbano, a sociedade urbana, o espaço diferencial e a necessidade da prática (*práxis*) socioespacial como forma de realização da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1993, 1999). Entendo que “o direito à cidade” em Lefebvre pode ser interpretado como uma ideia iluminadora que nos guia no processo de pensar a possibilidade dessa realização. Em *A revolução urbana*, Lefebvre assim se refere ao conceito de sociedade urbana: “Trata-se de uma *hipótese teórica* que o pensamento científico tem o direito de formular e de tomar como ponto de partida. Tal procedimento não só é

corrente nas ciências sociais, como necessário. Não há ciência sem hipóteses teóricas” (1999, p. 16, destaque no original).

Parece correto considerar, como o fazem alguns intérpretes do pensamento de Lefebvre, que qualquer tentativa de transformar a ideia de direito à cidade em categoria de análise empírica ou em um guia para políticas públicas, ou ainda de considerá-la somente enfatizando o caráter jurídico-legal do direito, por exemplo, pode ser interpretada como uma visão estreita ou equivocada da teoria, especialmente quando se concorda que a ideia do direito à cidade é parte do processo de aproximação com a virtualidade inerente ao conceito de urbano e de sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999). Há certamente riscos de reificação de conceitos e de princípios teóricos nessa tentativa de aproximação. No entanto, pensar a possibilidade de transformação social requer, com os devidos cuidados, correr os riscos inerentes a um modo de pensar que reconheça a indissociabilidade entre teoria e prática.

A esse respeito, Lefebvre (1999, p. 18, destaques no original) diz que “A expressão ‘sociedade urbana’ responde a uma necessidade teórica”. A indissociabilidade acima referida é colocada logo a seguir pelo autor: “Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida”. Enfim, qualquer movimento em direção à busca de alternativas que levem a mudanças socioespaciais efetivas significa a necessidade da aproximação entre teoria e práxis, o que está na essência do pensamento de Lefebvre sobre o urbano.

Portanto, a pergunta acima formulada sobre uma possível recusa de Lefebvre em enfrentar o problema do fechamento, da materialização do espaço, pode agora ser problematizada. Em primeiro lugar devemos questionar o que Harvey quer dizer com “materializar o espaço”. No meu entendimento, com esta expressão o autor está se referindo às difíceis passagens: primeiro, do pensamento filosófico para a construção de teorias de aproximação com o real; e, segundo, de construir formas de “pôr alternativas em prática” (HARVEY, 2009) que, no caso da produção do espaço, significa entrar na arena dos movimentos sociais, autônomos ou heterônomos, na natureza e no papel do Estado e, no caso deste ensaio, na possibilidade de o pensamento e reflexões construídos no âmbito da universidade contribuírem como prática no sentido aqui discutido (FIG. 1)¹.

1. A separação em duas fases de aproximação na FIG.1 é um recurso analítico apenas, uma vez que, em termos lefebvrianos, a práxis é indissociável da teoria no processo de pensar a realização da sociedade urbana.

A construção da primeira coluna foi inspirada em uma apresentação de Ed Soja no Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL), Buenos Aires, 1999. A sequência do topo para a base nesta coluna não sugere um roteiro metodológico a ser seguido.

Tanto a reflexão teórica (no topo) quanto a análise empírica (na base), podem por elas mesmas trazer contribuições para a aproximação com o “real”. Deve-se ainda observar que certas reflexões teóricas, como as de Lefebvre sobre a sociedade urbana, não permitem uma direta e decorrente formulação de categorias de análise empírica.

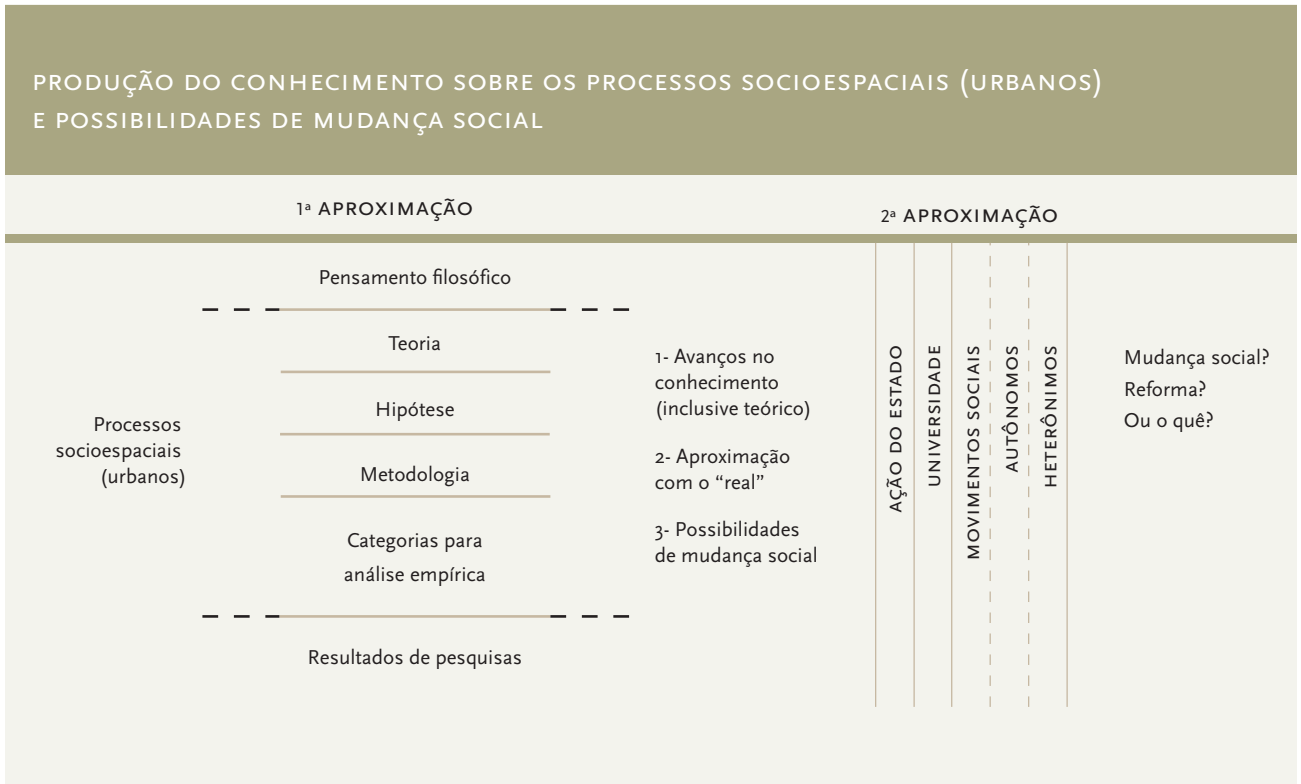


FIGURA 1

Não é minha intenção neste ensaio avançar nesta discussão em toda a sua totalidade, mas formular outras perguntas que contribuam para a busca de uma aproximação com tal problemática. Por um lado, não há dúvidas sobre o risco de, nesse processo de “materializar o espaço”, retornarmos aos princípios funcionalistas que ainda persistem, por exemplo, nas atividades de planejamento de base territorial, que requerem leituras, mapeamentos e zoneamentos, além da questão da linguagem que os permeia, para, por exemplo, informar o estabelecimento de instrumentos de regulação do parcelamento, da ocupação e do uso do solo.

Por outro lado, no entanto, refletir sobre a possibilidade da sociedade urbana e enfatizar a necessidade da práxis socioespacial para torná-la possível, como o faz Lefebvre em *A revolução urbana*, não seria um avanço muito importante que transcende o pensamento estrutural bastante generalizado e de viés econômico sobre os

processos espaciais? Penso que tal reflexão tem contribuído de forma efetiva, sem risco de reificação de conceitos, para avançar na ou iluminar a construção de alternativas que possam ser postas em prática.

Em segundo lugar, vale a pena “ouvir” a resposta de Lefebvre quando foi perguntado sobre a questão aqui discutida em entrevista publicada em 1990:

Entrevistador: Não acha que a ação implica uma opção reduzida? Não existem duas lógicas, a do cidadão Lefebvre e a do filósofo Lefebvre?

H. Lefebvre: É uma questão que não tem resposta porque eu não tenho experiência. Nunca tive influência direta. Tive indireta, mas só como subproduto. Admito que se me fosse dada a responsabilidade – e gostaria de pensar nisso antes de aceitar –, poderia ver elementos básicos dos problemas, as formas e o espaço. Talvez depois de um longo e ponderado exame aceitaria, mas não com certeza, pois é uma enorme responsabilidade. (LEFEBVRE, 1990, p. 67)

Entendo que essa resposta não traduz uma recusa em “materializar o espaço”. Trata-se de uma reflexão sincera sobre as possibilidades e as dificuldades relacionadas à aproximação com a “experiência direta”. O fato de “ver elementos básicos dos problemas, as formas e o espaço”, não seria uma evidência da possibilidade de aproximação entre o filósofo e o cidadão?

A indissociabilidade entre teoria e prática está certamente também presente quando Lefebvre (1999, 1993) introduz outro conceito central – o de espaço diferencial – na construção de suas reflexões sobre possibilidades de emancipação. Trata-se de um conceito que, em sua essência, tem o mesmo significado de urbano ou de sociedade urbana. Já em *A revolução urbana*, na excelente reflexão sobre “o campo cego” da passagem do industrial para o urbano, como parte do eixo espaço-temporal,² Lefebvre (1999), escreve:

O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como *diferencial*: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. (LEFEBVRE, 1999, p. 45, destaque no original).

Mais tarde, em *A produção do espaço*, o conceito de espaço diferencial torna-se mais bem elaborado e preciso. Na construção do conceito, Lefebvre (1993, p. 48, destaques no

2. *Campo cego, branco, vazio, fase crítica, caixa preta* são termos usados pelo autor para identificar o que caracteriza a problemática urbana na passagem do industrial para o urbano.

original) começa pelo espaço absoluto, ainda não capitalista: “religioso e político em caráter, foi um produto com vínculos de consanguinidade, terra e linguagem, mas dele desenvolveu-se um espaço que foi relativizado e *histórico*”. Com o advento do modo de produção capitalista esse panorama muda. Nas palavras do autor,

Foi durante este tempo que a atividade produtiva (trabalho) deixa de ser parte integrante do processo de reprodução que perpetuava a vida social; mas, ao tornar-se independente daquele processo, o trabalho torna-se presa da abstração, donde trabalho social abstrato – e *espaço abstrato*. (LEFEBVRE, 1993, p. 49, destaque no original)



Sendo um espaço capitalista, nele se desenvolvem novas contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista. Esse espaço abstrato atende, portanto, às necessidades de produção e de reprodução do capital. As contradições se expressam na forma em que ele se materializa: trata-se de um espaço ao mesmo tempo homogêneo – naquilo que se refere às condições gerais para a produção e a reprodução do capital – e fragmentado – uma vez que a produção do espaço abstrato é seletiva, o que resulta em exclusão socioespacial.

Becker (1991), apesar de não nominar explicitamente o espaço abstrato, identifica muito bem essas contradições, a ele inerentes, no processo de sua produção pelo Estado no contexto da modernização conservadora no Brasil, que teve seu auge no período do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Segundo a autora, ao final deste período em que o país “alcançou o posição de oitavo PIB do mundo”, pode-se observar que:

A modernização conservadora criou um espaço tecnicamente homogêneo – facilitando a integração de lugares e tempos – mas também um espaço fragmentado porque a apropriação do território e a alocação de recursos foi fortemente seletiva, resultando em conflitos que se constituíram em embriões de novas territorialidades. (BECKER, 1991, p. 50)

Este espaço tecnicamente homogêneo, o espaço abstrato, constituiu-se em elemento-chave da estratégia adotada pelo regime militar no processo de suporte à modernização da economia e à tentativa de integração do território, estendendo as condições gerais de produção e de reprodução do capital a todo o território nacional. No entanto, como a autora diz, os investimentos foram seletivos, o que resultou no ressurgimento e agravamento de conflitos socioterritoriais. Assim, a crise da modernização conservadora que se instala em fins dos anos 1970 traduz-se também em crise do e no território. “A crise se manifesta em diferentes escalas. No nível local, na luta pelo direito ao lugar; ao nível regional no conflito para a preservação de domínios [dos segmentos capitalistas e grandes latifúndios favorecidos pela estratégia] e ao nível nacional na disputa pelo controle do mercado na semiperiferia” (BECKER, 1991, p. 51).

Tais conflitos levaram ao que a autora denomina “embriões de novas territorialidades”, resultado da crise do Estado militar autoritário em todas as suas dimensões: econômica, financeira, institucional, política, cultural. Pelo lado dos excluídos dos benefícios da estratégia, novos ou antigos movimentos sociais sufocados no período militar começam a tomar a forma de luta político-social na fase da democratização do país a partir da primeira metade dos anos 1980. Não é meu propósito, neste ensaio, apresentar os desdobramentos desse processo de democratização que já foram amplamente identificados e analisados por vários autores, especialmente aqueles da escala local-urbana, relacionados aos movimentos sociais por uma reforma urbana.³ A intenção é retornar a Lefebvre começando por afirmar que essa análise de Becker constitui uma notável aproximação com o pensamento daquele autor.

3. Ver entre outros Cardoso (1997), Maricato (1994, 1997), Souza (2003).

O espaço abstrato, espaço da acumulação e reprodução do capital abriga, segundo Lefebvre (1993, p. 49), “além de velhas contradições que permaneceram ao longo da história ou, principalmente, novas contradições relacionadas ao novo modo de produção”. Essas contradições resultam em “confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária” (GOTTDIENER, 1993, p. 131). Referindo-se a esse espaço abstrato, Lefebvre (1979, p. 290) afirma que “nem o capitalismo nem o Estado pode manter o caótico, contraditório espaço que eles produziram”. As reflexões desse autor sobre o acirramento dessas contradições e a decorrente explosão de espaços levam-no à construção do conceito de espaço diferencial, central para se avançar no processo de pensar a possibilidade da emancipação por meio da práxis espacial. Nas palavras do autor:

O espaço abstrato contém dentro de si mesmo as sementes de um novo tipo de espaço. Chamarei este novo espaço de ‘espaço diferencial’, porque, na medida em que espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer a não ser que ele acentue diferenças. (LEFEBVRE, 1993, p. 52, destaque no original)

Deve-se ter cuidado para não confundir espaço diferencial, conforme conceituado por Lefebvre, com a diferença, especialmente cultural, de uso muito generalizado nas análises ditas pós-modernas. Não é que essas não sejam importantes. O que as diferencia é que o espaço diferencial em Lefebvre não é fenômeno dado, apenas histórica e naturalmente constituído. O espaço diferencial de Lefebvre é essencialmente uma virtualidade (ou uma utopia) que se encontra em processo de se tornar possível, dependendo da potência das lutas sociais, traduzidas em práxis espaciais.

O espaço diferencial de Lefebvre é essencialmente uma virtualidade (ou uma utopia) que se encontra em processo de se tornar possível, dependendo da potência das lutas sociais, traduzidas em práxis espaciais



Com isso, para Lefebvre (1979), o espaço socialista será um espaço de diferenças.

Portanto, espaço diferencial e urbano são conceitos semelhantes em Lefebvre. Ambos apontam para a possível realização da sociedade urbana, mas pensada não apenas em termos conceituais e teóricos, uma vez que para tal realização os conceitos teóricos devem ser vistos de forma indissociável da práxis espacial, o que contém o germe da transformação emancipatória. No entanto, tal constatação não significa, naturalmente, que não há obstáculos para a efetiva realização dessa aproximação entre teoria e prática. Isso nos remete à última pergunta acima apresentada: Precisamos de mais (novas?) reflexões teóricas para a realização de uma aproximação com a prática? A continuidade de reflexão que esta pergunta suscita requer o seu desdobramento. A aproximação entre teoria e prática deve passar necessariamente por uma primeira fase de aproximação entre a teoria e o real? (FIG. 1) Ou, a teoria crítica por si só já ilumina uma prática, que incluiria um aprendizado social, de aproximação com o real? Essas perguntas fazem sentido, uma vez que a aproximação com a realidade tem controvérsias. A percepção da realidade não seria diferenciada de acordo com as condições de classes sociais? Há também uma questão relacionada a “qual teoria” e “qual linguagem” seriam apropriadas para representar a realidade apreendida teoricamente. Ou seja, o espaço percebido não é difícil de ser verbalizado ou mapeado? Existe uma linguagem que dê conta disso?

Lefebvre reflete sobre isso quando discute “o campo cego”. Ele se pergunta: “entre o industrial e o urbano, o que há?”, e responde:

Capas verbais, ‘significantes flutuantes’ soltos, cujo *significado* (a indústria, racionalidade e prática) não é mais suficiente, ainda que permaneça necessário. [...] Pode-se observá-las [as capas] como se contempla, do avião, as camadas e capas de nuvens. Eis aqui, muito alto, muito leves, os cirros da antiga filosofia. E os nimbos da racionalidade. E os pesados cúmulos dos cientificismos. Todos linguagens ou metalinguagens a meio caminho entre o real e o fictício, entre o realizado e o possível. (LEFEBVRE, 1999, p. 37, destaque no original)

Com esse conjunto de metáforas Lefebvre nos coloca diante de um dilema: as “capas verbais” que são capazes de nos revelar o espaço industrial são insuficientes para desvendar o que se encontra dentro da “caixa preta”. “Sabe-se o que nela entra; às vezes percebe-se o que dela sai. Não se sabe bem o que nela se passa” (p. 29).

Há, portanto, dificuldades relacionadas à insuficiência das teorias disponíveis, às formas de representação e de linguagem, à “literaturização” (SANTOS, 1994) e também às evidências empíricas (HARVEY, 1989).

A questão da representação, da linguagem, e da prática está em Santos (1994), quando este autor nos fala do lugar como a sede de uma possível resistência da sociedade civil, em sua excelente reflexão sobre o território usado. Assim ele se expressa:

[...] nada impede que aprendamos as formas de estender esta resistência às escalas mais altas. Para isto, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. O discurso e a metáfora, isto é, a literaturização do conhecimento, podem vir depois, devem vir depois. (SANTOS, 1994, p.19)

Assim como Lefebvre, Santos, por um lado, enfatiza a importância da prática, nesse caso reativa – “uma possível resistência da sociedade civil” – uma coesão horizontal contra as forças verticalizadas e singularizadas do mercado. Por outro lado, no entanto, este autor insiste na indispensabilidade de “conhecimento sistemático da realidade”, o que Lefebvre afirma ser quase uma impossibilidade quando se considera que, no processo de se pensar a possibilidade de mudança social, não se trata mais de entender somente a realidade atual, apesar de necessário, mas de ir além, para desvendar o que se passa dentro da “caixa preta”. No entanto, o pensamento desses dois autores se aproxima ao refletirem sobre as dificuldades de representação do real (Lefebvre) e a necessidade de “rever a realidade de dentro” antes da literaturização do conhecimento (Santos). Em síntese, ambos os autores estão falando sobre as dificuldades de aproximação com o real.

Por fim, vale a pena atentar para outra questão, posta por Harvey, relacionada à problemática aqui discutida. Trata-se de uma dificuldade a mais para as tentativas de aproximação com o real. Harvey (1989, p. 2), refletindo sobre a formação de conceitos e a construção de teorias como sendo um dos aspectos vitais da atividade humana, identifica problemas na busca de alguma metateoria do processo urbano. Por metateoria o autor está se referindo a “um *framework* teórico que tem o potencial de colocar todas as visões parciais juntas não somente como uma visão composta, mas

como um mapa cognitivo que mostre como cada visão pode ela mesma ser explicada por e integrada em uma grande concepção sobre o que é a cidade como um todo, o que é o processo urbano em geral”. Ou seja, Harvey está se referindo ao urbano industrial e não ao campo cego de Lefebvre a que vimos nos referindo acima. Ao colocar tais questões, aquele autor faz sua opção pela metateoria marxiana por considerá-la como “o mais poderoso de todos os esquemas de explicação disponíveis” (HARVEY, 1989, p. 3).

Lefebvre nos coloca diante de um dilema: as ‘capas verbais’ que são capazes de nos revelar o espaço industrial são insuficientes para desvendar o que se encontra dentro da ‘caixa preta’

Isso posto, o autor nos leva também a refletir sobre as possibilidades de aproximação com o real, quando ele vê dificuldades na questão da empiria. “As representações particulares que nós chamamos ‘fatos’ ou ‘dados’ não são independentes das teorias que os informam e às quais eles podem ser aplicados. A escolha está entre os diferentes modos de abordagem deste problema universal” (*Idem*, p. 6-7, destaques no original). Em continuação Harvey nos alerta para os dilemas relacionados ao que podemos chamar de evidências empíricas, fatos e dados:

O que constitui prova de uma meta-teoria como a de Marx não é uma questão simples. [...] Prova não pode ser reduzida (como muitos críticos da meta-teoria Marxiana parecem propor) a um simples procedimento de teste contra um supostamente novo conjunto de dados factuais. A imposição de padrões positivistas de prova sobre a teoria Marxiana significa aceitar positivismo e não Marxismo como base de trabalho. (*Idem*, p. 13)

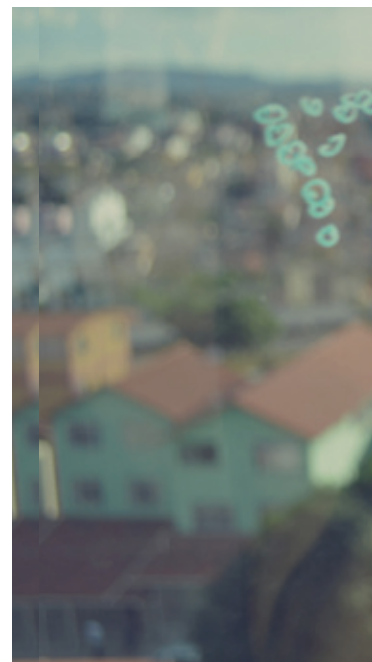
Portanto, Harvey nos coloca diante de mais uma dificuldade quando a questão é a aproximação com o real. Se este “real” não é de fato real, e é permeado de ideologias, utopias, desejos e simbolismos, dependendo, entre outras coisas, da condição de classe social e da cultura, seriam inócuos os esforços de aproximação com a realidade? A construção de possibilidades de mudança social e de emancipação poderia ser realizada por meio da aproximação direta entre o pensamento filosófico, a filosofia política e a prática? De qual prática estamos falando? Refletir sobre a possibilidade da prática, identificar e propor possíveis práticas e/ou assessorar

movimentos sociais autônomos, como se faz no meio intelectual-acadêmico (extensão universitária) pode ser identificado como práticas que contribuam para o processo emancipatório? Como fazer isso diante das dificuldades acima problematizadas de aproximação com o real? Aí entra uma questão importante a que nos referimos acima: a utopia derivada do pensamento filosófico poderia orientar não apenas propostas concretas, mas também ações, por exemplo, dentro de um processo heterônomo, *e. g.*, de planejamento urbano?

Pensando inicialmente nas ações autônomas, vale a pena reproduzir trechos de uma entrevista com Adorno, em 1969, no mesmo ano em que morreu. A entrevista (ADORNO, 2003) girou em torno da relação entre teoria e prática em um momento em que um posicionamento diante dos acontecimentos por parte deste filósofo foi cobrado por seus alunos engajados nos movimentos que tiveram início em maio de 1968 na Europa urbana. A entrevista representa sem dúvida uma importante síntese do pensamento do filósofo sobre essa relação. Perguntado como ele queria modificar a totalidade social sem ações isoladas (como as que estavam ocorrendo na Europa), Adorno responde que “verificou-se inúmeras vezes na história que precisamente obras que perseguiram propósitos puramente teóricos tenham modificado a consciência e, com isso, também a realidade social” (ADORNO, 2003, p. 6). Outra pergunta e resposta em especial deixa bem claro o pensamento de Adorno sobre a questão.

Entrevistador: “Seria então a virtude da filosofia encarar de frente (*sic*) o negativo, mas não invertê-lo?”

Adorno: “A filosofia não pode, por si só, recomendar medidas ou mudanças imediatas. Ela muda precisamente à medida que permanece teoria. Penso que seria o caso de perguntar se, quando alguém pensa e escreve as coisas como eu faço, se isso não é também uma forma de opor-se. Não será também a teoria uma forma de prática?” (ADORNO, 2003, p. 7)





Concordo que contribuir para modificar a consciência é papel central da teoria crítica. Seria este o único recurso ao qual o meio acadêmico, por exemplo, poderia recorrer, como “uma forma de opor-se”? Como se colocam diante disso as possibilidades de as práticas heterônomas se constituírem em efetivas formas de oposição, de resistência e de construção de alternativas para serem postas em prática?

O envolvimento de professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de elaborar um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) pode ter significado um tipo de prática capaz de modificar a consciência e suscitar ações que poderiam se constituir em formas de aproximação entre teoria e prática nos termos em que essa aproximação vem sendo discutida neste ensaio. A intenção aqui é apenas destacar algumas reflexões e ações que possam contribuir para discutir a possibilidade e a efetividade dessa aproximação.⁴

Pode-se dizer que o processo de discussão e de reflexões sobre a RMBH por parte da Universidade Federal de Minas Gerais sobre um retorno da metrópole (DAVIDOVICH, 2004) teve início na 1ª Conferência Metropolitana, em 2007,

4. Uma síntese mais ampla do processo de elaboração do Plano pode ser encontrada em Costa (2012). Uma parte dela encontra-se reproduzida, com pequenas mudanças, nas reflexões feitas nesta parte final deste ensaio.

quando ocorreu a eleição de representantes da sociedade civil no Conselho Deliberativo, o qual é parte de um novo arranjo institucional então recém-aprovado para a RMBH. Isso significaria que as organizações da sociedade civil, formais ou informais, autônomas ou heterônomas, poderiam de fato inserir-se em formas participativas de planejamento e de gestão metropolitanos. Esse retorno, que significou uma oportunidade para instituir uma prática de aprendizado e de controle social sobre os processos socioespaciais metropolitanos, inclui desde a elaboração do PDDI, passando pela possibilidade de constituição de um processo de planejamento e chegando à participação efetiva na gestão metropolitana. Houve, no momento da Conferência, uma ampla mobilização da sociedade civil, que manifestou insatisfação com o pequeno espaço ocupado por seus delegados no Conselho Deliberativo: dois em um total de 16 conselheiros. Como resultado da mobilização, foi proposto e criado um Colegiado Metropolitano da Sociedade Civil, informal e fora do arranjo legal, mas que tem se mostrado muito efetivo. Inicialmente composto de 20 membros⁵ representantes de universidades, ONGs, associações profissionais (engenheiros, arquitetos, entre outros), sindicatos de trabalhadores, organizações populares etc., o Colegiado agrega interesses relacionados a um amplo leque de questões metropolitanas de caráter político, econômico, social, ambiental e cultural. Além de dar suporte técnico e político aos dois representantes da sociedade civil no Conselho Deliberativo, esse Colegiado tem atuado como um importante fórum de discussão e proposição de ideias tanto para novas pesquisas e análises de temas metropolitanos diversos, quanto para o processo integrado de planejamento e de gestão. Este Colegiado foi responsável pela criação de um termo de referência para a elaboração do PDDI, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo.

5. Atualmente tem havido uma tentativa de elevar este número para 30.

6. O convite foi feito por um setor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano, que já vinha contando com o trabalho de setores da Universidade em pesquisas sobre a questão metropolitana.

O próximo passo foi o convite feito pelo governo estadual⁶ à UFMG para elaborar o Plano. Pode-se dizer que essas ações, de vários agentes da sociedade civil, constituem práticas autônomas promissoras para compor um processo participativo de planejamento, de gestão e de controle social em escala metropolitana. Além disso, o PDDI incorpora inovações significativas em termos de princípios, metodologia e prática de planejamento em um novo contexto político e social, diferente daquele das primeiras experiências de planejamento metropolitano tecnocrático, experimentadas nos anos 1970/1980. Uma síntese disso está expressa nesta passagem da introdução do texto Plano:

[...] a abordagem crítica supera o sentido analítico e funcional de um planejamento reformista, sem desqualificá-lo, mas limitando-o ao seu caráter operacional e imediato e indo além, com o objetivo de pensar a totalidade em transformação e buscar construir processos voltados para a transformação social, econômica e ambiental, buscando soluções contemporâneas para regulação, decisões de investimentos, formas de organização social que privilegiem as diversidades e a construção de processos sociais emancipatórios. (UFMG/PUC-MINAS/UEMG, 2011, p. 5)

Nessa passagem, pode-se observar que se acredita na possibilidade de a reflexão e a análise críticas serem capazes de construir uma aproximação direta com a prática. Ainda em relação a essa passagem, poder-se-ia dizer que um importante aspecto dos princípios e da orientação metodológica no processo de elaboração do PDDI não foi, na prática, o de esquecer os princípios de um planejamento reformista, mas a sua transcendência. Ou seja, não somente “limitando-o ao seu caráter operacional e imediato”, mas também acreditando nos princípios da modernidade, especialmente a busca da igualdade, e na possibilidade de um Estado democrático adotar o planejamento como um processo contínuo e participativo visando “à construção de processos sociais emancipatórios”. Em todo o processo de elaboração dos estudos do Plano, alguns princípios, que se relacionam com o papel da Universidade, foram constantemente observados e praticados: associação entre o saber técnico-científico e o saber que emana da vida cotidiana; e o sentido contemporâneo do planejamento: mudando de reforma social para mobilização e aprendizado social (*Idem*, 2011).

Outro aspecto metodológico que merece destaque refere-se à adoção do conceito de totalidade em vez da ideia de compreensividade. Tal mudança requer, em termos metodológicos, o movimento de uma abordagem multidisciplinar, adotada nas primeiras experiências de planejamento urbano e metropolitano no Brasil, para uma visão transdisciplinar (COSTA, 2008). Na prática do planejamento, isso significou que as análises e proposições do PDDI seguiram uma metodologia inovadora que superou a abordagem setorial e multidisciplinar em favor de uma visão transdisciplinar por meio do que se denominou “eixos temáticos integrados” da totalidade social metropolitana – acessibilidade, sustentabilidade, seguridade e urbanidade.⁷ Todas as propostas do plano dentro desses eixos estão também dentro de duas dimensões integradoras do PDDI: territorialidade e institucionalidade.

7. Por ser muito extensa, deixo de apresentar aqui a construção conceitual e o conteúdo desta proposta de análise da totalidade socioespacial metropolitana, que permitiu, de fato, uma aproximação entre as reflexões teóricas e a realidade. A construção da proposta pode ser acessada em <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/documents/pddi/relatorio-final-cedeplar/pddi-rmbh-relatorio-final-volume-1.pdf>>.

Com isso, essa metodologia, que foi sendo construída na prática participativa e “incorporação do saber da vida cotidiana” no processo de reflexões para a análise e o planejamento, significou avanços efetivos na aproximação com a realidade (totalidade socioespacial). Além disso, a metodologia mostrou ter sucesso em pelo menos outros dois aspectos. Primeiro, ela foi importante, conforme dito acima, como uma forma de quebrar a abordagem setorial, considerada inadequada para analisar a complexa totalidade socioespacial metropolitana. Assim, por exemplo, habitação diz respeito a todos os quatro eixos. Ou seja, habitação diz respeito não apenas a acessibilidade, mas também a sustentabilidade, seguridade e urbanidade. Desenvolvimento econômico é outro exemplo de uma questão que foi considerada em mais de um dos quatro eixos,

apesar de ter sido desenvolvida no eixo sustentabilidade, o que, por si só, já significou um grande avanço em relação à difícil ideia de situar a análise econômica em um contexto inter e transdisciplinar. Um segundo aspecto muito positivo da metodologia diz respeito aos processos de participação e de aprendizado social. A ideia de quatro eixos temáticos integradores foi facilmente entendida, assimilada e adotada por aqueles que compareceram nas oficinas do processo participativo.⁸ Os problemas imediatos, associados ao cotidiano dos diversos grupos sociais, passaram a ser pensados e debatidos, com vistas à busca de soluções, com uma visão mais próxima da totalidade socioespacial metropolitana.

Participação tem, portanto, significado um promissor embrião de prática e de controle político e social no planejamento e gestão metropolitanos na RMBH. O processo participativo na elaboração do plano deu origem a outra organização da sociedade civil além do Colegiado Metropolitano da Sociedade Civil: Frente Pela Cidadania Metropolitana. Trata-se de uma espécie de rede social que tem como objetivo, como o próprio nome sugere, a consolidação de uma cidadania metropolitana, e que tem exercido importante papel de mobilização e controle social em torno da problemática metropolitana. Acredita-se que tais processos se constituem em meios que irão contribuir para consolidar um tipo de “identidade de projeto” que emerge, nas palavras de Castells,

8. O processo de elaboração do Plano, que durou um ano, envolveu em torno de 180 professores, estudantes e pessoal técnico-administrativo da Universidade. Um total de aproximadamente duas mil participações foi computado ao longo do processo de elaboração do Plano.

“quando atores sociais, com base em materiais culturais que estão disponíveis para eles, constroem uma nova identidade que redefine suas posições na sociedade e, fazendo isto, estão buscando a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 1997, p. 8).

Enfim, estamos falando de “o direito à cidade” e da possibilidade de realização da sociedade urbana. Apesar de os textos de Lefebvre (1999) se constituírem em reflexões essencialmente teóricas – e, por isso mesmo, com a necessária abstração –, em torno da ideia de “revolução urbana”, o autor não nega a importância da “planificação” como se observa em uma de suas teses expostas em *O direito à cidade*:

A realização da sociedade urbana exige a planificação orientada para as necessidades sociais, as necessidades da sociedade urbana. Ela necessita de uma ciência da cidade (das relações e correlações na vida urbana). Necessárias, estas condições não bastam. Uma força social e política capaz de operar esses meios (que não são mais do que meios) é igualmente indispensável. (LEFEBVRE, 2008, p. 138)

Pode-se completar esta passagem do autor repetindo suas palavras anteriormente citadas neste ensaio: “Um movimento do pensamento em direção a *um certo concreto* e talvez *para o concreto* se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a *prática urbana*, apreendida ou re-apreendida” (LEFEBVRE, 1999, p. 18, destaques no original).

Voltando ao caso da RMBH, pode-se dizer que há a possibilidade de estar ocorrendo a formação e o espraiamento de embriões dessas práticas urbanas, as quais, nos termos de Harvey (2009), citando Gramsci, podem ser interpretadas como parte de um “otimismo da vontade” (*optimism of the will*) de movimentos sociais. Em contrapartida, este mesmo autor chama a atenção para o fato de que “A inabilidade para encontrar um ‘otimismo do intelecto’ com o qual construir alternativas, tem se tornando no momento uma das mais sérias barreiras a políticas progressistas” (HARVEY, 2009, p. 32).

Em conclusão, acredito que se pode dizer que o envolvimento intelectual (do meio acadêmico) com planejamento e práticas sociais urbanas, como tem se observado no caso da UFMG em relação à RMBH, pode ser traduzido como uma tentativa de quebrar tais barreiras e de buscar a aproximação entre a teoria, o real e a prática urbana de maneira a contribuir para a proposição (e efetividade) de políticas progressistas e

de formas de gestão urbanas/metropolitanas democráticas. Com isto, está-se passando de utopias e virtualidades, essenciais para a construção de teorias emancipatórias, para a prática social ou para a identificação de formas para “pôr alternativas em prática”, nos termos de Harvey (2009, p. 240). Conceitos caros ao pensamento lefebvriano, como o direito à cidade, totalidade social, sociedade urbana e espaço diferencial, estavam presentes em todos os momentos da prática de planejamento aqui descrita, sem que, contudo, isto tenha significado corromper ou banalizar o potencial teórico que tais conceitos têm no processo de pensar a construção de possibilidades emancipatórias. Apesar de boa parte das várias perguntas colocadas para reflexão não ter sido devidamente problematizada, espera-se que o conteúdo deste ensaio contribua para se pensar a possibilidade de realização da sociedade urbana e, conseqüentemente, de aproximação com a também possível emancipação social, política e cultural.

Referências

- ADORNO, T. A astúcia da dialética. *Caderno Mais*, p. 4-7, 31 ago. 2003. Entrevista concedida em 1979, publicada na *Folha de S.Paulo*.
- BECKER, B. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*. São Paulo, ano XI, v. 32, p. 47-56, 1991.
- CARDOSO, A.L. Reforma urbana e planos diretores: avaliação da experiência recente. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 e 2, p. 79-111, 1997.
- CASTELLS, M. *The power of identity*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- COSTA, G. M. Prática e ensino em planejamento (urbano) no Brasil: da “velha” compreensividade multidisciplinar à abordagem transdisciplinar. In: COSTA, G. M.; MENDONÇA, J. G. (Org.). *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: C/Arte/CNPq, 2008. p. 66-78.
- COSTA, G. M. As possibilidades do planejamento e da gestão participativa na escala metropolitana como um meio para a mudança social: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012, Diamantina. *Anais...*, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2012. v. 1, p. 1-16.
- DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. Rio de Janeiro: Fase/Observatório das Metrôpoles/Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 197-229.

- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, D. *The urban experience*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.
- HARVEY, D. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- KOFMAN, E.; LEBAS, E. (Ed.). *Writings on cities: Henri Lefebvre*. Cambridge: Blackwell, 1996.
- LEFEBVRE, H. Space: social product and use value. In: FREIBERG, J. (Ed.). *Critical sociology: European perspective*. New York: Irvington Publishers, 1979. p. 285-295.
- LEFEBVRE, H. Entrevista: conversa com Henri Lefebvre. Trad. Manuel Rolando Berrios. *Espaço e Debates*, n. 30, p. 61-69, 1990.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- MARICATO, E. Reforma urbana: limites e possibilidades – uma trajetória incompleta. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. (Org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. p. 309-325.
- MARICATO, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, jan./dez. 1997.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SOUZA, M. L. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- UFMG/PUC-MINAS/UEMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2011, v. 1. Disponível em: <<http://www.metropolitana.mg.gov.br/documents/pddi/relatorio-final-cedeplar/pddi-rmbh-relatorio-final-volume-1.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

EYMARD BRANDÃO

Minérios (detalhe). Técnica mista sobre metal oxidado. 37 X 45 cm, 2013



TERRITÓRIOS FRAGMENTADOS:

Cabo Verde e os aspectos de uma urbanidade insular em tempos de globalização

ANDRÉIA MOASSAB*

RESUMO Este artigo busca problematizar conceitos como território, cidade e urbanidade, em tempos de globalização neoliberal, a partir da situação específica de Cabo Verde, um país africano arquipelágico. Se a matriz funcional modernista tem sido pouco útil para estudar as cidades do final do século XX, tampouco a abordagem pós-modernista é operante para contextos urbanos dos países pobres. Mais especificamente, a urbanidade insular em Cabo Verde, num cenário de economia globalizada, nos lança a enormes desafios epistemológicos. Finalizaremos o ensaio propondo algumas hipóteses de trabalho, admitindo a pesquisa como possível espaço de emancipação.

PALAVRAS-CHAVE Pós-colonialismo. África. Urbanidade insular.

FRAGMENTED TERRITORIES:

Cape Verde and the aspects of an island urbanity in times of globalization

ABSTRACT This essay aims to reconsider concepts such as territory, city, and urbanity in the era of neoliberal globalization within the specific context of Cape Verde, an island state in Africa. If the modernist functional approach has been of little use in the analysis of cities in late twentieth century, neither has the postmodernist approach been appropriate, especially as the discourse on cities has been mainly geared towards megacities and not towards the urban context of economically disadvantaged countries. Island urbanity such as in the case of Cape Verde – within a scenario of global economics – presents many epistemological challenges. The paper will conclude by proposing some working hypotheses, suggesting research as a possible dimension of emancipation.

KEYWORDS Post-colonialism. Africa. Island urbanity.

* Professora Adjunta e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA (Brasil). E-mail: <amoassab@gmail.com>.

Cabo Verde, um Estado-arquipélago, desafia-nos a uma ressignificação de conceitos como território, cidade e urbanidade. Situado em meio ao oceano Atlântico, entre Brasil e África, o país é formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas. A população de quase 492 mil habitantes é majoritariamente jovem, fortemente marcada pelo desemprego, cuja taxa rondava 11%, em 2010 (INE, 2010). Entre os mais jovens (15-24 anos), o desemprego pode atingir 18% entre os homens e 25% entre as mulheres (*ibidem*).¹ A renda *per capita* de US\$1.330,00 é mais que o dobro da África Subsaariana, sobretudo devido às remessas dos emigrantes (30% do PIB) e à ajuda internacional (equivalente a 10% do PIB). A carência de recursos naturais simultaneamente aos ciclos de seca profunda tem expulsado grande parte da população para a diáspora. Estima-se que hoje um milhão de cabo-verdianos more fora do país, o equivalente a dois terços da população nacional.²

1. Cabe referir à enorme polêmica sobre a metodologia de cálculo do desemprego, revista em 2010. Nos critérios anteriores, a taxa nacional de desemprego, no mesmo período, registrava 21%, chegando a 38% na faixa mais jovem (INE, 2010). Alguns artigos críticos têm sugerido que a taxa chega a 57% (MOREIRA, 2012). Ademais, trabalhos no terreno apontam para uma taxa de desemprego bastante mais elevada do que os dados oficiais, com quase a totalidade de comunidades sem trabalho, nas mais diversas ilhas (MOASSAB; VIEIRA, 2010).

2. Este cálculo é uma estimativa do governo e merece ser relativizado. Cabo-verdianos de segunda, terceira ou quarta geração, sem qualquer vínculo com o país, têm sido incluídos neste dado.

Historicamente, este universo insular é marcado por uma ocupação fragmentada e dispersa. Sem continuidade temporal e geográfica, o povoamento do país processou-se ao longo de quase quatro séculos (SANTOS, M.E., 2007). O grande número de pequenas aglomerações populacionais espalhadas pelo território é um padrão repetido em todas as ilhas. A concentração populacional esteve sempre ligada às zonas portuárias. O interior, caracterizado pela produção agropecuária, teve uma ocupação difusa, com um pouco mais de concentração populacional nas ribeiras, as áreas mais apropriadas para plantação (CORREIA E SILVA, 1996). Em termos administrativos, sempre houve desigualdades marcantes entre concentração e ausência, com reflexos na infraestruturação do território e sua consequente capacidade polarizadora (SANTOS, M.E., 2001).

É também um país que nasce urbano, como entreposto portuário para a navegação, inicialmente calcada no tráfico transatlântico de escravos, como o caso da Praia (capital) e Ribeira Grande (ambas na ilha de Santiago) e São Filipe (ilha do Fogo), no século XVI. Mais tarde, a sua localização permanece estratégica para o desenvolvimento da navegação comercial no Atlântico, quando o porto de Mindelo (ilha

de São Vicente) se torna o mais movimentado centro comercial do país, no século XIX. Depois da construção do aeroporto, nos anos 1940, a ilha do Sal registou as mais altas taxas de crescimento populacional em Cabo Verde, em torno de 8% a.a. (CORREA E SILVA, 1996). No limiar do século XXI, os aeroportos de Praia, Sal, Boa Vista e Mindelo são os motores demográficos do país, servindo como conexões entre as ilhas e como *hub* internacional.

Hoje, cerca de 60% da população vive em áreas urbanas (INE, 2011). A agricultura sempre teve uma função subsidiária às atividades comerciais, embora tenha tido certa expressividade econômica nos séculos XVII e XVIII. Ainda hoje a economia nacional é menos expressiva no setor primário, com cariz de subsistência, e mais significativa no setor terciário.

A despeito da baixa taxa de urbanização, o fenômeno urbano local é decorrência de um contexto histórico específico, bastante distinto do norte global. Nem o discurso das megacidades, tampouco o das cidades medianas são suficientes para recortar, explicar ou abordar o complexo fenômeno da urbanidade insular de pequena escala. Neste caso, indicadores convencionais, como a população, não são significativos. Trata-se de um universo cuja maior concentração urbana é aproximadamente 127 mil habitantes (INE, 2011). A segunda maior cidade em termos populacionais, Assomada, tem um terço de moradores: cerca de 35 mil (*ibidem*). Os demais vinte Concelhos do país têm uma população média que mal chega a 15 mil habitantes. Não obstante, o fenômeno urbano é patente.

A escala, ou melhor, a pequena escala é dado fundamental e intransponível. Cada uma das nove ilhas habitadas precisa garantir sua autossuficiência, não importa se para atender 7 mil habitantes, como é o caso de Brava, ou os cerca de 250 mil de Santiago. Grandes infraestruturas de geração de energia, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento e comunicações não têm seus custos amortizados

Nem o discurso das megacidades, tampouco o das cidades medianas são suficientes para recortar, explicar ou abordar o complexo fenômeno da urbanidade insular de pequena escala

pela economia de escala. Além disso, em cada ilha os habitantes se espalham por diversos povoamentos, formando pequenas ilhotas populacionais pelo território. Neste contexto, como é possível pensar a condição urbana? Quais os parâmetros e variáveis adequados?

Propomos, neste artigo, traçar uma reflexão para as cidades africanas, nomeadamente a condição arquipelágica de Cabo Verde, a partir das transformações territoriais observadas nas duas últimas décadas, com a adesão do país ao modelo econômico neoliberal, tomando em conta o recente passado colonial.

Neste contexto, é insuficiente abordar as urbanidades por meio dos paradigmas modernos ou pós-modernos. Conceitos como “provisório”, “espaços fluidos”, “cidades em rede”, “megacidades”, “cidades informais” e muitos outros em voga nas últimas décadas têm se demonstrado igualmente pouco úteis para o cenário de uma urbanidade insular, recém-independente e sob os efeitos da globalização neoliberal.

Outra questão fundamental determinante da paisagem construída cabo-verdiana é o modelo de acesso à terra, para a qual não se podem desconsiderar os impactos do longo período colonial: a prerrogativa de aceder à terra sempre foi dos colonizadores portugueses e seus descendentes. Atualmente, os privilégios de acesso à terra, especialmente a urbana, permanecem das elites econômicas que vêm favorecendo e sendo favorecidas pelos grupos de capital internacional.

Nos anos 2000, o aumento do número de empreendimentos imobiliários reforçou uma sobreposição complexa de fragmentações do território: a insularidade do país, a dispersão territorial da população em cada ilha e os enclaves imobiliários/turísticos. Cabo Verde tem tentado inserir-se internacionalmente como um destino turístico, de praia, “exótico”, “quase África”, “quase Europa”. Grandes empreendimentos turísticos de grupos transnacionais têm aportado no país, com implicações de diversas naturezas, desde impactos espaciais e ambientais a culturais (MOASSAB, 2012).

Ademais, o forte vínculo dos estudos urbanos com a cidade industrial e sua história tem pautado a maior parte das pesquisas e reflexões sobre cidades. Todavia, esta premissa é demasiado distante do contexto local, cujo espaço urbano nunca seguiu os padrões modernistas tampouco as usuais distinções entre rural e urbano. De fato, a consolidação urbana insular de Cabo Verde obriga a pensar

outras urbanidades, com parâmetros e variáveis muito diversas das usualmente tratadas nos estudos urbanos: há que se reconhecer a pluralidade da condição urbana contemporânea.

Breves considerações sobre globalização e neocolonização no continente africano

Atualmente, a metade da população mundial vive em áreas urbanas, ou seja, 3,5 bilhões de pessoas (ONU, 2011). Na última década, o continente africano, ainda que o menos urbano dos continentes, apresentou um ritmo acelerado de incremento de sua população em cidades, quase o dobro da média mundial no mesmo período (3,4% a.a contra 1,9% a.a., respectivamente) (*ibidem*). Por sua vez, outras regiões apresentam elevada taxa de urbanização, como a América Latina (cerca de 80%), porém, num ritmo menos intenso de crescimento (1,6% a.a.) (*ibidem*). É neste cenário de superurbanização, guiada por inovações tecnológicas e por desigualdades estruturais que os processos de globalização se concretizam. Colonialismo e globalização são fenômenos bastante similares. Para M. Santos (2001), o colonialismo foi a primeira globalização, caracterizada pela ocupação territorial. A segunda globalização (a neoliberal), iniciada em fins do século XX, é marcada pela fragmentação dos territórios.

Importa destacar, neste contexto de análise, a consolidação da matriz econômica em âmbito mundial sob os preceitos do Consenso de Washington, envolvendo novas formas de dominação social e política na geopolítica internacional, com profundos impactos nos territórios. É neste período que chegaram ao poder, em diversos países centrais, governos com medidas rigorosas de diminuição da ação do Estado na regulação social, em favor de um maior controle do mercado sobre a economia. Entre as principais ações defendidas por estes governantes estavam as privatizações de empresas estatais e a diminuição da participação do Estado nas políticas de segurança social, em especial no que diz respeito às aposentadorias.

Em Cabo Verde, a “onda neoliberal” coincide com a denominada “abertura política” dos anos 1990. Esta década também foi marcada pela privatização e extinção

de empresas estatais, favorecendo a ampliação do setor privado em diversas áreas da economia. No entanto, a história do Estado cabo-verdiano é bastante diversa daquela do norte global. Apenas após 15 anos de independência, com a estrutura estatal ainda em processo de consolidação e tendo um modelo administrativo de base colonial, há um desvio rumo a uma “desestatização”, completamente descolado da história da formação do Estado nacional.

Em breves linhas, o país atravessou um período de decomposição do Estado semelhante aos países centrais, sob o paradigma da gestão terceirizada das funções públicas, sem que a administração pública tivesse em Cabo Verde o mesmo “inchaço” que justificou a onda neoliberal no Norte. É fulcral considerar, ademais, as fragilidades existentes numa sociedade recém-independente, para a construção do sujeito pós-colonial e para a luta por direitos. O Estado colonial era baseado em privilégios e na violência:

3. O Estatuto visava à “assimilação” dos indígenas na cultura colonial, oficializando a discriminação no regime mediante a divisão de três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos. Somente os assimilados, entre os não brancos, tinham algum direito assegurado enquanto cidadãos. Todavia, para aceder a esta condição, era necessário demonstrar um conjunto de requisitos, como saber ler e escrever, vestir e professar a mesma religião que os portugueses e manter padrões de vida e costumes semelhantes aos dos europeus. De referir que, uma vez cumpridas as exigências para tornar-se cidadão, o título não era permanente, podendo ser revogado a qualquer momento. Igualmente, a condição de cidadão era pessoal e intransferível (não passava para os filhos, por exemplo).

Na África, antes e depois da colonização, o poder do Estado foi construído por meio do estabelecimento de relações específicas de dominação. É preciso dizer algo sobre as relações entre dominação, distribuição de riqueza e privilégios e o problema geral da constituição do sujeito pós-colonial (MBEMBE, 2001, p. 24, tradução nossa).

O modelo colonial de governação nunca favoreceu qualquer noção de “direito”, tendo inclusive vetado, durante décadas, qualquer tipo de organização social, mesmo de natureza apolítica (CABRAL *apud* ANDRADE, 1978). Isto é, o modelo vigente nas colônias, inclusive as portuguesas, era o oposto daquele do debate e da luta por direitos, “exceto quando usado na forma de arbitrariedade e do direito de conquistar, o conceito de direito sempre permaneceu um vazio” (MBEMBE, 2001, p. 25, tradução nossa).

O exercício do poder implicava, necessariamente, a “domesticação” do colonizado, seja pela via da violência, seja, no caso português, pela assimilação com bases legais no Estatuto Indígena (CABRAL *apud* ANDRADE, 1978).³ A principal característica do poder colonial era dar ordens e tê-las atendidas; os direitos diziam respeito apenas aos dominadores: direito de mandar, forçar, obrigar, autorizar, punir e ser obedecido (MBEMBE, 2001). Não basta a assinatura de um tratado de independência para desconstruir o regime colonial impregnado nos corpos e nas ações do cotidiano. São necessárias algumas gerações para a construção de um sujeito pós-colonial livre da dominação à qual seus antepassados foram submetidos durante séculos.



Eymard Brandão: *Sem título* (Série *Solo e sub-solo*).
Fotografia, 37 X 45 cm, 2013

Há que se analisar, portanto, a onda neoliberal dos anos 1990 inserida neste contexto pós-colonial, cuja herança é uma série de noções construídas, ou melhor, distorcidas a partir da ótica da dominação, entre as quais direitos universais, luta por direitos e função pública. Por conseguinte, algumas dificuldades se impõem na transição de um ponto de partida recém-descolonizado rumo ao modelo neoliberal implantado desde os anos 1990, tais como (cf. MOASSAB; VIEIRA, 2010): a) substituição de políticas públicas de Estado pelas atividades das ONGs, desde atendimento de saúde à escolarização (substituída pelas formações), cujo principal resultado tem sido a gradativa falta de alocação de recursos públicos para estes setores; b) a baixa escolaridade da população como obstáculo para atender a nova necessidade de elaborar “projetos” (e geri-los) para obtenção de recursos de toda natureza; c) a descontinuidade das “atividades” que passam a ter um horizonte

temporal vinculado aos projetos, causando interrupções muitas vezes dramáticas num processo de desenvolvimento local; d) a imposição de uma agenda extemporal, uma vez que o destino das verbas é predefinido pelas grandes agências internacionais com pouca flexibilidade para demandas locais; e) uma forte exigência para um “empreendedorismo” local ou uma pró-atividade da população, desconsiderando o recente passado colonial e o alto grau de dependência resultante das políticas de dominação.

Dito de outra forma, observa-se, com esta “ONGnização” do Estado Nacional, a substituição da construção de políticas públicas e universalização de direitos pelo universo dos “projetos”. Num contexto de globalização neoliberal há, ainda, uma maior complexificação do processo de formulação de políticas públicas, por estarem em jogo interesses internacionais, nos quais as ONGs são parte indiscernível.

Por conseguinte, os prazos de reconstrução, autonomia e emancipação em contextos pós-coloniais estão sendo solapados. Em particular, no contexto cabo-verdiano, como reduzir a ação do Estado ou renunciar ao desenvolvimento de políticas públicas quando elas nem mesmo foram consolidadas no curto período de independência? Como redesenhar o papel de um Estado que nunca foi imbuído com a responsabilidade de distribuir as riquezas nacionais? Como tratar acesso à terra, direito à moradia e à cidade em contextos nos quais a estrutura de privilégios é diretamente herdada do sistema colonial?

O padrão de ocupação do território resultante da rápida urbanização das cidades africanas não pode ser analisado nem à margem da globalização neoliberal, tampouco fora do recente (e violento) processo de descolonização. Neste sentido, uma série de direitos têm sido constantemente negligenciados nas agendas nacionais, com forte impacto na configuração das cidades no continente.

O padrão de ocupação do território resultante da rápida urbanização das cidades africanas não pode ser analisado nem à margem da globalização neoliberal, tampouco fora do recente (e violento) processo de descolonização

Os paradoxos territoriais do início do século XXI

Não obstante o domínio das grandes cidades na rede urbana global, pequenas cidades periféricas também estão conectadas. Cidades geograficamente longínquas estão interligadas de modo instantâneo, e não necessariamente, como é usual, em termos comunicacionais/digitais: o vínculo econômico impõe fortes impactos em toda a rede.

Uma crise financeira internacional pode afetar drasticamente os países, inclusive aqueles à margem do mercado financeiro internacional, como Cabo Verde, de maneira que a ampla dependência externa e a aposta no turismo internacional como seu principal motor econômico têm intensos desdobramentos locais. Com a crise de 2008, por exemplo, foram interrompidas no país muitas obras iniciadas pelo setor turístico de capital internacional, nomeadamente europeu, resultando em centenas de pessoas desempregadas. Sem emprego ou meios para voltar para casa, um alto contingente de migrantes (nacionais e estrangeiros), deslocados para trabalhar nestes empreendimentos, permaneceu forçosamente nos antigos locais de trabalho em condições cada vez mais precárias, como é o caso de bairros nas ilhas do Sal e de Boa Vista.

Por um lado, no século XXI, tecnologias da comunicação e o mercado financeiro aproximam espaços geograficamente distantes. Assim, Cabo Verde avizinha-se da Inglaterra ou Espanha no que tange a investimentos e negócios. No entanto, há uma desigualdade abissal em termos de urbanização e infraestrutura. A literatura tem usualmente atentado para o impacto das redes globais nas grandes cidades, mas qual será o impacto para as pequenas urbanidades precárias?

Direta ou indiretamente as urbanidades periféricas acabam por sofrer uma enorme coação externa para atenderem a critérios econômicos e tecnológicos que lhes permitam se manter na rede internacional ao mesmo tempo que são alvos perenes de pressões internas para o atendimento de questões básicas. Com uma incapacidade estrutural de resposta, os gestores urbanos periféricos acabam por não ter autonomia para uma agenda própria: têm desde sempre de atender a demandas extemporâneas. Nos países pobres, o efeito mais evidente deste cenário

é a perenização da relação de dependência, exponencialmente distante de uma trajetória rumo à emancipação e à autonomia.

As matrizes do pensamento urbano e a ocupação do território em Cabo Verde

É fato que temos observado algumas mudanças expressivas no planejamento urbano desde o século passado, em sintonia com o contexto sociopolítico de cada época. No que tange aos paradigmas de planejamento, das *reformas urbanísticas* da virada do século XIX, como o Plano de Haussmann para Paris – cujo mote central eram transformações espaciais no ambiente urbano –, passa-se pelo *planejamento estratégico* dos anos 1980, no qual a cidade é uma mercadoria a ser rentabilizada, e inicia-se a década de 1990 do século XX, com debates sobre a *reforma urbana*, na qual se propõe uma “mudança efetiva da cidade de uma perspectiva social” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 62). Ao contrário das intervenções urbanísticas, a reforma urbana vislumbra auferir transformações sociais para além de alterações físicas no ambiente urbano. As experiências participativas nos orçamentos públicos e planos diretores, em diversas partes do mundo, são mecanismos que têm apontado para um novo patamar de planejamento rumo à reforma urbana, muito mais próxima de conquistas socialmente igualitárias.

Em países dependentes como Cabo Verde, com parca tradição de pesquisa e pouca coesão social para pressionar o poder público, tem-se observado nos últimos anos uma gama perversa de projetos pontuais de intervenção urbanística, sob os preceitos do planejamento estratégico. Muitos destes projetos, como o Gamboa Frente Marítima, são feitos por arquitetos estrangeiros que nunca estiveram no país, apresentando propostas fantasiosas, economicamente inviáveis e de alto impacto ambiental e social.⁴ Não obstante todos estes problemas, tais propostas são fortemente abraçadas pelo poder público, mídia e população locais, todos, de modo geral, ávidos por entrarem “no primeiro” mundo. Sem uma massa crítica coesa e uma voz dissonante, tais projetos, hoje com maiores restrições de implantação nos países centrais, têm encontrado terreno fértil nas urbanidades periféricas.

4. O projeto Gamboa Frente Marítima é de Ricardo Boffil, renomado arquiteto espanhol, com grandes projetos em Barcelona (aeroporto, orla marítima, teatro nacional) e outros países.

Vale notar que apenas recentemente o país começou a investir em planejamento urbano devido a financiamento externo e parcerias internacionais. Com forte pressão no cronograma e sem histórico local de participação popular, a maioria desses planos não aponta para reformas urbanas igualitárias e para uma garantia ao direito à cidade, apostando majoritariamente em aportes infraestruturais do território. A contrapartida do país para a internacionalização da economia e da dependência externa tem sido arcar com demandas vindas de fora. Isto significa que para atender uma agenda internacional de liberação de recursos, é necessário acelerar os processos de ordenamento do território, mesmo à custa de não promover a democratização do espaço urbano, temática longe da pauta pública.

De referir que o acesso à terra em Cabo Verde sempre foi prerrogativa dos colonizadores portugueses e seus descendentes. Desde o século XVI, impera uma forma de “apropriação do solo que irá caracterizar toda a estrutura fundiária do arquipélago, constituída eminentemente de latifúndios. Mais do que isso: concentrará a propriedade nas mãos de um número reduzido de colonos brancos e de um número menor de mestiços caboverdianos” (FURTADO, 1993, p. 28). Mesmo com a independência (1975), a estrutura social parece não ter sofrido grandes alterações. O recente processo de favorecimento de poucas famílias e/ou grupos na aquisição de terra urbana para especulação imobiliária (não por coincidência vinculadas ou próximas ao governo) repete o padrão histórico colonial de acumulação concentrada.

Nesta direção, os planos diretores desenvolvidos ao longo dos anos 2000, longe de discutirem reforma urbana, acesso à terra e planejamento participativo, integram uma vertente menos progressista do planejamento urbano. De modo geral, situam-se entre o urbanismo funcionalista e o planejamento estratégico. Isto é, trata-se mais de um planejamento regulador, fortemente calcado na normatização do espaço urbano e em obras arquitetônicas. Com o objetivo de atrair investimentos, tais projetos são considerados “verdadeiras” soluções para os problemas urbanos. No mesmo sentido, a propalada regulamentação do espaço visa à manutenção da ordem de modo a facilitar a ação de grupos econômicos, pouco interferindo na qualidade de vida e no combate às desigualdades socioespaciais urbanas.

Por conseguinte, tem-se notado um aumento da segregação espacial nas cidades cabo-verdianas. De fato, a dominação social, econômica e política, por meio

do espaço, em diversas cidades africanas resulta do século de dominação colonial claramente perpetuada em seus espaços urbanos contemporâneos. *Grosso modo*, as cidades africanas são em grande parte assentes desde a sua gênese em um processo quase que naturalizado de segregação espacial, na qual à oposição branco/negro sucedeu-se a oposição rico/pobre (POURTIER, 1999).

Em Cabo Verde, é na capital Praia que a rápida urbanização da última década tem evidenciado um contrastante processo de ocupação do solo. A velocidade de crescimento da capital (6% a.a.), na última década, tem configurado um espaço urbano bastante segregado: Palmarejo e Cidadela, bairros luxuosos para o padrão local, convivem lado a lado com os precários Kobon, Tira-Chapéu e Bela Vista.

Dada a condição local de pobreza aliada a um Estado sem riquezas naturais, como é o caso do petróleo em Angola ou diamante em Serra Leoa, as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres são bastante dissimuladas, resultando num padrão de urbanização sem contrastes aparentes, contudo as vantagens locacionais são evidentes. A urbanização de Palmarejo promovida pelo governo nos anos 1990, voltada para a classe média, induziu à implantação de equipamentos urbanos ausentes em outros bairros mais antigos da cidade. No Palmarejo, encontram-se escolas primárias, secundárias e ensino superior, bancos, supermercados, farmácias, transporte coletivo. O bairro vizinho, Kobon, ao contrário, nem água canalizada tem.

Os planos diretores desenvolvidos ao longo dos anos 2000, longe de discutirem reforma urbana, acesso à terra e planejamento participativo, integram uma vertente menos progressista do planejamento urbano

Outro ponto central de argumentação é a fragilidade do crescimento urbano da capital ao longo dos últimos anos. A cidade tem apresentado um quadro de crescimento forçado pelas empresas do setor imobiliário, na direção oeste, deixando pelo caminho diversas áreas vazias e ociosas. Esta opção de crescimento faz com que seja necessário cada vez mais investir na expansão da infraestrutura (água, luz, esgotamento, transporte), com uma forte sobrecarga infraestrutural para o poder público, enquanto bairros infraestruturados não são devidamente adensados. O ônus deste

crescimento é de todos, enquanto apenas uma parcela muito pequena dos habitantes é beneficiada: os detentores dos terrenos valorizados no processo.

Do mesmo modo, o processo de segregação espacial é parte constituinte da estrutura de desigualdade nas condições de acesso à terra urbana, em todo o país. A delimitação das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral tem criado enclaves de investimento internacional, cujos exemplos de Sal e Boa Vista expõem a voracidade destes processos de ocupação.

Mais é menos: a sobreposição das matrizes

Nos anos 1980 e 1990, no mundo todo, o planejamento estratégico colaborou para o acirramento da segregação espacial urbana. Dentro de um modelo competitivo na conquista de investimentos financeiros, o planejamento estratégico incentivou projetos de remodelamento e requalificação urbana, na qual as cidades competiam entre si pela instalação de grandes empresas. Numa perspectiva histórica de desigualdade econômica não é possível para países periféricos competirem com economias solidamente estabelecidas. A “vantagem competitiva das nações” (PORTER, 1990), largamente defendida e difundida desde os anos 1980, pressupõe uma hipótese de simetria de poderes. Ao fim e ao cabo, tal modelo econômico despreza o jogo de forças ao qual as sociedades estão submetidas. Ao desconsiderar as assimetrias de poder econômico entre os países, o modelo porteriano colabora para invisibilizar a exploração histórica do norte sobre o sul global.

Inserida neste modelo de intervenção urbana, a remodelação de Barcelona é uma das maiores referências, lado a lado com a reforma da zona portuária de Londres e a reabilitação de Puerto Madero, sua correlata latino-americana. Sob esta ótica, guardadas as devidas proporções, foi proposto em Cabo Verde o já referido projeto Gamboa Frente Marítima, na Cidade da Praia. No Sal e em Boa Vista, os empreendimentos do grupo Riu têm seguido na mesma direção.

Nesta ilha, o grupo espanhol inaugurou em 2008 o hotel Riu-Karamboa, um *resort* com 800 quartos. O mais recente empreendimento do grupo, Riu-Touareg, na mesma ilha, iniciou o seu funcionamento, em 2011, com 881 quartos de uma megaestrutura prevista para albergar quatro mil pessoas. Foram contratados para

as obras quase mil trabalhadores, a maioria vinda da África Continental em condições bastante precárias de trabalho. A população local duplicou em menos de uma década: de 4,2 mil habitantes para 9,1 mil habitantes no último censo (INE, 2011). Os dois empreendimentos do grupo Riu têm capacidade de hospedar quase seis mil pessoas, ou seja, o equivalente a 2/3 dos moradores locais. Gerador de energia e dessalinização de água são grandes infraestruturas exclusivas para estes hotéis. O fornecimento de todas as refeições vem diretamente da Espanha, por navio. Em 2007, foi inaugurado o aeroporto Internacional de Boa Vista, tornando-a mais acessível aos alemães, belgas e ingleses do que aos vizinhos moradores da ilha do Maio, uma vez que estas duas ilhas, apesar da pouca distância que as separa, não têm nenhuma ligação direta, nem aérea, nem marítima.

Boa Vista tem sido redesenhada em função destes enclaves autossuficientes, os quais demarcam uma nova insularidade no território, sem quaisquer relações com a população local ou com o país. O que todos estes projetos têm em comum é o grande investimento em megatransformação espacial de determinada região da cidade, acompanhada da expulsão sistemática da população originária, em um processo de forte valorização imobiliária, à custa de obras públicas, cujos lucros são detidos apenas por grupos privados e não divididos para toda a sociedade.





Eymard Brandão: *Sem título* (Série Solo e sub-solo).
Fotografia, 37 X 45 cm, 2013

Em síntese, ao menos três grandes matrizes de abordagem sobre o território urbano sobrepõem-se nos dias de hoje: a anacrônica matriz modernista (muito utilizada nos gabinetes da administração pública), a matriz pós-modernista (incorporada pelos grandes escritórios privados) e a matriz participativa (cobrada por movimentos sociais e incorporada por administrações progressistas, constituindo-se ainda matriz de exceção). Nesta conjuntura, mercado, Estado e planejadores permanecem voltados e ligados aos mesmos interesses. Ao mesmo tempo, está-se diante de um intenso processo de despolitização das discussões sobre o espaço urbano, resultando num total escamoteamento dos processos de exclusão. Especificamente na África, a colonização europeia continua a desenhar os territórios, por meio dos interesses de grandes investidores privados, como é o caso dos grupos ingleses e espanhóis em Cabo Verde.

As cidades de crescimento acelerado, independentemente de seu tamanho, particularmente em países pobres, serão inadvertidamente, muito em breve, centros de pobreza e, provavelmente, de miséria

Como lidar com tais variáveis complexas sem uma grade teórica adequada a esta realidade? A transposição das teorias urbanas “norte-cêntricas” é insuficiente. Com sua gênese na análise da cidade industrial e pós-industrial, dizem pouco respeito a cidades cuja industrialização é insignificante, como é o caso de Cabo Verde. A literatura voltada para as megacidades de serviços e de comunicação é igualmente fantasiosa para esta realidade. Ainda que em direção oposta, o planejamento participativo e o direito à cidade, modelos teóricos bastante consolidados na América Latina, não podem ser simplesmente transplantados para o contexto africano. Não obstante o passado colonial comum entre os continentes, o século de independência que os separa delineou trajetórias marcadamente distintas no que concerne às lutas por direitos e à formação de movimentos sociais e a sua influência no desenho do território e das cidades.

Ademais, em termos de escala, as diminutas urbanizações cabo-verdianas são praticamente desprezíveis. No entanto, a complexidade dos processos observados

nestes territórios os insere numa rede de discussão global, da qual poucas cidades contemporâneas estão totalmente isentas. O tamanho da cidade medido em número de habitantes passa a ser uma variável a desconsiderar. O critério para a inserção das cidades cabo-verdianas nesta discussão é a transformação de seu território devido a processos globais. Como medir esta transformação?

É possível inferir que as cidades de crescimento acelerado, independentemente de seu tamanho, particularmente em países pobres, serão inadvertidamente, muito em breve, centros de pobreza e, provavelmente, de miséria. Tal prognóstico vai na contramão do planejamento urbano de matriz funcional ainda em voga pelos gestores locais. Planejar um território com base no ideal de cidade (modelo modernista) significa sempre estar às voltas com normatizações incumpríveis e defasadas com relação às dinâmicas da ocupação territorial. As cidades são constituídas por heterogeneidades complexas muito distantes da dialética ordem/desordem da racionalidade funcional modernista.

Soma-se nesta complexidade o convívio imbricado de sociedades informatizadas e ruralizadas, desconsiderado nas abordagens predominantes na literatura recente sobre cidades, muito afeitas à tecnologia e à sociedade de informação. Ou seja, no mesmo espaço urbano, tecnologias de última geração convivem com currais para animais.

Nestes casos, a normatização dos espaços tem se mostrado inútil. A Câmara Municipal da Praia já fechou, multou e fez diversas ameaças inócuas para resolver a questão da insalubridade resultante da alta densidade de animais no meio urbano. Com a falta de emprego, sobretudo para o contingente pouco qualificado para as demandas urbanas, os animais são uma fonte de renda e alternativa de alimentação para a população pobre. Mais do que hábitos culturais, a população rural traz consigo “hábitos econômicos”, isto é, alternativas para a própria subsistência em meio urbano.

Efetivamente, as cidades não lhes oferecem muito mais do que (escassas) probabilidades de acesso a melhores condições de vida. Embora em chances maiores do que no meio rural cabo-verdiano, tendencialmente estagnado e assolado pelas intempéries climáticas, as garantias de inserção nas ofertas que o meio urbano usualmente proporciona aos seus habitantes, diante deste cenário, são poucas. Desse modo, a criação de animais é uma alternativa de sobrevivência, pouco importando para estes

cidadãos se estão no campo ou na cidade. Dito de outra forma, a migração acelerada da população rural rumo à zona urbana não tem permitido a readaptação cultural e econômica da população migrante: o morador do campo traz para a cidade seus animais e seus hábitos cotidianos de cozinhar, lavar e tratar-se ao ar livre.

Por último, mas não menos importante, outra característica distingue muitas das cidades africanas, inclusive as cabo-verdianas: uma industrialização incipiente. Enquanto diversas áreas urbanas no mundo tiveram seus espaços desenhados em função de grandes plantas industriais, gerando necessariamente a distinção entre zonas industriais e residenciais, nenhuma cidade no país, inclusive a capital, passou por este processo. Tal característica reforça, no concernente à ocupação de território, uma menor tradição de separação e maior convívio multifuncional entre as zonas urbanas. O resultado é uma cidade de camadas rurais e urbanas indistintas e sobrepostas, na qual o urbano do computador, do automóvel, das estradas e conglomerados construídos não se separa dos animais e do uso da rua para as funções domésticas.

Os desafios da multifragmentação

Em breves linhas foram apresentados os problemas da multifragmentação da condição urbana em Cabo Verde, acirrada nas últimas décadas pelos inúmeros projetos imobiliários e turísticos de capital internacional. A fricção local/global tem imposto uma agenda internacional aos agentes públicos e um “ideal” de desenvolvimento à população local, sem haver qualquer voz dissonante neste quadro.

As cidades cabo-verdianas são, em suma, o resultado de uma ocupação territorial de base colonial sobreposta ao recente modelo neoliberal, no qual a hegemonia do mercado é evidente. O breve período de consolidação nacional foi praticamente deglutido pela abertura dos anos 1990, estabelecendo um território e cidades quase que diretamente resultantes do colonialismo para o “neocolonialismo”. Sem mencionar as múltiplas camadas dos modos de habitar este espaço, as quais põem em questão as clássicas distinções entre urbano e rural. Acrescenta-se aí a industrialização incipiente, processo ausente da consolidação de suas cidades.

Esta perspectiva não é abordada na literatura especializada sobre cidades, a qual está inexoravelmente voltada para os problemas advindos da cidade industrial desde a sua gênese, constituindo um referencial teórico inadequado para a diversidade das situações urbanas nos dias de hoje.

Analisamos esta complexidade diante das três matrizes predominantes do pensamento urbano, para concluir que a sobreposição destas matrizes, em Cabo Verde, tem colaborado para um aumento da segregação espacial urbana. O planejamento participativo, uma matriz de exceção no arcabouço teórico hegemônico, não tem feito parte da agenda nacional. A maior parte dos atores sociais continua afastada das decisões sobre o território. O ritmo de crescimento acelerado das cidades não apresenta qualquer sinal de reversão ou estagnação para os próximos anos: Praia e Assomada em Santiago, Santa Maria e Espargos no Sal, e Sal-Rei e Rabil em Boa Vista são cidades em ebulição.

As cidades cabo-verdianas são, em suma, o resultado de uma ocupação territorial de base colonial sobreposta ao recente modelo neoliberal, no qual a hegemonia do mercado é evidente

Ainda que sejam assuntos já debatidos noutras partes, uma aproximação à realidade arquipelágica acrescenta novas complexidades à discussão sobre as cidades contemporâneas. Ademais, em Cabo Verde não têm sido investidos esforços para uma reflexão sistemática sobre a ocupação do território, em especial no período pós-independência, de maneira que este ensaio é um primeiro esforço para lançar algumas reflexões fundamentais sobre o contexto local.

Neste cenário, como é possível pensar a condição urbana? Como o colonialismo, a não industrialização e a globalização têm determinado as cidades africanas, e, em específico, as cabo-verdianas? Não é possível analisar estas cidades com modelos do norte global, os quais resultaram de condições históricas distintas e, muitas vezes, opostas.

Com vistas a evitar o acirramento das desigualdades em diversas escalas (local, nacional e internacional), é necessário haver o empoderamento dos atores

locais, com a tomada de consciência sobre o seu papel neste jogo de forças. Isto é, propomos a politização do território, por meio do reconhecimento dos diversos agentes que interferem nos seus direcionamentos e tornando visíveis variáveis usualmente dissimuladas. Desta maneira, para uma abordagem emancipatória sobre o território, há que se garantir um equilíbrio de forças para que as múltiplas vozes tenham a oportunidade e a capacidade para organizar seus interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas.

Esta pode vir a ser uma importante atribuição da universidade nacional e de seu recém-implantado centro de investigação em desenvolvimento local e ordenamento do território: mais do que atender às demandas emergenciais por planejamento territorial, trata-se de criar as condições e ferramentas possíveis para tornar visíveis as suas dinâmicas. Num contexto de escassa tradição investigativa (ou de iniciativas tematicamente dispersas), dada a jovialidade da universidade pública (fundada há poucos anos), apostar na pesquisa como meio fundamental para o empoderamento social é *per si* prática de resistência, empoderamento e emancipação.

Em outras palavras, a pesquisa sobre o território em Cabo Verde deve elucidar as disparidades a que o país está submetido no cenário mundial e as desigualdades impostas internamente, pelas elites nacionais, para o controle do território com vistas a vantagens próprias. Além disso, é fulcral considerar como os imperativos econômicos de um Estado pobre perpetuam as relações de dependência. Como empoderamento e autonomia podem ser considerados neste quadro sem resvalar para um discurso romântico-abstrato pouco útil? Ou ainda, como agir na tensão entre colaboração internacional e o apelo do mercado imobiliário e ao mesmo tempo assegurar uma melhora de vida real para a população, não apenas limitada a uma elite privilegiada?

Finalmente, defendemos que a jovem universidade no país é inexoravelmente um importante ator social. A sua missão, no que concerne ao território, deve guiar-se, portanto, pelos confrontos com os desafios da condição multifragmentada do território local e nacional, com vistas a apresentar boas hipóteses de reflexão para uma autonomia do conhecimento e para a construção nacional.

Referências

- ANDRADE, M. (Org.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral – a arma da teoria, unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- CORREIA E SILVA, A. *Histórias de um Sahel Insular*. Praia: Spleen, 1996.
- FURTADO, C. *As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago*, Cabo Verde. Praia: ICL, 1993.
- INE. *Estatísticas por tema: população e condições de vida*. Praia: INE, 2010. Disponível em: <www.ine.cv>. Acesso em: 24 mar. 2013.
- INE. *Apresentação dos resultados definitivos do recenseamento geral da população e habitação – 2010*. Praia: INE, 2011.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MBEMBE, A. *On the Post-Colony*. Berkeley: University of California, 2001.
- MOASSAB, A. Território e identidade em Cabo Verde. In: LIMA, A. (Org.). *Paralaxe*. Fortaleza: Funcap, 2012.
- MOASSAB, A.; VIEIRA, M. *Análise de gênero nas áreas protegidas de Cabo Verde*. RPALCDP/ UNDP, 2010. Relatório técnico. Não publicado.
- MOREIRA, S. A taxa do desemprego real em Cabo-Verde é aproximadamente de 57,1%. *Notícias do Norte*, 12 jun. 2012. Disponível em: <noticiasdonorte.publ.cv>. Acesso em: 29 jan. 2013.
- ONU. *Urban Population, Development and the Environment 2011*. New York: United Nations, 2011.
- PORTER, M. *The Competitive Advantage of Nations*. New York: Free Press, 1990.
- POURTIER, R. *Villes africaines (Dossier 8009)*. Paris: La Documentation Française, 1999.
- SANTOS, M.E. (Coord.). *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa: IICT; Praia: INIC, 2001.
- SANTOS, M.E. et al. (Coord.). *História concisa de Cabo Verde*. Praia: IIPC; Lisboa: IICT, 2007.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, M.; RODRIGUES, G. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Unesp, 2004.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ARTHUR B. SENRA
Sem título, 2010
arthurbsenra.com

24

S-400



ESTATUTO DA CIDADE, MAIS DE 10 ANOS DEPOIS:

razão de descrença, ou razão de otimismo?

EDÉSIO FERNANDES*

RESUMO A Lei Federal de Política Urbana – o Estatuto da Cidade, de 2001 – tem sido amplamente considerada internacionalmente como um esforço pioneiro no sentido da construção de um marco regulatório mais adequado para oferecer suporte às tentativas governamentais e sociais de promoção da reforma urbana. Contudo, passados mais de 10 anos de sua aprovação, há muitos debates significativos sobre sua eficácia. Mas o que exatamente se pode esperar da nova legislação urbanística? O que é preciso para que a lei possa ser plenamente aplicada e socialmente eficaz? Quais são a natureza, as possibilidades e as restrições de uma tal legislação progressista em face do processo sociopolítico mais amplo? Este artigo pretende discutir tais questões por meio de uma avaliação crítica da aplicação específica do Estatuto da Cidade, visando também a fornecer elementos para uma discussão mais geral sobre as expectativas, reais e falsas, existentes em torno das leis urbanísticas que têm sido aprovadas em diversos países para regulação de direitos e gestão fundiária, ordenamento territorial, planejamento urbano e habitação social.

PALAVRAS-CHAVE Legislação urbana. Estatuto da Cidade. Reforma urbana.

CITY STATUTE, MORE THAN TEN YEARS LATER:

a reason for disbelief, or for optimism?

ABSTRACT Brazil's national urban policy law - the 2001 City Statute - has been widely regarded internationally as a groundbreaking effort to conceive a regulatory framework more conducive to providing adequate legal support to governmental and social attempts to promote urban reform. However, more than 10 years have passed since its approval, and there are significant debates about its efficacy. But, what exactly can be expected of the new urban law? What is required for it to be fully enforced, and socially effective? What are the nature, possibilities and constraints of such a progressive urban law vis-à-vis the broader sociopolitical process? This paper aims to discuss such questions through a critical assessment of the enforcement of Brazil's City Statute, also aiming to provide elements for the more general discussion on the growing, real as well as false, expectations existing around the newly approved urban laws in other countries governing land rights and management, territorial organization, urban planning, and social housing.

KEYWORDS Urban legislation. City Statute. Urban reform.

* Professor e consultor internacional. Membro da DPU Associates (Inglaterra) e da Teaching Faculty of the Lincoln Institute of Land Policy (Estados Unidos da América). E-mail: <edesiofernandes@compuserve.com>.

A Lei Federal de Política Urbana – o Estatuto da Cidade – foi aprovada em 2001 depois de doze anos de intensas discussões e negociações no Congresso Nacional. Desde então, a lei tem sido aclamada internacionalmente, a ponto de o Brasil ter sido inscrito no Rol de Honra da ONU (UN-HABITAT) em 2006 tão somente por tê-la aprovado. Abertamente invejado por formuladores de políticas públicas e gestores urbanos de diversos países, o Estatuto da Cidade tem sido repetidamente promovido pela importante iniciativa internacional Aliança das Cidades/Cities Alliance como sendo o marco regulatório mais adequado para oferecer bases jurídicas sólidas para as estratégias governamentais e sociopolíticas comprometidas com a promoção da reforma urbana.

No entanto, nos últimos anos tem crescido entre diversos setores no Brasil o sentimento de descrença nessa lei-marco – que na melhor das hipóteses não “teria pegado”, ou que na pior das hipóteses teria contribuído para agravar ainda mais o processo histórico de segregação socioespacial das cidades brasileiras. Este artigo pretende examinar a validade dessa crítica ao Estatuto da Cidade, e para tanto me proponho a discutir como os princípios e possibilidades da nova ordem jurídico-urbanística consolidada pela lei federal têm sido efetivamente compreendidos e assimilados por juristas, urbanistas, gestores públicos e pela sociedade brasileira, especialmente no contexto dos novos Planos Diretores Municipais que têm sido aprovados desde 2001.

A aprovação da lei federal em 2001 foi em grande medida resultado de um amplo processo nacional de mobilização sociopolítica clamando pela promoção de reforma urbana no Brasil. O Estatuto da Cidade regulamentou o capítulo original sobre política urbana que tinha sido aprovado pela Constituição Federal de 1988, capítulo esse que também tinha sido precedido por uma mobilização sociopolítica sem precedentes, e que se manifestou especialmente por meio da Emenda Popular pela Reforma Urbana.

Já discuti o capítulo constitucional e o Estatuto da Cidade em detalhe em outros trabalhos;¹ para os fins deste artigo, basta destacar que a lei federal:

- firmemente substituiu a noção – dominante na ordem jurídica – de propriedade privada individual sem maiores qualificações pela noção das “funções sociais da propriedade e da cidade”, de forma a dar suporte às políticas públicas de inclusão socioespacial e às estratégias de democratização do acesso ao solo urbano e à moradia nas cidades;
- criou diversos processos sociopolíticos, mecanismos jurídico-institucionais, instrumentos jurídicos e urbanísticos, bem como recursos financeiros destinados a viabilizar a implementação de uma gestão urbana justa e eficiente, tendo colocado ênfase na necessidade de captura pela comunidade de pelo menos parte da enorme valorização imobiliária que tem sido gerada pela comunidade e pela ação estatal, mas que tem sido tradicionalmente apropriada quase que exclusivamente pelos proprietários de terras e imóveis;
- propôs um sistema de governança urbana amplamente descentralizado e democratizado, no qual diversas dinâmicas de articulação intergovernamental e parcerias do setor estatal com os setores privado, comunitário e voluntário foram concebidas juntamente com diversas formas de participação popular nos processos decisórios e de elaboração legislativa; e
- reconheceu os direitos coletivos dos residentes em assentamentos informais consolidados à segurança jurídica da posse, bem como a regularização sustentável de seus assentamentos.

Juntas, essas dimensões certamente constituíram um novo *marco de governança da terra urbana* no Brasil.

Dada a natureza altamente descentralizada do federalismo brasileiro, a materialização efetiva desse novo marco jurídico inovador foi colocada em grande medida nas mãos das administrações municipais

1. Vide, entre outros, Fernandes (1995, 2007, 2011); Fernandes e Rolnik (1998).

Dada a natureza altamente descentralizada do federalismo brasileiro – considerado para muitos analistas como sendo o sistema mais descentralizado no mundo hoje –, a materialização efetiva desse novo marco jurídico inovador foi colocada em grande medida nas mãos das administrações municipais, especialmente por meio da formulação de Planos Diretores Municipais – PDMs. Anteriormente à aprovação da lei federal, a enorme maioria dos municípios não tinha um marco jurídico minimamente adequado para a disciplina dos processos de uso, ocupação, parcelamento, desenvolvimento, preservação, conservação, construção, e regularização do solo urbano. A maioria dos municípios não tinha sequer dados e informações básicas, mapas, fotos aéreas e outros materiais relevantes sobre seus próprios territórios e processos socioespaciais. Dos cerca de 1.700 municípios que passaram a ter a obrigação legal de aprovar PDMs de forma a materializar o Estatuto da Cidade, cerca de 1.450 já o fizeram de alguma forma – fato que em si mesmo é sem dúvida admirável.

Contudo, desde a aprovação do Estatuto da Cidade, ao longo desta primeira década do novo século, as cidades e as realidades urbanas brasileiras têm passado por mudanças profundas. As taxas de crescimento urbano no país certamente caíram, mas ainda são relativamente altas, agora especialmente nas cidades pequenas e de médio porte, levando à formação de um novo sistema de regiões metropolitanas, com 30 delas já reconhecidas oficialmente. O crescimento econômico do país e a formação de uma “nova classe média”/“classe trabalhadora precária” têm agravado problemas urbanos há muito existentes de transporte público e mobilidade, impacto ambiental e violência urbana. Diversos problemas de infraestrutura urbana e a crise energética nas cidades também têm se manifestado e agravado de diversas formas. A crise fiscal das administrações públicas, especialmente no âmbito municipal, é generalizada.

A profunda crise fundiária e habitacional no Brasil – constituída ao longo de séculos – tem ganhado novos contornos. O déficit habitacional continua enorme (calculado entre 6 e 7 milhões de unidades), e, apesar dos números impressionantes de unidades já construídas e/ou contratadas no contexto do Programa Nacional de Habitação “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), esse esforço do governo federal ainda não chegou plenamente aos setores mais pobres, sendo que o programa

tem sido criticado, entre outras razões, por ter reforçado processos históricos de segregação socioespacial e especulação imobiliária. Os níveis de valorização de terras, construções e aluguéis nas áreas urbanas têm batido recordes históricos, agora no contexto de um mercado imobiliário cada vez mais globalizado. Há nas cidades brasileiras um enorme estoque de terras urbanas providas com serviços públicos mas mantidas vazias por seus proprietários (correspondendo em alguns casos a 20% da malha urbana do município/região metropolitana), bem como de construções vazias, abandonadas e/ou subutilizadas (que chega a 5,5 milhões de unidades, de acordo com certos cálculos). Há também um enorme estoque, ainda não devidamente calculado, de bens de propriedade pública da administração direta e indireta, em todos os níveis governamentais, que não têm claramente cumprido uma função social.

As taxas de crescimento urbano informal seguem altas, agora com a maior densificação/verticalização de assentamentos antigos; formação de novos assentamentos (favelas e loteamentos irregulares) usualmente em áreas periféricas e cada vez mais em cidades pequenas e de médio porte; bem como o surgimento/renovação de outras práticas informais como “casas de frente e fundo”, aluguel informal, cortiços etc. O desenvolvimento urbano nas novas fronteiras econômicas, especialmente na Amazônia Legal, tem se dado amplamente mediante processos informais. Há um número crescente de disputas fundiárias e conflitos socioambientais por todo o país.

Também entre os grupos sociais mais privilegiados têm sido muitas as práticas que envolvem alguma forma de violação das leis fundiárias, urbanísticas, ambientais e edículas. A proliferação de condomínios urbanísticos – prática que não tem base jurídica sólida no país – e de loteamentos fechados – prática manifestamente ilegal – que tem ocorrido nas áreas periféricas dos grandes municípios, ou mesmo em outros municípios metropolitanos, tem feito com que pela primeira vez ricos e pobres estejam disputando o mesmo espaço nas cidades.

Por um lado, ao longo das duas últimas décadas, um volume gigantesco de recursos públicos – imóveis, isenções tributárias, créditos de todo tipo, subsídios financeiros, incentivos fiscais, direitos de uso e construção – tem sido cada vez mais transferido pelas administrações públicas em todos os níveis governamentais para o setor privado, promotores urbanos, construtores e agentes imobiliários.

Esse deslocamento crescente de recursos públicos tem se dado geralmente no contexto de programas de “renovação urbana”, “revitalização de áreas centrais”, “requalificação de centros históricos”, “grandes projetos urbanos”, “modernização de infraestrutura urbana/portos/aeroportos”, bem como de grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Por outro lado, além dos dados sobre os processos de especulação imobiliária e gentrificação de áreas, o número de despejos e remoções forçadas de comunidades que vivem em assentamentos informais consolidados – há muitas décadas, em muitos casos – é cada vez mais assustador, não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também em outros municípios anteriormente comprometidos com a promoção de reforma urbana, como Belo Horizonte e Porto Alegre. O processo de reforma urbana que tinha sido tão eloquente nas décadas de 1980 e 1990 – e que foi fundamental para a aprovação do Estatuto da Cidade – parece ter perdido fôlego, e a questão fundamental que tem repetidamente sido colocada por diversos setores sociais tem sido: de quem e para quem são as cidades, e quem tem sido efetivamente beneficiado pelas enormes transferências de recursos públicos?

Nesse contexto, o que aconteceu então com o Estatuto da Cidade e sua agenda de reforma urbana? A lei federal teria fracassado, como um grupo crescente de céticos parece acreditar? Ao invés de contribuir para a promoção de inclusão socioespacial, a lei teria perversamente contribuído para o processo crescente de mercantilização das cidades brasileiras – e para a maior periferização dos pobres – como muitos têm argumentado?

Passados mais de dez anos da aprovação da lei federal, uma avaliação ampla e crítica do já não tão novo marco jurídico de governança da terra urbana por ela consolidado – e especialmente das iniciativas municipais encarregadas de implementá-lo – se faz urgentemente necessária. Trata-se de um momento de reflexão que requer organizar as principais ideias, debates e experiências que estão por trás da aprovação do Estatuto da Cidade, assim como recuperar seus princípios e objetivos históricos. Fazer a crítica da ação dos principais atores envolvidos é fundamental para corrigir erros, mudar rumos e fazer avançar a reforma urbana no país. Uma tal avaliação é necessária sobretudo para determinar *se* e *como* os PDMs têm efetivamente traduzido os princípios gerais do Estatuto da Cidade em regras e ações,



identificar e discutir quais têm sido os principais obstáculos jurídicos e sociais à implementação plena da lei federal, bem como para discutir *se e como* a sociedade brasileira tem feito uso efetivo das diversas possibilidades jurídicas e sociopolíticas criadas pelo Estatuto da Cidade para reconhecimento de uma série de direitos coletivos e sociais criados pela nova ordem jurídico-urbanística.

Meus comentários a seguir são baseados em minha experiência pessoal lidando diretamente com o tema, bem como em uma série de estudos de casos, levantamentos e estudos comparativos que já se encontram disponíveis.²

A descrença no Estatuto da Cidade

Antes de se fazer qualquer avaliação sobre a lei federal, é preciso destacar que o Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2001 – se insere em amplo processo de reforma jurídica que tem sido promovido no Brasil há pelos menos três décadas, tendo como principais antecedentes diretos as Leis Federais nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano), nº 7.347/1985 (Ação Civil Pública) e nº 9.790/1999 (OSCIPs); a Constituição Federal de 1988 (especialmente os

2. *Vide*, especialmente, Santos Jr. e Montandon (2011); Schult, Silbert e Souza (2010); Cymbalista e Santoro (2009); *vide*, também, o “Banco de Experiências” regularmente mantido e atualizado pela Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/392-banco-de-experiencias>>).

arts. 182 e 183, que dispõem sobre a Política Urbana); e a Emenda Constitucional nº 26/2000 (que incluiu o direito de moradia no rol dos direitos sociais).

Desde sua aprovação, a lei federal tem sido complementada por uma longa série de outras leis federais: Medida Provisória nº 2.220/2001 (Concessão de uso especial para fins de moradia); Leis Federais nº 11.079/2004 (Parcerias público-privadas); nº 10.931/2004 (Crédito e registro imobiliário); nº 11.107/2005 (Consórcios públicos); nº 11.124/2005 (lei de iniciativa popular que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS); nº 11.445/2007 (Política de Saneamento); nº 11.481/2007 (Terras da União); nº 11.888/2008 (assistência técnica para comunidades); nº 11.977/2009 (criou o Programa “Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV e dispôs sobre regularização fundiária); nº 11.952/2009 (Amazônia Legal); nº 12.305/2010 (Política de Resíduos Sólidos), a mais recente sendo a Lei Federal nº 12.608/2012 (Política Nacional de Defesa e Proteção Civil).

Todas essas são direta ou indiretamente leis urbanísticas aprovadas na esfera federal, sem falar das diversas convenções e tratados internacionais que o Brasil tem assinado e ratificado (especialmente sobre direitos de moradia); nas incontáveis leis ambientais e sobre patrimônio cultural, desapropriação e registro imobiliário aprovadas também na esfera federal; nos projetos de leis em discussão (especialmente o PL nº 3.057/2000, que trata do parcelamento do solo urbano e dos condomínios urbanísticos, e o chamado Estatuto da Metrópole); nos anteprojetos (especialmente o que dispõe sobre resolução de conflitos fundiários); bem como nos igualmente incontáveis Decretos, Resoluções do Conselho Nacional das Cidades, Resoluções do CONAMA e Instruções Normativas da Caixa Econômica Federal.

A mera listagem dessas leis e outras normas federais em vigor deixa claro que uma nova ordem jurídico-urbanística, articulada e compreensiva, sofisticada mesmo, se constituiu no Brasil nas últimas três décadas, inclusive com o reconhecimento constitucional do Direito Urbanístico como ramo autônomo de Direito Público que tem como princípios paradigmáticos próprios as “funções socioambientais da propriedade e da cidade” e a “gestão democrática das cidade”. Diretamente comprometida com a agenda sociopolítica da reforma urbana – e etapa crucial na construção nacional e internacional do tão clamado direito à cidade –, a ordem jurídica brasileira já mudou significativa e estruturalmente.

Além disso, essa ordem jurídico-urbanística federal tem sido ainda mais ampliada desde 2001 com a aprovação de centenas de leis urbanísticas em todas as esferas governamentais, e especialmente com a aprovação dos mais de 1.400 Planos Diretores Municipais.

Ao mesmo tempo, também uma nova ordem institucional de natureza urbanística se constituiu na esfera federal com a criação em 2003 do Ministério das Cidades; a convocação de Conferências Nacionais/Estaduais/Municipais das Cidades bienalmente desde então; a instalação e ação do Conselho Nacional das Cidades; a ação da Caixa Econômica Federal – considerada como o maior banco público em ação no mundo; bem como os diversos planos e programas federais sobre temas urbanos, especialmente o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o mencionado PMCMV, que, considerados juntos, constituem o maior investimento jamais feito na história das políticas públicas da América Latina.

A constituição tanto dessa nova ordem jurídico-urbanística, quanto dessa nova ordem institucional sobre política urbana, é fundamentalmente uma conquista social, resultado de um processo histórico de mobilização social renovada envolvendo milhares de atores: associações comunitárias, movimentos sociais de todo tipo, ONGs, Igrejas, sindicatos, municípios, partidos políticos, e mesmo setores do capital imobiliário. Em especial, desde a década de 1980 – inicialmente com a mobilização pela aprovação da Emenda Popular pela Reforma Urbana –, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) tem lutado pelo reconhecimento constitucional pleno, ainda que tardio, da questão urbana e habitacional; pela descentralização, democratização e participação popular dos/nos processos decisórios; pela completa regulamentação do capítulo constitucional sobre política urbana; e pela criação de um aparato institucional sólido na esfera federal sobre a chamada questão urbana.

Contudo, nos últimos anos o FNRU, entre outros importantes atores sociopolíticos, tem fortemente denunciado:

Uma nova ordem
jurídico-urbanística,
articulada e
compreensiva,
sofisticada mesmo,
se constituiu no
Brasil nas últimas
três décadas



- o crescimento absurdo da especulação imobiliária no país, com frequência como resultado da utilização elitista dos novos recursos gerados (venda em leilões de Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs e outros) como resultado das novas estratégias de gestão territorial e urbana;
- a suposta “liberação dos valores imobiliários” por grandes eventos e projetos, levando à renovação dos processos de segregação socioespacial;
- o abuso dos argumentos jurídicos de “interesse público” e de “urgência”, que tem justificado toda uma série de desrespeitos sistemáticos da ordem jurídico-administrativa pelas administrações públicas;
- o enorme impacto socioespacial e socioambiental dos programas federais e outros;
- o aumento alarmante dos conflitos fundiários, dos preços de aluguéis, da informalidade urbana, dos despejos e remoções; e
- o agravamento dos problemas urbano-ambientais tradicionais, como as crises do sistema de transporte público e mobilidade e do sistema de saneamento básico.



Acima de tudo, por toda parte muitos setores sociais têm criticado a mercantilização crescente e abusiva das cidades brasileiras, que, para além de serem o *lugar* da produção capitalista pós-industrial, são também cada vez mais o *objeto* mesmo dessa produção capitalista na escala global. Esse processo de mercantilização das cidades tem demandado o reforço da cultura jurídica individualista e patrimonialista tradicional, vigente e dominante pré-Estatuto da Cidade, com a propriedade imobiliária concebida quase que exclusivamente como mercadoria, seu valor de troca prevalecendo sobre qualquer valor de uso, e a possibilidade de usar/gozar/dispor do bem imóvel sendo também interpretada como a possibilidade livre de não usar/gozar/dispor do bem – em outras palavras, de especular.

O que aconteceu, então, com a reforma urbana? Como explicar a enorme defasagem entre essa ordem jurídica ampla e sofisticada; essa ordem institucional compreensiva e mais do que nunca dotada de enormes recursos financeiros; e as alarmantes realidades urbanas e socioambientais do país?

Por um lado, a nova ordem jurídico-urbanística é em grande parte ainda desconhecida por juristas e pela sociedade, sendo também em grande parte objeto de disputas jurídicas e disputas sociopolíticas – que colocam enormes desafios à sua eficácia jurídica e social. Por outro lado, o Ministério das Cidades tem sido com frequência esvaziado e/ou atropelado financeira e politicamente pela Presidência da República e/ou por outros Ministérios; e o Conselho das Cidades tem sido sistematicamente esvaziado e/ou atropelado pelo Ministério das Cidades e por outros Ministérios, tendo tido dificuldades de renovação da mobilização dos atores sociopolíticos envolvidos. Quando não faltam projetos, há duplicidade, ineficiência, desperdício, falta de continuidade – e muita corrupção – na gestão urbana fragmentada em todas as esferas governamentais.

É nesse contexto que têm crescido as reações de descrença em relação ao Estatuto da Cidade por parte de urbanistas, gestores públicos e setores da sociedade. A lei federal tem sido mesmo abertamente demonizada por muitos, declarada culpada pelos processos recentes de segregação socioespacial e pela apropriação dos instrumentos de gestão territorial urbana – como os CEPACs – por setores conservadores, que estariam assim gerando novas formas de velhos processos de “socialização dos custos e privatização dos ganhos” e de reconcentração de serviços e equipamentos públicos.

A crítica é legítima?

Mas, o problema é mesmo da lei federal? Pessoalmente, acredito que esta é a hora de se perguntar: houve mesmo uma compreensão adequada por urbanistas, gestores e juristas – e pela sociedade – acerca da natureza e das implicações da nova ordem jurídico-urbanística? Os novos espaços jurídicos e sociopolíticos criados têm sido ocupados? Seus princípios estão sendo traduzidos em políticas urbanas? Seus direitos coletivos e sociais estão sendo demandados pela população? Seus princípios paradigmáticos estão sendo defendidos pelos tribunais?

Na base da descrença acerca do Estatuto da Cidade, há diversos fatores culturais e sociopolíticos de fundo que devem ser considerados com o devido fôlego, mas que para fins deste artigo serão apenas brevemente mencionados:

- a percepção ainda dominante no Brasil acerca do Direito e da lei, dada a forte

tradição cultural e sociopolítica de “legalismo messiânico”, com o Direito geralmente considerado como sistema objetivo, fechado em si mesmo, neutro e a-histórico, levando assim a uma visão meramente instrumental (para resolver) – e não processual – da lei; são poucos os que compreendem que, muito mais do que mero instrumento técnico, o Direito é campo aberto de disputas, (mais) uma arena sociopolítica para manifestação, confrontação e, em alguns casos, resolução de conflitos;

- o imediatismo das demandas sociais – que é certamente compreensível, se considerados o volume dos problemas urbanos e socioambientais acumulados e a urgência de seu enfrentamento, mas que ignora a história secular de abandono da questão urbana e a necessidade de mais tempo e especialmente de continuidade de ações para seu efetivo enfrentamento e superação;
- a percepção ainda dominante do Estado e do aparato estatal, ainda essencialmente assistencialista e clientelista, consequência da tradição de positivismo e formalismo jurídicos que ainda reduz o “público” ao “estatal”; e
- a percepção ainda dominante do planejamento territorial urbano como sendo a narrativa espacial exclusiva, dotada de racionalidade técnica e expressando valores ideais, e como tal totalmente desvinculada das dinâmicas dos mercados imobiliários.

Sobretudo, uma avaliação justa do Estatuto da Cidade requer a devida compreensão de como seus principais conteúdos têm sido materializados pelas leis urbanísticas – especialmente na esfera municipal – e pelas políticas urbanas em todas as esferas, quais sejam: as funções socioambientais da propriedade e da cidade; os princípios de política urbana includente; os instrumentos, mecanismos, processos e recursos de gestão urbana justa e eficiente; a incorporação da participação popular; e a regularização de assentamentos informais.

Em termos conceituais, o Estatuto da Cidade consolidou um novo paradigma jurídico sobre a questão da propriedade imobiliária, concebida não mais apenas em função do reconhecimento dos direitos individuais, mas também e sobretudo em função do reconhecimento das responsabilidades e obrigações sociais que resultam da condição de ser proprietário de um bem imóvel, bem como dos direitos coletivos e sociais sobre o solo urbano e seus recursos. A função social – que na nova ordem

jurídico-urbanística é a condição mesma de reconhecimento do direito privado de propriedade – deve ser determinada por planos diretores e leis urbanísticas e ambientais, especialmente na esfera municipal. Além de consagrar a separação entre direito de construir e direito de propriedade, promovendo uma plena ruptura com a tradição de civilismo jurídico e mesmo com o avanço do Direito Administrativo nesse sentido, o Estatuto da Cidade consolidou a interpretação de que, muito mais do que mera “limitação administrativa da propriedade”, a função social acarreta o poder de obrigar o proprietário a certos comportamentos. Trata-se assim menos do reconhecimento de um “direito de propriedade”, e mais de “direito à propriedade”: um direito sem conteúdo predeterminado e cujos valores sociais de uso coexistem – e em muitos casos superam – o seu valor econômico de troca.



O Estatuto da Cidade bebeu assim na fonte do Direito Público contemporâneo, expressando uma ordem pública maior do que a ordem estatal – tudo o que é estatal é público, mas nem tudo o que é público é estatal –, e como tal reconheceu

um conjunto de direitos coletivos: ao ordenamento territorial; à preservação ambiental; à regularização fundiária dos assentamentos informais consolidados; à participação em processos descentralizados e democratizados, bem como o direito social de moradia. A possibilidade de defesa coletiva em juízo desses direitos coletivos e interesses difusos em matérias de

“ordem urbanística” – mesmo contra o Estado – foi reconhecida e aberta para indivíduos, grupos, ONGs e para o Ministério Público. Ainda está para ser devidamente enfrentada a discussão acerca do significado e das implicações jurídicas da noção das “funções sociais da cidade”, bem como sobre a necessidade de reconhecimento da “responsabilidade territorial do poder público” para além das já reconhecidas formas de responsabilidade política, administrativa e fiscal da administração pública.

A ordem jurídica consolidada pelo Estatuto da Cidade requer uma mudança significativa também quanto à compreensão da natureza jurídica do planejamento territorial: trata-se de obrigação do poder público, direito coletivo da sociedade, e como tal não é apenas uma política discricionária – a falta de seu cumprimento gera improbidade administrativa, sendo que Prefeitos já perderam seus mandatos como consequência. Além de regular os processos de uso/ocupação/parcelamento do solo urbano, cabe ao poder público induzir diretamente os movimentos do mercado imobiliário, atuando assim sobre os terrenos vazios e propriedades abandonadas e/ou subutilizadas. Além de reconhecer e promover a valorização da posse, cabe

O Estatuto da Cidade consolidou um novo paradigma jurídico sobre a questão da propriedade imobiliária, concebida não mais apenas em função do reconhecimento dos direitos individuais, mas também e sobretudo em função do reconhecimento das responsabilidades e obrigações sociais

também ao planejamento territorial determinar as condições de cumprimento da função social da propriedade pública.

Uma questão fundamental de política urbana, mas que sempre foi negligenciada na tradição do urbanismo brasileiro, foi finalmente enfrentada pelo Estatuto da Cidade: quem paga, e como, a conta do financiamento do desenvolvimento urbano. Afirmando o princípio da justa distribuição dos ônus e benefícios da urbanização, o Estatuto da Cidade estipulou a outorga onerosa de direitos de construção e uso; a existência de diferentes categorias de indenização, com a desapropriação sendo exceção no regime da função social da propriedade; a captura de mais-valias e a gestão social da valorização imobiliária; bem como a noção de que mera expectativa de direito não é direito, sendo que não há direitos adquiridos em matéria urbanística.

A natureza da gestão urbana também foi profundamente alterada: em especial, a participação popular foi tida como critério de validade jurídica, e não apenas de legitimidade de sociopolítica das leis e políticas públicas. Planos Diretores Municipais – inclusive o de São Paulo – já foram anulados por falta de participação adequada. A importância de se criar um projeto sociopolítico de cidade que se traduza em um pacto socioterritorial é fundamental para a materialização dessa nova ordem jurídico-urbanística, sendo que surgiu daí a Campanha pelos Planos Diretores Participativos liderada pela Secretaria de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.

Em suma, Direito e planejamento urbano foram colocados pela ordem jurídica no lugar onde sempre estiveram, isto é, no coração do processo sociopolítico, especialmente na esfera municipal – processo esse cuja qualidade é que vai determinar o maior ou menor alcance da noção da função social da propriedade e as condições de gestão democrática das cidades.

São certamente muitos os limites dessa nova ordem jurídico-urbanística consolidada pelo Estatuto da Cidade, muitos são os gargalos que ainda requerem um

A ordem jurídica consolidada pelo Estatuto da Cidade requer uma mudança significativa também quanto à compreensão da natureza jurídica do planejamento territorial

tratamento jurídico e legislativo adequado, mesmo levando em conta toda a série de leis federais aprovadas desde 2001 – natureza, dinâmicas e custos dos procedimentos judiciais; falta de função social e custos do registro imobiliário; falta de apoio dos PDMs em um sistema articulado de gestão urbana; municipalismo exagerado e mesmo artificial; falta de uma dimensão regional/metropolitana; falta de compreensão das realidades específicas dos pequenos e médios municípios, especialmente no Norte e Nordeste etc.

Contudo, os avanços promovidos são inegáveis.

Mas o que aconteceu de fato com a nova geração de PDMs aprovados desde então?

Os estudos e análises já existentes demonstram que houve certamente avanços importantes na promoção pelos PDMs do discurso da reforma urbana, bem como em setores específicos – especialmente nas políticas de meio ambiente e patrimônio cultural. Outro avanço de enorme importância foi a criação por toda parte de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) “cheias”, isto é, correspondendo aos assentamentos informais existentes. O caráter participativo de muitos desses PDMs é inegável, ainda que a qualidade sociopolítica dos processos participativos tenha variado significativamente, expressando assim a diversidade de situações existentes nos diferentes municípios brasileiros. Talvez o avanço mais importante tenha sido a produção recorde de informações sobre as cidades brasileiras.

Contudo, ainda são muitos os problemas de eficácia jurídica que afetam os PDMs. Muitos deles têm sido marcados por formalismo jurídico e burocracia excessivos, sendo que em muitos casos houve remessa de regulamentação dos PDMs para outras leis municipais posteriores (no caso de um município importante, para 16 leis posteriores!). A modificação pontual dos PDMs por leis posteriores – mas que não têm envolvido participação popular – tem com frequência comprometido seus objetivos originais. Linguagem jurídica excludente e técnica legislativa imprecisa – a maioria das leis urbanísticas não sendo escrita por juristas – somente têm ampliado o espaço das disputas jurídicas e sociopolíticas.

Além das questões jurídicas, são também muitos os problemas de eficácia social que afetam a nova geração de PDMs. Os novos planos são ainda essencialmente planos urbanísticos tradicionais, meramente técnicos e regulatórios, e de modo

geral não houve uma territorialização adequada e firme de suas boas propostas e intenções. Poucos promoveram alguma intervenção significativa na estrutura fundiária e nas dinâmicas dos mercados imobiliários. Os novos instrumentos de gestão urbana foram usados sem que existissem “projetos de cidade” claramente definidos e acordados. São pouquíssimos os casos de PDMs nos quais se propôs a captura das mais-valias urbanísticas, mas, quando há tal previsão, não há uma política clara de redistribuição socioespacial desses novos e generosos recursos financeiros decorrentes do planejamento territorial.

E mais... poucos PDMs propuseram opções de moradia social nas áreas centrais; a enorme maioria não reservou terras para produção habitacional de interesse social (as ZEIS “vazias”); de modo geral não houve uma distinção clara entre “zona urbana” e “zona de expansão urbana” (especialmente no que toca à obrigação de implementação de infraestrutura pelos promotores imobiliários); não houve determinação de função social da propriedade pública; e tampouco uma proposta socioambiental articulada. Os grandes projetos que têm sido aprovados em muitos municípios – dos quais tantos despejos coletivos têm decorrido – com frequência têm atropelado frontalmente os objetivos declarados dos PDMs. De modo geral, falta integração entre políticas fundiárias, urbanas, habitacionais, ambientais, fiscais e orçamentárias. A regularização fundiária continua sendo vista como política setorial isolada, e têm sido enormes as dificuldades técnicas colocadas pelos PDMs à legalização de assentamentos informais.

A gestão dos novos PDMs é fundamentalmente burocrática, sendo que a falta de capacidade de ação na esfera municipal é um problema generalizado – mesmo grandes municípios não têm tido condições apropriadas de fazer uso adequado do enorme volume de recursos financeiros que o Governo Federal tem disponibilizado. Muitos PDMs são meras cópias de modelos, com frequência como resultado da verdadeira “indústria de consultores” que se constituiu. A linguagem do urbanismo tem sido tão obsoleta e excludente quanto a linguagem jurídica.

Como mencionado, na esfera federal, os problemas da gestão institucional ainda são muitos e falta integração plena das políticas setoriais, dentro e fora do Ministério das Cidades, especialmente com a política ambiental. Não há uma política nacional urbana/metropolitana e um sistema de cidades claramente definidos. Falta uma política nacional de ordenamento territorial (geral e da Amazônia Legal). Na sua enorme

maioria, os Estados-membros não têm políticas urbanas. Sobretudo, em todos os níveis governamentais, falta entre os gestores públicos uma compreensão de que cidade é essencialmente economia, requerendo políticas próprias, e não apenas “políticas sociais” e/ou “políticas de infraestrutura para o crescimento econômico”.



Conclusão

Parece então que estamos diante de mais um cenário de *plus ça change... plus c'est la même chose*. A confirmação de processos de segregação socioespacial pelo Estado em todos os níveis governamentais mostra como os urbanistas e gestores públicos continuam – cada vez mais – reféns de mercados imobiliários excludentes que eles mesmos criaram e fomentam, bem como de políticas públicas segregadoras que eles mesmos implementam.

Romper com essa lógica perversa requer um esforço fundamental de enfrentar as disputas jurídicas e políticas renovadas acerca do solo urbano e das cidades, e em especial juristas e urbanistas têm que repensar sua atuação histórica nesse processo. Uma ampla compreensão acerca da natureza e das possibilidades da nova ordem jurídico-urbanística requer de imediato um trabalho intensivo de informação e sensibilização dos operadores do Direito, juízes, promotores e registradores, bem como dos planejadores e gestores urbanos. Também é importante reconhecer que tem havido pouca demanda dos direitos coletivos e sociais pelos beneficiários da nova ordem jurídica.

Não há uma política nacional urbana/metropolitana e um sistema de cidades claramente definidos. Falta uma política nacional de ordenamento territorial (geral e da Amazônia Legal). Na sua enorme maioria, os Estados-membros não têm políticas urbanas

O Direito brasileiro mudou significativamente. Mas será que os juristas entenderam? Será que o urbanismo brasileiro mudou? Será que os gestores públicos assimilaram as novas regras? Será que a sociedade brasileira acordou para as novas realidades jurídicas? Jogar o jogo de acordo com as novas regras é imperativo para que se possa avançar na promoção da reforma urbana de modo a construir coletivamente cidades sustentáveis para presentes e futuras gerações.

Proponho, então, um otimismo muito cauteloso... O futuro do Estatuto da Cidade requer sobretudo um ampla renovação da mobilização sociopolítica em torno das questões fundiárias, urbanas, habitacionais e ambientais. Trata-se de tarefa de todos defender o Estatuto da Cidade das muitas propostas – essencialmente negativas – de mudanças que se encontram no Congresso Nacional; superar os obstáculos e aprimorar ordem jurídica; mas acima de tudo lutar pela implementação plena do Estatuto da Cidade.

Se “leis ruins” podem dificultar – e muito – o reconhecimento de direitos coletivos e sociais, bem como a formulação e a implementação plena de políticas públicas

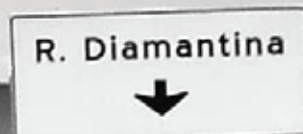
progressistas, “boas leis” por si sós não mudam as realidades urbanas e sociais, por mais que expressem princípios de inclusão socioespacial e justiça socioambiental, ou mesmo, como no raro caso do Estatuto da Cidade, quando fazem com que os novos princípios e direitos coletivos e sociais reconhecidos sejam acompanhados por uma gama de processos, mecanismos, instrumentos e recursos necessários à sua efetiva materialização. Se foram necessárias décadas de disputas sociopolíticas para que a reforma da ordem jurídico-urbanística tenha se dado, uma outra etapa histórica se abriu com a aprovação do Estatuto da Cidade, qual seja, a das disputas sociopolíticas em todas as esferas governamentais, dentro e fora do aparato estatal, pelo pleno cumprimento dessa lei.

A verdade é que o Brasil, e os brasileiros, ainda não fizeram por merecer o Estatuto da Cidade.

Referências

- CYMBALISTA, R.; SANTORO, P. F. (Org.). *Planos diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.
- FERNANDES, E.; ROLNIK, R. Law and Urban Change in Brazil. In: FERNANDES, E.; VARLEY, A. (Ed.). *Illegal Cities: Law and Urban Change in Developing Countries*. London; New York: Zed Books, 1998.
- FERNANDES, E. Constructing the “Right to the City” in Brazil. *Social & Legal Studies*, 16, 2007.
- FERNANDES, E. Implementing the Urban Reform Agenda in Brazil: Possibilities, Challenges, and Lessons. *Urban Forum*, 22, 2011.
- FERNANDES, E. *Law and Urban Change in Brazil*. Aldershot: Avebury, 1995.
- SANTOS JR., O. A.; MONTANDON, D. T. (Ed.). *Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles/Letra Capital, 2011.
- SCHULT, S. I. M.; SILBERT, C.; SOUZA, L. A. (Ed.). *Experiências em planejamento e gestão urbana: planos diretores participativos e regularização fundiária*. Blumenau: Edifurb, 2010.

DI KARTOLA/MARIA OBJETIVA
Série: Sem título. Fotografia, 2013



LEGAL

DINIZ PNEUS



CIDADE – ESPAÇO PÚBLICO?*

A economia política do consumismo nas e das cidades

HENRI ACSELRAD*

RESUMO O presente texto revê o debate sobre a questão do “público” no contexto das reconfigurações do capitalismo contemporâneo – brasileiro em particular –, identificando os mecanismos pelos quais as cidades tornam-se lugar do consumismo e do consumismo de lugar. Por um lado, observa-se um conflito sobre a configuração do visível, tendo por objeto a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos que neles se trata ou não se trata e dos atores que têm ou não motivos para deles se ocupar. Por outro, vemos operar os dispositivos de uma cadeia produtiva do estilo de vida dominante nas cidades, articulando o consumismo “das famílias” ao padrão macroestrutural de utilização do espaço, de seus recursos e das massas de capital em busca de sua rentabilização, disseminando uma determinada concepção do que seja o progresso e o desenvolvimento da nação, fazendo com que a atenção da população restrinja-se à busca de meios para participar do circuito acelerado do consumismo.

PALAVRAS-CHAVE Cidade. Espaço público. Consumismo.

CITY – A PUBLIC SPACE?

The political economy of consumerism in and of the cities

ABSTRACT The meaning of “public” is discussed within the contemporary remodeling of capitalism – in particular the Brazilian one – identifying the mechanisms that turned the cities into the place of consumerism and consumerism of place. On the one hand, it points out the political issues linked to the conflicts on visibility aiming at the distribution of public and private spaces, the issues to be publicly treated or not, the actors having or not reasons to deal with them; on the other hand, what is seen is a productive chain responsible for the life style prevailing in the cities that articulates household consumption to a macro-structural pattern of space use, as well as of its resources, disseminating a certain conception of a nation’s progress and development. Thus, people’s attention gets curtailed to the search of means to participate in the accelerated circuit of consumerism.

KEYWORDS City. Public space. Consumerism.

* Versão revista da palestra proferida no I Seminário Internacional Cidade e Alteridade – Convivência Multicultural e Justiça Urbana, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra; Universidade Federal de Viçosa; e Universidade de Itaúna (Belo Horizonte, 26 set. 2012).

* Professor Associado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (Brasil). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: <hacsel@uol.com.br>.

1. Trata-se aqui, por certo, do consumo privado de bens e lugares e não do dito “consumo” coletivo, este metáfora usualmente referida ao usufruto compartilhado de bens não exclusivos – o uso de uma rua, por exemplo, não reduz, a princípio, a possibilidade de que outros usuários também a utilizem, a menos que, como tem ocorrido com frequência no Brasil, por caminhos legalmente transversos, ruas sejam privatizadas no interior de condomínios fechados. Cf. Matos (1997) e D’Agosto (2008)

Conforme nos diz uma conhecida literatura urbanística, a cidade capitalista contemporânea tornou-se lugar de consumo e de consumo de lugar.¹

O espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade torna-se o lugar do consumismo e do consumismo de lugar. O que isto quer dizer e que implicações isto tem para o compartilhamento da cidade como espaço público?

A passagem do consumo ao consumismo resulta de, ao menos, três processos: 1. a construção social das necessidades torna-se uma variável dependente da própria atividade de produção, do esforço de venda – a chamada publicidade comercial – e da oferta de crédito – a oferta é pensada de modo a produzir sua própria demanda; 2. o sistema de valores se reconfigura de modo que o padrão de consumo se afirme como signo da posição dos sujeitos no espaço social; 3. a peça publicitária – instrumento da apropriação privada do tempo e do espaço coletivos, capaz inclusive de disseminar diferentes narrativas urbanas para os fins definidos por seus financiadores – assume ela própria a forma-mercadoria. Esse tipo de mercadoria é dotado, ademais, de uma condição absolutamente particular – a de um produto a cujo consumo todos os sujeitos estão, em princípio, submetidos compulsoriamente pelo modo como o espaço “público” é mercantilizado, e, poderíamos acrescentar, pelo modo como, crescentemente, o próprio espaço privado é por ela invadido, via telemarketing e outras formas de invasão publicitária dos espaços privados.

Vale ressaltar aqui o caráter irônico de ainda se pretender (como o faz a teoria microeconômica neoclássica hegemônica) que os consumidores – supostas unidades individuais de escolhas racionais – operem livres escolhas entre consumir ou não, entre consumir x ou y , quando não hes é dada a liberdade de escolher a respeito do consumo das próprias peças publicitárias. Estas vasculham cada ponto das

idades onde a visão e a audição dos indivíduos estejam disponíveis para sofrerem sua influência – sem falar em sua presença mais ou menos subliminar nos produtos da indústria cultural ou sua ação sobre a própria forma estética, na linguagem cinematográfica, em particular. É sintomático da potência da “ordem de justificação mercantil” – a alegação de que o bem comum resulta da livre operação do mercado² – que, por razões de coerência e adesão ao ideário liberal, no primeiro artigo de qualquer Estatuto dos Direitos do Consumidor em sociedade ditas liberais, não se tenha instituído o direito inalienável do indivíduo de não ser forçado ao consumo involuntário de peças publicitárias. Ressalte-se que, estas, diga-se de passagem, têm por finalidade exatamente restringir a capacidade de livre escolha, via condicionamentos emocionais e expedientes invasivos e biopolíticos – no sentido foucaultiano –, dado o modo como hoje estes são baseados nas ditas ciências do neuromarketing.

2. BOLTANSKI, 2000.

Sabemos que a cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer – com o advento do urbanismo competitivo – é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras/localizações fundadas em um culturalismo de mercado. Ou seja, assim como já conhecíamos a experiência de lugares sendo construídos por um esforço de venda microeconômico para fins turísticos, por exemplo, o planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, fazendo do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais.

A cidade é o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas, também, vale dizer – com o advento do urbanismo competitivo – é o lugar do consumismo de lugares

Isto posto, três mecanismos são mobilizados nesse duplo esforço de venda – de bens e lugares. Uma publicidade, como vimos, de tipo “microeconômica”, que procura manipular as decisões individuais de gasto; uma publicidade “macroeconômica” – por vezes chamada de institucional –, que procura reduzir nos



Estádio Mineirão,
a 200 dias de sua
inauguração.
Agência Minas

cidadãos sua capacidade crítica em relação aos processos políticos – sejam eles episodicamente eleitorais, sejam eles relativos à aceitação passiva das decisões de governos e corporações que concorrem concretamente para a construção de futuros urbanos ou coletivos de modo geral. Neste caso, a publicidade não espera provocar nenhum ato de compra, mas sim o consentimento diante de práticas institucionais ou decisões que são, via de regra, sujeitas a suspeita – senão, não justificariam tal tipo de dispêndio –, decisões estas tomadas por poderosos atores econômicos ou políticos, com fortes implicações para terceiros, sobretudo os destituídos de poder e que não foram consultados nem implicados em tais decisões – tais como políticas de revitalização/gentrificação e grandes projetos urbanos, por exemplo.

Ou seja, o que resulta do recurso a tais instrumentos de manejo das subjetividades coletivas é uma restrição do alcance e da vitalidade da esfera pública, inibindo-se a possibilidade de que certos temas, informações e questionamentos venham a ser publicizados, restrição esta que vigoraria ao menos na mídia beneficiada com os recursos de tais anúncios. Fato é que esta publicidade “macro” é decisiva para fechar a *cadeia produtiva do estilo de vida dominante nas cidades* – articulando o consumismo “das famílias” ao padrão macroestrutural de utilização do espaço, de seus recursos e das massas de capital em busca de sua rentabilização, disseminando uma determinada concepção do que seja o progresso e o desenvolvimento da nação e das cidades,

fazendo com que a atenção da população restrinja-se à busca de meios para participar no circuito acelerado do consumismo.³

Um terceiro mecanismo – poderíamos chamá-lo de publicidade mesoeconômica ou mesopolítica – é aquele por meio do qual se ocupa o espaço público em nome do interesse público, de modo, porém, a promover a lógica privatizante do urbano, louvando, por exemplo, as artes da especulação imobiliária nas escolas públicas por decisão de pedagogos responsáveis pela educação pública – *vide* o exemplo recente de um jogo imobiliário adotado nas escolas públicas municipais pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.⁴

Fato é que o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade (incluindo-se aquele associado ao esforço de venda das próprias peças publicitárias) mostra-se, assim, como parte da política – nos termos de Rancière – relativa ao “conflito sobre a configuração do visível, tendo por objeto a distribuição dos espaços privados e públicos, dos assuntos que neles se trata ou não e dos atores que têm ou não motivos de estar aí para deles se ocupar”.⁵ Observe-se, por exemplo, que o órgão de imprensa que torna visíveis as vantagens de uma marca de automóvel na cidade publicitária é o mesmo que omite o nome da montadora de automóveis que demitiu 2000 empregados, os quais, procurando tornar visível sua luta, reagiram em protesto fechando uma via pública. Verifica-se assim esse duplo jogo entre o que se aplica em propagandear e o que convém silenciar.

A imprensa comercial – louvada por vezes como a encarnação mesma da liberdade de informação – subordina-se – é sabido – a lógicas de ordem empresarial que se mostram, com frequência, limitantes significativos da livre circulação de informação.⁶ Caberia acrescentar: essa disputa pela configuração do visível é também parte da disputa pelos usos e sentidos do espaço “público” – não mercantil – material urbano. Ou seja, a disputa pela cidade – o que inclui, nela, a partilha entre público e privado – está em jogo quando, como vimos, se procura “vender a especulação imobiliária para os estudantes da escola pública”, como

3. Matéria recente da grande imprensa se felicita do fato de que, “com a instalação dos novos abrigos em pontos de ônibus em SP e relógios de tempo e temperatura, os anunciantes poderão voltar a divulgar suas marcas nas ruas. Mas não são apenas os anunciantes que estão empolgados com a notícia. Todo o mercado publicitário brasileiro comemora”. Comentário eletrônico subsequente a esta nota sustenta: “A pior coisa em um País é ter uma população que acha que ganhar dinheiro é pecado. Sem dúvida este é o motivo de alguns i-d-i-o-t-a-s acharem que a Lei Cidade Limpa foi boa. Houve a desarticulação de 22 mil postos de trabalho”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1221043-publicidade-voltas-ruas-de-sao-paulo-e-anima-setor-no-pais.shtml>>. Acesso em: 6 mar. 2013.

4. Carta aberta dos estudantes de pós-graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ ao Prefeito Eduardo Paes, 4/3/2013. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=733:carta-aberta-afirmando-descontentamento-e-repudio-a-distribuicao-do-jogo-qbanco-imobiliario-cidade-olimpicaq-nas-escolas-municipais&catid=67:outros&Itemid=7>. Acesso em: 7 mar. 2013.

5. RANCIÈRE, 1996b, p. 373.

6. Tanto mais que a constituição de um problema público resulta de um esforço coletivo de definição e controle de uma situação percebida como problemática, em que atores individuais e coletivos, organizações e instituições expressam, discutem e julgam opiniões, rastreiam problemas, lançam sinais de alerta e alarme; entram em disputas, polêmicas e controvérsias. Assinale-se que este processo, ademais, corre em paralelo à própria dinâmica de produção de atores individuais e coletivos e do processo de elaboração de culturas públicas, sob a forma, por exemplo, de repertórios de argumentos ou de vocabulários de motivos, cf. CEFAÏ, 2003.

no mencionado caso do jogo imobiliário utilizado nas escolas municipais do Rio de Janeiro, ou quando se invisibiliza a privatização de fato dos espaços comuns não mercantis da cidade pelo corrente lançamento no ar e nas águas dos produtos invendáveis da atividade capitalista – privatização essa naturalizada/invisibilizada de forma contínua desde os primórdios da industrialização europeia, como o mostram os textos do historiador Alain Corbin.⁷

7. Corbin (1987).

Mas, a despeito do manejo deste jogo de visibilização/invisibilização, as virtudes da privatização são assumidas cada vez mais explicitamente pelos agentes políticos da cidade-empresa. São muitos os exemplos: decisões da prefeitura alocam campo de golfe em área de proteção ambiental; estacionamento é planejado em lugar

onde se situa o antigo Museu do Índio etc. Eis que a disseminação do imaginário mercantil está a acelerar-se como nunca na perspectiva de se homogeneizar espaços e modos de vida: trata-se de concretizar o modelo antropológico dito do “individualista possessivo” – do indivíduo que se vê reduzido à condição de proprietário de seus bens, de seu corpo e de suas ideias – aquele pensado há 200 anos pelo liberalismo clássico de Hobbes e Locke. Hoje, radicalizado sob a forma do empresário de si próprio, este tipo de sujeito é, por alguns autores, identificado – em sua forma mais acabada – à figura do dependente de drogas, aquele que injeta substâncias químicas diretamente em seus centros nervosos de prazer, sem qualquer mediação – o prazer direto operando como substituto às múltiplas possibilidades de sua inserção no mundo da sociabilidade e da cultura⁸ –, configurando uma espécie de *homo neoliberalis*, de quem se espera preferir o *shopping* à cidade não mercantil. Eis que, em apenas aparente paradoxo, o consumo de *crack* aparece como problema urbano dito premente. A adesão ao apelo do prazer imediato do consumo – no caso, de substâncias químicas – transforma-se em ação coletiva de ocupação do espaço público e exibição do que parece ser o espetáculo mais acabado da urbanidade neoliberal.

Entre os demais vícios do individualista possessivo especificamente urbano está o de atropelar – por vezes literalmente – o direito alheio, aquele que constitui a cidade

8. Daly, Cobb Jr. e John (1994).

não mercantil. Em episódio recente, a filósofa Marilena Chauí viu-se agredida por reivindicar o direito de uso de uma calçada a um proprietário para quem o *status* de classe de seu veículo representava um passaporte fático para a privatização do espaço público. Se a perspectiva em vigor é a do consumidor que se substitui ao cidadão – tal como a pedagogia do consumismo tem de algum modo disseminado entre os que recém-chegaram a seu mundo por meio da ilusão da possibilidade de se comprarem planos de saúde e diplomas universitários –, por que não será também a de se impor a “superioridade” de seu circunstancial poder de compra sobre o direito alheio?

Acontece, entretanto, que a atividade capitalista não produz apenas mercadorias vendáveis, mas também “não mercadorias” invendáveis; temos assim de considerar a existência funcional de lugares – em grande parte urbanos – não destinados à atividade de consumo, que servirão de espaço ao lançamento dos produtos indesejáveis da acumulação – as chamadas zonas de sacrifício, que receberão toda sorte de resíduos, efluentes líquidos e gasosos resultantes da produção de mercadorias. Quanto à distribuição socioespacial desses produtos invendáveis da atividade capitalista, cujo volume cresce em razão da combinação entre esforço de venda e obsoles-

Entre os demais vícios do individualista possessivo especificamente urbano está o de atropelar – por vezes literalmente – o direito alheio, aquele que constitui a cidade não mercantil

cência programada das mercadorias, vale destacar duas teorias. A primeira, conhecida como “racionalidade Summers”⁹ é a que ao mesmo tempo descreve e justifica economicamente a exportação das práticas poluentes para os países e regiões de renda média mais baixa, como forma de configurar a espacialidade “ótima” do capitalismo liberalizado. Na segunda, o geógrafo David Harvey mostra como a competição interurbana implica a oferta de leis e normas flexibilizadas de modo a atrair capitais internacionais¹⁰ – e, como veremos, suas próprias atividades poluentes. Ou seja, com a liberalização das economias, instaura-se uma competição entre as localidades pela oferta atrativa de lugares a poluir ou a gentrificar de modo a atrair os investidores. Harvey desvenda assim a lógica política que configura as

9. Let them eat pollution. *The Economist*, 8 fev. 1992, p. 66.

10. Harvey (1996).

condições da viabilização da racionalidade econômica Summers. A economicidade das escolhas locacionais sugerida por Summers pode realizar-se por meio dos mecanismos da chantagem locacional dos investimentos apontada por Harvey. Temos, assim, como corolário que, pela combinação de ambos os processos, produz-se uma desigualdade ambiental e de condições de vida urbana tanto entre países mais industrializados e menos industrializados, como entre áreas mais ricas e mais pobres no interior dos diferentes países e das próprias cidades. Eis que, por mais disseminado que socialmente esteja o arco englobante do consumismo, pela combinação da ação das diferentes dinâmicas globalistas pós-liberalização das economias, processos especulativos no mercado de terras e escolhas locacionais discriminatórias têm concorrido para produzir cidades desiguais e territorialmente segmentadas.

Nessas cidades crescentemente desiguais, os grupos a quem se destinam a moradia precária, o trabalho perigoso e a proximidade com instalações arriscadas e ambientalmente danosas são, via de regra em maior proporção, grupos étnicos e população migrante. Veja-se o próprio exemplo do furacão Katrina, nos EUA, em 2005, um fato aparentemente “natural”, com seus efeitos socialmente determinados, em que os negros e latinos foram mais afetados proporcionalmente que os brancos; os pobres, mais que os de maior renda. Ou seja, a cidade do não reconhecimento, discriminatória – aquela em que os negros pobres encontram-se desprotegidos e onde um músico negro como Miles Davis é parado sistematicamente pela polícia por subverter a ordem discriminatória do consumo, sendo visto como suspeito de irregularidade por andar em veículo de luxo – se entrelaça com a cidade desigual, na qual os benefícios e os males do desenvolvimento são desigualmente distribuídos.

Há que considerar, por certo, que a esta cidade do consumo, da desigualdade e da discriminação opõem-se as forças da cidade não mercantil, tais como movimentos de contestação do consumismo urbano. Grupos de sem-teto, por exemplo, estenderam o raio de sua ação promovendo insurreições de usos de *shopping centers*, ocupando lojas para experimentar as mercadorias ali à venda, enquanto expunham claramente a sua indisponibilidade de recursos financeiros para proceder às compras. Procuraram assim abrir a discussão sobre o culto contemporâneo ao consumo, no contexto de condições de vida urbana social e ecologicamente adversas. Mulheres organizadas no Coletivo contra a Publicidade Destinada a Crianças,

por sua vez, denunciam: há propaganda de *fast food*, mas não há propaganda de chuchu ou abobrinha, o que configurara desigualdade no acesso às informações relativas à constituição dos padrões nutricionais. Elas perguntam-se, então: que padrão nutricional se pode esperar de crianças capturadas pela simbologia lúdica associada ao que lhes é apresentado como alimento? Ressalte-se que o custo da publicidade do *fast food*, como o de todas as demais, é repassado ao próprio consumidor, dado que este custo está incluído no preço da mercadoria. Poderíamos dizer, assim, que o consumidor paga, ele próprio, para ser exposto a uma concorrência desigual entre os bens que lhe são pelo mercado oferecidos. Manifestações de arte urbana procuram subverter os espaços da publicidade privada para problematizar a ideologia que ela propugna. Vale lembrar como, mesmo no período de ditadura, a arte de intervenção de Cildo Meireles subvertia a mercadoria, colando palavras de ordem políticas nos cascos – recipientes retornáveis – de refrigerantes de multinacionais em circulação.

A cidade desigual é também problematizada por movimentos de justiça ambiental e de denúncia de racismo ambiental, constituindo redes de questionamento das políticas fundiárias e ambientais, em defesa do igual acesso à proteção ambiental e aos recursos urbanos como direito de todos os cidadãos, seja em termos de nível de renda ou de origem étnica. Movimentos contra a ambientalização da exclusão denunciam a evocação de argumentos ambientais para legitimar remoções de populações faveladas que, por sua vez, nunca foram atendidas em seu direito à moradia,



dada a ausência histórica de políticas públicas habitacionais adequadas. Alguns conflitos evidenciam novas leituras do espaço urbano, propõem desenhar uma cartografia cultural autônoma e reivindicam o direito à diferença de forma independente com relação às dinâmicas mercantis da cidade. Trata-se de pôr em evidência a presença, no urbano, das marcas do que é culturalmente diverso e não mercantil, não redutível a relações de consumo, compra e venda; de procurar recuperar na cidade a experiência do encontro entre diferentes histórias e culturas, enfrentando o desafio de afirmar a alteridade, reivindicando o reconhecimento de identidades específicas e de direitos a elas associados: eis o exemplo das experiências de cartografia social de indígenas nas cidades¹¹ ou de reconhecimento de quilombos urbanos.¹²

11. Almeida e Santos (2008).

12. Souza e Farina (2012).

Mas, diante de tais iniciativas de resistência, observam-se também movimentos de internalização e neutralização da crítica pelas forças hegemônicas. Hale chama de “multiculturalismo neoliberal” o apoio proativo que os proponentes do neoliberalismo têm dado a demandas limitadas dos movimentos étnicos como forma de fazer avançar, segundo ele, a sua própria agenda – neoliberal.¹³ Tal hipótese é compatível com a ideia de que “o projeto neoliberal não trata apenas de políticas econômicas ou de reforma do Estado, mas inclui políticas de ajuste social informadas por um projeto cultural”.¹⁴

13. Hale (2012).

14. Assies e Hale (2002).

Certas dimensões do multiculturalismo neoliberal especificamente urbano são discutidas por Arantes, para quem as políticas de competitividade aplicadas às cidades apropriam-se do cultural como meio de criar imagens capazes de atrair investimentos nos mercados internacionais.¹⁵ Um culturalismo de mercado dá uma âncora identitária ao novo urbanismo, fazendo da cultura, antes esfera autônoma dos valores antimercado, um meio de “vender a cidade” e promover a espetacularização do urbano como forma de controle social a ocupar o lugar do espetáculo como festa popular. A diversidade étnica é assim celebrada para promover o redesenvolvimento urbano, a urbanização comercial em larga escala e o que a autora chama de “gentrificação estratégica” e especulativa. Após diagnósticos conservadores que apontavam, nos anos 1970, o risco de ingovernabilidade associado à presença de uma cultura adversarial solta nas ruas (a saber, 1968), que punha em questão o próprio mecanismo de reprodução simbólica da sociedade, a cultura passou, nas décadas seguintes, a adquirir papel central na governabilidade requerida pelo aparato de dominação. Assim, nas novas políticas urbanas do planejamento estratégico, a cultura não é mais “o outro”, mas *parte* do mundo dos negócios.

15. Arantes (2000).

Observa-se assim um jogo permanente de deslocamentos na disputa de sentidos para os lugares urbanos: vemos, de um lado, tanto a rebelião de periferias francesas, atacando o automóvel como símbolo da sociedade consumista e segregadora, como, de outro, a grande corporação de refrigerantes transformando o presidente da associação dos catadores do lixão de Gramacho, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em garoto-propaganda da cultura empresarial – ou do capitalismo como forma cultural...

Conforme observa o economista Pierre Veltz, os novos requisitos da espacialidade das empresas nas cidades exprimem hoje “o paradoxo segundo o qual os *recursos não mercantis* não vêm seu papel diminuir, mas, ao contrário, se afirmar



16. Veltz (1997).

e se estender nas economias avançadas tecnificadas e concorrenciais”.¹⁶ Os conflitos em torno da apropriação destas *dimensões não mercantis das cidades* exprimem a resistência diante da apropriação de tais meios em benefício da acumulação privada e contra a concentração dos impactos danosos dos negócios sobre os mais despossuídos. Este é o caso da luta dos pescadores artesanais da Associação Homens do Mar em defesa do caráter público da Baía da Guanabara; o mesmo ocorre com a recusa dos moradores de Santa Cruz de respirarem o grafite expelido pela siderúrgica alemã rejeitada na Alemanha e as manifestações maciças de ciclistas pelo direito ao espaço público nas cidades, entre outras. Tratando-se de bens não mercantis em disputa, não redutíveis, portanto, a transações de compra e venda, os conflitos por apropriação dos recursos urbanos apresentam forte potencial de politização – seja na busca de acesso equânime a ambientes saudáveis, seja na eliminação de controles policiais discriminatórios, de barreiras aos serviços de saúde suscitados pela cor da pele etc.

A cidade desigual é também problematizada por movimentos de justiça ambiental e de denúncia de racismo ambiental, constituindo redes de questionamento das políticas fundiárias e ambientais

Para o prêmio Nobel de Economia de 1954, Abba Lerner, toda transação econômica realizada é um conflito político resolvido. Inversamente, podemos sustentar que toda disputa pelos recursos não mercantis das cidades – saúde e saneamento, mobilidade, meio ambiente, segurança... –, disputas não redutíveis a relações de compra e venda, configura conflitos políticos em potencial. O que se está a pôr em jogo, pois, é a recuperação da cidade como espaço político, unindo lutas por reconhecimento e lutas por distribuição – questionando – nos termos de Jacques Rancière – “a ordem pela qual os corpos encontram-se distribuídos em lugares, funções e poderes”,¹⁷ buscando superar desigualdades e discriminações. Tais conflitos evocam Walter Benjamin, para quem, ante a temporalidade urbana do capital, que subordina e normaliza os outros tempos, só o tempo dialético da política, que inova e surpreende,¹⁸ pode opor-se à destruição da memória das cidades, assim como de sua dimensão pública e sua diversidade constitutiva.

17. Rancière (1996a).

18. Cf. BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, v. V, p. 576-577 apud MATOS, 1997.

Referências

- ALMEIDA, A. W.; SANTOS, G. S. (Org.). *Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: Casa8, 2008.
- ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. Tópicos 1 a 4, p. 11-48.
- BOLTANSKI, L. *El amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
- CEFAÏ, D. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques repères pour une approche pragmatique. In: CEFAÏ, D.; JOSEPH, I. (Org.). *L'héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Paris: La Tour d'Aigues; Éditions de l'Aube, 2003.
- CORBIN, A. *El perfume o el miasma: el olfato y lo imaginario social: siglos XVIII y XIX*. Segunda Parte: Purificar el espacio publico. Mexico: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 105-152.
- DALY, H. E. ; COBB JR.; JOHN, B. *For the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment and a Sustainable Future*. Boston: Beacon Press, 1994.
- D'AGOSTO, M. C. *Construindo consensos: conflitos na privatização de áreas públicas residenciais na cidade do Rio de Janeiro e as novas leis para parcelamento e uso do solo urbano*. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- HALE, C. R. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, 34, p. 485-524, 2002.
- HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, São Paulo, 39, p. 48-64, 1996.
- LET them eat pollution. *The Economist*, v. 322, n. 7745, 8 fev. 1992.
- MATOS, O. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. In: ————. *História viajante: notas filosóficas*. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p. 118-127.
- RANCIÈRE, J. El Dano. In: ALVARAY, R.; NAVET, G.; RUIZ, C. (Org.). *Filosofia francesa de Hory*. Santiago de Chile: Dolmen Ensayo, 1996a.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996b.
- SOUZA, M. A.; FARINA, R. N. Família Sacopã: identidade quilombola e resistência ao racismo e à especulação imobiliária na Lagoa, Rio de Janeiro. In: O'DWYER, E. C. (Org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: LACED – e-papers, 2012.
- VELTZ, P. Temps de l'économie, temps de la ville: les dynamiques. In: OBADIA, A. (Org.). *Entreprendre la ville: nouvelles temporalités, nouveaux services*. Ed. L'Aube, 1997. p. 389-399. (Tradução em português In: ACSELRAD, H. *A duração das cidades*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999).

LUCAS BRAGA

Série: *Bairro Santa Helena*, técnica mista, 2013



CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, CONSUMO E VALORAÇÃO SOCIAL*

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES**

RESUMO A partir de cinco entrevistas com catadores de materiais recicláveis, são realizadas reflexões a respeito das relações entre catadores, consumidores e sociedade brasileira num contexto mais geral. Tendo em vista acontecimentos como a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2001) e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), buscamos trazer à tona questões relacionadas à ascensão do paradigma ambiental, aos preconceitos historicamente sofridos pelos catadores e às possibilidades de reconhecimento e valorização do seu trabalho.

PALAVRAS-CHAVE Catadores de materiais recicláveis. Sociedade brasileira. Liminaridade.

RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS, CONSUMERISM AND SOCIAL APPRAISAL

ABSTRACT Starting from five interviews with collectors of recyclable materials, the relationship among collectors, consumers and the Brazilian society in a broader context is considered. Taking into account events like the creation of the National Movement of Recyclable Material Collectors (2001) and the approval of the National Policy of Solid Waste (2010), issues related to the rise of environmental paradigm, historically prejudiced collectors and possibilities of recognition and appreciation of their work are approached.

KEYWORDS Waste collectors. Brazilian society. Borderline situation.

* Trabalho realizado a partir de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, que originou a dissertação *Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira*, sob orientação da Prof^a Deborah de Magalhães Lima e defendida em junho de 2012.

** Pesquisadora Associada do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo – IPC-IG (Brasil).
E-mail: <beatriz.magalhaes@ipc-undp.org>.

No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem, ou então pessoas que tinham se jogado fora por vontade própria, ou que tinham se cansado de correr pela cidade para vender e comprar coisas novas destinadas a envelhecer imediatamente; pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo.
(CALVINO, 2007)

Passíveis, se quisermos, de receberem o mesmo olhar poético que é remetido pelo escritor na epígrafe acima, os catadores de materiais recicláveis, categoria longevamente presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, se constituíram como executores de seu ofício primordialmente por necessidade de sobrevivência. A organização da categoria existente atualmente, que pode ser observada em entidades como a Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) não oblitera o fato de estas pessoas, em sua grande maioria, serem original e ainda atualmente trabalhadores que catam materiais recicláveis como uma das únicas opções disponíveis para a sobrevivência por meio do trabalho (DIAS, 2002a). Essa mesma organização tampouco transcende uma realidade que se faz presente de forma maciça nas nossas cidades: a de catadores que trabalham sozinhos, sem pertencerem a alguma associação, cooperativa ou movimento, e que, portanto, se encontram mais expostos às chamadas situações de vulnerabilidade social, como a falta de moradia, bem como a situações de restrição de poder de barganha em negociações com os atravessadores, para quem o material catado é vendido.

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber:

1) o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristaliza as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material tem seu *status* transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) essa reorientação no destino do material promove benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

Proposições

Procuramos, aqui, realizar um estudo que busque fornecer subsídios para o maior entendimento de questões como as seguintes: do ponto de vista dos catadores, existe um desejo manifesto de inclusão na sociedade? Há uma percepção de ocorrência de preconceitos por parte da sociedade? Há, em relação aos últimos anos, a percepção de uma mudança positiva na forma pela qual a sociedade vê o grupo? Quais são as principais demandas desses trabalhadores junto à sociedade em geral e a algumas de suas instâncias específicas, como governos e setores empresariais? Ao mesmo tempo, também buscamos lançar luz à forma pela qual os catadores lidam com o trabalho e com o material coletado, procurando observar se há, por parte dos entrevistados, uma consciência dos serviços prestados à sociedade e uma necessidade e reivindicação do reconhecimento desses serviços.

As observações empíricas doravante mencionadas foram obtidas em pesquisas de campo realizadas entre agosto de 2010 e fevereiro de 2012, em Belo Horizonte. A pesquisa teve início durante o CATAFORTE, curso de capacitação dos catadores promovido pelo governo federal e executado pelo INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável). Ao longo de 2011, foi realizado um trabalho de campo em diversos eventos cujo público principal era também constituído por catadores, a saber: o “Seminário Regional sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a constituição de redes de organizações de catadores”, o “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Socioprodutiva dos catadores”, a Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais e o 10º Festival Lixo e Cidadania.

Durante os eventos mencionados, pude realizar quatro entrevistas com catadores presentes, três deles lideranças da categoria em Minas Gerais: Dona Geralda, 61 anos,

uma das fundadoras da Asmare; Madalena, 50 anos, natural de Itaúna; e Gilberto, 37 anos, catador oriundo de Contagem; os dois últimos, líderes do MNCR. Entrevistei ainda Cleide, uma catadora de Justinópolis, cujo ingresso na atividade na reciclagem é recente, tendo ocorrido há dois anos. A entrevista com Alair, catador de 33 anos oriundo de Santa Luzia que trabalha sozinho na capital mineira, foi realizada proxima-mente a um local de catação do material. As cinco entrevistas constituem o principal foco de análise empírica do artigo, que busca, também, traçar um panorama contextual a respeito dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, com destaque para Belo Horizonte e seu entorno.

Nesse sentido, o trabalho de campo realizado possibilitou, além das entrevistas mencionadas, o contato com catadores de diversas cidades e regiões, os quais, conquanto vivenciem contextos em algum grau diversos, partilham de experiências e situações muitas vezes essencialmente semelhantes; assim, conformam uma categoria na medida em que se reúnem para participar de cursos de capacitação e eventos de mobilização e reivindicação de direitos junto à sociedade e ao poder público.

Para o caso de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde a década de 1930

A constituição de uma categoria

A busca da sobrevivência por meio da catação e revenda de materiais descartados é atividade presente há várias décadas nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Se nos voltarmos mais a fundo para o caso de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde a década de 1930 (DIAS, 2002a). Até 1975, ano em que foi criado o Aterro Sanitário da cidade, o lixo era depositado em uma das chamadas “bocas de lixo”, no Morro das Pedras. A partir dessa data, ainda segundo Dias (2002b, p.1), “a catação de recicláveis na cidade passa a ter no espaço da rua o seu lócus privilegiado”.

A autora (2002a, 2002b) descreve também a ocorrência, no período de 1979 a 1992, das “operações limpeza” promovidas pelos fiscais da prefeitura, que eram tentativas de expulsar os catadores das ruas da cidade, confiscando seus materiais e promovendo a intimidação dos trabalhadores. Cabe lembrar que os catadores não dispunham de galpões ou outros locais para realizar a separação do material, que, portanto, era realizada nas ruas. As tentativas sucessivas de retirada dos catadores das ruas da cidade, bem como a promoção de uma imagem do catador como marginal (DIAS, 2002b) são ações que demonstram a existência, no período, de uma relação altamente conflituosa entre o segmento e o poder público municipal.

Com a fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a Asmare, a situação dos catadores de Belo Horizonte passou por uma forte transformação. Freitas (2005) e Dias (2002a) descrevem o processo de fundação da Associação como uma reação à marginalização e criminalização impostas pela sociedade e pelo poder público.¹ A criação da associação fundamenta a conquista do grupo pelo direito ao seu trabalho, tendo possibilitado, ainda, uma série de outras conquistas importantes: a construção do galpão-sede da associação, na Avenida do Contorno, em 1992; um convênio com a prefeitura para a manutenção do galpão, no mesmo ano; o reconhecimento formal, por parte da prefeitura, da Asmare como parceira prioritária da coleta seletiva em Belo Horizonte, em outubro de 1993.

Em 1999, foi realizado, precisamente em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel. Em 2001, surgiu oficialmente o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), graças à articulação, em nível nacional, das demandas e lutas por direitos comuns, em diversas partes do país, relativas ao reconhecimento e à valorização, pela sociedade em geral e pelo poder público em especial, dos serviços prestados pelos catadores.²

Dos catadores de lixo aos catadores de materiais recicláveis

É interessante notar que, nas entrevistas com as lideranças de organizações (Dona Geralda, Madalena e Gilberto), a enumeração de dois tempos, um mais antigo, em que os catadores eram marginalizados pública e oficialmente, e um mais recente, em que a atividade do catador passa a ser mais valorizada e ele é considerado parceiro do poder público, é evocada recorrentemente:

Eu comecei a catar papel com oito anos de idade, né. Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo, ninguém tinha visão de meio ambiente, ninguém nem sabia o que era o meio ambiente. E a gente conseguiu achar alternativa de trabalho foi no material reciclável. [...] (A situação do catador) é melhor hoje do que quando eu comecei, né... Mas precisa ser muito mais melhorada ainda. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

1. A partir de um trabalho empreendido pela Pastoral de Rua, que visava resgatar junto ao grupo as dimensões da dignidade e da cidadania (DIAS, 2002a; FREITAS, 2005), um grupo de catadores organizou um movimento de mobilização pelo “reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público como pela população” (DIAS, 2002a, p. 58), que culminou com a fundação da Asmare, em 27 de abril de 1990, inicialmente com 10 associados.

2. Hoje, de acordo com informação prestada por Gilberto, o MNCR estima que haja cerca de um milhão de catadores no Brasil, dos quais 187.000 integram o movimento. O MNCR busca, entre os seus objetivos mais gerais, a valorização dos catadores, a autogestão e o controle da cadeia da reciclagem (MNCR, 2012). Em Magalhães (2012) mostramos que a criação do MNCR e o processo de reivindicação por demandas e direitos a ela relacionados são fatores importantes para a ocorrência de, no período 2003-2011, importantes desdobramentos para os catadores no âmbito das políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

(A situação do catador) melhorou muito. Mas também cabe a nós ter muita responsabilidade com os resíduos. Assim, a gente hoje é reconhecido, as cooperativas estão organizadas, as associações [...] Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(O catador, aos poucos) vai sendo mais reconhecido, o pessoal dá serviço, a sociedade vai tendo outra visão, passa a ter outra visão do catador... Porque antigamente tinha uma visão muito ruim: “Ah, aquele cara ali, ah aquele é um ladrão, aquele é isso, é aquilo”, uma visão negativa... E hoje, não vou falar todas as pessoas, toda a sociedade... Mas quem convive com o catador organizado já mudou esse conceito, aí vê que os caras trabalham, passa a conhecer as pessoas, cria vínculo com os catadores. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

No entanto, a ideia de que os preconceitos em relação aos catadores teriam diminuído sensivelmente ao longo dos últimos anos não aparece de forma consensual nas entrevistas. Embora nas falas de Dona Geralda, Madalena e Gilberto tenha sido relatada uma melhora em relação a tais preconceitos, na entrevista com Cleide houve uma ponderação em relação à questão:

Tem assim, tá dividido... Tem certos locais que nós vamos, igual assim, a gente tem condomínios, tem escolas... Um grupo de pessoas te apoia, outros já olham a gente com um ar assim meio de desdém, ainda, sabe, reprovando... [...]

Aí a gente tá esperando, né, vê se a gente consegue ou se sai o nosso galpão. [...] O projeto saiu, saiu até no jornal, o local [...] a comunidade não aceitou, falou que não queria o pessoal de lixão, prostituta, ladrão, traficante, chamaram a gente assim: “Ah não, vai vir prostituta, vai vir ladrão, maconheiro, a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não...” (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

A afirmação referida por Cleide reflete a prevalência de preconceitos em relação aos catadores. Assim, o passado descrito por Dona Geralda (“Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo”) se mostra, aqui, presente. Além do mais, é interessante mencionar uma fala de Alair, “Eles falam que catar material não é trabalho, mas eu acho que é trabalho sim”, em que existe a indicação de um juízo negativo a respeito da atividade da catação por parte de alguém ou algum grupo para quem “catar material não é trabalho”.

Os preconceitos manifestados por diversos indivíduos/instâncias da sociedade em relação aos catadores são, então, muitas vezes, referentes a uma associação desses trabalhadores ao lixo na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda. Assim, paradoxalmente, os catadores, em parte responsáveis pela limpeza das ruas e pela redução do lixo, são considerados “sujos”. Exemplos disso são as “operações-limpeza”, realizadas pela SLU de Belo Horizonte no passado; as denominações pejorativas recebidas por catadores relatadas em diversos trabalhos de campo (ver, por exemplo, FREITAS, 2005). No entanto, muitas vezes são eles que se percebem como realizadores de atividades que promovem a limpeza, e, associada a ela, a preservação do meio ambiente. Durante as entrevistas, pude perceber que esse papel é assumido e, ainda, reivindicado, muitas vezes de maneira a colocar os catadores em oposição a segmentos da população que não se preocupam com a coleta seletiva.

Assim, nos casos aqui analisados, indagamo-nos se, ao classificar os catadores pelos rótulos acima mencionados, os sujeitos não colocam seus preconceitos derivados da clivagem socioeconômica da sociedade bem como da aversão ao “lixo” e à “sujeira” acima do significado real da atividade dos catadores. Essa hipótese, caso confirmada, nos anuncia a existência do seguinte paradoxo: os que limpam são considerados sujos pelos próprios principais geradores dos resíduos. A existência desse esquema organizativo nos remete fortemente às ideias de Douglas (2010), que enfatiza o papel dos sistemas simbólicos na elaboração dos esquemas ordenadores relativos à limpeza e à sujeira, inclusive nas sociedades contemporâneas. Para a autora, é necessário que abstraíamos as noções de higiene e patogenicidade do nosso conceito de *sujeira* para conseguirmos visualizar que, embora tais conceitos ajam ativamente para que algo seja considerado sujo, há, ainda, a atuação de um outro componente: a ordem das coisas.

Assim, dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, *sujo*, estabelece-se que quem trabalha com esse material seria também

Dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, sujo, estabelece-se que quem trabalha com esse material seria também ‘sujo’

“sujo”. Cabe aqui lembrar, por exemplo, o próprio nome das ações do Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte que visavam despejar os catadores das ruas da cidade: “operações limpeza”, uma denominação bastante sugestiva nesse sentido.

Como a marginalização pode ocorrer, ainda, pelo fato de eles lidarem com resíduos, e o nome “catadores de lixo” adquirir, para muitos membros de classes de maior poder aquisitivo, conotação pejorativa, é emblemático e não trivial o fato de vários catadores organizados se autodenominarem “catadores de material reciclável”, tendo batizado a principal organização nacional da categoria de “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”. O incômodo dos entrevistados com a utilização recorrente do termo por parte de várias pessoas/segmentos da sociedade parece ser tão grande que, durante as falas, foram realizadas correções e observações a respeito:

Na verdade, tem uma coisa que o pessoal usa muito, que é falar essa palavra lixo. Não é lixo, é material reciclável. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Não é lixo, né?... Não existe lixo. Eu falo que, se fosse lixo, eu não tinha criado nove filhos, não tava aí até hoje trabalhando, né? Então, não é lixo. É matéria que sai extraída da natureza e que as pessoas não dá o destino correto pra elas. Nós dá esse destino há muitos anos. Nós sabe como fazer isso. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A fala de Gilberto originou-se de uma observação minha a respeito da coleta seletiva, na qual, ressaltado, não mencionei a palavra “lixo”. No caso de Dona Geralda, conversávamos a respeito do trabalho dos catadores quando surgiu o reparo. Assim, as observações de ambos podem ser interpretadas como reações a colocações feitas recorrentemente em relação a essa terminologia, muitas vezes de forma pejorativa, e que são, sob o seu ponto de vista, errôneas. Uma das conclusões interessantes a que chegamos, então, é que, do ponto de vista dos catadores, o material coletado não é considerado lixo. As denominações utilizadas por eles para o material, de acordo com o que se pôde observar, são “reciclagem”, “reciclado” ou “material reciclável”. Este último termo é o mais utilizado oficialmente pelos grupos de catadores nas reivindicações e eventos dos quais participei, tendo sido, inclusive, o termo escolhido para ser utilizado no próprio nome do movimento.

Para refletir a respeito dessa preocupação, transcrevemos a seguir as definições



do termo *lixo* que constam em dois dos principais dicionários do português brasileiro:

Lixo: 1. Qualquer objeto sem valor ou utilidade ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora 2. Recipiente próprio para acondicionar lixo 3. coisa ordinária, malfeita, feia 4. Pessoa sem qualquer dote moral, físico ou intelectual 5. A camada mais baixa da sociedade; escória, ralé (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001)

Lixo: [De or. obscura] S.m. 1. Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. 2. P. ext. Tudo o que não presta e se joga fora. 3. Sujidade, sujeira, imundície. 4. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. 5. Restr. Resíduos que resultam de atividades domésticas, industriais, comerciais, etc. 6. Fig. V. ralé (1). (*Novo Aurélio Século XXI - FERREIRA*, 1999)

Além de o termo “lixo” ser rejeitado em razão das conotações negativas que a palavra traz, deve-se mencionar, também, que, semanticamente, ele só é aplicável a quem o descarta. Para as pessoas que recolhem o material e lhe dão um destino diferente do descarte, o termo “lixo”, no estrito sentido do termo, não é correto, já que se trata precisamente do material que irá ser aproveitado para lhes prover o sustento. Num certo sentido, o “lixo” de alguns é o sustento de outros, tanto diretamente, como no caso dos catadores que pegam restos de comida, como no caso dos que apreendem o “lixo reciclável” e o transformam em “material reciclável”.

De fato, o aparente simples ato de os catadores pegarem esses resíduos já promove uma verdadeira transformação no *status* do que foi jogado fora: o que *era* lixo passa a ser algo não só *reciclável*, mas que irá, de fato, ser *reciclado*: ainda que, intrinsecamente, antes da coleta, o lixo já seja dotado desse estatuto de “reciclável”, trata-se, até então, de uma mera potencialidade, que poderá ou não ser realizada. E é precisamente a atuação do

catador que condiciona a realização dessa possibilidade. Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de *lixo*) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador.

Do lixo à mercadoria

Assim, quando é objeto da ação do catador, o lixo passa a ter *status* de mercadoria, ilustrando a definição de mercadoria de Appadurai (2010), associada à transitoriedade do estado das coisas. Segundo o autor, as mercadorias podem ser definidas como “coisas que, numa determinada *fase* de suas carreiras e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria” (*idem*, p. 29). Para ser mercadoria, assim, o objeto em questão precisa estar inserido num contexto mercantil, por meio do qual pode ser estabelecido “o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (*idem*, p. 30).

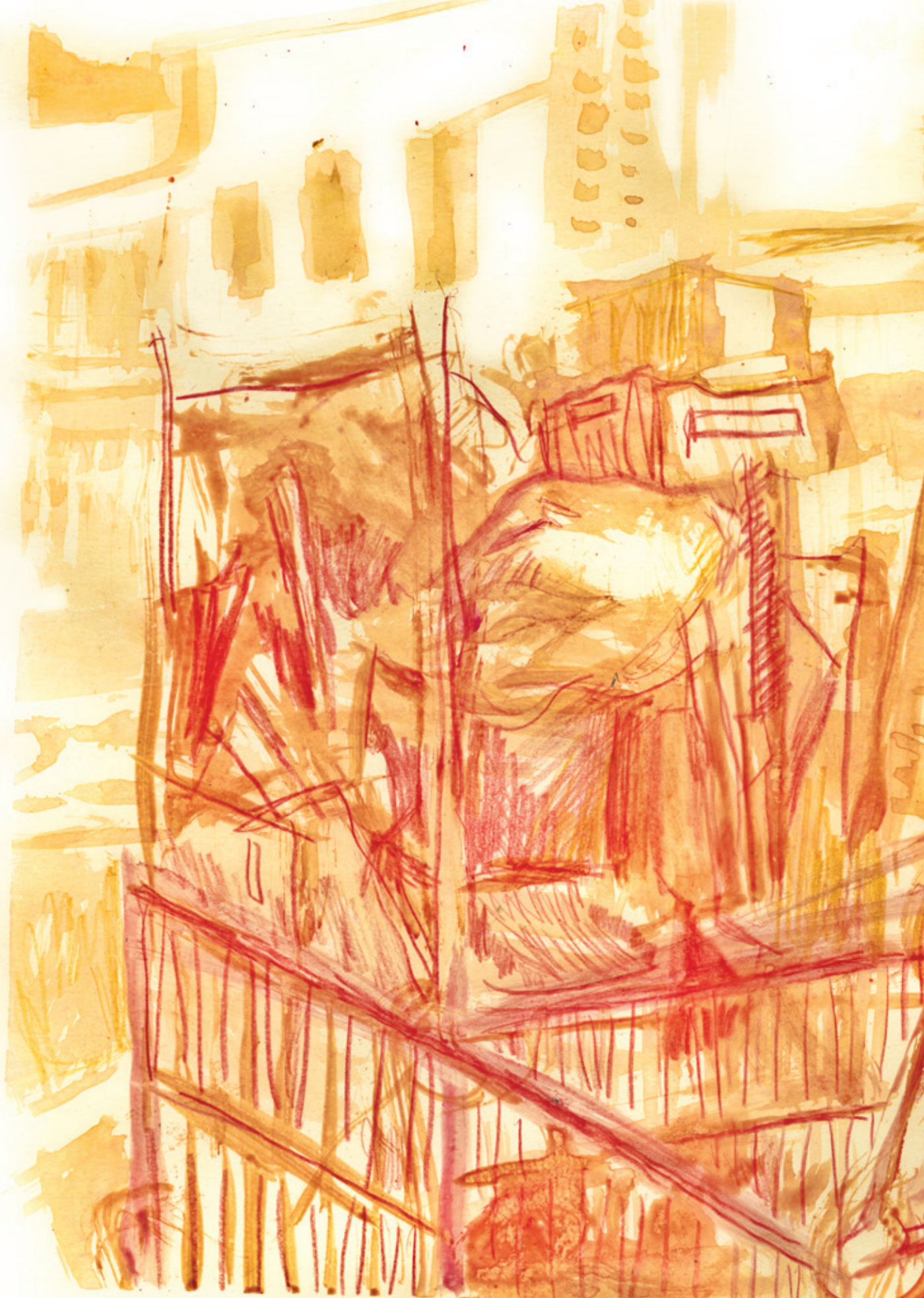
Se adotarmos a definição clássica de mercadoria proposta por Marx, segundo a qual os atributos necessários para que algo possa ser considerado pertencente a tal categoria são o valor-de-uso e o valor-de-troca (MARX, 2004), observamos que é a utilidade adquirida pelo lixo que o leva a ser passível de ter sua condição modificada para aquela de mercadoria. Uma vez dotado do atributo de algo potencialmente útil, portanto dotado de valor-de-uso, e, em seguida, ao ser apreendido pelos catadores para ser comercializado na cadeia de reciclagem (ou seja, possuindo, também, valor-de-troca), o material passa a ser mercadoria no sentido marxiano. Nas palavras de Marx, “(as coisas) só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2004, p. 69). Ao reinserir o material no ciclo de comercialização, o catador realiza a utilidade potencial que ele possui, ao mesmo tempo que evidencia o valor-de-troca que ele pode ter, por meio do qual garante a sua sobrevivência. É assim que ocorre o processo de resignificação do lixo (algo *inútil*) em mercadoria (algo *útil*, dotado de valor-de-uso e de valor-de-troca).

Segundo a conceituação de Simmel, para quem a fonte do valor das coisas reside no desejo das pessoas de obtê-las (SIMMEL, 1971), podemos dizer que, após passar pelo processo de reciclagem e se tornar um novo produto, o lixo passa do *status* de algo desprezado (portanto, não desejado por quem o descarta) para o de algo desejado, passando, então, à condição de coisa que tem valor. Observa-se, assim, que, de acordo com diferentes definições de “mercadoria” (Appadurai e Marx) e da origem do valor que as dota (Marx e Simmel), a transformação propiciada pela atuação dos catadores é radical, significando, do ponto de vista do consumidor, a passagem de um extremo a outro na escala de valorização das coisas.

É precisamente a utilidade do material que é levada em conta por lideranças e também oficialmente pelo MNCR para distinguir as categorias “lixo” e “material reciclável”, distinção que servirá como suporte para que os catadores se autodenominem “catadores de material reciclável”.

Educadores ambientais ou o direito à coleta seletiva

Ao exercem sua atividade tendo como objetivo imediato a sua sobrevivência, os catadores acabam por realizar um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da coleta do lixo como no campo da reciclagem de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte. Benefícios para o meio ambiente, ou, em outras palavras, para a natureza e para a sociedade, surgem, assim, como uma espécie de “efeito colateral positivo” do trabalho dos catadores. Assim, é interessante notar que uma das prescrições incorporadas ao ascendente paradigma ambiental no plano de um discurso considerado correto e recomendável por um crescente número de setores da sociedade contemporânea, qual seja, a realização da coleta seletiva, originou-se da necessidade de sobrevivência de grupos excluídos de uma condição de reprodução da vida assegurada com base nos valores dominantes da sociedade. Os catadores que, no passado, muito antes da instituição da *coleta seletiva* como categoria, realizavam a atividade de separação dos resíduos, foram, então, os pioneiros desse ecologismo urbano referente ao lixo.



Cabe, aqui, então, nos debruçarmos sobre uma das questões norteadoras do presente trabalho: os catadores teriam consciência desse efeito? Como se daria a relação deles com a ação de realizar um serviço de utilidade pública, isto é, haveria reivindicações expressivas pelo reconhecimento de tal trabalho junto ao poder público e também junto à sociedade de uma forma mais geral?

As falas das lideranças entrevistadas, Dona Geralda, Madalena e Gilberto, expressam uma clara reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pelos catadores. O papel pioneiro dos catadores na separação dos materiais que constituem os resíduos é destacado, por exemplo, por Gilberto, como podemos ver a seguir:

A coleta seletiva tem mais de cem anos. [...] A coleta seletiva já existe há muitos anos, muitos anos, só que oficialmente não, né. Agora, assim, a gente acha que se criou, a gente espera que não seja um modismo, criou uma coisa que é a coleta seletiva, ecologia [...] Isso é bom também. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Nesse sentido, a atividade dos catadores se aproxima muito do que Allier (2009) denomina “o ecologismo dos pobres”. Para o autor, o conflito inevitável entre a ordem econômica dominante e o meio ambiente dá espaço para a constituição do que seria uma terceira corrente do movimento ambientalista, caracterizada, precipuamente, “não (por) uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, (por) um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência” (ALLIER, 2009, p. 34). A ética deste segmento, ainda nas palavras do autor, “nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (*idem*).

Ainda segundo o autor, em muitos dos diversos contextos que constituem tal corrente “os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista” (*idem*, p. 39). Com relação aos catadores, observamos que, inicialmente, não há a formulação desse discurso; é mais recentemente que nele é incorporada a *bandeira ambiental*, no contexto da reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pela categoria. Assim, no caso das lideranças entrevistadas, a percepção da prestação de serviços ambientais é nítida, mas parece de fato ter vindo depois, como podemos perceber a seguir:

Hoje, o papel dos catadores há longos anos, a gente já presta um serviço ambiental, há muitos anos. E a gente, por falta de informação, por falta de capacitação, a gente não via, muitos catadores não viam isso. Hoje, depois dos programas do governo federal,

do governo estadual, das instituições apoiadoras dos catadores, do movimento, a gente começou a ver isso de outra forma, ver a valorização do nosso trabalho, ver o quanto que o catador é importante no meio ambiente e na sociedade, e pra sociedade em geral. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Aí depois de uns anos é que veio o meio ambiente. Aí nós fizemos passeatas, muitas passeatas, pra conseguir aquele galpão que a gente tem na Contorno, foi no tempo do Patrus, que implantou a coleta seletiva, que deu reconhecimento ao catador. Mas foi muita luta, até hoje nós tamos na luta, né... Agora, com a questão do meio ambiente, as pessoas agora têm visão de meio ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio ambiente, e nossa vida muda. Mas não foi fácil, foi muito difícil. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Ambas as entrevistadas estabelecem, aqui, uma correlação entre a ascensão do *discurso ambiental* na sociedade e a valorização dos catadores. A esse respeito, cabe afirmar ainda que, se, por um lado, a ascensão do discurso ambiental colaborou para que muitos catadores adquirissem consciência acerca da importância da realização da coleta seletiva, foi também a ascensão desse paradigma que levou, indiretamente, outros setores da sociedade a descobrirem sua importância econômica, fato que nos ajuda a entender o esforço do MNCR em reivindicar o “direito à coleta seletiva”, já que este parece vir sendo ameaçado pela descoberta recente das possibilidades de valorização dos resíduos. Assim, é possível entender a seguinte fala de Dona Geralda:

Aí eu tenho medo também da perda, né. Tudo que valoriza muito perde, né. Então a gente quer segurar isso na nossa mão. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Por outro lado, cabe também considerar que, diante do fato de a prescrição da coleta seletiva e a sua prática estarem longe de serem ainda majoritariamente difundidas na população, os catadores se defrontam com um prejuízo oriundo de motivo oposto àquele mencionado acima: o fato de muitas pessoas não separarem o material, ainda que diante de facilidades para fazê-lo, como descreve Cleide:

Aí tem local que o pessoal já separa o material adequadamente, aí nós temos coleta lá nas gaiolas. Aí dentro da gaiola o pessoal joga o lixo, joga o material da coleta seletiva na lixeira... Aí a gente vê ainda a falta de educação e conscientização da comunidade... E precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva. (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

O papel de educadora ambiental assumido aqui por Cleide é utilizado com recorrência pelo MNCR em apresentações realizadas para catadores em cursos e oficinas de capacitação. Além disso, termos como “agente ambiental” e “educador ambiental” vêm sendo incorporados também pelas políticas públicas. A reivindicação do direito à coleta seletiva pelo grupo adquire, assim, novos contornos.

Sob o signo da liminaridade: os catadores e a sociedade brasileira

Nesse sentido, os catadores se encontram em uma situação paradoxal: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela; vistos, muitas vezes, pela população sob o estigma da sujeira, se representam como os que educam as pessoas a não jogarem o lixo na rua; tratados, historicamente, pelo poder público como marginais, chegando, inclusive, a serem alvo de ações repressoras como as relatadas acima, vêm sendo, recentemente, considerados por várias instâncias das esferas governamentais como os mais aptos para exercer o papel de conscientizadores, junto à sociedade, das questões ambientais; apesar do histórico estrutural de *exclusão* e marginalização, expresso, ainda, por ações de prefeituras municipais que não os veem como parceiros, e sim como inimigos, vêm sendo alvo, também, de tentativas de *inclusão* por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de várias ações efetuadas por agentes do Poder Executivo.

É, então, sempre entre os signos de uma exclusão explícita e de uma inclusão indireta ou incipiente que os catadores se situam na sociedade, o que nos leva, então, a evocar fortemente o conceito de liminaridade conforme proposto por Turner (2008) para elaborar uma abordagem teórica relativa às posições ocupadas pelos catadores na sociedade. A partir de ideias inicialmente introduzidas por Van Gennep (2011), que demonstrou a existência de um período liminar no estudo de diversos rituais, Turner utiliza o conceito de liminaridade para representar também “o ponto intermediário numa entre duas posições da sequência de status” na estrutura social (TURNER, 2008, p. 221). O autor considera, ainda, a possibilidade incipiente de

utilizar o conceito para se descrever também um *estado*, e não apenas uma *passagem* (*idem*, p. 243).

A contraposição entre catadores e sociedade, representando, respectivamente, o limiar da estrutura social e a própria estrutura,³ conforme caracterizado por Turner, é expressa na desavença relativa à própria denominação do grupo: para a maior parte da sociedade, são “catadores de lixo”; para eles mesmos, conforme apontado diversas vezes, são catadores de materiais recicláveis. A diferenciação realizada nesse sentido pelos catadores expressa não apenas uma reivindicação por respeito e reconhecimento, como também já apontado, mas, também, uma contraposição em relação à sociedade no que diz respeito ao tratamento dos resíduos, como podemos ver claramente nos discursos do movimento nacional dos catadores.

Cabe mencionar, aqui, a diversidade de contextos vividos pelos catadores no país. Conquanto muitos deles sejam caracterizados por situações de extrema precariedade, em alguns casos sobressaem condições de maior dignidade e reconhecimento, como o caso da Asmare. Mesmo em tais situações, muitos catadores continuam lutando por mais melhorias. Veja-se, por exemplo, a seguinte fala de Dona Geralda:

A gente trabalha tantos anos sem ser remunerado. E precisa, né. Pra acabar com essa pobreza, só existe uma coisa: material reciclável. Porque tem muita gente que não tem estudo, não tem oportunidade de estudar, mas material reciclável dá essa oportunidade, e vive com dignidade igual qualquer um, né? É o trabalho de igual a qualquer um. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Para que o trabalho como catador seja efetivamente validado pela sociedade como “o de igual a qualquer um”, fazem-se necessárias, no entanto, diversas mudanças, algumas já evocadas pela própria Dona Geralda na fala acima. É necessária,

Os catadores se encontram em uma situação paradoxal: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela

3. O conceito de estrutura utilizado por Turner se refere a uma noção da sociedade “enquanto um sistema diferenciado, segmentado de posições estruturais” (TURNER, 2008, p. 221).

por exemplo, uma remuneração mais digna (pois tanto para os catadores associados como para os não associados ela é, via de regra, ainda muito baixa) para que o binômio catador/cidadão não se configure como antinomia, e sim como síntese. Tanto os que trabalham na catação por não terem tido outras alternativas (casos, por exemplo, de Madalena e Dona Geralda) como aqueles que escolhem essa profissão em meio a outras possibilidades (casos de Alair e Cleide) devem ter seu trabalho valorizado, respeitado e realizado em condições dignas para que ele se efetive como “um trabalho igual a qualquer um”, não mais característico de “uma situação muito precária”.

Para concluir, gostaríamos de nos voltar uma última vez para a virtualidade da mudança aqui aventada. Se ela se efetivar, ou seja, se os catadores passarem a ser reconhecidos pela sociedade como prestadores de um serviço importante e receberem por isso uma remuneração justa, deixando de ser vítimas frequentes de preconceitos, poderemos dizer que nos encontraremos, então, numa situação de mudança estrutural, conforme também mencionado teoricamente por Turner. Assim, se a reciclagem, efetivamente “der poder” aos catadores, eles poderão, enfim, sair do *status* liminar e passar a um novo estado na sociedade, no qual estarão, então, precisamente como afirma o autor, dotados de “um novo poder, adquirido pela fraqueza da liminaridade que se tornará ativo na vida pós-liminar” (pois não é, exatamente, a absorção de um conhecimento relativo à reciclagem para fins de sobrevivência o que mais especifica os catadores e lhes possibilita viverem tanto tempo nos limiões da sociedade?). Por outro lado, se tais mudanças não forem concretizadas, seja em virtude dos obstáculos já mencionados aqui ou daqueles que advirão potencialmente, a liminaridade permanecerá, então, como um *estado*, até que condições para efetivar a passagem possam um dia surgir na sociedade.

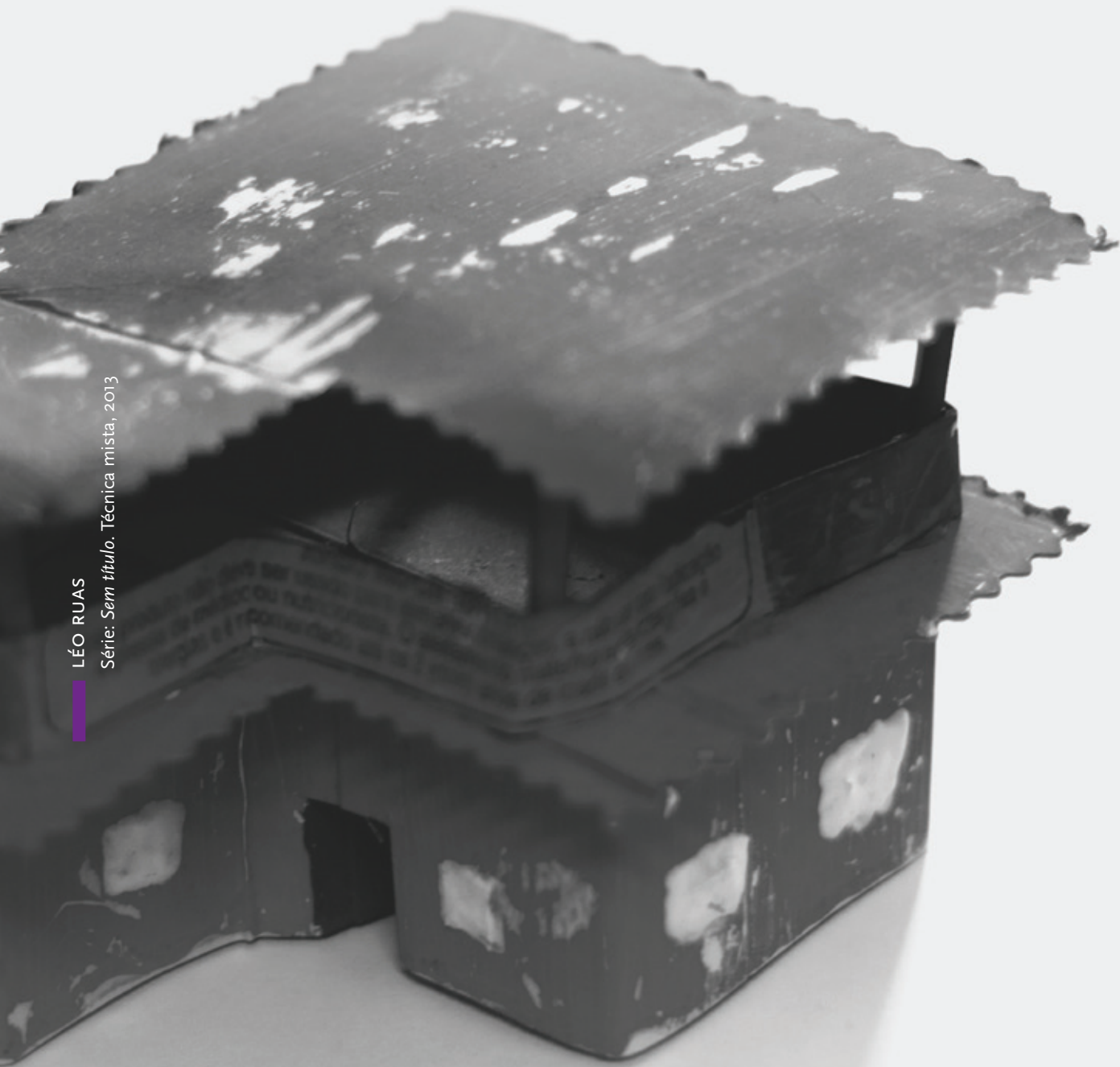
Esperar e contribuir para que elas surjam o mais rápido possível, e para que a passagem ocorra com justiça reconhecidora do trabalho e dos direitos dos catadores, efetivando, assim, também a mudança para uma sociedade globalmente mais justa e sustentável, é o que é necessário fazer.

Referências

- ALLIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.
- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 15-87.
- CALVINO, I. *Todas as cosmicômicas*. Tradução de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DIAS, S. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE*. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002a.
- DIAS, S. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no catador da ASMARE. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002b.
- DIAS, S. M. *Trajelórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa*. 2009. 391f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto, sob orientação do Conjunto de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, M. V. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.
- MAGALHÃES, B. *Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira*. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1, v. 1.
- MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Programa de luta e organização nas bases do Movimento. Disponível em: <<http://www.mnocr.org.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- SIMMEL, G. Exchange. In: _____. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- TURNER, V. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da *Communitas*. In: TURNER, V. *Dramas, campos, metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói. EdUFF, 2008. p. 215-252.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÉO RUAS

Série: *Sem título*. Técnica mista, 2013



'A PEDRA NÃO PARA':

*um estudo sobre a crackolândia na cidade de Belo Horizonte/MG**

NAYARA A. SALGADO**

RESUMO O objetivo da pesquisa foi refletir sobre a formação do fenômeno da *crackolândia* a partir do estudo de caso do bairro Lagoinha (Belo Horizonte/MG), região importante para a capital mineira devido a sua originalidade, antiguidade, por possuir um patrimônio cultural importante para a memória da cidade, pelas grandes intervenções urbanísticas pelas quais passou, bem como pelo processo de decadência que vivencia atualmente, com sua apropriação pelos usuários de crack. A pesquisa buscou a apreensão da realidade do lugar a partir das representações midiáticas e de seus moradores. Tais representações passam por mudanças em sua dimensão simbólica, invocam a memória do bairro histórico detentor de patrimônio cultural para a cidade e também da sua atual condição, de ter se tornado uma *crackolândia*.

PALAVRAS-CHAVE Cidades. Patrimônio. Crackolândia.

'THE STONE DOESN'T STOP':

a study on crackland in the city of Belo Horizonte/MG

ABSTRACT Reflections on the phenomenon of the crackland formation approached in the case study of Lagoinha, a neighborhood of Belo Horizonte, the capital of the State of Minas Gerais. Important for its originality, this older quarter of the city is remarkable for its cultural heritage, for the large urban interventions it has undergone, and for the process of decay it currently is going through due to the crack users' settlement. The research sought to grasp the reality of the place from media representations and reports by its residents which are changed in their symbolic dimension, invoking the memory of the historic quarter important for its cultural heritage side by side with its new condition, as Crackland.

KEYWORDS Cities. Heritage. Crackland.

*Este artigo faz parte da pesquisa de conclusão do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, intitulada *No meio do caminho tinha uma pedra. Circuitos de consumo de crack na região central de Belo Horizonte (MG), um estudo do bairro Lagoinha*, orientada por Luiz Flávio Saporì e defendida em junho de 2012.

**Socióloga. E-mail: <nayaradeamorim@hotmail.com>.

A cidade pode ser pensada como uma totalidade em que suas materialidades plurais trazem referentes importantes tanto para se pensar na expansão comum às metrópoles como nos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Em tal perspectiva, as cidades, assim como os bairros, “trazem as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas” (BARREIRA, 2007, p. 166).

No estudo sobre o urbano, deve-se levar em conta como os grupos apropriam o espaço. Existem várias possibilidades de estudo para um ordenamento territorial, mas aqui o objetivo deve ser a análise das relações vividas em um determinado espaço, baseada em suas práticas, suas utilizações e ligada a uma conotação afetiva, que pode ser pronunciada em termos de atração ou de repulsa. O espaço urbano é entendido assim como expressão de linguagem e de comunicação social, estando intimamente associado ao imaginário social (GONÇALVES, 1988).

Segundo Barreira (2007), as reflexões sobre a vida urbana contemporânea pressupõem uma observação atenta aos processos políticos, sociais e culturais dos lugares apropriados. Tal perspectiva analítica deve levar em conta as narrativas sobre os espaços urbanos, que informam sobre as categorizações e reconhecimento do local.

Assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a formação do fenômeno da *cracolândia* a partir do estudo de caso do bairro Lagoinha em Belo Horizonte (MG). Região importante para a capital mineira devido a sua antiguidade, por possuir um patrimônio cultural importante para a memória da cidade, pelas grandes intervenções urbanísticas pelas quais passou, bem como pelo processo de decadência que vivenciou e que culmina atualmente com sua apropriação pelos usuários de crack.

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa qualitativa em que foram realizadas entrevistas com moradores, comerciantes e frequentadores do bairro. Os trabalhos de campo aconteceram de agosto de 2011 a maio de 2012. As delimitações das unidades significativas para observação e análise do bairro Lagoinha se basearam no conceito de “circuitos”, elaborado por Magnani (2005), que apresentou

possibilidade de abrangência e permissão para a construção de totalidades analíticas consistentes e coerentes com o objeto de análise. Tal perspectiva foi utilizada no estudo de Raupp e Adorno (2011) sobre o uso de crack na cidade de São Paulo.

Início a discussão com a história do surgimento do crack, uma reflexão teórica sobre o conceito de *cracolândia*, o contexto de expansão da droga pelo Brasil e sua chegada à cidade de Belo Horizonte. Logo após uma análise sócio-histórica do bairro Lagoinha, alguns dados obtidos com a pesquisa de campo realizada, buscando compreender as configurações e as percepções dos moradores e frequentadores do bairro em questão sobre a *cracolândia*.

O advento do crack: uma pedra nada preciosa

No início da década de 1980, dependentes da cocaína descobriram uma forma de potencializar seus efeitos, tornando-os mais intensos, embora de menor duração. Estudos apontam o aparecimento do crack no contexto da política proibicionista antidrogas, como resultado das sanções do Estado norte-americano ao comércio de produtos utilizados na produção de cocaína e intensificação da repressão aos laboratórios de refino (DOMANICO, 2006). Assim, a nova droga surge entre setores carentes da população negra e latina das áreas centrais de Nova York, Los Angeles e Miami, trazendo consigo uma nova forma de produção e distribuição, de maior facilidade e baixo custo.

O crack se espalhou pelo mundo de forma rápida. No Brasil, sua chegada foi só questão de tempo, sua expansão pelo território nacional ao longo dos anos 1990 aconteceu em razão da combinação de preço baixo, disponibilidade crescente e efeito potente (RAUPP; ADORNO, 2011; DOMANICO, 2006; UCHÔA, 1996). Os estudos sobre a entrada do crack no Brasil têm algumas divergências.

Raupp e Adorno (2011) afirmam que o crack surgiu no Brasil em meados da década de 1980. Segundo esses autores, as primeiras informações sobre a droga circularam em jornais e revistas com base em dados policiais, situando suas primeiras aparições no estado de São Paulo, principalmente em pontos de venda de drogas da

periferia da capital. A partir de 1991 já era consumido explicitamente nas ruas da região central de São Paulo, principalmente na região da Luz, disseminando nacionalmente o termo e a “fama” da *cracolândia*.

Segundo Domanico (2006), relatos de usuários em São Paulo apontam para o surgimento da droga no ano de 1987; já os relatórios elaborados pelo Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (DENARC) só começam a notificá-lo no ano de 1989. Essa desconexão se dá pois os usuários normalmente travam contato com novas substâncias ilícitas antes de ocorrerem as primeiras apreensões policiais.

Uchôa (1996) reafirma a dúvida sobre “quem atirou a primeira pedra” na cidade:

Mas o ano de 1988 prometia. Naquele ano, eram as primeiras cenas dos viciados em pedras nas ruas. A palavra aportuguesada passava a integrar o vocabulário de médicos, policiais e especialistas. A droga do “apocalipse americano”, ninguém sabe como, estava na periferia da cidade na cadência das buzinas e do corre-corre. [...] Quem ensinou aos “nossos brasileiros” o know-how do cachimbo improvisado? É a segunda pergunta sem resposta no mistério sobre o “pai do crack em São Paulo”. Em todo caso, aprenderam bem a lição. (UCHÔA, 1996, p. 30)

O modo de utilização do crack é rudimentar, os cachimbos são improvisados a partir de potes de iogurte, latinhas de refrigerante e mais um tubo, que pode ser feito de antena de carro ou tubo de caneta, por exemplo. Dentro dele são colocadas cinzas de cigarro e sob as cinzas colocam-se as pedras de crack, que são acesas. A fumaça é tragada através do tubo e então se chega ao “barato” desejado. Quando em contato com o fogo, os pequenos cristais estalam, por isso receberam o nome de crack, que vem do verbo quebrar da língua inglesa.

No Brasil a droga se popularizou e a “fumaça” se espalhou em curto prazo. Segundo o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas – Lenad,² de 2012, no Brasil, aqueles que consumiram crack chegam a um milhão de pessoas. A droga que chegou inicialmente em grandes capitais já traz problemas até mesmo nas cidades interioranas. De acordo com pesquisa realizada em mais de 3.900 municípios no ano de 2010 pela Confederação Nacional de Municípios – CNM,³ o resultado foi alarmante, pois o consumo do crack foi um problema citado por 90,7% dos municípios pesquisados. Os gestores avaliaram o nível de consumo do crack em seus municípios, que foram tidos como baixo em 1.135 cidades (28,1%), médio em 1.809

2. Fonte: *site* do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas do Álcool e Outras Drogas.

3. Fonte: *site* da Confederação Nacional de Municípios.



(44,7%) e alto em 1.078 (26,7%); números que indicam que o problema do uso de crack se tornou um caso de saúde pública.

Crack: a mística da miséria

Na contemporaneidade, o abuso de algumas substâncias psicoativas tem adquirido dimensões preocupantes. Com o surgimento do crack, esse quadro é agravado devido ao aumento dos danos sociais e da saúde dos usuários. Tal droga foi, ao longo do tempo, associada à situação de miséria e de marginalização, conhecida como a “droga das ruas”. “O crack representa uma mística da miséria; se a cocaína simboliza o luxo dos ricos e vencedores, a base bicabornatada de coca simboliza o ‘luxo dos miseráveis’” (SILVA, 2000, p. 15).

O crack tem qualidades intrinsecamente destrutivas, desestrutura a personalidade e cria forte dependência em pouco tempo, processo que conduz o usuário, na maioria das vezes, à degradação física e social. Os usuários de crack passam também por problemas que vão além daqueles de ordem biológica e psicológica. É muito comum que ocorra a perda dos vínculos familiares e sociais dos usuários, os quais, por falta de alternativa no mercado formal, são levados a optar por um estilo de vida marginalizado. Para sobreviver, acabam se inserindo em trabalhos informais ou “bicos”. Alguns desses usuários acabam se associando ao comércio de drogas e ao crime não só para suprir necessidades básicas de sobrevivência, como também para a manutenção de seu uso.

Vem à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente, associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, as chamadas *cracolândias*

Em pesquisa sobre os usuários de crack, Saporì, Sena e Silva (2010, p. 72) afirmam que o cliente do crack é considerado um consumidor compulsivo, “um usuário que se imobiliza e aos poucos vai se tornando um ‘noinha’, um mendigo que fica lá nos becos ou casinhas.” Ainda de acordo com esses autores, a rentabilidade do consumidor do crack para a rede não está relacionada às extensões advindas das redes de relacionamento dos usuários, mas a sua grande demanda caracterizada pelo consumo rápido.

O território onde os ‘noias’ se encontram: o fenômeno da ‘cracolândia’

Pelo imediatismo do uso do crack, que costuma acontecer próximo ao local da compra da droga, as possibilidades da circulação do usuário são reduzidas. Com o uso do crack nas cidades constituindo-se como um fenômeno social que extrapola a individualidade do sujeito e ocupando o espaço urbano, vem à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente,

associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, as chamadas *cracolândias* (RUI, 2012), que neste trabalho merecem atenção analítica.

Esse termo tem nomeado os cenários de crack em várias cidades brasileiras. De acordo com Rui (2012), crack e *cracolândia* têm se tornado sinônimos, pois “onde há usuários de crack, brotam ‘*cracolândias*’ – o que parece denotar a construção de um espaço-sede imaginário, edificado a partir daquilo que se fala sobre ela; trata-se, pois, de um lugar social e também de um lugar discursivo” (RUI, 2012, p. 197). Busca-se aqui uma reflexão sobre o que os estudiosos, os usuários de crack, as autoridades policiais, os profissionais de saúde, a mídia e a população em geral convencionalmente chamam de *cracolândia*.

Segundo um mapeamento realizado,⁴ o Brasil tem pelo menos 29 grandes *cracolândias* distribuídas em 17 de suas capitais, sendo que em nove dessas cidades tais pontos estão concentrados em áreas centrais. A região Sudeste se destaca por concentrar as maiores, que se espalham por São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Uchôa (1996) ao pesquisar o uso do crack nos Estados Unidos identifica uma forma peculiar de uso coletivo da droga no país, que tem algumas configurações que se aproximam das *cracolândias*, as “*crack houses*” ou “*rock houses*”.

A polícia faz de tudo para acabar com a tradição americana de fumar crack em locais criados especificamente para ele e para a heroína: as *crack houses* ou *rock houses*, locais onde o viciado compra a droga e se instala em quartos para “seus embalos”. Essa modalidade já se espalhou pelo país, chegando às áreas rurais. Esses espaços são comparados a bares comuns, onde as pessoas vão para “manter contatos sociais”, ou seja, fumar e se prostituir, transar, “fazer dinheiro para comprar a droga”. Algumas pessoas ficam de três a quatro dias em cubículos fumando direto, sem parar.

As *crack houses* geralmente empregam um cozinheiro para converter a pasta-base em pedra, um gerente que recebe o dinheiro, um leão-de-chácara e vários vigilantes que ficam à espreita da polícia. Esses vigilantes são geralmente adolescentes que se viciam na droga por serem “curiosos feito gatos”. Essas casas especializadas para o consumo de crack e heroína ganharam força nos Estados Unidos a partir de 1985. Quando descobertas, os policiais encontram um cenário de horror. Mulheres magras, homens doentes, trêmulos, com cachimbos e pedras nas mãos. Quartos escuros e abafados onde as pessoas se prostituem por qualquer quantia. Cenário de horror que continua principalmente nos bairros pobres. (UCHÔA, 1996, p. 28)

4. Mapeamento realizado pela Secretaria Nacional Antidrogas em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *Jornal Estadão*, São Paulo, 10 fev. 2011.

Segundo Park (1987), as pessoas tendem a distribuir-se no espaço de acordo com seus interesses, formando as “regiões morais”. No caso dos “noias”, os usuários de crack que rompem os laços sociais encontram nas *cracolândias* indivíduos com o mesmo estigma, o que possibilita novas formas de sociabilidades. Esses indivíduos encontram nesses lugares meios de identificação, acolhimento, visibilidade, interação social e proteção, além de acesso fácil e com menos risco à substância (MEDEIROS, 2010).

Medeiros (2010) faz uma reflexão sobre a criação de espaços específicos para o uso de drogas e utiliza o conceito de “territórios urbanos das drogas” para denominá-los. A *cracolândia* seria um local cronificado por indivíduos como o lugar de uso do crack. O processo de cronificação territorial pode ser traduzido como procedimento de demarcação de determinados espaços pela incapacidade de controle, devendo, portanto, ser etiquetado e separado dos demais para não ser confundido.

Já Fernandes e Pinto (2004) realizam um estudo dos territórios psicóticos em Portugal, que são descritos como locais sedutores de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com comportamentos orientados para aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que as drogas possuem papel importante.

Frugoli Jr. e Spaggiari

(2010), em estudo sobre o bairro da Luz em São

Paulo, partem da observação etnográfica das redes de relações e conexões do local e propõem o entendimento da *cracolândia* como uma modalidade de territorialidade itinerante dentro de um contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais. Tal conceito consegue apreender a dinâmica da *cracolândia*, pois esse território está sujeito a mudanças que podem estar relacionadas, por exemplo, ao local da venda da droga, ao policiamento local ou também como acontece na cidade Belo Horizonte por obras de intervenções viárias.

O Brasil tem pelo menos 29 grandes *cracolândias* distribuídas em 17 de suas capitais, sendo que em nove dessas cidades tais pontos estão concentrados em áreas centrais

Ainda para Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010), a *cracolândia* é um “campo de relações”, pois se tornou referência de lugar da degradação e criminalidade urbanas pela presença dos atores sociais excluídos, associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça, drogas, encrência, vergonha; o que também gerou uma série de ações envolvidas tanto na repressão quanto na mediação (RUI, 2012).

Mesmo sendo entendido por sua característica de mobilidade, o “território itinerante” é passível de ser mapeado, suas fronteiras podem ser identificadas. De acordo com Feltran (2008), a categoria fronteira denota separação ao mesmo tempo que preserva a possibilidade de fluxos, controlados, entre as parcelas separadas. As fronteiras se estabelecem justamente para regular os canais de contato existentes entre grupos sociais, separados por elas, mas que obrigatoriamente se relacionam; e, se há fronteira, é justamente para controlar a comunicação entre as partes. Buscou-se assim estudar suas conexões, fluxos e tensões mais frequentes, os interesses e significados em disputa e os atores que as controlam.

Horizontes do crack: a droga na capital mineira

Segundo Sapori, Sena e Silva (2010), o tráfico de drogas na capital mineira era composto, até por volta do ano de 1995, pela venda de maconha e cocaína, e, a partir desse ano, em que data a entrada do crack na cidade, ocorre uma alteração nesse mercado. O crack que chega a Belo Horizonte era vindo de São Paulo e começou a ser comercializado pela quadrilha chefiada pela família Peixoto na Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela da cidade. Com o tempo o processo de produção e venda da droga passou a ser localizado no próprio estado e o mercado consumidor se propagou para outras localidades.

Esses pesquisadores apontam um fenômeno muito peculiar na capital mineira e relacionam o processo de entrada e disseminação do comércio e uso do crack com o recrudescimento dos homicídios em Belo Horizonte, particularmente no período de 1997 a 2004, momento em que se deu a consolidação do tráfico do crack na cidade (SAPORI; SENA; SILVA, 2010).

A droga chegou rapidamente ao bairro Lagoinha, pelas proximidades das “bocas de fumo”, compondo um local de aglomeração dos “noias” e esse novo uso do espaço influenciou uma mudança nas sociabilidades entre seus atores sociais. As pesquisas apontam um aumento da criminalidade nessa região durante esse período e têm a disseminação do tráfico de crack como fator determinante para tal cenário.

Os Consultórios de Rua, programa da Prefeitura de Belo Horizonte para recuperar dependentes, que segundo dados já atenderam na região Noroeste da capital, onde se localizam o Complexo da Lagoinha e a Pedreira Prado Lopes, cerca de 3.960 pessoas em 15 meses,⁵ o que indica o grande número de pessoas em situação de uso de drogas nessa região da cidade.

5. Dados divulgados no Portal Band, em 20/09/2012.

O bairro Lagoinha em Belo Horizonte, 'crônica de uma morte anunciada'?

A cidade de Belo Horizonte foi planejada para abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais, em substituição à colonial Ouro Preto. A inspiração para a lógica de construção aplicada foram as experiências modernas de planejamento urbano que vigoravam na Europa da época, como a da Paris haussmaniana⁶ (1853-1870).

O bairro Lagoinha nasceu junto da capital Belo Horizonte e no traçado original da cidade está localizado na área suburbana, fora dos limites da Avenida 17 de dezembro, a atual Avenida do Contorno, que circundava a área urbana. Tal bairro, juntamente com Bonfim, São Cristóvão e a Pedreira Prado Lopes, formavam a parte da 6ª Seção Suburbana de acordo com a Planta Geral da

O tráfico de drogas na capital mineira era composto, até por volta do ano de 1995, pela venda de maconha e cocaína e, a partir desse ano, em que data a entrada do crack na cidade, ocorre uma alteração nesse mercado

6. George-Eugene, Barão de Haussmann, nomeado prefeito por Napoleão III, em 1853 fez intervenções na cidade de Paris transformando-a em uma metrópole moderna.



Cidade de Minas. Nascido de uma pedreira e das glebas agrícolas, o bairro emergiu para “fazer nascer a bela cidade” (LE MOS, 1996, p. 157). O bairro foi designado Lagoinha devido ao córrego de mesmo nome que havia em seu território e a região recebeu as primeiras ocupações antes da inauguração da cidade, em dezembro de 1897 (MACHADO; PEREIRA, 1997).

A ocupação do bairro estudado ocorreu de forma desorganizada, com ruas tortuosas que destoavam da ordem estabelecida no centro da cidade, embora esteja em uma área contígua à área urbana. Chegaram nessa época os operários que vinham em busca de emprego na construção da nova capital, vindos de todo o estado de Minas e também imigrantes italianos, portugueses e alemães. A proximidade do bairro com

o centro e com a linha de trem fez com que um expressivo número de pessoas se alojasse nas pensões das redondezas e, na medida em que a cidade crescia, formou-se no Lagoinha uma área boêmia, dotada de muitos bares e de uma vida noturna bastante agitada (MACHADO; PEREIRA, 1997).

Com isso o bairro Lagoinha, desde as suas primeiras décadas, foi cenário de uma diversidade social e cultural significativa, traços que ficaram marcados no imaginário da população e na história de Belo Horizonte. Essa efervescência cultural, proporcionada pelo encontro e pela miscigenação de culturas e valores diferentes, para Moraes e Goulart (2002) também se mostrou no desenvolvimento de serviços tradicionais especializados, baseados em técnicas artesanais e manuais, como, por exemplo, oficina de *luthier*, sapateiros, alfaiates, entre outros.

Lemos (1996, p. 45) afirma que o bairro é marcado pela ideia de um “passado feliz”. Em um estudo sobre a história do bairro, a autora destaca o Clube Fluminense, o Campo de Futebol Pitangui e o bloco carnavalesco do Leão da Lagoinha como seus principais pontos de lazer e recreação em suas primeiras décadas de existência. Outro traço importante foi o forte caráter religioso do lugar, marcado pelas procissões, as festas da Santa Padroeira, celebrações de casamentos e missas e também os ritos fúnebres. Assim, tal autora afirma que, “Ao som da banda, no seio das festas juninas e do reisado, sob as bênçãos de Nossa Senhora da Conceição, nasceu no bairro uma estrutura de sentimento que oscilava entre a inocência do campo e o vício da cidade” (LE MOS, 1996, p. 45).

Freire (2009) afirma que em 1950 o Lagoinha aparece como espaço da boemia da cidade, tendo como ponto principal a Praça Vaz de Melo, passando a ser conhecido como a “Lapa Mineira”, pois existiam casas de prostituição, muitos bares, restaurantes, cinemas, clubes de dança que eram pontos tradicionais de encontro de boêmios e artistas, cenário que correspondia à Lapa no Rio de Janeiro. A autora afirma também

O bairro Lagoinha, desde as suas primeiras décadas, foi cenário de uma diversidade social e cultural significativa, traços que ficaram marcados no imaginário da população e na história de Belo Horizonte

que “nessa época o Lagoinha despontou como zona boêmia em substituição ao chamado ‘quadrilátero da zona’ – Rua Guaicurus, Caetés, Curitiba e Avenida Oiapoque” –, localizado no centro de Belo Horizonte (FREIRE, 2009, p. 44).

Em um estudo sobre a territorialidade da prostituição em Belo Horizonte, Andrade e Teixeira (2004) afirmam que, semelhantemente à zona do centro, o Lagoinha e o bairro vizinho, o Bonfim, atraíram em seus tempos áureos, grande diversidade de pessoas, pois havia cabarés para todos os níveis sociais. Atualmente ainda existem casas de prostituição nesses bairros, mas sem a centralidade e expressividade que já exerceram noutros tempos.

Assim, o período áureo de boemia da região do bairro Lagoinha foi durante as décadas de 1950 e 1960; já a partir dos anos de 1970 inicia-se um processo de decadência, que tem em 1981 sua acentuação, marcada pela demolição da Praça Vaz de Melo, assim como outras intervenções urbanísticas no bairro (ANDRADE; TEIXEIRA, 2004).

O bairro em questão teve ambiências interioranas até a década de 1980, segundo Lemos (1996), e seu quadro urbanístico apresentava uma realidade diferente da que hoje conhecemos. A vida no lugar era fortemente pontuada pelo bucolismo e pela sociabilidade. Os traços religiosos e folclóricos eram compartilhados por todos os grupos, sendo que as famílias conformavam estreitos laços de boa vizinhança. Ainda para tal autora, “a Lagoinha nos anos oitenta não é mais a mesma, as pedras soterradas no lugar foram e ainda estão sendo retiradas uma a uma” (LEMOS, 1996, p. 136).

Desde a década de 1940 o Lagoinha teve várias áreas demolidas. De acordo com Moraes e Goulart (2002), as transformações foram iniciadas com a abertura de duas vias de função estrutural para a cidade, que são as avenidas Dom Pedro II e a Presidente Antônio Carlos, assim como a implantação de um bairro popular nas suas proximidades, o Conjunto Habitacional IAPI, construído na área do atual bairro São Cristóvão. O bairro foi assim seccionado e surgiram novos tipos de uso no lugar, próprios de áreas de passagem e de muito tráfego.

Marcantes também foram as intervenções de grande porte que ocorreram no Lagoinha durante os anos 1970, em que foi construído o Terminal Rodoviário e o túnel Presidente Tancredo Neves, que permanecera em obras por mais de vinte

anos, sendo inaugurado somente em 1971. Já na década de 1980, o bairro foi palco da construção de viadutos, denominados “Complexo Viário da Lagoinha”, que gerou várias demolições em sua área. Em 1986 o trem metropolitano entrou em operação, com uma estação nos limites do bairro com o centro. Com essas obras, tem-se um processo de descaracterização do bairro. Machado e Pereira (1997, p. 38) afirmam que “alguns setores da imprensa se encarregaram de anunciar o que chamavam de ‘a decadência da Lagoinha’, pois ‘A Lagoinha está morrendo’, a Lagoinha é ‘um bairro fantasma’, ou ‘vamos salvar a Lagoinha’”.

Em 1990 o bairro passou por um projeto de reabilitação urbana, mas que não alcançou as metas previstas e além dos impactos perversos gerados levou ainda à descrença dos moradores do bairro com relação ao poder público municipal. Assim, Freire (2009, p. 45) afirma que, “a cada nova legislação municipal, a Lagoinha perde uma porção de seu território”. O local ainda passa por intervenções atualmente, pois Belo Horizonte foi uma das cidades palco da Copa das Confederações de 2013 e será da Copa do Mundo FIFA 2014.

Para Machado e Pereira (1997), constata-se a existência de um bairro múltiplo, heterogêneo, que apreendido nas suas contradições vai conformando a sua trajetória histórica. Segundo estas autoras: “Tais contradições se configuram interna e externamente ao bairro, ou seja, nas relações bairro/cidade. E podem ser percebidas por parte de seus moradores, dos habitantes da cidade como um todo, de estudiosos e jornalistas” (p. 41).

As pesquisas sobre a história do bairro mostram a coexistência de várias características diferentes, seja o Lagoinha da boemia, da vida bucólica, das atividades religiosas, dos antiquários, dos ambulantes, entre outras. Assim como outros bairros pericentrais da cidade, como por exemplo Floresta, Santa Tereza e Bonfim, o Lagoinha representou e ainda representa um importante papel na história da cidade de Belo Horizonte, pois também possui uma cultura própria, um modo de vida peculiar, uma tradição cultural que faz parte do imaginário da cidade.

A condição de liminaridade do bairro sempre esteve presente em sua história. Para o antropólogo Vitor Turner os atributos de liminaridade são necessariamente ambíguos, uma vez que essa condição faz com que se furtem ou escapem “à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições

num espaço cultural” (TURNER, 1969, p. 117). O conceito sugere a ideia de transição, de um intervalo entre o encerramento de uma situação e o início de outra.

A noite e o dia, o conservadorismo religioso e a boemia laica, os permanentes e os temporários, todos os enfrentamentos que se fazem presentes no cotidiano do bairro compõem a identidade local e situam o bairro Lagoinha nesse espaço liminar. Nas suas passagens, múltiplas fronteiras separam as épocas, os grupos e as práticas e o que prevalece são as trocas entre memórias diversas, relacionadas a diferentes tempos. Como descreve Lemos (1996, p. 136), observando os cenários do bairro, “encontra-se uma polifonia, em que convivem ‘velhas pedras’, renovadas ou não, e espaços refigurados, ligados às novas apropriações”, como pelos moradores de rua e usuários de drogas. As características ambíguas do local em questão se mostraram como o ponto inicial da análise de tal espaço urbano.

A vida no Lagoinha é representada pelo ritmo dos movimentos dos moradores antigos que circulam pelo bairro e de suas histórias, das pessoas que trabalham ali, dos transeuntes que vão para o centro, o mercado, a arquitetura, o frenesi da vida urbana, tudo isso compõe a vida local. O bairro torna-se um filtro da memória da cidade, seus cenários podem ser adotados como uma lente ótica através da qual poderão ser captados fragmentos de imagens belo-horizontinas (LE MOS, 1996).

De acordo com Machado e Pereira (1997), o Lagoinha, mesmo passando por tantos processos conflituosos, como por exemplo as perdas territoriais, o desleixo com seu patrimônio e o aumento da violência, jamais se constituiu como um “bairro fantasma” ou esteve agonizante, como fizeram crer certos comentários sobre ele. Mas é inegável seu estado de deterioração.

O bairro Lagoinha teve sua importância histórica reconhecida pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo que trata o lugar como área de importância cultural e econômica para a cidade, garantindo ao bairro proteção como patrimônio cultural, com a preservação de sua paisagem urbana (FREIRE, 2009). Para a proteção do patrimônio foi criada uma Área de Diretrizes Especiais (ADE), que se constitui como instrumento de preservação de áreas referenciais para a população, que mereçam legislação específica. No caso do Lagoinha, o objetivo seria, por exemplo, definir o perímetro de tombamento do conjunto urbano, indicação de subáreas para tratamento urbano diferenciado e requalificação dos imóveis degradados;

7. Fonte: site da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

como também a proposição de medidas de incentivo e/ou flexibilização de parâmetros urbanísticos que contribuam para requalificação urbana, entre outros.⁷

No entanto, a ADE Lagoinha ainda não foi regulamentada e não prevê nenhuma política de proteção para o bairro. O cenário que apresenta atualmente demonstra que o local passa ainda por processos que continuam a alterar seu espaço físico e patrimonial sem preservá-lo. De acordo com Freire (2009), embora tenham existido algumas iniciativas, essas não supriram as carências do bairro e não deram conta do peso histórico que lhe é atribuído.

Os casarões abandonados, os espaços de casas demolidas, as ruas, praças, construções, lotes vagos, debaixo dos viadutos, todo o espaço do bairro tem sido apropriado por práticas de tráfico e consumo de crack

O bairro Lagoinha na atualidade: da tradição e boemia à degradação e sucataria

Atualmente o local historicamente relevante vivencia as ruínas causadas pelo tempo. Foram observadas no bairro várias casas antigas em mau estado de preservação, várias são reformadas e descaracterizadas, além de edificações fechadas sem função social. São observadas cenas de um processo de empobrecimento e de ruína das edificações urbanas que remetem a uma ideia de carência e abandono. No lugar de casas antigas que são demolidas, são construídos galpões de grande porte. Nos quarteirões próximos à Praça Vaz de Melo, há galpões que recebem todo tipo de matéria de segunda mão, principalmente a mercadoria conhecida como “ferro-velho”, o que contribui para a deterioração dos espaços do bairro. Com isso o bairro fica dotado de uma subutilização que, para Lemos (1996), transforma o local em um amplo setor de “depósito do centro” da cidade e dificulta a deflagração de um processo de dinamização econômica e recuperação urbana.

O Lagoinha se tornou, atualmente, alvo de atribuições negativas, pela população da cidade e pela mídia. A imprensa que retratou o bairro como o lugar da boemia, dos antiquários, da arquitetura, das obras para o complexo viário, hoje tem novo enfoque, pois o destaque tem sido a violência e o uso de drogas em seu território, que vem crescendo e, com isso, passando a caracterizar o bairro no imaginário da cidade.

Sob os vestígios do mundo da boemia que não volta mais, encontra-se hoje o mendigo, o “dono do pedaço” (LEMOS, 1996). É bastante expressiva a população em situação de rua e usuários de crack encontrada no Lagoinha. Os casarões abandonados, os espaços de casas demolidas, as ruas, praças, construções, lotes vagos, debaixo dos viadutos, todo o espaço do bairro tem sido apropriado por práticas de tráfico e consumo de crack.

Os meios de comunicação são fundamentais para a formação da opinião pública. Muitas reportagens se referem ao Lagoinha como *cracolândia* de Belo Horizonte, o que reforça no imaginário da cidade a imagem de um lugar decadente tomado pela criminalidade e uso de drogas. Algumas delas são apresentadas a seguir, como indicadoras do cenário do bairro.

Crack no caminho da avenida. Escombros nos canteiros de obras da Antônio Carlos se transformam numa nova *cracolândia*. (*Hoje em Dia*, 4 set. 2009).

Cracking BH – principais pontos do tráfico de crack na Lagoinha. O tráfico de crack e suas implicações na comunidade. O crack está tomando conta da região da Lagoinha em Belo Horizonte. (*Jornalismo Online UniBh*, 20 set. 2010)

Lagoinha: um bairro tomado pelo Crack. Não existe hora ou lugar para o consumo e a venda da pedra e a presença tímida da polícia parece não intimidar os viciados. (*Jornal da Alterosa*, 20 set. 2011)

Complexo da Lagoinha reúne usuários de drogas e se transforma na nova *cracolândia* de BH. Prostituição, uso e venda de drogas, furtos, roubos, marginalidade, trânsito conturbado, com sinalização falha e imóveis depreciados. (*Portal Band*, 20 set. 2012)

O bairro Lagoinha apresentou-se assim como um ambiente degradado. Carneiro (2012) afirma que a desordem física, como a presença de lixo nas ruas, prédios abandonados, pichações, carros abandonados etc., e social, como a venda de produtos ilegais, consumo de drogas, prostituição, ocupação ilegal de áreas públicas etc. compõem um tema de estudo relevante, pois gera impactos negativos para a



cidade, além de se constituir como um problema para seus habitantes e para o poder público. A existência de desordem física e social nas cidades ocasiona situações negativas, por exemplo, o retraimento da atratividade turística, o abandono dos espaços públicos e a desvalorização imobiliária.

Cenas urbanas. O caminho das pedras: circuitos de uso do crack

Chegando ao bairro pela estação do metrô, avistam-se mendigos, catadores de papel e usuários de drogas perambulando, debaixo dos viadutos, em meio ao lixo e casas improvisadas. Seus barracos improvisados, roupas, cobertores, alguns cercam provisoriamente os cantos com lonas, papelões, tecidos, formando lugares de privacidade. Ao andar pelo bairro, muitos moradores de rua dormindo nas calçadas, muitos pedintes, inclusive durante entrevistas aos comerciantes era comum sermos interrompidos por eles. A presença desses novos personagens transformou a paisagem urbana em um espaço de tal maneira peculiar que nem as intervenções da prefeitura, nem a violência policial conseguiram abafar.

Em uma visita ao bairro durante um final de semana, em entrevista com uma moradora, pergunto a ela o que é um ponto de drogas e se existem pontos de droga no bairro. Ela respondeu com um convite: “Quer que eu te mostre? Aqui bem pertinho tem”. Fomos, então, caminhar pelo bairro. Deparamo-nos com usuários de crack, preparando a pedra para uso, outros sozinhos encostados nos muros, na porta das casas; a entrevistada apontou que eles estavam consumindo a droga.

A cena urbana era composta por mulheres e homens de todas as idades, com cachimbos, conversando, encostados nos muros. Avistamos dois homens parados, no meio da rua, um deles coloca uma blusa preta sob os braços e acende o cachimbo, ela mostra que ele “tá fumando pedra”. Há alguns comércios, como lojas de peça para carros e bares. Muitas pessoas, entrando e saindo do beco que dá acesso ao Buraco Quente – uma favela que faz divisa com o bairro Lagoinha – e pessoas sentadas logo na entrada, que, segundo a entrevistada, são “olheiros” da boca.

Por todo o caminho, principalmente próximo à entrada do Buraco Quente, avistamos pessoas desorientadas, comprando e saindo da “boca”, procurando no

lixo material para improvisar o cachimbo. A entrevistada relatou casos de mães e familiares que tiveram que buscar os filhos nas bocas de fumo. Segundo ela, a violência do bairro se deve à presença das drogas, do crack especificamente, pois “faz as pessoas ficarem igual zumbis. À noite principalmente, durante o dia estão dormindo, mas à noite, ficam perambulando, gritando, brigando, até na porta da casa da gente e incomodam, nem deixam a gente dormir”. Ao nos despedirmos ela avisa para que eu tome cuidado ao andar pelo bairro, principalmente porque os “noias já estavam para acordar, quanto mais tarde, pior.”

Os entrevistados que residem no bairro em sua maioria afirmaram que gostam de morar no Lagoinha, apesar dos problemas que vivencia atualmente. Quando indagados sobre a possibilidade de se mudarem do bairro, em geral os entrevistados não demonstraram esse desejo, justificando que já se acostumaram com a dinâmica do lugar. Foram muitos os relatos sobre o passado do bairro, descrito como mais tranquilo, com festas, rodas de sambas, bares e com espaços públicos ocupados frequentados pelos moradores e crianças. Sobre as ações do poder público no bairro, os entrevistados afirmaram que o Lagoinha foi esquecido, não se têm intervenções para melhoria do bairro e apontaram que as ações realizadas nas proximidades são em função das mudanças viárias da cidade.

Por todo o caminho, principalmente próximo à entrada do Buraco Quente, avistamos pessoas desorientadas, comprando e saindo da 'boca', procurando no lixo material para improvisar o cachimbo

Sobre o perfil dos usuários de crack da região, as entrevistas e a observação apontaram que a maioria se trata de população com alto grau de vulnerabilidade, casos extremos de mendicância. Em uma visita ao bairro, deparei com um grupo de cinco meninos, todos por volta de 12 anos de idade, dividindo um cachimbo. “É gente de todas as idades, sexo, classe social. Já vi rico vindo aqui e trocando o tênis por pedra de crack e saindo descalço. À noite tem muito ‘carro chique’ que para aí pra comprar droga”, conta uma moradora.

As narrativas dos moradores, comerciantes e frequentadores do bairro apontaram para a ocupação do bairro pelos usuários de crack, os “noias”, que são associados pelos

entrevistados a imagens de sujeira, perigo, ameaça, delinquência, vagabundagem e chamados de “zumbis”. Foram comuns nas falas dos entrevistados, explicações sobre o crack associadas a imagens mistificadas, associando-o a forças malignas, como o comerciante a seguir relata.

Vou te dizer uma coisa que você vai guardar para o resto da vida. Eu entendo do mundo material, mas também do mundo imaterial porque sou espírita. Essa droga aí foi trazida na terra porque com esse tanto de igreja sendo aberta, o mal estava perdendo. Então os chefes do mal se reuniram e usaram aquilo que é um problema que o homem perde a cabeça. É o vício. Meu pai era viciado no jogo e perdeu tudo, tenho um amigo alcoólatra que abandonou a família e também perdeu tudo. O crack consegue ser pior ainda, porque é a droga mais viciante. É o próprio mal. (Augusto, 60 anos, morador e dono de antiquário do bairro)

A principal mudança do bairro na última década, segundo os moradores entrevistados, foi o aumento da criminalidade; indicaram a disseminação do uso do crack como fator determinante para tal cenário, que ocorreu após o ano de 1995, data da entrada do crack na cidade de Belo Horizonte.

Foi na década de 1990, depois de 1995 que começa a espalhar esse tanto de droga. Antigamente se via crime de boteco, homem machucado com caco de vidro de garrafa de bebida. Um crime mais boêmio. Depois dessa droga tem muito assalto, tudo mais violento. (Jairo, 50 anos, morador e dono de loja do bairro)

Os moradores afirmaram que a relação dos usuários de crack entre si e com os próprios moradores é conflituosa, são ainda mais intimidadores quando estão sob o efeito da droga.

Não pode encarar eles muito, pois se eles cismarem com você, aí é perigoso. É um medo constante. É um desrespeito, com os mais velhos, usam drogas na sua porta, sempre tem cachimbo na porta de casa, prostituição. Eles pedem dinheiro, tentam vender mercadorias roubadas, se você não faz o que eles querem corre o risco de ser xingada, assaltada, ou até mesmo agredida como eu mesma já fui. (Tereza, 40 anos, moradora do bairro)

Os entrevistados relataram situações pelas quais passam cotidianamente com o aumento da desordem e da criminalidade no bairro, além das mudanças em seu cotidiano, como, por exemplo, a população idosa do bairro, que tem sua sociabilidade restringida.

As casas antigas que estão em mau estado de conservação foram apontadas como item negativo do bairro, principalmente aquelas abandonadas que têm a possibilidade de serem invadidas por usuários de drogas. Sobre os espaços públicos locais, foram uniformes as respostas dos entrevistados, pois são poucos os espaços públicos e os que existem são apropriados pelos “noiás”, o que implicou a perda de liberdade dos moradores para frequentar tais espaços. “Tem as praças, mas lá ‘noiado’ te rouba. Não tem jeito de ir nesses locais, ficam cheios de marginais, tem mau cheiro, os ‘noiados’ fazem necessidades lá, tem muita sujeira”. Outro ponto negativo do bairro apontado foi a sujeira presente em seu espaço.

Assim, a realidade observada das pessoas em situação de risco pessoal, social e em uso de substâncias psicoativas constitui-se como um problema para a cidade e que necessita de intervenção. Pois, como afirma Domanico (2006), esses são cidadãos que refletem o próprio funcionamento perverso da nossa sociedade, para os quais, entretanto, se fecham os olhos e toda e qualquer oportunidade, inclusive a maior de todas, a de ter acesso à saúde e à dignidade. Para o alcance de soluções para a questão dos usuários de drogas que vivem em contextos marginalizados da sociedade e para que seus direitos sejam garantidos, há que se analisar seu contexto e peculiaridades para que as intervenções não se tornem uma esfera da repressão, com ações higienizadoras que somente “escondam” a realidade em questão, que acabam compondo um processo de segregação ao expulsar tais indivíduos desses espaços sem oferecer-lhes tratamento adequado.

Considerações finais

Os trabalhos de campo realizados no bairro Lagoinha na cidade de Belo Horizonte tiveram como objetivo a apreensão da realidade do lugar a partir das representações populares do local, que hoje apresenta mudanças em sua dimensão simbólica, com sua atual condição, de ter se tornado uma *cracolândia*. Com todas essas características, essa região se configura como área que requer atenção das autoridades.

Além das dificuldades ligadas à degradação em que se encontra, o bairro Lagoinha apresenta um desafio a mais, pela necessidade de políticas públicas para a complexa situação que denominamos de *cracolândia*. A expansão e o reconhecimento

da existência do fenômeno das *cracolândias* compõem um desafio para a saúde e segurança públicas, assim como para os planejadores urbanos.

A recuperação do Lagoinha como tradição, como história, como memória, como biografia e como patrimônio comum compartilhado pela população demanda uma proposta de intervenção consciente e conhecedora das suas atividades mais representativas, em benefício da sua comunidade e da sociedade em geral. Evidentemente tal questão se insere no âmbito da discussão dos conceitos de patrimônio histórico, memória social, preservação histórica e ambiental ou ainda da qualidade de vida dos seus habitantes (MACHADO; PEREIRA; 1991). O Lagoinha, apesar de suas características marcantes, vivencia um processo que requer cuidados. No atual contexto, “sua escritura sugere imagens desfocadas e, ao mesmo tempo, fortes sinais de que a vida prevalece” (LEMOS, 1996, p. 157).

A realidade observada das pessoas em situação de risco pessoal, social e em uso de substâncias psicoativas constitui-se como um problema para a cidade e que necessita de intervenção

Referências

- ANDRADE, L. T. ; TEIXEIRA, A. E. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. *Revista Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 11, 2004. Disponível em: <<http://www.cadernosmetropole.net/component/content/article/31/50-55>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- BARREIRA, I. A. F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Revista Análise Social*, Lisboa, v. XLII, p. 163-180, 2007. REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S000325732007000100008&script=sci_arttext> Acesso em : 13 jun. 2013.
- BRASIL já tem pelo menos 29 grandes cracolândias, dispersas por 17 capitais. *Jornal Estadão*, São Paulo, 10 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,brasil-ja-tem-pelo-menos-29-grandes-cracolandias-dispersas-por-17-capitais,809340,0.htm>> Acesso em: 5 abr. 2012.
- CARNEIRO, L. P. *Políticas locais de segurança pública: o desafio do controle da desordem*. Disponível em: <<http://reap.org.br/wp-content/uploads/2012/03/027-Pol%C3%ADticas-Locais-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

COMPLEXO da Lagoinha reúne usuários de drogas. *Portal Band Minas*, Belo Horizonte, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/?id=10000534916>>. Acesso em: 30 set. 2012.

CONFEDERAÇÃO Nacional de Municípios. Mapeamento do Crack nos Municípios Brasileiros, 2010. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/9700/9797/Geografia/Atualizado_MapeamentodoCracknosmunicipiosbrasilv4.pdf>. Acesso em: 1º maio 2012.

CRACK no caminho da avenida. *Hoje em Dia*, Belo Horizonte, 4 set. 2009. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/cmlink/hoje-em-dia/minas/crack-no-caminho-da-avenida-1.9184>> Acesso em: 5 abr. 2012.

CRACKING BH: principais pontos do tráfico de crack na Lagoinha. *Jornalismo Online UniBh*, Belo Horizonte, 20 set. 2010. Disponível em: <<http://j olunibh.wordpress.com/2010/09/20/cracking-bh/>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

DOMANICO, A. *Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nórias!*: Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FERNANDES, L.; PINTO, M. El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. In: USO DE DROGAS E DROGODEPENDÊNCIAS, Monografias Humanitas, n. 5. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas, 2004.

FREIRE, C. M. P. *Cotidiano, memória e identidade: o bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz de seus moradores*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nórias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, ano 4, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>> Acesso em: 13 jun. 2013.

LAGOINHA: um bairro tomado pelo Crack. *Jornal da Alterosa*, Belo Horizonte, 20 set. 2011. Disponível em: <http://www.alterosa.com.br/html/noticia_interna,id_sessao=7&id_noticia=61311/noticia_interna.shtml> Acesso em: 5 abr. 2012.

LEMONS, C. B. A lagoinha e suas imagens: a refiguração do seu presente. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, n. 4, p. 121-160, 1996.

MACHADO, H. G.; PEREIRA M. L. D. A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 36-49, out. 1997.

MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços & trajetões. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 35, n. 1, p. 191-204, 1992.

- MAGNANI, J. G. C. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.
- MEDEIROS, R. Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (Org.). *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.
- MORAES, F. B.; GOULART, M. G. As dinâmicas da reabilitação urbana: impactos do Projeto Lagoinha. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 9, n. 10, p. 51-71, 2002.
- PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. (Org.). *O fenômeno urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- PORTAL do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas do Álcool e Outras Drogas. Disponível em <http://www.inpad.org.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1>. Acesso em: 1º nov. 2012.
- RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011.
- RUI, T. *Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. 2012. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- SAPORI, L. F.; SENA, L. L.; SILVA, B. F. A. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. *Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010.
- SILVA, S. L. *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso de crack*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- TURNER, V. W. *O processo ritual*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- UCHÔA, M. A. *Crack: o caminho das pedras*. São Paulo: Ática, 1996.



PRISCILA MIUSA

A UM PASSANTE

TO A PASSERBY

ALÍCIA DUARTE PENNA*

Você não é belo ao passar.
 Pálido ou indesculpavelmente branco,
 cabelos recém-lavados,
 óculos espelhados, de corrida como os de um cavalo,
 o aro amarelo mal se equilibrando no rosto de ossos,
 civil, moderna, heroicamente feio.
 Traficante, dono da boca, do pedaço?
 Não sei, mas sabe você como haverão de saber outros.
 A caminho da favela, seus passos – planos – estão traçados,
 como os meus. Em círculos caminho, circunscrita,
 ou corro, presa da organização – outra? –
 de que preciso, ser-no-mundo vasto e sem solução.
 Raimundo poderia ser o seu nome quanto o meu,
 em letra somente para poucos decifrável,
 assinados em multidão.

*Arquiteta e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Escritora, tradutora e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas (Brasil). Publicou, entre outros, *Espelho diário* (UFMG, EDUSP e IOESP, 2008) e *Quarenta poemas e dez* (Scriptum, 2011). O poema, inédito, integra seu próximo livro, com previsão de lançamento em 2013. E-mail: <aliciapenna@gmail.com>.

THE CITY AND THE ARTS



III
A CIDADE
E AS ARTES

ISABELA PRADO

Mapa mofa, vídeo, 12 min, 2007-2012.



(IN)VISÍVEL SOB A CIDADE:

o projeto Entre Rios e Ruas

ISABELA PRADO*

RESUMO O projeto *Entre Rios e Ruas* procura refletir acerca das relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo, tendo como ponto de partida a relação que Belo Horizonte estabeleceu desde sua fundação e estabelece ainda hoje com os rios e córregos presentes em seu território. Composto por desenhos, fotografias, objetos, vídeos, instalações e *performances*, *Entre Rios e Ruas* quer tornar novamente visíveis os rios que correm sob a cidade e, ao explicitar o traçado desses córregos na malha urbana, repensar nossa relação com o que está a nossa volta. A ocupação do espaço urbano e sua relação com o meio ambiente é uma questão que perpassa todos os trabalhos. Busca-se, por meio da metáfora, da participação do espectador e da experiência espacial, uma proposta de recriação da cidade, ativada pela arte e sua força de invenção.

PALAVRAS-CHAVE Arte contemporânea. Meio ambiente. Rios urbanos.

(IN)VISIBLE UNDER THE CITY:

The project Entre Rios e Ruas

ABSTRACT The project *Entre Rios e Ruas* aims at pondering upon the relations between city, environment, and individual, the starting point being the relation that Belo Horizonte has established with rivers and streams in its territory since its foundation. Composed of drawings, photographs, videos, installations, objects and performances, *Entre Rios e Ruas* sheds new light on the perception of rivers flowing underneath the city and, by pointing out their paths within the urban grid, the work rethinks our relationship with the surroundings. The occupation of urban space and its relation with the environment is a recurrent issue. With the use of metaphor, by enhancing the participation of the viewer, and by means of a spatial experience, the project proposes a re-creation of the city, activated by art and its inventiveness.

KEYWORDS Contemporary art. Environment. Urban rivers.

*Artista plástica e Mestre em artes visuais pela Indiana University (Estados Unidos da América).

E-mail: <pradoisabela@hotmail.com>.



ISABELA PRADO/ FOTO: FERNANDO ANCIL

Lição: *nessa rua tem um rio*, performance, 60 min, 2011-2012.

Participação especial: Paulo Thomas

Em 2006, volto a Belo Horizonte após cinco anos de ausência. Em meio ao estranhamento já previsível em situações desse tipo, deparo-me com uma alteração importante na paisagem local, quando parte do Ribeirão Arrudas, um rio muito presente na história, na memória, na paisagem da cidade, deixa de existir ao ser encoberto por uma avenida.

O rio se apaga da paisagem, em nome da chamada *Linha Verde – Boulevard Arrudas*. Havia propagandas na mídia local, nas traseiras dos ônibus, vendendo uma cidade feliz que enterrava seu rio. Achei que ali havia um ponto para reflexão. De repente, o rio desapareceu da paisagem – embora de fato continuasse lá, como poeira embaixo do tapete.

Em contraste a tudo isso, uma ex-colega do mestrado, coreana, também estava voltando para seu país, para Seul, e comentava com alegria o fato de encontrar o Rio Chongyechong descoberto e revitalizado – uma experiência oposta à minha. Situações contrastantes no retorno a casa, o que me causou a sensação de que estávamos andando para trás.

De volta a Belo Horizonte, passo a morar em um apartamento e a conviver com o aparecimento de mofo nas paredes. O apartamento era térreo e a umidade vinha



ISABELA PRADO/ FOTO: GUILHERME MACHADO
Repaisagem, Instalação, 2010.

do chão, dado que o apartamento se localizava sobre um dos córregos canalizados da cidade, o Córrego da Serra. O rio invadia minha vida, minha casa.

A partir dessas percepções, ganhou corpo a necessidade de discutir o tema por meio de uma produção visual, plástica. E meu trabalho passou a não mais se dissociar do interesse por esse tema. Uma produção que busca trazer à luz a questão, ao tornar visíveis rios e córregos que vêm sendo há muito tempo encobertos na cidade. E daí veio um nome: *Entre Rios e Ruas*.

O conjunto de trabalhos que compõem o projeto *Entre Rios e Ruas* toma como ponto de partida a relação que Belo Horizonte estabeleceu desde sua fundação e estabelece ainda hoje com os rios e córregos presentes em seu território. Como se sabe, as especificidades das bacias hidrográficas da região não foram consideradas no planejamento da cidade, particularmente no espaço urbano circunscrito pela Avenida do Contorno, sendo



ISABELA PRADO/ FOTO: GUILHERME MACHADO
Repaisagem, Instalação, 2010.

assim condicionadas ao traçado geométrico e ortogonal das ruas belorizontinas, estruturadoras de uma malha viária quadriculada na área central.

Iniciado em 2006 – e composto por desenhos, fotografias, objetos, vídeos, instalações e *performances* –, *Entre Rios e Ruas* procura refletir acerca das relações entre cidade, meio ambiente e indivíduo. O passo inicial foi meu testemunho cotidiano do rio invadindo meu apartamento na forma de mofo, desafiando todas as tentativas de contê-lo e de restringir sua trajetória. E o mofo foi formando mapas dentro da minha casa. Desde 2007, comecei a documentar esses mapas, que, fluidos, iam se modificando com o tempo.

Surge, então, a série de imagens que dá origem ao vídeo *Mapa Mofo* (2007-2012), nas quais o desenho úmido que vai se insinuando diariamente é enquadrado, formando espécies de manchas cartográficas. Lentamente, no vídeo projetado sobre cantos de espaços internos, os mapas formados pelo bolor conduzem uns aos outros, paulatinamente alterando e expandindo, fronteiras. O branco ganha tons ocres, o plano adquire volume: o rio se insinua por entre tijolos e massa corrida, como se desenhasse seu próprio percurso. (DINIZ, 2012, p. 15)

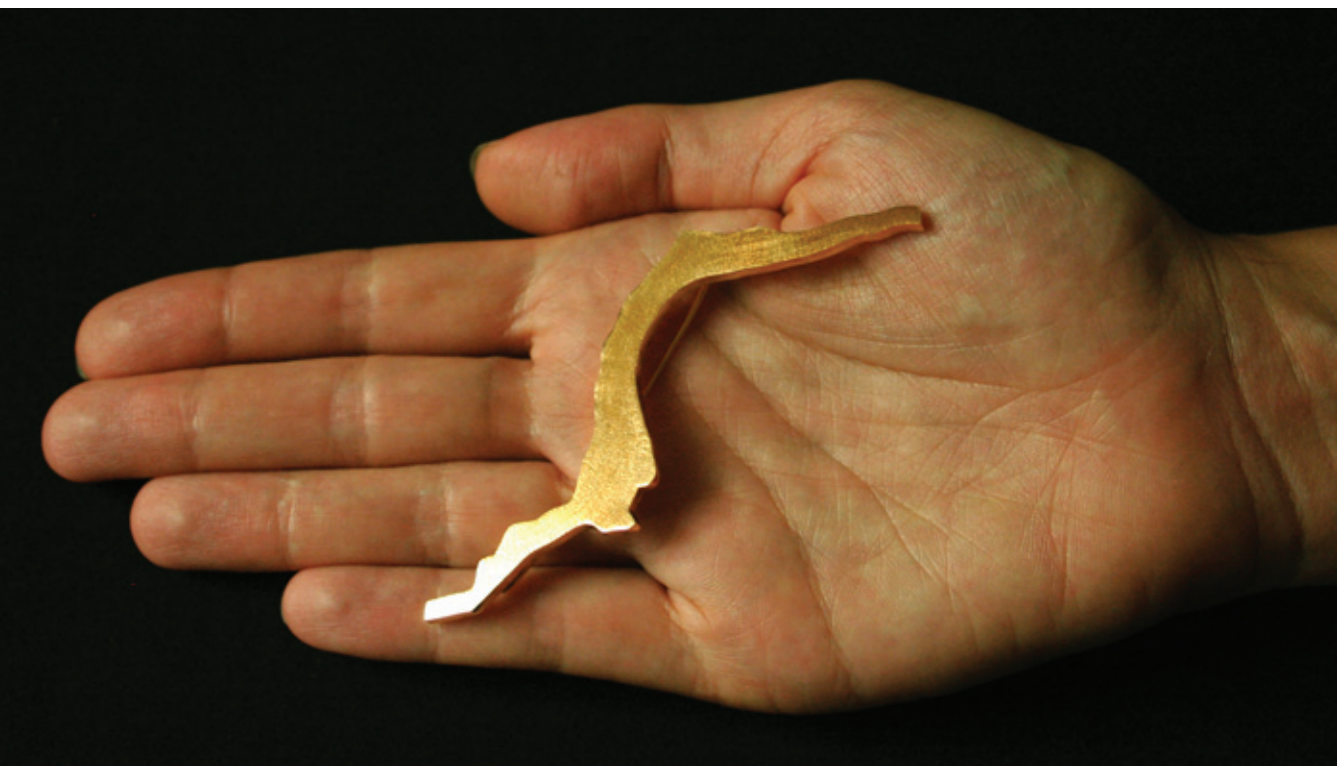
No ano de 2008, fui convidada a apresentar *Entre Rios e Ruas* em uma conferência no Museu de Arte da Pampulha, em Belo Horizonte. Naquela ocasião, fiz uma *performance* em que distribuí copos cilíndricos com água, com informação impressa sobre a extensão dos córregos canalizados e em leito natural em Belo Horizonte, acompanhada pelo áudio de alguns dos córregos submersos da cidade: Córrego Leitão, Córrego da Serra e Córrego do Acaba Mundo. A proposta de que o público bebesse essa informação reflete bem o espírito do projeto, que parte muitas vezes de informações objetivas, quase técnicas, sobre o tema, e propõe uma abordagem poética, plástica.

A despeito de tratar de questões concretas com formas de abordagem razoavelmente objetivas – fazendo uso de mapas, dados, ações *in loco*, captação de sons –, a artista não escolhe o caráter documental ou ativista como estratégia principal diante de suas preocupações sociais, urbanísticas e ecológicas, preferindo explorar mormente nossa percepção do *real*, agindo portanto no campo da subjetividade, nas relações que os indivíduos travam com seus contextos. Sua escolha é, portanto, a de atuar no campo da percepção desse *real*. (DINIZ, 2012, p. 18)



ISABELA PRADO

Jóia. Broche em ouro, 9,5cm, 2010
(Imagem: Antônio Valadares)



Em 2012, o projeto *Entre Rios e Ruas* foi apresentado em exposições em Brasília (Funarte-DF, Prêmio Funarte de Arte Contemporânea 2011) e Belo Horizonte (SESC-Palladium). Além do vídeo *Mapa Mofo*, cabe mencionar três dos trabalhos presentes nessas exposições.

A instalação *Repaisagem* utiliza mantas magnéticas que correspondem a todos os trechos de córregos em leito natural no município de Belo Horizonte e sugere a participação do espectador, criando novos desenhos, novas paisagens. Assim, o trabalho é definido mediante a participação do outro, que é quem efetivamente o constrói, o transforma. Um desenho sempre em formação, contínuo, cujo fim é menos chegar a uma imagem, senão emular a própria ideia de passagem e de contínua renovação, tão fundamental às águas, aos rios, aos mares. A instalação contém ainda um elemento de áudio, que corresponde ao som desses mesmos córregos, mas nesse caso em trechos canalizados, que correm sob as ruas da área central da cidade. Como define Diniz (2012):

Nessa [instalação], a experiência – vivenciada pelo projeto urbanístico da capital mineira – de reconstruir a paisagem hidrográfica é transformada poeticamente. [...] *Repaisagem* explora o caráter participativo de obras anteriores de Isabela Prado – como *Wind Catcher* (2007), *Estrangeiro* (2006) ou *Entre* (2006) – numa chave que metaforicamente restaura a potência criativa do indivíduo diante de um mundo e uma sociedade que se fazem passar por dados *a priori*. (DINIZ, 2012, p. 17)

Por sua vez, *Jóia* é um broche feito em ouro e explora a relação entre corpo, espaço e a escala. O desenho dessa joia, de 9,5cm de comprimento, replica em escala 1:10.000 o traçado dos últimos 950m de leito natural do Ribeirão Arrudas dentro dos limites do município de Belo Horizonte. De acordo com Jesus (2012):

Carregar a *Jóia* é o mesmo que carregar o que ainda resta. Fixá-la próxima ao corpo, carregá-la como adereço é o mesmo que carregar um pequeno fragmento de tempo e espaço que remetem de uma só vez para a ausência de uma paisagem e para o jogo da escala. (JESUS, 2012, p. 22)

Os trabalhos articulam de forma sutil o contraste entre local e global, entre específico e geral, entre o real e sua representação abstrata em escala reduzida

A *performance Lição: nessa rua tem um rio* consiste em uma sequência de aulas de violino na rua, em que o professor tenta me ensinar a execução da melodia de domínio público “Se esta rua fosse minha”. Como eu nunca tive qualquer contato prévio com o instrumento, tenho grande dificuldade inicial para aprender a “lição”. As aulas ocorrem sempre em ruas sob as quais correm trechos dos córregos da cidade. O trabalho é visto como uma metáfora para a dificuldade em estabelecer uma nova relação e uma nova consciência da cidade acerca do ambiente. “Repetitivamente, a artista encena um percurso que não se conclui, próprio à aprendizagem, assim como aos rios” (DINIZ, 2012, p. 16).

Entre Rios e Ruas quer tornar novamente visíveis os rios que correm sob a cidade, que estão vivos, que se alteram com as estações do ano, na cheia, na seca. E ao explicitar o traçado desses córregos na malha urbana, repensar nossa relação com o que está à nossa volta.

A ocupação do espaço urbano e sua relação com o meio ambiente é uma questão que perpassa todos os trabalhos. Tendo em comum o tema da paisagem e suas infinitas possibilidades de reconfiguração, os trabalhos articulam de forma sutil o contraste entre local e global, entre específico e geral, entre o real e sua representação abstrata em escala reduzida. Busca-se, assim, por meio da metáfora, da participação do espectador e da experiência espacial, uma proposta de recriação da cidade, ativada pela arte e sua força de invenção.

Referências

DINIZ, C. Rios, ruas, visibilidades. In: ENTRE RIOS E RUAS. Brasília: FUNARTE, 2012. (Catálogo de exposição).

JESUS, E. Cartografias quase invisíveis. In: GÓMEZ, J. C. (Org.). *Isabela Prado: entre rios e ruas*. Belo Horizonte: SESC Minas, 2012.



KANPOTARRAK NONAHI

12 rue Jean Monnet
Construction
de
4 logements
(PLA)

COLETIVO CLAIRE FONTANA

Imagens da 'Nuit-Blanche'

Paris, 2010

Fotos: Kleinfenn

PARIS, A CIDADE LUZ NO TERCEIRO MILÊNIO

CÉLIA MARIA ANTONACCI RAMOS*

RESUMO O deslocamento no espaço é uma experiência indispensável para quem se dedica a estudar as cidades em suas dinâmicas contemporâneas e fluxos migratórios. Este texto parte de minhas caminhadas pelas ruas de Paris, quando realizei estágio de pós-doc em 2011/2012. A partir da cidade de Paris, as questões aqui levantadas estão relacionadas com as cidades no terceiro milênio e seu relacionamento com o sistema das artes. Como e até que ponto, o sistema das artes e os artistas, críticos e curadores interferem nos debates sobre a integração das pessoas no espaço de convivência coletiva da cidade contemporânea? Pode a arte ser parte dos debates nas cidades com um forte acento em preconceitos?

PALAVRAS-CHAVE Cidade. Imigração. Fronteiras.

PARIS, THE CITY OF LIGHT IN THE THIRD MILLENNIUM

ABSTRACT The displacement in the space is an essential experience for those who dedicate themselves to study the cities in its contemporary dynamics and migratory flows. This text is part of my walking through the Paris streets, when I did a postdoc resherche in 2011/2012. From Paris city as a starting point, the issues raised here are related to the cities at large and its relation to the artistic system. How and to what extent, the artistic system and the artrists themselves, critics and curators expanding or interfering in the debates about the integration of people living together in the space of contemporary city? Could art be part of the discussion about cities with a strong accent on prejudice?

KEYWORDS City. Frontiers. Immigration.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEART/UEDESC (Brasil). E-mail: <celia.antonacci@udesc.br>.

A evocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

(SAID, 2005, p. 33)

Localizada no centro imaginário da Europa desde nada menos que a Revolução Francesa, Paris é a Cidade Luz símbolo da Modernidade. De lá partiram os valores republicanos da Revolução Francesa de Direitos Humanos e as filosofias iluministas de civilidade. As grandes vozes da filosofia e da literatura ecoam de Paris. Balzac, Flaubert, Victor Hugo e Proust, este último em sua “procura pelo tempo perdido”, e o personagem masculino do *flâneur*, de Baudelaire, apaixonado pela liberdade e os deslocamentos clandestinos na cidade, contracenam com a carta aberta *J’acuse*, de Émile Zola ao presidente Felix Faure, quando esse escritor crítico, denunciando documentos secretos antisemitas no processo de condenação do oficial Dreyfus, exigia, pela primeira vez na história jornalística, a liberdade de imprensa.

Entretanto, nos anos 1930, Paris abrigou os poetas africanos Léopold Sédar Senghor e Aimé Cezaire, que, em protesto ao racismo científico, político e social da época, lideraram o “movimento da negritude”, um espaço ideológico que pregava o pan-africanismo como atitude política de união dos africanos em torno da identidade africana.

Nas Artes Visuais, Paris foi o berço de Louis Daguerre, que, no final do século XIX, associado ao físico francês Nicéphore Niépce, fixou em placas de prata as imagens da câmera escura e, logo a seguir, a sudeste de Paris, na pequena cidade La Ciotat, os irmãos Lumière surpreendem o mundo movimentando as imagens fotográficas em sequência narrativa. De lá para cá, Paris tornou-se a capital das artes e acolheu artistas do impressionismo, fauvismo, cubismo, surrealismo, modernismo. Monet com seu *Soleil levant*, Picasso com as *Demoiselles d’Avignon* e Dali com

La persistance de la mémoire registraram Paris como o *melting point* da história da arte eurocêntrica. Mas, bem antes de os “ismos” da arte moderna sacudirem Paris, o Museu do Louvre, antiga residência dos reis franceses, inaugurado no Império de Napoleão Bonaparte, em 1793, passou a abrigar os objetos recolhidos nas conquistas desse Imperador, destacando Paris na paisagem das artes.

Paris foi também cenário da primeira ditadura do proletariado, a Comuna de 1871, revolta que instigou Napoleão III a solicitar ao prefeito da cidade, o arquiteto Barão Haussmann, a reordenação das ruas de forma possível a cercar e controlar as manifestações populares e higienizar a cidade. Nessa ocasião, em nome do aburguesamento da cidade, a população pobre, que antes vivia ali, foi direcionada à periferia de Paris. Uma cartilha de ordenamento da cidade que serviu de modelo às outras cidades ocidentais e às colônias.

Já na virada do século XX, portando discursos de civilidade e progresso, a França e outros países da Europa – Inglaterra, Alemanha, Portugal, Bélgica – precipitaram-se ao continente africano. Entretanto, bem ao contrário dessa retórica, as colonizações transformaram a África e todas as outras colônias, os chamados países do “Terceiro Mundo”, no “coração das trevas”, parafraseando Joseph Conrad.

Paris, berço da vanguarda, terra do nascimento do ‘primitivismo’.

(MURPHY, 2009, p. 289, tradução nossa)

Em 1880, o republicano Jules Ferry, para quem as raças superiores deveriam civilizar as inferiores, decidiu realizar, em Paris, o museu de etnografia do Trocadero,¹ exibindo ali os objetos recolhidos das colônias como testemunho de culturas passadas, de um estágio de evolução cultural anterior, leia-se, inferior. Nesse contexto, “a arte escapava à história e os objetos ‘primitivos’ constituíam o testemunho histórico da moral e dos costumes do passado” (MURPHY, 2009, p. 291).

Projetado como uma instituição científica e não estética, o “Museu do Trocadero” nunca foi considerado um museu de arte, e as obras ali depositadas nunca valoradas como arte. Em razão disso, o olhar dos europeus aos objetos de outras culturas foi e continua a ser etnográfico. “Dentro da perspectiva de um estudo histórico

1. Em 1938, esse museu passou a ser denominado “Museu do Homem” e em 2006 suas obras foram transferidas para o Museu do Quais Branly.



antropológico, as artes não europeias escapam à teoria da estética ocidental, que é historicamente determinada por uma visão eurocêntrica” (SOMÉ, 2003, p. 36, tradução nossa).

Estudados a partir do ponto de vista da teoria evolucionista, os objetos provenientes de culturas sem alfabeto cursivo e sem história datada logo foram classificados como “primitivos”, e os povos, vivendo em comunidades sem os planejamentos urbanos estipulados nas prefeituras europeias, considerados selvagens.

Para Said, essa classificação de “primitivo” “revigorou as energias metropolitanas, de maneira que as pessoas decentes pudessem pensar no império como um dever planejado, quase metafísico de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados” (2005, p. 41).²

Nos anos de 1889, 1900 e 1931, com o objetivo de enaltecer as conquistas ultramar e justificar as colonizações, Paris organizou o cenário das Exposições Universais

2. Podemos perceber nessa dicotomia entre a arte e a etnografia o princípio da divisão hierárquica dos territórios urbanos. O centro, a Europa, lugar do saber ilustrado, enquanto as colônias são o lugar dos subalternos. Logo, a periferia da cidade é vista como lugar do marginal, inculto, pobre, analfabeto e delinquente.

e Coloniais. Durante essas exposições, africanos e outros cidadãos portadores de desigualdades físicas para os padrões da época foram expostos em contexto de zoológicos humanos. Analisando essas exposições, Didier Grandsart (2010, p. 75, tradução nossa) escreveu: “em nome da civilização, o que caracteriza a colonização francesa dos séculos XIX e XX é o esquecimento dos princípios dos Direitos do Homem, assim como a negação dos valores republicanos da Revolução Francesa ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’”. Grandsart (*idem*) explica, que se as exposições coloniais conheceram um grande sucesso junto ao público e à mídia, isso se deu porque, entre os franceses – a classe política e os intelectuais –, havia um grande consenso em favor da colonização. A oposição à colonização representava uma fraca minoria, quase impotente.³ O combate mais clamoroso veio de um discurso de Clemenceau contra Jules Ferry na Câmara dos deputados em 1885.

Quantos crimes atrozes, apavorantes, foram cometidos em nome da justiça e da civilização. Não, não há direitos de nações ditas superiores contra nações inferiores; há a luta pela vida, que é uma necessidade fatal, à medida que nós nos elevamos numa civilização, nós devemos nos conter nos limites da justiça e do direito; [...] Falar de civilização é juntar a violência à hipocrisia. (CLEMENCEAU *apud* GRANDSART, 2010, p. 109)

Paris, 14 de junho de 1940: a Cidade Luz sem luz

Logo que as luzes de Paris se apagaram, o pânico tomou conta de Nova Iorque e ecoou nos lugares mais remotos dos EUA. Paris rendeu-se sem batalha. A imprensa lamentava sem exceção essa capitulação de Paris nas mãos dos alemães. Paris, embaixo das botas, mas salva sem destruição. A Cidade Luz protegida pela sua cultura! O que era mais doloroso para os editoriais americanos era ver o símbolo da civilização ocidental abandonado à barbárie.

A vida para por cinco anos.

(GUILBAULT, 1996, p. 64, tradução nossa)

Cinco anos de invasão e cinquenta de desolação. Os longos anos da Guerra Fria não aqueceram as luzes da cidade. As manifestações ativistas do fim dos anos 1960 ocuparam a cidade com palavras de ordem e protesto, mas elas

3. Nessa época, a colonização era denunciada por uma minoria radical de socialistas e humanistas de esquerda. A direita monarquista e conservadora opunha-se também, mas por razões diferentes. Ela estimava que as forças deveriam reconquistar os territórios da Alsace e Lorraine. Mas, com o advento da Grande Guerra, 1914, o debate sobre a colonização tornou-se marginal. Clemenceau, ele mesmo, resignou-se ao fato colonial. Alguns selvagens tornaram-se soldados e combateram ao lado dos franceses, outros trabalharam nas usinas de armas. Para os políticos, como para os eleitores, os colonos tornaram-se uma força importante de apoio para o país. E mais, a Alsace e a Lorraine voltaram a pertencer à França e os conservadores voltaram a ter um grande interesse na colonização (GRANDSART, 2010, p. 110, tradução nossa).

frutificaram mais no exterior que em Paris e seus arredores. Os precursores da arte contemporânea cintilaram em Paris, mas suas projeções iluminaram os grafites de Nova Iorque, Berlim e São Paulo.

Em novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim registrou no calendário político cultural o fim do *apartheid* leste/oeste. Nesse mesmo ano e mês, em Paris, o “Centro Georges Pompidou e o Grande Halle de la Villette exibiram a mostra ‘Magiciens de la Terre’”. Ainda que polêmica, essa exposição trouxe pela primeira vez na história da arte europeia cinquenta artistas provenientes de culturas colonizadas para exporem ao lado de cinquenta artistas do circuito ocidental. Martin (2012), propositor e curador dessa exposição, em seu livro *L’art au large*, recentemente publicado, argumenta que na época propôs essa exposição com objetivo de criticar a ideia comumente admitida de que não havia criação em artes plásticas que no mundo ocidental ou ocidentalizado evidenciasse a sobrevivência dos restos de arrogância da cultura ocidental. Assim, além de apresentar ao público artistas de ex-colônias, Martin colocou em pauta as arrogâncias de políticas colonialistas ainda presentes na sociedade francesa.

Paris, século XXI

Um dos eventos históricos mais importantes para a Europa desde o fim da última guerra foi a chegada e o estabelecimento de multidões de pessoas vindas de regiões não europeias e, mais curioso, vindas de países chamados Terceiro Mundo. A experiência dessas pessoas como imigrantes, povos explorados, desencadeou uma política e voz cultural, e a experiência da sociedade hospedeira tendo seu profundo estabelecimento no eurocentrismo e no racismo, revelando, assim, todas as suas complexas ramificações. Essas são as duas realidades dessa grande mudança.

(BRETT, 1984, p. 7)

“**S**ob o Império”, lembra Mbembe (2010), “os colonos estavam em outro lugar. Eles participavam a distância, no estrangeiro, em continentes de outros

mares. Hoje, a colônia se desloca, ergue sua tenda aqui mesmo, dentro dos muros da cidade” (MBEMBE, 2010, p. 206, tradução nossa).

Nós estamos todos em trânsito permanente. Que seja branco, negro, amarelo, pouco importa. Ele é de toda forma um ser potencialmente exilado (Barthélémy Toguo,⁴ tradução nossa).

O fim da Segunda Guerra Mundial anunciou a precipitação de populações do Terceiro Mundo via Europa. Na década de 1990, a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e as políticas neoliberais liberaram o desejo reprimido de uma população nascida no confinamento de políticas repressivas. Uma nova diáspora transnacional procedente também do leste europeu veio a se instalar na Europa. O espaço da África, de todas as ex-colônias e do leste europeu fora de seus lugares anunciaram o novo milênio.

Em 2008, em meio aos grafites, aos anúncios publicitários ou nas fachadas de casas e prédios em Belleville, um bairro de Paris que abriga diferentes comunidades, o coletivo Claire Fontana, em uma escrita em néon, anunciava: لك يف هي جراحلا، نالكم، Eksterlandaj ĉie, Estrangeiros em toda parte, Εξωτερικών παντού, ברוטעמוא דמערפ, חוץ, מוקמ לכב, 外国无处不在, Strani svugdje, Exterior en todas partes, Esteri ovunque, Vreemdelingen overal, Kanpootarrak Nonahi, Иностранные везде, Her yerde Yabancı.⁵

Essa interferência urbana em néon do coletivo Claire Fontana em diferentes idiomas nos faz perceber as cidades do século XXI nas rotas das migrações internacionais. Em tempos de globalização, os povos deslocam-se de seus lugares e não mais compartilham o mesmo idioma, a mesma tradição política, cultural, religiosa e social. Para Santos (2002),

elas representam na maior parte dos casos, uma queda no valor individual: o abandono não desejado da rede tradicional de relações longamente tecida através de gerações; a entrada já como perdedor em uma outra arena de competição cujas regras ainda tem de aprender; a ruptura cultural com todas as suas sequelas e todos os seus reflexos. A maior parte das pessoas não é hoje, diretamente responsável por estar aqui e não ali, vítimas de migrações que podem ser qualificadas como forçadas. (SANTOS, 2002, p. 22)

Os povos colonizados de ontem são os imigrantes de hoje. Eles deixam seus territórios, atravessam as fronteiras, enfrentam as dificuldades para chegarem às cidades à procura de oportunidades econômicas, estudo, estabilidade política e mobilidade no

4. Barthélémy Toguo é artista em diáspora. Nascido em Camarões, hoje vive entre Paris/Bendin. Seu trabalho artístico refere-se aos problemas das fronteiras físicas e ideológicas. Participa de diversas exposições e bienais contemporâneas. Texto publicado no folheto da exposição *J'ai deux amours*.

5. O néon foi traduzido nos idiomas árabe, basco, chinês, crioulo, croata, espanhol, esperanto, grego, hebraico, italiano, holandês, norueguês, português, romeno, russo, sérvio (cirílico), tibetano, turco, wolof e iídiche. Este trabalho foi reapresentado em 2010 no evento *Nuit Blanche*, um evento artístico cultural, organizado pela prefeitura de Paris, que uma vez por ano promove por toda a noite a abertura gratuita dos museus e espaços culturais e exhibe uma seleção de trabalhos artísticos de destaque do ano. Em 2011 este trabalho também fez parte da exposição *J'ai deux amours*, no atual Museu da Imigração, Paris. O coletivo pode ser visitado no endereço <www.clairefontaine.ws>.

mundo globalizado. Hoje, os imigrantes percorrem as ruas de Paris em seus sáris, quimonos, djellaba, kipas, solidéus e turbantes.

6. Ciclo de cinema “Fronteiras” exibido pela fundação Latina, Paris, setembro de 2011.

Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está completamente ausente da luta pela geografia. Essa luta é completa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações. (SAID, 2005, p. 38)

7. Niqab é o véu que cobre todo o rosto da mulher, deixando apenas um espaço para os olhos.

Numa pequena nota da divulgação do ciclo de cinema “Fronteiras”, exibido pela fundação Latina, Paris, em setembro de 2011, lemos:

Num tempo em que o conceito de fronteira perde de uma certa maneira todo seu senso, onde certos fluxos financeiros ou de informação não encontram mais barreiras entre os territórios, as fronteiras conservam ainda uma existência bem real na vida de milhões de pessoas no mundo.⁶

8. Antes de essa lei entrar em vigor, em 1998, o Estado já havia se pronunciado contra o uso do véu islâmico nas escolas públicas.

Em 11 de abril de 2011, cinco meses antes desse ciclo de cinema e debates ser promovido no Latina, em Paris, já havia passado a vigorar na França uma lei que proíbe o uso da burca e do niqab⁷ em espaços públicos.⁸ Atravessada pela mutação de mais de um século de colonização e histórias divergentes, a França, pátria dos Direitos Humanos, de regime laico,⁹ da liberdade de imprensa e de expressão, surpreende-nos ao se declarar hostil ao uso de símbolos religiosos, afirmando assim que as zonas de contato são conflituosas ainda no século XXI.

9. O secularismo francês tem uma longa história, mas a legislação atual é baseada na lei francesa de 1905 sobre a separação das igrejas e do Estado. Durante o século XX, ela evoluiu para significar igualdade de tratamento entre todas as religiões. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Laicismo>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Importante lembrar que o Estado laico¹⁰ significa a não interferência de ideias e princípios religiosos nas decisões do Estado, da mesma forma que o Estado é neutro quanto a leis, preceitos e crenças religiosas. Ou seja, no Estado laico há a neutralidade sobre questões religiosas. Os cidadãos devem ser livres para manifestarem sua fé religiosa, qualquer que ela seja, sem haver controle ou imposição do Estado.

10. O Estado secular deve garantir e proteger a liberdade religiosa e filosófica de cada cidadão, evitando que alguma religião exerça controle ou interfira em questões políticas. Difere-se do Estado ateu – como era a extinta URSS – porque neste o Estado opõe-se a qualquer prática de natureza religiosa.

Assim, o Estado laico, a partir do momento que não determina uma religião oficial e não interfere nas decisões religiosas, favorece a convivência e interação das pessoas e deve combater os preconceitos e as discriminações religiosas. Dahomay lembra que “a política é também o espaço onde se elabora o sentido de se viver junto com um grupo diversificado, que deixou seu território considerado no passado como primitivo” (2010, p. 353, tradução nossa).

Na ocasião, o então presidente da República francesa, Nicolas Sarkozy (*apud* Maíra Kubík Man), assim se justificava:

Ajo em nome da dignidade da mulher. Esconder o rosto [...] coloca as pessoas em questão numa situação de exclusão e de inferioridade incompatível com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade afirmados pela República Francesa.¹¹

11. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/proibicao-a-burca-na-franca-oprimir-para-libertar>>.

Ao cercear o uso da burca em espaços públicos em nome de princípios da República Francesa e da “dignidade da mulher”, Sarkozy julga um ato religioso a partir de princípios políticos ocidentais e confina a França num passado colonialista, que acreditava que os povos europeus tinham obrigação de levar a civilização às outras culturas em estágio “primitivo”. Além disso, coloca em questão a laicidade da República Francesa.

Entretanto, para além dos sujeitos imigrantes serem juridicamente coibidos em seus procedimentos religiosos em espaços públicos, as zonas de contato no meio urbano agitam grupos conservadores da sociedade francesa, nacionalistas também insatisfeitos com

Na década de 1990, a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e as políticas neoliberais liberaram o desejo reprimido de uma população nascida no confinamento de políticas repressivas

a chegada a Paris de culturas outrora situadas nos confins das colônias.

Um exemplo de intolerância foi registrado no inverno de 2006, quando um grupo de ativistas de extrema direita – “Solidarité des Français (SDF)” – resolveu instalar em Paris um centro de distribuição de sopa quente aos desabrigados ou às pessoas que tivessem fome. A prefeitura de Paris percebeu nessa “generosidade” uma estratégia política de identidade francesa e intolerância à comunidade judaica e mulçumana, uma vez que a sopa ofertada era uma sopa tradicional francesa, uma sopa gaulesa à base de carne de porco, uma carne que por razões culturais ou religiosas essas comunidades não a consomem. A prefeitura avaliou o projeto como um ato de xenofobismo e determinou o fechamento do estabelecimento.

Indignados, os ativistas argumentaram que a interdição do projeto censurava a liberdade de manifestação de diferentes grupos. Entretanto, um texto publicado no *site* do projeto ia além da distribuição de uma sopa aos necessitados e anunciava claramente a posição nacionalista e xenofobia dos associados.

Sem fila de espera nem ordem de passagem: atmosfera gaulesa obrigatória! Único requisito para jantar com a gente: comer carne de porco. Em caso de dúvida, peça o cartão de adesão à Associação de Solidariedade dos Franceses. Se a pessoa não está em posse do cartão, dê suas informações de contato e a sua participação será concedida quando dois patrocinadores fornecerem sua participação para mais uma subscrição (ver o nosso Estatuto Social). Deixe claro que nós já não temos o suficiente para nós. Atenção, queijo, sobremesa, café, roupas, doces acompanham a sopa de porco: nem sopa, nem sobremesa... O único lema de nossa ação: os nossos antes de outros.¹²

12. Disponível em: <[https://www.google.com/search?q=pas de soupe%2C pas de dessert](https://www.google.com/search?q=pas+de+soupe%2C+pas+de+dessert)>. Acesso em: 17 mar. 2013 (tradução nossa).

No ir e vir da discussão sobre a legalidade de distribuir a sopa, a Assembleia Nacional considerou tal iniciativa um ato discriminatório susceptível de distúrbios públicos e decidiu pela interdição definitiva da distribuição da sopa.

O crítico de arte Okwui Enwezor, curador da “Triennale de Paris”, 2012, no catálogo dessa mostra, cometa esse episódio:

Podemos ver nessa “sopa de identidade” – consistindo para os ativistas em preparar uma refeição com o único propósito de fazer dela um instrumento de política contundente para atingir uma minoria cultural, cuja existência social já está estigmatizada por lei – um barril de pólvora no meio de políticas de contato. [...] A “sopa de identidade”, no contexto, colocou em evidência um discurso político frustrado. [...] Atacando os símbolos da diversidade cultural, os organizadores conseguiram criar um ambiente no qual há uma fratura visível entre a crença e os símbolos que podem ser explorados. [...] A “sopa de identidade” questionou os discursos e a fragilidade do contato social subjacentes nas políticas de tolerância e aceitação da diferença numa Paris multicultural e cosmopolita. (ENWEZOR, 2012, p. 31, 34, tradução nossa)

Zonas de contato – ‘Intense proximité’

Com o objetivo de polemizar as fronteiras, os territórios geopolíticos da economia, da religião, da cultura e da arte em suas relações de proximidade conflituosas nas cidades mundializadas, Enwezor (2012, p. 28, tradução nossa), ao ser convidado a organizar a “Triennale de Paris”, 2012, propôs “Intense Proximité, une anthologie du proche et du lointain”,¹³ como tema dessa exposição. Na abertura do catálogo ele comenta:

13. “Proximidade intensa: uma antologia do próximo e do distante” (tradução nossa).

Exibida aqui em Paris, a cidade onde um número de exposições etnográficas foram financiadas e lançadas no século XX, a grande metrópole que acolheu os zoológicos humanos, onde foram apresentadas as espécies de interesse etnográfico para a exibição do exótico e do diferente, depois as exposições coloniais e universais, essa exposição *Intense Proximité* se funda em parte sobre o exame das formas persistentes do realismo colonial, as poéticas etnográficas que modelaram o mundo do contato e sua aparição incessante nas práticas artísticas (ENWEZOR, 2012, p. 28).

O sistema da arte, em seus diferentes meios de legitimação, conservação, difusão e formação de contextos históricos e epistemológicos, no passado organizou, planejou e gerenciou museus de antropologia *versus* arte (exemplo de Paris com o Trocadero e o Louvre) e apoiou as exposições Universais, Coloniais e os zoológicos humanos. Hoje, a França, herdeira de um passado escravagista e colonial vergonhoso – sem mencionar o recrutamento de mão de obra de homens estrangeiros nos anos pós-guerra –,¹⁴ em meio ao “carrefour” de diferentes culturas em diáspora, que circulam nas ruas de Paris e outras cidades francesas, revê suas políticas de legitimação da arte e ressignifica seus espaços expositivos. O museu do Trocadero (em 1935, Museu do Homem), que abrigou por cem anos em contexto de curiosidade “científica” os objetos recolhidos nas colônias francesas, com o objetivo de virar a página da antropologia clássica, em 2006 ganhou um outro espaço, o Museu do Quais Branly, ou *Musée des arts et civilisations d’Afrique, d’Asie, d’Océanie et des Amériques*, isso é, civilizações não europeias. Nessa nova versão, não só as obras das antigas colônias francesas fazem parte do acervo, mas também a arte da Ásia, Oceania e Américas. Sem verdadeiramente integrar a arte dos países africanos colonizados pela França no sistema da arte contemporânea, esse novo museu ampliou seu mapa colonial, deixando bem claras as ainda existentes dicotomias de políticas francesas: “nós e os outros”. Além disso, sem uma definição exata de suas políticas expositivas, esse museu foi batizado com o nome da rua principal a que dá a face – “Quais Branly” –, e passou a adotar termos que indicam os tradicionais conceitos de arte, civilização e sociedade. Entretanto, como comenta Dias, “essas novas terminologias implicam outros problemas, tais como o da representação da alteridade e do controle das representações de outras culturas” (1998, p. 29, tradução nossa).



14. Nos anos 1950/1960, no momento em que a França necessitava de mão de obra estrangeira, foram criadas casas de trabalhadores em estruturas que tinham a intenção de alojá-los, pensamos que não iriam ficar muito tempo. O Estado e a sociedade francesa queriam trabalhadores, mas não pessoas permanentes. Disponível em: <<http://www.histoire-immigration.fr/musee/collections/facies-inventaire-d-hamid-debarrah>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

Entretanto, com o propósito de rever uma manifestação “cultural” vergonhosa do passado colonialista, muitas vezes ignorado, mas presente em dialéticas de pensamento e na cultura material, que ainda hoje suscitam preconceitos e manifestações de racismos sociais no meio urbano, nas escolas e em espaços privados, o Museu do Quai Branly organizou em janeiro de 2011 a exposição “L’invention du sauvage”, seguida do colóquio internacional “Autour des zoos humains”.

Nas leis de imigração fica evidente que, na ordem econômica e nas políticas de imigração, nas esferas de relações internacionais, os franceses ainda estão no *melting point colonial*

Esse colóquio internacional trouxe a Paris pesquisadores dos EUA, Alemanha e Bélgica, que, a exemplo da França, foram os primeiros países que ergueram grandes templos históricos, artísticos e culturais a partir da fabricação do selvagem e da exibição desses nos gabinetes de curiosidades, nos museus de história natural, nos circos, nos teatros, nas feiras populares, nas exposições universais e coloniais e nos zoológicos humanos.

Bötsch lembra que o gabinete de curiosidades “constitui o antepassado dos museus de História Natural e museus de arte. Elaborado a partir do século XV, o gabinete de curiosidades criou um espaço onde foram conservados e expostos os objetos não convencionais para a natureza ou o gênio humano” (2011, p. 78, tradução nossa). Conta Dias (1998) que os museus etnográficos foram, desde suas origens, dirigidos por médicos e naturalistas filiados a organismos oficiais. “Assim, o museu etnográfico do Trocadero dependia do ministério de ‘Relações Públicas’ – ou então à sociedade de intelectuais. O discurso explícito era de tornar a obra científica, a ênfase era colocada na classificação metódica das coleções, no estudo dos objetos e na divulgação do saber” (DIAS, 1998, p. 18).

Esses estudos e colóquios recentes quanto às políticas que deram origem aos gabinetes de curiosidades, aos espetáculos circenses, aos museus de história natural e de arte *versus* etnografia mostram claramente que as políticas de alteridade foram construídas a partir de uma dialética de segregação, de animalização e

bestialização do outro, ou seja, de teorias raciais que concebiam os colonizados na lógica da inferioridade.

Seguindo essa política de rever os espaços culturais outrora colonialistas que abrigaram, exibiram e divulgaram as conquistas do imperialismo, o palácio da “Porte Dorée”, situado a leste de Paris, construído por ocasião da Exposição Colonial Internacional de 1931 – na ocasião foi o palco de um dos zoológicos humanos –, reabriu em 2007 suas portas ressignificado como museu da “Cité nationale de l’histoire de l’immigration”.¹⁵

Inscrito em uma genealogia controversa – “Palácio da Porta Dourada” –, sua suntuosa arquitetura exhibe em relevos a narrativa de uma colonização amistosa –; hoje esse museu conta a partir dos imigrantes as consequências do imperialismo e as relações controversas do colonialismo com os colonizados. Passou, assim, de museu colonial a museu de história da imigração, e acolhe também a arte contemporânea em seus discursos políticos sobre os nomadismos contemporâneos. A mostra *J’ai deux amours*, exibida de 2011 a junho de 2012, seguida de um colóquio sobre as políticas da arte contemporânea em tempos de migrações e dos espaços expositivos no século XXI, é um exemplo dessas novas políticas museológicas.

A escolha desse tema – *J’ai deux amours* – foi inspirada na canção de Joséphine Baker, encenada em 1931, ano da Exposição Colonial e da inauguração do palácio da “Porte Dorée”. Para os comissários convidados Hou Hanru e Evelyne Jouanno,¹⁶ “a imigração, quer seja temporária ou perene, não é mais uma passagem, mas uma transformação”.

Nesse contexto, a mobilidade ultrapassa as fronteiras geográficas do ir e vir para ser uma vida ativa de cruzamento cultural. No fórum de abertura da exposição, a curadora Isabelle Renard lembrou Josephine Baker, para quem “partir é ir ao encontro do outro, é ir ao encontro de um novo amor”. Entretanto, se os artistas narram em suas obras as angústias e as poesias do deslocamento, e os museus recebem novas fachadas de remissão do passado, nas leis de imigração fica evidente que, na ordem econômica e nas políticas de imigração, nas esferas de relações internacionais, os franceses ainda estão no *melting point* colonial. Além da interdição da burca em abril de 2011, uma outra lei aprovada na Assembleia Nacional, em 11 de junho de 2011, dois meses após a interdição da burca e cinco meses antes

15. Sua história remonta à Exposição Internacional de 1931: sua vocação primeira foi de ser um museu das colônias, devendo representar os territórios, a história da conquista colonial e sua incidência nas artes. A antiga sala de festas e o salão de recepção do Marechal Lyautey, Comissário geral da exposição, e de Paulo Reynaud, Ministro das colônias, testemunham ainda hoje esse passado. O Palácio trocou de nome muitas vezes para finalmente abrir suas portas em 2003 para o Museu Nacional das Artes da África e da Oceania, que foram transferidas para o museu do Quais Branly. Disponível em: <<http://www.palais-portedoree.fr/fr/decouvrir-le-palais>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

16. Disponível em: <<http://www.histoire-immigration.fr/musee/expositions-temporaires/j-ai-deux-amours>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

da exposição *J'ai deux amours*, passou a dificultar ainda mais a vida dos imigrantes residentes na França.

Em contexto de migração, o mundo das artes migra também. Os espaços dos museus são questionados e repensados e os colóquios propõem reflexões para reconciliar o passado com o presente em suas crises de identidade institucional e políticas epistemológicas estabelecidas nas dicotomias entre arte/etnografia, arte/primitivismo, moderno/contemporâneo, crença/ciência, centro/periferia e muitos outros.

As exposições, os colóquios e os impressos produzidos nesses eventos representam os primeiros passos de travessia da mais longa fronteira desse começo do

Numa cidade onde o contato com diferentes comunidades culturais vem provocando sentimentos de hospitalidade versus hostilidade século XXI, isto é, o confronto de diferentes culturas em migrações, suas diferentes formas de pensamento e a episteme ocidental erguida nos valores eurocêntricos, concebida a partir da alteridade racial, a invenção do outro inferiorizado em seus aspectos físicos e procedimentos sociais, religiosos, políticos e culturais. Como lembra Mbembe, “queremos destacar o problema daqueles que, mesmo estando conosco, entre nós, ou ao nosso lado, não são, em última análise, os nossos – esse problema não foi resolvido nem na abolição da escravidão e nem na descolonização” (2010, p. 205, tradução nossa).

A evocação do passado colonial nos direciona ao presente e pode nos auxiliar a encontrar caminhos de como reconciliar as pessoas numa cidade onde o contato com diferentes comunidades culturais vem provocando sentimentos de hospitalidade versus hostilidade, como salienta Okwui Enwezor no catálogo da Triennale.

O “sistema da arte” é teoricamente conhecido desde os anos 1880, data do início das colonizações. Hoje, indagamo-nos em que medida esse sistema atua em tempos de migrações, especialmente diante de demandas urgentes de minorias sem reconhecimento político, trabalho, educação: povos em regimes neocoloniais. Qual o papel das artes, dos artistas, da crítica, das exposições e das pesquisas acadêmicas no começo desse século de euforia eletrônica para uns e incertezas territoriais para outros? Em que medida a arte, os templos das artes

e as publicações sobre esses sistemas se relacionam com as demandas do presente? Retorno a Enwezor (2012):

Como conciliar os sistemas de arte contemporânea, opostos em aparência, mas na realidade complementares, no seio de contextos históricos e epistemológicos nos quais a estrutura da identidade se multiplica, a expressão social e a autonomia individual tornam-se partes integrantes do debate nacional? A arte contemporânea é capaz de se juntar a esse debate? Ou, em outras palavras, a arte contemporânea e seus diferentes sistemas de legitimação, de mediação e de difusão são tão importantes para assumirem um papel mais que simbólico na exploração das fronteiras marcadas pelo excesso da identidade, e da paralisia que impede a arte e os artistas de tomarem uma posição crítica no seio do espaço da cultura, para além dos limites erigidos por um sistema de arte que exerce sua reflexão nos limites de um campo circunscrito de seus próprios valores? (ENWEZOR, 2012, p. 35, tradução nossa)

A metrópole contemporânea deve confrontar sua história pós-colonial contada pelo influxo de migrantes e refugiados do pós-guerra e da queda do Muro de Berlim. Isso é, dos que estão nas fronteiras, em diáspora, e são despossuídos de um lar, de uma família e de um território de



pertencimento político e são injuriados pela interdição de se expressar em suas formas religiosas, culturais, sociais e linguísticas.

Uma nova gramática tece a trama urbana globalizando mercadorias, sabores, odores, linguagens e crenças, em outras palavras, criolizando as culturas, como já salientou Édouard Glissant. Indissociáveis da economia, da religião, da culinária, da moda e da arte, são essas as novas entidades urbanas que estão (re)desenhando os novos itinerários nas ruas das cidades.

A cidade global não pode estar divorciada de seus habitantes, imigrantes ou não que procuram dar outro sentido político à cidade, não mais o de nacionalismo do Estado-nação, mas o de nacionalismo de cultura e comunicação, onde as afinidades e parentescos de culturas pós-coloniais desconstroem as heranças do Iluminismo e reivindicam suas modernidades híbridas a partir de criolizações.

As grandes cidades do terceiro milênio situam-se na fronteira do presente e deverão encontrar no aqui e agora soluções nos diálogos de culturas em dispersão. O desafio contemporâneo é como transformar uma cidade, neste caso Paris, que outrora foi o *melting point* do colonialismo, do etnocentrismo e da arte moderna, no *melting pot*, parafraseando Okwui, de uma sopa com sustância de “letrinhas” dos diferentes alfabetos, sabores e temperos da polifonia urbana do século XXI.

Longe de estarmos próximos do fim da história, estamos em condições de fazer algo sobre nossa própria história presente e futura, quer vivamos no mundo metropolitano ou fora dele. (SAID, 2005, p. 277)

A cultura tem de vir com o território, com o povo, com a história se fazendo. O século XXI será certamente o novo século das Luzes. Nossa grande esperança vem do fato de que a partir deste século é a vida, isto é, a própria existência, que iluminará o futuro. (SANTOS, 2002, p. 116-118)

Referências

- BLANCHARD, P.; BOËTSCH, G.; SNOEP, N. J. (Org.). *L'inventions du suavage*. ACTES SUD, 2011. Catálogo de exposição. Paris.
- BRETT, G. Introdução. In: ARAEEN, Rasheed, *Making Myself Invisible*. London: Kala Press, 1984.
- BOËTSCH, G. Des cabinets de curiosités à la passion pour le “sauvage”. In: BLANCHARD, P.; BOËTSCH, G.; SNOEP, N. J. (Org.). *L'inventions du suavage*. Catálogo de exposição musée du quai Branly, nov. 2011 a jun. 2012.
- DAHOMAY, J. Repenser la politique dans les DOM. In: BANCEL, N. (Org.). *Ruptures post coloniales*. Paris: La Découverte, 2010.
- DIAS, N. Musées et colonialisme: entre passé et présent. In: DU MUSÉE COLONIAL AU MUSÉE DES CULTURES DU MONDE. Actes du colloque organisé par le Musée National des Arts d'Afrique et d'Océanie e o Centre Georges-Pompidou, 3-6 juin 1998. Paris: Maisonneuve et Larose, 1998.
- ENWEZOR, O. Intense proximité de la disparition des distances. In: *Intense Proximité une anthologie du proche et du lointain*, 2012.
- GRANDSART, D. *Paris 1931, Revoir l'exposition coloniale*. Paris: FVW Edition, 2010.
- GUILBAULT, S. *Comment New York vola l'idée d'art modern*. Paris: Hachette, 1996.
- MARTIN, J. H. *L'art au large*. Paris: Flammarion, 2012.
- MBEMBE, A. La république et l'impensé de la race. In: BANCEL, N. et al. (Org.). *Ruptures post coloniales*. Paris: La Découverte, 2010.
- MURPHY, M. *De l'imaginaire au musée: les arts d'Afrique à Paris et à New York (1931-2006)*. Dijon: Les Presses du Réel, 2009.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SANTOS, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: PUBLIFOLHA, 2002.
- SOMÉ, R. *Le musée à l'ère de la mondialisation: pour une anthropologie de l'altérité*. Paris: L'Harmattan, 2003.

LETÍCIA LAMPERT

Conhecidos de vista (fragmento),

Fotografia, 2012



CONHECIDOS DE VISTA:

a cidade e suas janelas indiscretas

LETÍCIA LAMPERT*

RESUMO Este artigo apresenta o projeto em Artes Visuais/Fotografia *Conhecidos de Vista*, que tem as relações entre vizinhos que não se conhecem, mas têm suas janelas próximas demais, como tema principal. Questões como a influência da especulação imobiliária na vida das pessoas e o ver e ser visto na cidade são abordadas por meio das imagens e depoimentos coletados para o projeto e das aproximações com os filmes *Janela indiscreta*, de Alfred Hitchcock (1954), e *Medianeras*, de Gustavo Taretto (2011).

PALAVRAS-CHAVE Cidade. Janela. Fotografia.

PEOPLE KNOWN BY SIGHT:

the city and its indiscreet windows

ABSTRACT The Visual Arts/Photography project “Conhecidos de Vista” presents the relationship among neighbors who do not know each other, but whose windows are too close is the main theme here. Issues such as the influence of the real state speculation on people’s lives, to see and to be seen in the city are discussed through the images and reports collected for the project. The paper approaches the films *Rear Window*, by Alfred Hitchcock (1954) and *Medianeras*, by Gustavo Taretto (2011).

KEYWORDS City. Window. Photography.

*Designer, Artista e Mestranda em Poéticas Visuais no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Brasil). *E-mail*: <contato@leticialampert.com.br>.

A cordar, abrir a janela e deixar o sol entrar. Um gesto simples e banal, que faz parte da vida e do cotidiano de todos nós. Abrimos a janela para ver como está o tempo, para sentir a temperatura, para olhar a cidade ou para, simplesmente, deixar a luz do dia entrar. Mas nas cidades, cada vez mais apinhadas de gente, com prédios cada vez mais estreitos e próximos uns dos outros, vista e claridade se tornaram artigos de luxo. Mais do que abrir a janela e deixar o sol entrar, abrimos a janela e damos de cara com um paredão de concreto ou, quem sabe, com a janela do vizinho. E quando a vista da nossa janela se torna outra janela, passamos a ser, conseqüentemente, a vista de alguém também. Querendo ou não, estamos todos sendo observados.

E, assim, fechamos a janela, buscando um pouco de privacidade, tentando fugir de ruídos incômodos ou dos olhares curiosos daqueles anônimos conhecidos que habitam nosso dia a dia, ou melhor, desconhecidos já tão íntimos que muitas vezes poderiam tecer longas descrições sobre nossos hábitos mais banais. Conhecidos de vista, literalmente.

As fachadas e paredes dos prédios passam a significar assim este limite entre mundos, tão próximos e tão distantes ao mesmo tempo. E as janelas, por sua vez, tornam-se um lugar singular de contato entre estes espaços de natureza tão diversa: o público e o privado. Através da janela um pouco de um alcança o outro, seja pelo que é visto, pelo que é ouvido, ou mesmo pelos cheiros que atravessam paredes e aguçam nossa curiosidade.

Mas esta proximidade física nem sempre se reflete na proximidade das relações subjetivas. Pelo contrário, parece que, para nos protegermos desta intimidade forçada com um outro desconhecido, criamos mecanismos e atitudes para nos afastarmos o máximo possível, cultivando um neutro distanciamento. Este distanciamento, no entanto, não consegue ser tão grande a ponto de nunca ser tocado pela existência do outro. Ouvimos ruídos, percebemos hábitos, trocamos olhares e saudações. Quem é aquela pessoa? Quem mora ali? O que tem atrás daquela parede? Como é a vista daquele ângulo?

LETÍCIA LAMPERT
Sem título, 2012, fotografia



LETÍCIA LAMPERT
Conhecidos de Vista (fragmento), 2012, fotografia



Oh, como cantam no andar de cima! Há um andar de cima nesta casa, com outras pessoas. Há um andar em cima onde moram pessoas que não percebem seu andar de baixo, e estamos todos dentro do tijolo de cristal. (CORTÁZAR, 2001, p. 16)

Partindo dessas perguntas e de uma produção pessoal que já vinha se debruçando sobre as relações entre a arquitetura e o morar na cidade, hábitos e cotidiano, passei a fotografar estas vistas da cidade que eu não conhecia, a vista da janela dos outros, assim como o ambiente que a parede da fachada escondia. A ideia era explorar este jogo entre ver e ser visto na cidade, entre o que é público e o que é privado no contexto urbano, sempre utilizando a janela como ponto de conexão entre esses lados tão opostos e carregados de significados.

Mas como fotografar a vista da janela dos outros? Como entrar nestes espaços privados, fechados à circulação? Para realizar este projeto, passei então a visitar prédios em Porto Alegre, minha cidade de residência, onde esta situação de janelas que se “olham” mutuamente fosse bastante crítica e, especialmente, quando ela acontecia em ruas estreitas e entre fachadas. Em áreas urbanas de grande densidade, esta relação de proximidade entre janelas laterais já é quase a regra, mas, quando acontece entre fachadas, parece evidenciar ainda mais o encaixotamento imobiliário que, já há um certo tempo e cada vez com mais intensidade, estamos vivenciando.

Por meio, então, do contato com porteiros, síndicos e moradores, fui pedindo permissão para entrar em alguns apartamentos e assim fotografar o ponto de vista que a janela deles oferecia, buscando, posteriormente, fazer o mesmo no prédio da frente, rebatendo a imagem exatamente no mesmo ângulo. Criava assim uma relação de negativo e positivo. Além de ser o elemento de ligação entre os dois lados, um lugar de fronteira onde um pouco de um pode alcançar o outro, a janela tem papel fundamental neste jogo de imagens, pois sua esquadria (ou, em alguns casos de sacadas, o marco da porta) é o único elemento que de fato se repete nas imagens dos dois lados, permitindo assim esta identificação. Todo o resto não tem ligação formal nenhuma. Impossível, vendo de fora, ter ideia do que há dentro. Da mesma forma, de dentro, o ambiente do apartamento não tem relação nenhuma com a fachada do prédio.

Durante o desenvolvimento do projeto, cada fotografia se tornava uma conquista. Não é simples circular, quase como *flâneur*, nos ambientes destinados à vida privada. Apesar de um número grande de participações, poucos me receberam sem



LETÍCIA LAMPERT

Conhecidos de Vista (fragmento), 2012, fotografia

uma certa resistência inicial, o que é fácil de entender em um mundo cada vez mais assombrado pela violência urbana. Se a hesitação não vinha pela questão da segurança ou do estranhamento do pedido de entrar na casa para fazer uma fotografia interna, vinha pelo lado da estética. “Mas meu apartamento não tem uma vista bonita, não vale a pena tirar fotos”, vários me diziam, incrédulos de que era justamente isso que eu queria fotografar.

Nessas visitas e conversas com os moradores, sempre perguntava se conheciam e tinham contato de alguém que morava no prédio da frente. Minha intenção, num primeiro momento, era apenas conseguir alguma indicação que facilitasse a minha entrada no outro prédio, já que o objetivo era fotografar de ambos os lados. As respostas, no entanto, que geralmente eram negativas, vinham sempre acompanhadas da descrição de hábitos de um ou outro morador. Demonstravam assim uma relação de proximidade com aquelas pessoas das quais não sabiam nome, telefone e que, provavelmente, nem reconheceriam se passassem pela rua:

“Eu conheço a senhora do prédio da frente, quer dizer, conheço de ver ela fumar na janela todo sábado pela manhã.”

“Eu sei quem é o cara que mora lá, de vez em quando eu vejo ele na sacada, ele coloca uma rede e fica tocando violão...”

“O pessoal do prédio da frente é meio fechado, sabe? Meio esnobe. Quando eles aparecem na sacada e veem que a gente está na janela, já voltam para dentro. Nem olham para cá. Mas eu sei, por exemplo, que o senhor daquele apartamento come seu pãozinho na sacada, todo dia de manhã.”

“Não, não conheço ninguém do prédio da frente, mas eu já notei que todo domingo fazem uma festinha naquele apartamento ali, uma reunião, parece até coisa de candomblé!”

Interessada cada vez mais nestes relatos, que revelavam uma intimidade espontânea, gerada pela proximidade imposta pela configuração da cidade, comecei a gravar, sempre que possível, algumas dessas conversas. Com a ideia de montar o material na forma de audiovisual, passei a juntar às fotografias das janelas o áudio com fragmentos dos relatos que descreviam hábitos do morador do prédio da frente. *Conhecidos de Vista* foi assim se tornando um projeto que, apesar de estar inserido no campo das Artes, dialoga com outras disciplinas, como Urbanismo e Etnografia, propondo um olhar poético, mas também crítico, sobre as diferentes formas de se relacionar com esta situação de proximidade forçada que cresce cada dia nas nossas cidades.

Conhecidos de Vista foi assim se tornando um projeto que, apesar de estar inserido no campo das Artes, dialoga com outras disciplinas, como Urbanismo e Etnografia

Segundo Luce Giard, o vizinho é um ser nem íntimo nem anônimo com o qual nos relacionamos. É esta proximidade de endereço que estabelece este tipo de relação, uma vez que uma pessoa não é apenas seu nome, mas é também, segundo a autora, a rua onde mora. E este dado, a rua, é compartilhado entre os moradores de prédios próximos:

Como a assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como lugar de vida cotidiana pública. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2009, p. 44)

Mas o endereço compartilhado não elimina a tensão entre este conhecer/não conhecer que envolve a relação entre vizinhos. O prédio da frente configura uma

vizinhança que, por um lado, é mais distante, as pessoas não se cruzam pelos corredores como quando moram no mesmo prédio, mas, por outro, muito mais próxima do olhar, pois, mesmo não querendo, acompanhamos as movimentações do outro sempre que formos até a janela. Quando um morador fala que “o pessoal do prédio da frente é meio esnobe”, demonstra o quanto é difícil estabelecer o tênuo equilíbrio necessário para conviver nesta proximidade imposta, assim como a dificuldade de definir a distância necessária para assegurar a sua vida privada, ficando, na medida do possível, longe dos olhos do vizinho da frente.

A autora também fala das pequenas alegrias que criamos no dia a dia para sustentar a existência, como um café em determinado horário ou lugar, um pão com a manteiga de que gostamos, ou, como declara o mesmo morador, o ritual de comer o pãozinho que vê seu vizinho repetir todos os dias de manhã na sacada do seu apartamento. Pequenas alegrias inconscientemente compartilhadas, divididas aos olhos de todos. Gestos que fazem com que consigamos nos reconhecer nos hábitos do outro e encontrar semelhanças com estes desconhecidos que, assim, vão se tornando cada vez mais familiares.

As fotografias das janelas vistas do lado de fora nada revelam além do fato de estarem escondendo a intimidade de alguém. As do lado de dentro mostram pistas desta intimidade, mas sempre parciais. O áudio da conversa completa o jogo, criando uma terceira dimensão para as imagens, a dimensão do tempo, da existência, das relações interpessoais. Nesta junção entre palavra e imagem, a imagem ganha a profundidade de uma “imensidão íntima”, como se refere Bachelard em relação a certos espaços humanos, especialmente a casa. Mas esta imensidão não pode ser revelada, apenas sugerida. Estes espaços humanos a que o autor se refere são muito mais que sua configuração espacial em si, pois estão carregados de memórias, de histórias, de lembranças que contam um pouco da vida de quem mora ali. Quem conhece seu vizinho apenas por observar a janela não consegue mais do que imaginar o que tem do outro lado por meio de fragmentos e indícios de hábitos diários. Todo o resto permanece mistério.

Ao propor um trabalho com formato audiovisual para poder incorporar os depoimentos dos moradores, as aproximações com o cinema começam a aparecer. E ao tratar do tema ver e ser visto na cidade através das janelas dos prédios, associa-

ções com *Janela indiscreta*, célebre filme de Alfred Hitchcock, são quase inevitáveis. Se nos dias de hoje ter janelas tão próximas umas das outras tem se tornado cada vez mais comum, em 1954 esta questão ainda tinha ares de novidade. Hitchcock é, assim, considerado por muitos o grande precursor do tema. O filme todo se passa no espaço entre o pátio interno de uma vizinhança de edifícios em Nova York, por isso o nome original *Rear Window*, que, traduzindo literalmente, seria “janela dos fundos”. Jeffries, um fotógrafo profissional, acostumado com pautas desafiantes em lugares exóticos, vê-se confinado em seu apartamento por sete semanas em função da uma perna quebrada, acidente que acontece justamente devido aos perigos aos quais tinha que se expor por causa da sua profissão. Sem muito o que fazer, entediado, ele tenta se distrair observando os vizinhos através da janela do seu apartamento.



LETÍCIA LAMPERT

Conhecidos de Vista (fragmento), 2012, fotografia

Logo no início do filme, sem saber o quanto estava sendo profética em relação à própria sociedade, a sua enfermeira sentencia: “Viramos uma raça de bisbilhoteiros. As pessoas deveriam sair de suas próprias casa e olhar de fora para dentro, para variar um pouco.” É justamente este movimento de sair de casa e olhar de fora para dentro que é o mote do projeto, relativizando a questão do ponto de vista, propondo que o mesmo assunto seja visto, ou fotografado, pelo outro lado.

É interessante notar como o filme aborda também a questão da fotografia. É justamente um olhar de fotógrafo que permite desvendar os mistérios da cidade, ou o crime ocorrido debaixo dos olhos de tantos moradores. O que para todos passa despercebido pela repetição e banalidade dos acontecimentos diários, ele, com seu olhar treinado pela profissão, consegue perceber.

Outro filme que fala das relações estabelecidas na cidade e da opressão que o crescimento desenfreado traz, com prédios cada vez maiores, apartamentos menores e vistas cada vez mais cegas, é *Medianeras*, de Gustavo Taretto. Neste filme, que tem a cidade de Buenos Aires como palco, o protagonista também está envolvido com fotografia, mas de forma diferente. Ele não é fotógrafo, nem profissional, nem amador. Vítima das fobias que uma cidade grande pode desencadear, passa a fotografar por recomendação psiquiátrica, que indica esta atividade como forma de reaprender a se relacionar com a cidade, buscando um olhar mais poético para aquele entorno tão inóspito. Da mesma forma, este projeto propõe, por meio da fotografia, sensibilizar o olhar para situações comuns do cotidiano que muitas vezes deixamos de perceber, ou pensar sobre, de tão inseridos que estamos em determinado contexto, procurando assim entender como nos afeta e que transformações traz para o convívio social.

O nome do filme faz referência a uma estratégia utilizada por muitos moradores da cidade para se defenderem e burlarem a condição de encaixotados em apartamentos sem sol, sem ar e cada vez menores: janelas clandestinas e ilegais abertas nas “medianeras” dos edifícios, as laterais do prédio que não têm função nenhuma, nem mesmo decorativa.

Os personagens principais, Mariana e Martin, são praticamente vizinhos. Cruzam-se pela rua onde moram muitas vezes, compartilham hábitos, como frequentar a mesma escola de natação, mas nunca se olham de verdade, nunca conseguem

se enxergar. Não por acaso, a protagonista trabalha como decoradora de vitrines, dispositivo de dar a ver e, segundo ela, “um lugar perdido, que não está nem dentro nem fora dos lugares”. Um lugar que permite o anonimato. Sua própria atividade é utilizada assim como metáfora de sua condição. Em *Conhecidos de Vista*, o anonimato é também uma questão fundamental. Endereços e nomes não são revelados. As imagens e relatos sugerem uma existência, apontam para uma intimidade, mas esta permanece tão anônima quanto seria sua condição em relação aos “olhos” da cidade na vida real.

Se em *Janela indiscreta* o personagem se torna um contumaz observador da cidade e da vida de seus vizinhos, em *Medianeras* os personagens não conseguem se enxergar, se fazer perceber. O filme *Se em Janela indiscreta* usa outro estratagema para evidenciar esta metáfora: Mariana, que adora o livro de desenhos *Onde está Wally*, até então nunca tinha conseguido desvendar *Wally na cidade*, único cenário onde ela não encontra, de jeito nenhum, o personagem principal. Em sua vida, recém saída de um relacionamento frustrado, não é diferente. Busca encontrar um novo companheiro, mas, como no jogo, não percebe que o que procura esteve sempre muito perto, diante dos seus olhos. Cega pela multidão e pela expectativa de encontrar, não consegue ver. Em *Conhecidos de Vista*, nem sagazes observadores, nem olhares que querem, mas não conseguem se cruzar. Aqui, são olhares que, pela proximidade, são obrigados a ver. Olhares que se equilibram entre a curiosidade saudável e a bisbilhotice, entre a intimidade e o estranhamento, entre relações que permanecem distantes e amizades que passam a existir entre janelas: “Naquele apartamento da frente mora uma senhora idosa, e eu cuido dela daqui. Todo dia eu abro a janela e olho se ela abriu a dela, aí eu sei que está tudo bem.”

A questão que fica é como viver e se relacionar entre tantos olhares anônimos que a cidade nos aponta, assim como as diferentes formas de posturas possíveis.

Se a configuração da cidade é alheia a nossa vontade, a forma de se relacionar e se posicionar diante de determinadas situações ainda depende de nós. No fim, tudo é uma questão de ponto de vista.

Referências

BACHELARD, G. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 2.

CORTÁZAR, J. *Histórias de cronocópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

JANELA indiscreta. *Rear Window*. Direção e produção: Alfred Hitchcock. Los Angeles: Paramount Pictures, 1954. 112 min.

KUSTER, E. Uma província de muitos olhos – Janela indiscreta e Caché: quando a cidade revela segredos através do cinema. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=179>>. Acesso em: jul. 2012.

MEDIANERAS. *Medianeras*. Roteiro e direção: Gustavo Taretto. Buenos Aires: Pandora Filmes, 2011. 95 min.



Frederico Morais vestindo "Guevarcália" durante o evento "Apocalipópótese", Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro, 1968

‘A ARTE NÃO PERTENCE A NINGUÉM’

MARÍLIA ANDRÉS RIBEIRO*

PALAVRAS-CHAVE Arte Contemporânea. Crítica. Arte Experimental.

‘ART BELONGS TO NOBODY’

KEYWORDS Contemporary Art. Critic. Experimental Art.

O *Salão da Bússola*, realizado no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM/RJ) no final de 1969, um ano após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) pelo regime ditatorial implantado pelo golpe militar de 1964, era para ser uma despreziosa exposição artística comemorativa, mas, por razões relacionadas ao tensionado contexto de arbítrio político do momento, veio a se tornar um evento decisivo na trajetória da produção experimental brasileira, projetando uma nova, controvertida e talentosa geração de artistas. “O Salão estava calcado em um regulamento absolutamente convencional, mas transformou-se em um dos marcos inaugurais de uma nova vanguarda brasileira”, lembra Frederico Moraes, crítico e historiador de arte, um dos mais reputados organizadores de exposições e eventos artísticos do país, dentre os quais os memoráveis *Do Corpo à Terra* e *Domingos da Criação*, considerados por muitos estudiosos como cruciais para o desenvolvimento recente da arte contemporânea nacional. Pelo relato feito por Moraes nesta entrevista, é possível inferir que essas duas importantes iniciativas culturais, promovidas no início da década de 1970 em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, respectivamente, incorporavam o seu entendimento a respeito do sentido coletivo e da natureza pública da arte, que não pode ser considerada, segundo ele, propriedade particular de museus, galerias, colecionadores e, até mesmo, dos artistas. “A arte é um bem comum do cidadão, da humanidade”, argumenta Moraes, que, nascido em Belo Horizonte em 1936, está radicado no Rio de Janeiro desde 1966, onde coordenou e foi diretor do MAM e da Escola de Artes Visuais do Parque Lage. Autor de 39 livros sobre arte brasileira e latino-americana, Moraes foi curador e cocurador de 83 exposições e eventos no Brasil e no exterior e assinou, entre 1975 e 1987, uma coluna sobre artes plásticas no jornal *O Globo*.

Salão da Bússola (Compass Exhibit) that took place in the Modern Art Museum of Rio de Janeiro (MAM/RJ) in the end of 1969, a year after the enactment of the Institutional Act No.5 (AI-5) by the dictatorship installed by the military coup in 1964, was meant to be an unpretentious commemorative artistic exhibition but, for reasons related to the tense context of the then political issues, it turned out to be a decisive event in the trajectory of the Brazilian experimental production, launching a new, controversial and talented generation of artists. “The Exhibit was based on an absolutely conventional regulation, but it became one of the groundbreaking marks of a new Brazilian avant-garde”, recalls Frederico Moraes, an art critic and historian, one of the most respected organizers of artistic exhibitions and events in the country, among which are the memorable *Do Corpo à Terra* and *Domingos da Criação*, considered by many scholars as crucial for the recent development of the national contemporary art. According to Moraes’ report in this interview, one may infer that these two important cultural initiatives, promoted respectively in the beginning of the 1970’s in Belo Horizonte and in Rio de Janeiro, embodied his understanding of the collective and public nature meaning of art, which cannot be considered, in his point of view, private property of museums, galleries, collectors or even artists. “Art is a common good that belongs to the citizen, to humanity”, argues Moraes, who, born in Belo Horizonte in 1936, lives in Rio de Janeiro since 1966, where he coordinated MAM and Parque Lage Visual Arts School, besides being their director. Author of 39 books on Brazilian and Latin American art, Moraes was curator and co-curator of 83 exhibitions and events in Brazil and abroad, and signed, between 1975 and 1987, a newspaper column on visual arts in *O Globo*.

*Diretora da C/Arte Projetos Culturais, Vice-presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte e Presidente do Instituto Maria Helena Andrés. E-mail: <marilia.andres@gmail.com>.

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 de fevereiro e 12 de abril de 2013.

MARÍLIA ANDRÉS RIBEIRO (MAR) No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, você teve uma atuação importante como crítico militante e curador no circuito artístico do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, propondo e coordenando eventos como Arte no Aterro – um mês de arte pública (1968) e os *Domingos da Criação* (1971), no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, e *Do Corpo à Terra* (1970), no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, de Belo Horizonte. Como foram pensadas e articuladas essas intervenções urbanas?

FREDERICO MORAIS (FM): A última coisa que fiz em Belo Horizonte, antes de me instalar no Rio de Janeiro, foi a exposição Vanguarda Brasileira (1966), no prédio da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Apesar do título abrangente, ela reuniu apenas artistas cariocas ou atuantes no Rio de Janeiro, como Antonio Dias, Rubens Gerchman, Carlos Vergara e Maria do Carmo Secco, que tangenciavam, com seus trabalhos, a chamada nova figuração e/ou a figuração narrativa europeia; Ângelo Aquino, Dileny Campos, Pedro Escosteguy e, principalmente, Hélio Oiticica, que estabelecia uma espécie de ponte entre esses novos artistas e o neoconcretismo.

Para mim, essa exposição, a primeira que organizei, significou um momento de inflexão e de arranque em minha atividade como crítico. Com efeito, na última hora, não podendo Hélio Oiticica comparecer à mostra e tampouco enviar seus trabalhos, eu, Gerchman e Dias decidimos recriar seus Bólides, tendo como referência seu conceito de apropriação. Escolhemos ovos e brita na realização dos trabalhos, matéria-prima que acabou sendo usada em um grande *happening* na noite do vernissage, no qual muitos presentes viram um ato político – contra o regime militar. Decisão que Oiticica aprovaria, ao referir-se a ela em seu texto de apresentação da mostra Nova Objetividade Brasileira, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, em 1967. A mostra da UFMG foi simultaneamente minha despedida de Belo Horizonte e minha entrada no circuito de arte brasileira, via Rio de Janeiro.

Residindo no Rio e titular da coluna de Artes Plásticas do *Diário de Notícias*, fui convidado a dar aulas de história da arte no Museu de Arte Moderna e, dois anos depois, assumia a coordenação do setor de cursos, promovendo ampla reforma, que integrou os diversos ateliês (pintura, gravura, escultura); vinculou as aulas práticas a matérias teóricas e de história da arte moderna e pós-moderna; criou o curso de cultura contemporânea, com aulas diárias, pela manhã, com duração de um ano,

e conferências diárias, à noite, sobre temas os mais diversos; um curso popular de arte, gratuito, aos domingos à tarde, e outras iniciativas, como a Unidade Experimental.

Continuei mantendo contatos regulares com os participantes de Vanguarda Brasileira, especialmente Gerchman, Maria do Carmo Secco e Oiticica. Mas, ao mesmo tempo, fui me relacionando com artistas mais jovens, frequentadores habituais do MAM, que ficariam pouco depois conhecidos como integrantes da chamada “geração AI-5”. Entre eles estavam Cildo Meireles, Antonio Manuel, Artur Barrio, Wanda Pimentel, Raymundo Colares, Cláudio Paiva e Umberto Costa Barros. Foi essa geração, que iria se destacar pelo radicalismo de suas propostas, que eu apoiei como crítico de arte. Seus integrantes reuniam-se praticamente todos os dias, a partir das 16 horas, na cantina do MAM, para comentar exposições e a situação política; discutir questões estéticas ou se encontrar com artistas mais velhos ou recém-chegados de São Paulo e de outros estados; programar atividades e ações, redigir manifestos. Ou, como afirmou certa vez Carlos Vergara, para “resolver todos os problemas do Brasil e se possível do mundo”.

Foi no Salão da Bússola, realizado no MAM-RJ, em 1969, do qual fui jurado, que essa geração se consolidou, criando, no âmbito da arte brasileira, um contraponto mais conceitual às duas gerações imediatamente anteriores, a de Dias e Gerchman e a dos neoconcretos. Organizado por Aroldo Araújo, proprietário de uma agência de comunicação, o Salão estava calcado em um regulamento absolutamente convencional. Mas, por uma dessas ironias de nossa história artística, transformou-se em um dos marcos inaugurais de uma nova vanguarda brasileira.

MAR Como isso aconteceu?

FM Várias obras realizadas por integrantes dessa geração foram recusadas em bienais e salões de arte ou, depois de aceitas, retiradas das exposições, sob a alegação de que eram obras subversivas. Foi o que ocorreu, por exemplo, na II Bienal da Bahia (1968), inaugurada com um discurso do Governador do estado, no qual defendia enfaticamente a liberdade de criação do artista, mas fechada no dia seguinte por ordem dos organismos de segurança. Ou a mostra da representação brasileira à Bienal de Paris (1969), montada no Museu de Arte Moderna do Rio, impedida de se abrir por ordem do General César Montagna de Souza, comandante de artilharia da I Região Militar. A não participação do Brasil na mostra parisiense resultou no boicote internacional à Bienal de São Paulo. Países como Suécia e Noruega só voltariam a participar da bienal paulista mais de uma década depois.

ARTE NO ATÊRRO

Pavilhão Japonês, de 6 a 28 de Julhó

A arte é do povo e para o povo.

É o povo que julga a arte.

A arte deve ser levada à rua (ao atêrro) ou ali ser realizada.

Para ser compreendida pelo povo deve ser feita diante do povo, sem mistério. De preferência por todos, coletivamente.

Qualquer um pode fazer arte. E boa arte. Para tanto deve ver obras de arte Feitas (em exposições públicas) ou que estejam sendo feitas. E conversar, dar palpites sôbre o que vê, diretamente com os artistas, críticos e professôres.

E tudo isso será feito no atêrro. Durante um mês, o DIÁRIO DE NOTÍCIAS reunirá os melhores artistas plásticos da Guanabara para realizarem no atêrro (ali no Pavilhão Japonês, defronte do Cine Bruni-Flamengo) suas obras. E quem quiser poderá tocá-las, analisá-las, modificá-las. E o artista estará perto para conversar com o povo, pedir sua opinião.

Crianças e adultos, pais e filhos, operários e estudantes, todo mundo, poderá, nos sábados e domingos, pela manhã e à tarde, aprender as mais variadas técnicas de arte, usando todos os materiais e instrumentos possíveis, os quais estarão à sua disposição.

TUDO ISSO GRATIS, SEM INGRESSOS OU INSCRIÇÕES.

Frederico Morais, Folheto
Arte no Aterro, Rio de Janeiro,
1968

Com seus ateliês atulhados de obras, esses artistas decidiram concorrer em massa ao Salão da Bússola. E houve, então, um lance divertidíssimo. O regulamento do Salão dizia que os artistas poderiam se inscrever nas categorias de pintura, escultura, desenho, gravura etc. Aí todos eles se inscreveram na categoria “etc.” [risos]. Dos quinze integrantes da Geração AI-5, onze foram premiados. Juntos, realizaram um salão de vanguarda dentro do Salão da Bússola. Cildo recebeu o prêmio maior – uma viagem Rio-Nova/York-Londres –; Wanda, uma viagem a Paris, outros receberam prêmios aquisitivos ou bolsas de estágio na própria agência de Aroldo Araújo. Estava lançada a primeira geração brasileira de artistas conceituais. Porém, muito diferentes de seus colegas europeus e norte-americanos, mais interessados em questões linguísticas, como era o caso do grupo Art Language, sediado na Inglaterra, com ramificações nos Estados Unidos. No Brasil, como nos demais países do *Cono Sur*, a arte conceitual coincide com a eclosão das ditaduras militares, deixando-se impregnar por questões políticas candentes, como se pode ver nos trabalhos realizados à época por Cildo Meireles, Antonio Manuel ou Artur Barrio.

Com dificuldades para expor suas obras, sempre radicais, nos museus e no circuito de galerias, levaram suas obras para as ruas ou buscaram outras alternativas. Impedido de apresentar suas obras no MAM-RJ, mesmo depois de aprovadas, Antonio Manuel levou sua “exposição” para as páginas de *O Jornal*, cuja manchete dizia “De 6 às 24 horas nas bancas de jornais”. O público foi bem maior. Guilherme Vaz, após caminhar alguns quilômetros, oferecia seus sapatos e sua camisa suada às pessoas para que os vestissem, e Barrio distribuiu seus “amarrados” de pães envelhecidos e, a seguir, suas Trouxas Ensanguentadas em diferentes logradouros da cidade.

No Brasil, como nos demais países do *Cono Sur*, a arte conceitual coincide com a eclosão das ditaduras militares, deixando-se impregnar por questões políticas candentes

MAR Foi a partir desse contexto que surgiu a proposta de Arte no Aterro, ocupando o Aterro do Flamengo com intervenções artísticas?

FM Sim. Como disse, eu era titular da coluna de Artes Plásticas do *Diário de Notícias*, na qual tinha liberdade para escrever o que bem entendesse, facilitando bastante *minha* ação em favor de uma arte de vanguarda. Como mantinha bom relacionamento com

os diretores do jornal, eu os convenci a apoiar a realização do evento, que durou todo o mês de julho de 1968.

Nessa época eu já defendia um processo de democratização e/ou dessacralização da arte, levando à rua a criatividade plástica dos artistas. Ao mesmo tempo afirmava que todas as pessoas são criativas, independentemente de sua origem social, situação econômica ou nível intelectual, ressaltando, porém, que nem todas as pessoas criativas se tornam artistas, assim como nem todos os artistas são necessariamente pessoas criativas. Muitos não passam, na verdade, de burocratas da arte.

Pesadas esculturas de Jackson Ribeiro, revelando certo cunho arcaizante, apesar de realizadas com sucata de ferro, foram colocadas diretamente no chão do Aterro, e nele permaneceram um mês. Em um espaço conhecido pelo nome de pavilhão japonês, foram realizadas exposições semanais de Ione Saldanha, Maurício Salgueiro,

A arte, quando levada à rua, acaba sempre ganhando uma moldura política ro, Júlio Plaza e do grupo Poema-Processo. Nos sábados e domingos, pela manhã, Antonio Manuel, Wilma Martins, Maria do Carmo Secco e Manuel Messias desenvolviam atividades didáticas em desenho, gravura ou talha. Eu dava aulas peripatéticas de história da arte. À tarde, eram realizadas manifestações de vanguarda, como as de Roberto Moriconi, estilizando com tiros de espingarda placas de vidros e estourando balões contendo água colorida, criando, no chão, composições tachistas. No último domingo de Arte no Aterro, Hélio Oiticica comandou a manifestação por ele batizada de Apocalipopótese (fusão das palavras apoteose, hipótese e apocalipse) da qual participaram Antonio Manuel, Lygia Pape e Rogério Duarte. Este, por sua vez, contratou um adestrador de cães para se “apresentar” no Aterro com seus animais. Alguns lances de Arte no Aterro foram premonitórios. No dia seguinte à realização de Apocalipopótese, uma segunda-feira, a polícia empregaria jatos de água colorida e cães na perseguição aos manifestantes de mais uma passeata no centro do Rio de Janeiro contra a ditadura militar. Como se vê, a arte, quando levada à rua, acaba sempre ganhando uma moldura política.

MAR Nessa época você acumulava várias atividades – crítico de arte, curador, professor e coordenador do setor de cursos do MAM, autor de audiovisuais. Como foi sua atuação, enquanto crítico e curador, na realização dos *Domingos da Criação*, em 1971?

FM Naquele tempo ainda não se usava no Brasil o termo “curador”, que identificava nos grandes museus o responsável pelas exposições. No Brasil o emprego do termo

“curador” é recente, inicialmente aplicado às exposições organizadas por críticos de arte independentes em museus, espaços culturais e galerias. Hoje, no entanto, o termo, além de não se restringir mais às artes plásticas, encontra-se totalmente banalizado, não sendo mais uma extensão da atividade crítica e, no meu entender, de uma crítica encarada como criação. A crítica de arte não se restringe mais ao texto, isto é, ao comentário jornalístico ou ao ensaio acadêmico, produzido nas universidades. É cada vez menos uma atividade judicativa, fundada em princípios rígidos, estáveis. É cada vez mais criação. Eu, por exemplo, realizei diversos audiovisuais como forma de crítica de arte e até mesmo uma exposição, que denominei A Nova Crítica, para comentar as mostras sequenciais de Cildo Meireles, Teresa Simões e Guilherme Vaz, englobadas sob o título *Agnus Dei*, realizadas na Petite Galerie em 1971.

A arte não pertence aos museus, às galerias de arte, aos colecionadores e, no limite da interpretação, aos artistas. A arte não pertence a ninguém, isto é, ela pertence a todos. A arte é um bem comum do cidadão, da humanidade

Desde 1969, eu vinha desenvolvendo no MAM uma série de práticas educativas e “museológicas”, que tinham como base dois princípios: mais que um edifício ou um espaço delimitado, mais que depositário de um acervo, o museu de arte, hoje, é um programador de atividades que se podem estender por toda cidade e o ensino de arte não se fundamenta mais no aprendizado de técnicas específicas que envelhecem rapidamente. A noção de ateliê amplia-se, passando a ser qualquer lugar da cidade onde estiverem reunidos professores e alunos, e a técnica a ser desenvolvida na realização dos trabalhos é aquela adequada aos materiais e locais disponíveis no momento. Todo e qualquer material, inclusive o lixo industrial e os resíduos do consumo, podem ser trabalhados esteticamente. Professor de história da arte, eu levava meus alunos às feiras e aos supermercados para melhor compreender a *pop-art*. Ou percorríamos de ônibus áreas industriais para contemplar gasômetros, silos e outras estruturas industriais para em seguida confrontá-las com a *minimal art*. Ou alugávamos tratores e escavadeiras para fazer perfurações e outras intervenções nas areias brancas de uma Barra ainda inabitada, quando o tema em discussão era a *earth-art* e suas implicações metafísicas.

Naquele mesmo ano de 1969, em comunicação que apresentei no VI Colóquio da Associação Brasileira de Museus de Artes, realizado em Belo Horizonte, defini o museu de arte pós-moderna como o Plano-Piloto da Futura Cidade Lúdica, afirmando que, nele, a preocupação central seria a atividade criadora e não a obra de arte em si. Nele, o objetivo não seria levar ao público a arte enquanto o produto acabado, mas processos criativos. E ainda recentemente (setembro de 2012), no Seminário “O Coleccionismo de Arte no Brasil do século XXI”, realizado em São Paulo, usei afirmar que “a arte não pertence aos museus, às galerias de arte, aos colecionadores e, no limite da interpretação, aos artistas. A arte não pertence a ninguém, isto é, ela pertence a todos. A arte é um bem comum do cidadão, da humanidade”.

Com raras exceções,
a crítica oficial fez
oposição cerrada aos
Domingos da Criação.
De dedo em riste, a
velha crítica dizia que eu
estava emporcalhando
e comprometendo a
imagem do MAM

MAR Os *Domingos da Criação* também fizeram parte de sua coordenação no MAM?

FM Os *Domingos da Criação* nasceram como uma extensão das atividades do setor de cursos do MAM. Antes da reformulação referida, essas atividades não ocorriam nos meses de janeiro e fevereiro, o que me parecia um evidente contrassenso, pois é nessa época do ano, a do verão, que o carioca afirma sua personalidade extrovertida, buscando o sol e a praia, a rua e o chope, mas também atividades culturais em espaços abertos. Ora, o Aterro do Flamengo, projetado por Burle Marx, é uma das maiores áreas de lazer do Rio de Janeiro e a área externa do MAM ainda é passagem para as pessoas que, oriundas de bairros limítrofes ou do entorno do Centro do Rio de Janeiro, se dirigem às praias do Flamengo e Botafogo. E Afonso Eduardo Reidy, ao projetar o belo prédio do MAM, procurou adequá-lo à horizontalidade do Aterro e à própria paisagem do Rio. O MAM tem muito lá fora: o pátio, os jardins de pedra e o de palmeiras imperiais, o terraço de onde se contempla o Pão de Açúcar, o Monumento dos Pracinhas, o Outeiro da Glória, o mar e as montanhas. E isto não estava sendo aproveitado e integrado às suas atividades criativas. Por isso, porque me via pensando o MAM não como parte do Aterro, mas este como uma espécie

de extensão do MAM, realizei os *Domingos da Criação*, definidos por mim como manifestações de livre criatividade com novos materiais. A ideia inicial era realizar

**Os Domingos da Criação
reviveram, de forma
alegre e descontraída,
boa parte da história da
arte contemporânea,
ou, para ser mais
preciso, a passagem
do moderno ao pós-
moderno**

um único Domingo da Criação, em janeiro. Ou dois, o segundo em fevereiro. Mas o sucesso foi tão grande e imediato que realizamos seis, entre janeiro e agosto de 1971. Pela ordem: Um Domingo de Papel, O Tecido do Domingo, O Domingo por um Fio, Domingo Terra a Terra, O Som do Domingo e O Corpo a Corpo do Domingo. A escolha de cada material a ser trabalhado pelos participantes foi longamente estudada. Era preciso adequar os materiais aos objetivos do projeto, às características

da arquitetura do museu e de seu espaço externo, à segurança dos participantes e da própria instituição; em seguida, localizar, entre as indústrias sediadas no Rio de Janeiro, aquelas capazes de doar e transportar gratuitamente os materiais solicitados e, recebida a matéria-prima, como estocá-la no MAM e, depois de realizados os Domingos, promover rapidamente a limpeza da área externa do museu.

As quantidades do material doado por diferentes empresas eram significativas. Vários fardos cúbicos de aparas de papel e de tecido, que pareciam inesgotáveis quando abertos, enormes bobinas de papel pardo, sobras de bobinas de papel-jornal, caixas de papelão corrugado, centenas de revistas. Peças inteiras de tecido eram desenroladas pelos integrantes do grupo teatral *Tá na Rua*, de Amir Haddad, para criar cenografias e coreografias em seu deambular pelos espaços do MAM, subindo e descendo a rampa que leva ao terraço ou encimando as pedras retangulares do jardim. Para o Domingo Terra a Terra, foram toneladas de areia, brita e outros materiais de construção transportados em caminhões basculantes e despejados no pátio do museu.

Para o primeiro domingo, convidei artistas como Carlos Vergara e Antonio Manuel para deslanchar, a partir do material existente, processos criativos. Mas tão logo se instalava uma dinâmica criativa eles abandonavam o primeiro plano da ação, dando lugar aos participantes anônimos. Outra medida adotada foi desestimular a repetição das mesmas soluções criativas, como a de transformar papel, tecido e fios em

vestimentas, oferecendo nos domingos subsequentes materiais de difícil manejo, como no Domingo Terra a Terra. Ou como no último domingo da série limitando-se a oferecer o espaço externo do MAM para que os participantes trabalhassem o próprio corpo como a matéria-prima essencial.

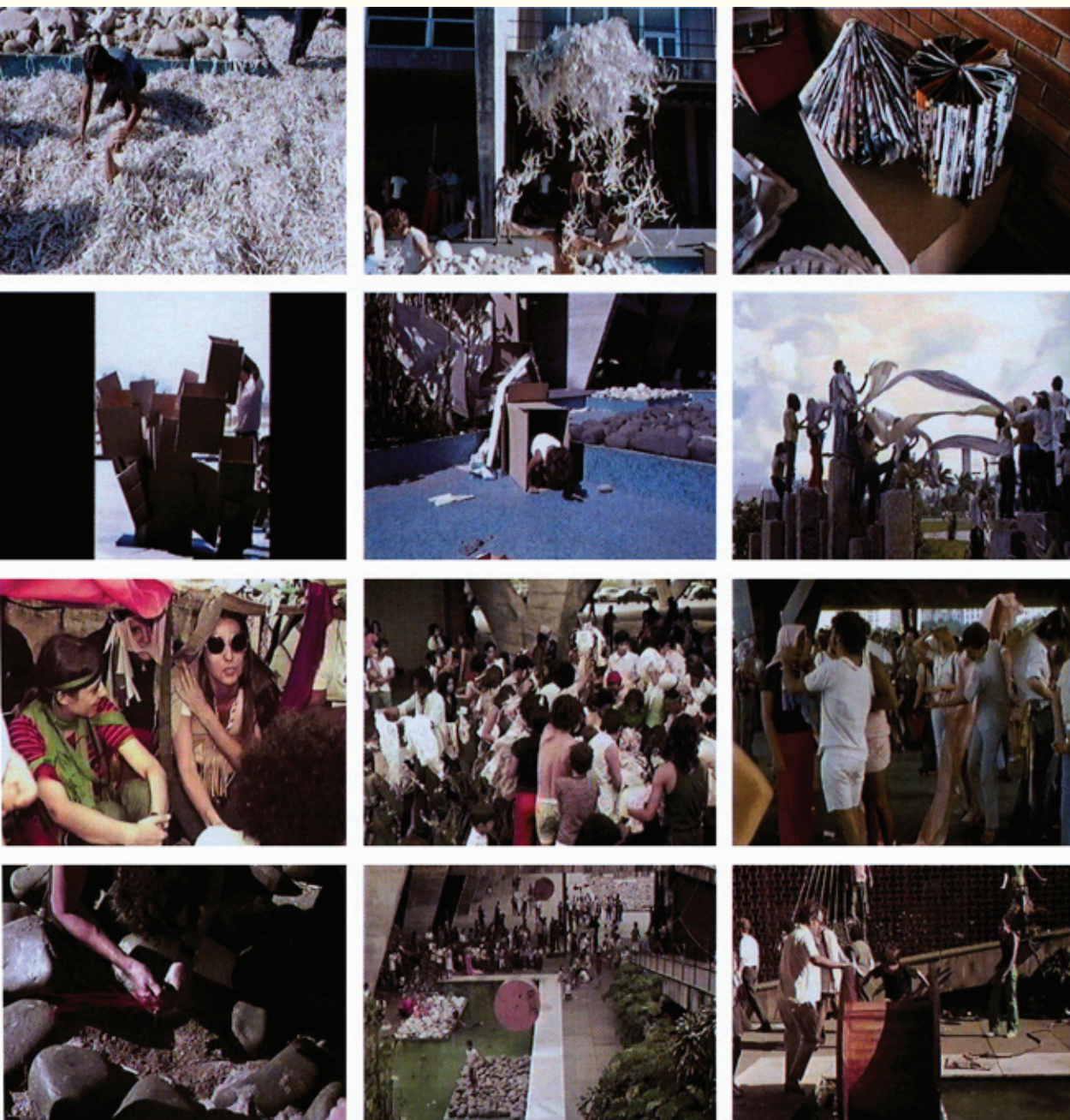
É importante lembrar que, com raras exceções, a crítica oficial fez oposição cerada aos *Domingos da Criação*. De dedo em riste, a velha crítica dizia que eu estava emporcalhando e comprometendo a imagem do MAM. Mas enquanto os críticos, encastelados em suas colunas, brandiam contra os *Domingos da Criação*, os jornais estampavam, na primeira página das edições de segunda-feira, lindas imagens do evento, ampliando nacionalmente sua repercussão. E logo passaram a ser uma referência para propostas similares levadas a cabo em várias capitais brasileiras e, até mesmo, em países vizinhos. Quando, sete anos depois, um incêndio queimou a quase totalidade do acervo do MAM e de obras de arte da mostra América Latina: Geometria Sensível, inclusive 80 obras da fase construtiva de Joaquim Torres-Garcia, os *Domingos da Criação* já eram um capítulo importante na história da arte moderna brasileira.

E agora percebo que, de forma subjacente, os *Domingos da Criação* reviveram, de forma alegre e descontraída, boa parte da história da arte contemporânea, ou, para ser mais preciso, a passagem do moderno ao pós-moderno. Estava tudo ali: *Dada*, *Fluxus*, *pop-art*, arte cinética, arte conceitual, *body art*, *performances*, *happenings*, *earth-art* etc.

Tal como na escolha dos materiais, os títulos de cada manifestação foram longamente estudados, alguns carregando certa dose de humor, para que, simultaneamente, se discutisse o próprio significado do domingo em relação a temas correlatos no cenário urbano, tais como as polaridades lazer e trabalho, meio e fim de semana, burocracia e criatividade, arte e sociedade, infância e terceira idade etc.

MAR Até aqui você falou das intervenções urbanas que coordenou no Rio de Janeiro. Fale agora do evento *Do Corpo à Terra*, realizado em 1970, por ocasião da inauguração do Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

FM Começo esclarecendo, como já fiz em outras oportunidades, que foram dois eventos simultâneos e interligados: a mostra Objeto e Participação, inaugurada no Palácio das Artes, em 17 de abril de 1970, e a manifestação *Do Corpo à Terra*, que se desenvolveu no Parque Municipal [Américo Renné Giannetti] de Belo Horizonte, entre 17 e 21 de abril do mesmo ano. E, agora me dou conta, a localização do Palácio das Artes na face do Parque Municipal voltada para a Avenida Afonso Pena lembra a



Frederico Morais, "Domingos da Criação",
Rio de Janeiro, 1971
(frames de vídeo remasterizado, Itaú Cultural)

situação do MAM-RJ ocupando um dos extremos do Aterro do Flamengo. Duas instituições culturais localizadas em dois grandes parques públicos, estimulando-se mutuamente.

A mostra Objeto e Participação tinha, aparentemente, um viés conservador. Mas só aparentemente, porque todos os trabalhos expostos se enquadravam em uma nova categoria, o Objeto, estando vários passos à frente de outras categorias, como os Bambus, de Ione Saldanha, as esculturas vazadas de Weissmann, dentro das quais se podia caminhar, os módulos figurativos de Carlos Vergara, construídos com papelão corrugado e empilhados como mercadorias. Havia também obras que solicitavam a participação dos espectadores, como as Caixas Olfativas, de José Ronaldo Lima, e as Camas, de Teresinha Soares. Ou obras quase invisíveis, mas na verdade onipresentes, de Teresa Simões, surpreendendo os visitantes ao veicular, carimbando, palavras emblemáticas, tais como *Dirty*, *Verboten*, *FragILE*, em lugares imprevisíveis do Palácio das Artes. Aliás, uma afirmação de Malcolm X, o ativista negro dos Estados Unidos, contida em um dos seus carimbos, *Act Silently*, era uma definição prévia do modo de agir da artista.

Mas, sem dúvida, *Do Corpo à Terra* foi uma proposta mais radical, por seus aspectos inovadores, quase uma ilustração da teoria da “guerrilha artística”, tema que abordei em um ensaio de 1979, *Contra a Arte Afluente: o Corpo é o Motor*

O que eu estava da Obra. A surpresa, o improvisado, a velocidade das ações, a precariedade do armamento, propondo era ler, na dos materiais e dos suportes empregados são algumas das táticas usadas por guerrilheiros em suas ações que foram absorvidas pelos artistas pós-modernos. Pela primeira vez, paisagem do parque, a dos materiais e dos suportes empregados são algumas das táticas usadas por guerrilheiros em suas ações que foram absorvidas pelos artistas pós-modernos. Pela primeira vez, própria história da arte dos materiais e dos suportes empregados são algumas das táticas usadas por guerrilheiros em suas ações que foram absorvidas pelos artistas pós-modernos. Pela primeira vez, universal e, em ambas, no Brasil, artistas eram convidados não para expor obras já concluídas, mas uma parte de minha para criar seus trabalhos diretamente no história de vida local. Se no Palácio das Artes houve um vernissage,

com hora marcada, no Parque os trabalhos se desenvolveram em locais e horários diferentes, o que significa dizer que ninguém, inclusive os artistas e o curador, presenciou a totalidade das manifestações individuais. Os trabalhos realizados permaneceram em seus locais até sua destruição, acentuando o caráter efêmero e deliberadamente precário de boa parte da criação artística atual, que, tendo evoluído do Objeto à ação, esgota-se no tempo de sua realização, passando a existir apenas como

registro e/ou documento. Não houve catálogo, substituído pela publicação nos jornais de um texto, e a publicidade do evento foi feita por volantes, distribuídos nas ruas, praças, estádios de futebol etc.

Do Corpo à Terra foi patrocinada pela Hidrominas, empresa de economia mista responsável pela promoção do turismo no estado de Minas Gerais. Cada artista convidado a participar do evento recebeu uma carta da empresa que o autoriza a realizar seus trabalhos no Parque Municipal – não se mencionando qualquer tipo de restrição ou proibição: locais, temas, materiais etc. O que, em tempos de ditadura e em face de repetidos atos de censura de obras de arte, foi um formidável incentivo à liberdade de criação e mesmo ao enfoque político de certas obras, cujo ápice foi a queima de galinhas vivas por Cildo Meireles, em seu *Tiradentes: Monumento-Totem ao Preso Político*, coadjuvado por Artur Barrio, lançando suas *Trouxas Ensanguentadas* no Ribeirão do Arrudas. Curiosamente, foram nos escalões mais baixos do sistema policial que ocorreram algumas ameaças de repressão. O trabalho conjunto de Luciano Gusmão e Dilton Araújo consistiu em cercar o Parque Municipal com cordas, tendo os troncos de árvores como pontos de referência. Mas, enquanto numa ponta os dois iam armando sua trama, na outra ponta os guardas municipais iam desfazendo os nós. Lotus Lobo armou um pequeno canteiro no qual lançou sementes de milho. Queria vê-las crescer. Mas os guardas de uma radiopatrulha, desconfiados, ficavam todo o tempo rondando o local pensando tratar-se de outra coisa – um ervanário.

Mais uma vez, Hélio Oiticica não pôde comparecer e executar ele próprio seu projeto, o único previsto para se realizar fora do Parque Municipal. E, por indicação dele, coube ao artista norte-americano Lee Jaffe executá-lo: uma longa trilha aberta na Serra do Curral, preenchida com açúcar. Antecipação de trilhas menores, igualmente brancas, redesenhando as faces míticas e heroicas de Marilyn Monroe e Jimi Hendrix.

MAR Ainda sobre *Do Corpo à Terra*, você lançou na ocasião um manifesto no qual reivindicava a liberdade de expressão e apresentou a intervenção *Quinze Lições Sobre Arte e História da Arte: Homenagens e Equações*. Gostaria que você falasse sobre o manifesto e a sua intervenção no Parque Municipal.

FM O que, em seu livro sobre as *Neovanguardas em Belo Horizonte: anos 1960*, você registrou como manifesto foi a minha apresentação conjunta da exposição [*Objeto e Participação*] e do evento [*Do Corpo à Terra*]. Como disse antes, não houve catálogo, por falta de dinheiro e de tempo para editá-lo. Do texto que eu escrevi, foram feitas

cópias mimeografadas, entregues aos artistas participantes e a alguns jornalistas. É possível que outras pessoas e/ou artistas participantes tenham feito novas cópias, aumentando a circulação e reforçando a divulgação que já vinha sendo feita pelo volante antes referido. Por iniciativa de Mari' Stela Tristão, o meu texto foi reproduzido na íntegra, e destacadamente, pelo jornal *Estado de Minas*. O que reforçou a ideia de que se tratava de um manifesto, como tantos que marcaram os primeiros anos do modernismo europeu e no Brasil dos anos 1920.

Busquei em meu arquivo a pasta contendo documentos sobre *Do Corpo à Terra*, reli aquela apresentação de 1970 e me convenci de que, sim, é um manifesto. Como, aliás, já escrevera, como que a desculpar-me, na apresentação que fiz para a remontagem do evento em 2001 na antiga galeria do Itaú Cultural, em Belo Horizonte. Permita-me ler: “devo reconhecer, no entanto, que em alguns momentos a apresentação resvalava para uma retórica afirmativamente dogmática, a lembrar a linguagem de outros manifestos da vanguarda histórica, contudo, plenamente justificável, tendo em vista a radicalidade das propostas dos artistas envolvidos no projeto”.

De volta ao Rio de Janeiro, em entrevista que concedi ao meu colega Francisco Bittencourt, publicada no *Jornal do Brasil* [maio de 1970], carreguei mais ainda nas palavras e, respondendo à pergunta sobre se os acontecimentos de Belo Horizonte teriam significado uma nova Semana de Arte Moderna, respondi:

Mário de Andrade, em conferência comemorativa dos 20 anos de realização da Semana de 1922, afirma: “nós éramos os filhos finais de uma civilização que acabou”. Nós somos mais pretensiosos: se a nossa civilização está apodrecida, voltemos à barbárie. Somos os bárbaros de uma nova raça. Os imperadores da velha ordem que se guardem. Trabalhamos com fogo, sangue, ossos, lama, terra ou lixo. O que fazemos são celebrações, ritos, rituais sacrificatórios. Nosso instrumento é o próprio corpo – contra os computadores. Usamos a cabeça – contra o coração. E as vísceras, se necessário. Nosso problema é ético – contra o onanismo estético.

E acrescentei:

Vanguarda não é atualização dos materiais, não é a arte tecnológica. É um comportamento, um modo de encarar as coisas, os homens e os materiais, é uma atitude definida diante do mundo. É o precário como norma, a luta como processo de vida. Não estamos preocupados em concluir, e dar exemplos. Em fazer História-ismos.

Quinze Lições Sobre Arte e História da Arte foi outra novidade do evento, não só por estarem as fotos na rua, mas, também, porque nele o curador, que é um crítico de arte, participa como artista. Foi o primeiro trabalho que realizei como artista, mesmo tratando de temas da história da arte. De certa maneira, foi um desdobramento de minhas aulas de história da arte, nas quais, como relatei anteriormente, levava meus alunos para supermercados, praias ou áreas industriais para, mediante confrontos, analisar movimentos artísticos como a *pop-art*, a *minimal art* e a *earth-art*. Trazer a história da arte para o nosso cotidiano, para a rua. Passar do texto à imagem.

Para realizar a série, pedi ao Maurício Andrés Ribeiro que fotografasse determinadas áreas do Parque Municipal. Reveladas, as fotos eram montadas sobre placas de madeira e implantadas bem à frente da área ou objeto fotografado. Cada foto era legendada com um texto que estabelecia um vínculo ou conexão significativa entre o conteúdo da imagem fotográfica e a obra de um artista de minha preferência – Constantin Brancusi, Piet Mondrian, Kasimir Malevich, Marcel Duchamp etc. – ou um capítulo da história da arte, como, por exemplo, o cinetismo. Ou, relacionando a imagem resultante e a área fotografada, buscava estabelecer determinadas equações estéticas, tipo “a arte não deixa traços”, “arte: tensionar o ambiente”, “arqueologia do urbano”. Na verdade, o que eu estava propondo era ler, na paisagem do parque, a própria história da arte universal e, em ambas, uma parte de minha história de vida.

CHAMADA DE ARTIGOS

V. 20, n. 2, jul./dez. 2013

Tema: Água

Prazo para submissão: até 31 de outubro de 2013

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, em sua nova fase de consolidação como veículo de divulgação científica e reflexão teórica, convida a comunidade a submeter artigos para o seu próximo número, a ser publicado no segundo semestre de 2013. O v. 20, n. 2, da Revista terá como tema central a Água, fundamento da vida e elemento constituinte do planeta; valor de uso coletivo em torno do qual se criaram e organizaram saberes, cultos, hábitos e se estruturaram culturas e ecossistemas, cidades e regiões, formas de organização territorial e institucional, serviços coletivos e políticas públicas; objeto exemplar de valoração econômica e simbólica da natureza; berço da história, fonte de inspiração da literatura, da música e de várias formas de manifestações artísticas; foco e eixo central de pesquisa e de processos de inovação científica e tecnológica.

No ano em que o debate sobre os recursos hídricos foi eleito prioritário por instituições nacionais e internacionais, a Revista da Universidade Federal de Minas Gerais vem se somar aos esforços para aprofundar o conhecimento a respeito das múltiplas formas de apreensão, conservação e apropriação da água em várias dimensões e escalas.

Os artigos devem ser adequados às normas para publicação disponíveis no *site* <www.ufmg.br/revistadaufmg> e enviados à Comissão Editorial até 31 de outubro de 2013, por meio eletrônico, para <revistadaufmg@ufmg.br>, ou por correio, aos cuidados de Lucília Niffenegger, no endereço a seguir:

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, Campus Pampulha
Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3011
CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
Outras informações: 55 31 3409 7231

CALL FOR PAPERS

V. 20, n. 2, Jul./Dec. 2013

Theme: Water

Term for submission: until October 31, 2013

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais in its new consolidation phase as a means of scientific divulgation and theoretical reflection, invites the community to submit articles for its next number, to be published in the second semester of 2013. The v. 20, n. 2 selected Water as its central theme, basic for life and an integral part of our planet; value of collective use that has been surrounded by knowledge, cults, habits, upon which cultures and ecosystems, cities and regions, besides territorial and institutional forms of organization, collective services and public policies are structured; exemplary object of economic appraisal and a symbolic value of nature; cradle of history, source of inspiration for literature, music and several forms of artistic manifestations; focus and central axis of research and of scientific and technological innovation processes.

In the year when the debate on water resources was elected as an overriding issue by national and international institutions, Revista da Universidade Federal de Minas Gerais adds efforts to deepen knowledge on the myriad forms of perception, conservation and appropriation of water in its multiple dimensions and scales.

The articles must follow the publication norms available on www.ufmg.br/revistadaufmg and electronically remitted to the Editorial Board until October 31, 2013 at revistadaufmg@ufmg.br or by mail, to the attention of Lucília Niffenegger, at the following address:

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6627, Campus Pampulha
Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3011
CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
Further information: 55 31 3409 7231

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publica originais de autores convidados e também daqueles que desejam submeter seus trabalhos por iniciativa própria. As contribuições são avaliadas pela Comissão Editorial e por pareceristas *ad hoc*, por meio de revisão às cegas, reservando-se o direito da Revista de propor modificações com a finalidade de adequar os artigos e demais trabalhos aos seus padrões editoriais.

Os originais submetidos à Revista não podem estar em processo de avaliação simultânea em outra publicação e devem ser inéditos no Brasil, cabendo à Comissão Editorial avaliar a conveniência de publicar ou não trabalhos já divulgados em outros idiomas por revistas e órgãos editoriais de outros países.

A Revista aceita para publicação artigos, comentários, notas, ensaios, resenhas e entrevistas, cabendo à Comissão Editorial, no entanto, uma análise preliminar dos originais recebidos, a fim de verificar a conformidade com as linhas editoriais, podendo recusá-los ou encaminhá-los, caso aprovados, para o posterior processo de avaliação com vistas à sua publicação ou não. Poemas e outras modalidades de produção artístico-literária e iconográfica são também publicados, mas unicamente mediante convite da Comissão Editorial.

O crédito dos autores deve conter titulação, filiação institucional e endereço eletrônico. Os originais encaminhados à Revista devem ser apresentados em editor de texto Word, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinhas de 1,5, margens de 3 cm e em formato A4. Devem estar acompanhados de resumo de até 120 palavras e três palavras-chave, em português e inglês. Citações com até três linhas devem constar no corpo do texto, entre aspas. A partir de quatro linhas, devem ser colocadas em destaque, sem aspas, com corpo de fonte 10 e margens recuadas em quatro centímetros à esquerda.

Artigos, ensaios e entrevistas devem ter no mínimo 17 e no máximo 25 páginas, incluindo tabelas, mapas, gráficos e outras imagens e informações não textuais. Comentários, notas e resenhas não podem ultrapassar 10 páginas.

Pede-se que os artigos e ensaios submetidos à Revista obedeçam as normas fixadas pela NBR 6022, editada pela ABNT em maio de 2003, e contenham, pelo menos, as seguintes seções: 1) introdução, 2) desenvolvimento, 3) considerações conclusivas e 4) referências bibliográficas. O envio de manuscritos e demais trabalhos implica a cessão dos direitos autorais à Revista, caso os textos venham a ser aceitos para publicação.

Tabelas e quadros devem ser inseridos e indicados no texto. Devem ser também enviados em arquivos separados nas extensões doc ou xls. O mesmo procedimento deve ser adotado em relação às figuras (mapas, gráficos, ilustrações e fotos). Além de indicadas e inseridas no texto, devem ser remetidas em arquivos separados, com resolução de 300dpi e tamanho mínimo de 10x10 cm. Preferencialmente, gráficos devem ser enviados em formato que permita a edição (por exemplo, com extensão xls), para que sejam adequados ao projeto gráfico da Revista. As imagens, como fotos e ilustrações, entre outras, devem ser acompanhadas de autorização para publicação, de seus respectivos autores.

Nomes de organizações e entidades devem ser apresentados por completo, seguidos por sua sigla na primeira inserção no texto. No restante, utilizar apenas a sigla anteriormente empregada [ex: Organização das Nações Unidas (ONU)]. Números de um a dez devem ser escritos por extenso e termos estrangeiros marcados em itálico.

Referências bibliográficas devem obedecer aos critérios estabelecidos pela NBR 10520 e pela NBR 6023, da ABNT, de agosto de 2002.

PUBLICATION NORMS

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publishes manuscripts written by invited authors and by those who spontaneously wish to submit their works. The contributions are assessed by the Editorial Board and by ad hoc reviewers through the blind review method. Revista may propose alterations at its own discretion in an effort to adapt the articles and further works to its editorial standard.

The manuscripts submitted to Revista may not be assessed simultaneously by another publication team, and must be unpublished in Brazil. The Editorial Board will assess the convenience of the publication of works already disseminated in other languages by journals and editorial entities in foreign countries.

Revista accepts articles, comments, notes, essays and interviews for publication, but the Editorial Board will preliminarily analyze the manuscripts and works received in order to verify the compliance with the editorial lines, when the same may be refused or, in case of approval, referred to a further evaluation process, aiming at their publication or not. Poems and other artistic-literary and iconographic productions may also be published, although only if duly invited by the Editorial Board.

The authors' credits must contain their title, institutional affiliation and electronic address. The texts submitted to Revista should be written in Word Editor, Times New Roman source, size 12, space 1.5 between lines, margins of 3 cm, and in A4 format. An abstract with 120 words at most and three keywords, both in Portuguese and in English, must be submitted with the corresponding text. Quotations containing up to three lines are inserted in the text between quotation marks; if longer, they must outstand the text without quotation marks, size 10 and margins with a four-centimeter indentation to the left.

Articles, essays and interviews should be at least 17 pages long, but not surpass 25 pages, including tables, maps, graphs and other images and non-textual information. Comments and notes should not have more than 10 pages.

Articles and essays submitted to Revista should follow the norms set forth by NBR 6022, published by ABNT in May, 2003, and contain at least the following sections: 1) Introduction; 2) Development; 3) Conclusions, and 4) Bibliography. The remittance of manuscripts and other works implies copyright assignment to Revista if they are accepted for publication.

Tables and charts must be inserted and indicated in the text, and sent in separate files in doc or xls extensions. The same procedure must be followed in the case of figures (maps, graphs, illustrations and photos). Besides their insertion and indication in the text, they must also be remitted in separate files, in 300 dpi resolution, and 10x10 cm minimum size. Graphs are best sent in a format that allows the edition (for instance, in xls extension), so that they can be adapted to the graphic design of the journal.

The images, photos and illustrations, among others, must be authorized for publication by their authors.

The name of organizations and entities must be written in full, followed by their abbreviation when first mentioned in the text, and after that, only the abbreviation should be used; for example: United Nations Organization (UNO). Numbers from one to ten must be written in full, and foreign terms in italics.

Bibliography must obey the criteria set forth by NBR 10520 and NBR 6023 by ABNT, as of August, 2002.

FONTES: Minion Pro, Scala e Scala Sans
MIOLO: Couché fosco 90g/m²
CAPA: Supremo Imune 250g/m²
IMPRESSÃO: Imprensa Universitária/UFMG
TIRAGEM: 2000 exemplares

